



UnB

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

(PPG-PSTO)

Tese de Doutorado

Normas Sociais no Brasil: Validade, Preditores e Consequentes do Modelo *Tightness-*

Looseness

Martina Mazzoleni

Orientador: Prof. Dr. Fabio Iglesias

Coorientadora: Profa. Dra. Amalia Raquel Pérez-Nebra

Brasília – DF

10 de novembro de 2023



UnB

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações
(PPG-PSTO)

Normas Sociais no Brasil: Validade, Preditores e Consequentes do Modelo *Tightness-Looseness*

Martina Mazzoleni

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Iglesias

Coorientadora: Profa. Dra. Amalia Raquel Pérez-Nebra

Tese de doutorado defendida diante e avaliada pela banca examinadora constituída por:

Prof. Dr. Fabio Iglesias (Orientador)

Instituto de Psicologia
Universidade de Brasília

Profa. Dra. Amalia Raquel Pérez-Nebra (Coorientadora)

Departamento de Psicología y Sociología; Universidade de Zaragoza
Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de Brasília

Prof. Dr. Tiago Jessé Souza De Lima (Membro interno)

Instituto de Psicologia
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Samuel Lincoln Bezerra Lins (Membro externo)

Departamento de Psicologia
Universidade do Porto

Prof. Dr. João Gabriel Modesto (Membro externo)

Programa de Pós-Graduação em Gestão, Educação e Tecnologias
Universidade Estadual de Goiás

Prof. Dr. Ronald Fischer (Membro Suplente)

Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino, IDOR;
School of Psychology, Victoria University of Wellington

Sumário

Resumo Geral	13
General Abstract	15
Introdução Geral	17
Referências	22
Manuscrito 1 O Brasil é (e Quer Ser) um País <i>Loose</i>? Normas Sociais, Percepção de Ameaças, Conformidade e Tolerância com Desvios	27
Normas Sociais no Contexto Brasileiro	31
Força das Normas Sociais: Modelo <i>Tightness-Looseness</i>	32
Percepção de <i>Tightness</i> e Suporte à Cultura <i>Tightness</i> no Brasil	34
Síntese do Estudo	35
Método	36
Participantes	36
Instrumentos	37
Percepção de <i>Tightness</i>	37
Percepção de Ameaças	37
Forças das Normas de Cooperação Cívica	38
Tolerância com Desvio da Norma	38
Comportamento de Conformidade	39
Suporte em Relação à Cultura <i>Tightness</i>	39
Desejabilidade Social.....	39
Questionário Sociodemográfico	39
Procedimentos de Coleta de Dados	40
Procedimentos de Análise dos Dados	40
Resultados	43
Propriedades Psicométricas da Escala <i>Tightness-Looseness</i>	43
Evidências de Validade e Suporte à Cultura <i>Tightness</i>	45
Diferenças Individuais	47
Comparação da Percepção de <i>Tightness</i> entre Estudos	49
Análises de Hipóteses Complementares	50
Discussão	53
Escala <i>Tightness-Looseness</i>: Evidências de Fidedignidade e Validade	54

Cultura Loose no Brasil	57
Considerações Finais	59
Referências	60
Manuscrito 2 Medir Normas Sociais Depende do Contexto: Evidências de validade da Escala <i>Tightness-Looseness</i> Baseadas no Processos de Resposta	69
Síntese dos Estudos	74
Estudo 2.1	74
Método	75
Participantes	75
Instrumentos	75
Procedimentos de Coleta de Dados.....	76
Procedimentos de Análise de Dados	76
Resultados	77
Compreensão dos Itens	78
Domínios Específicos.....	82
Discussão	85
Estudo 2.2	88
Método	89
Participantes	89
Instrumentos	89
Procedimentos de Coleta de Dados.....	91
Procedimentos de Análise de Dados	91
Resultados	92
Discussão	95
Estudo 2.3	96
Método	97
Participantes	97
Instrumentos	97
Procedimentos de Análise de Dados	98
Resultados	99
Discussão	100
Discussão Geral	101
Domínios Específicos das Normas Sociais: Comparação Transcultural ...	103
Considerações Finais	106
Referências	107
Manuscrito 3 Confiança Interpessoal e Força das Normas Sociais: Uma Análise a partir do Modelo Cultural <i>Tightness-Looseness</i> no Brasil	113

Confiança e o Modelo Cultural <i>Tightness-looseness</i>	119
Modelo TL: Fatores Psicológicos e Institucionais	122
Modelo TL: Fatores Psicológicos e Situacionais	124
Síntese do Estudo	126
.....	127
Método	128
Estudo Piloto	128
Participantes	128
Instrumentos	129
Confiança Institucional	129
Percepção de Tightness	129
Confiança Interpessoal	129
Força das Normas Pró-Sociais	130
Procedimento de Análise de Coleta e Cuidados Éticos	131
Procedimento de Análise de Dados	132
Resultados	132
Análises Descritivas e Correlações	133
Relações Diretas	134
Teste dos Modelos	136
Discussão	139
Considerações Finais	146
Referência	147
Manuscrito 4 Cooperação e Gentileza em Dilemas Experimentais: Força das Normas e	
Custo da Ação na Tomada de Decisão	154
Comportamentos Pró-sociais: Conceitos e Operacionalizações	157
Comportamentos Pró-Sociais, Normas Sociais e <i>Tightness</i>	161
Hipóteses do Estudo	164
(Força das) Normas Sociais: Conceitos e Operacionalizações	165
Síntese do Estudo	168
Método	169
Participantes	169
Instrumentos	169

Comportamentos Pró-sociais	169
Normas Sociais.....	170
Força das Normas Sociais	171
Variáveis de controle	172
Procedimento de Coleta e Cuidados Éticos	174
Procedimento de Análise de Dados.....	175
Resultados.....	176
Descrição das Normas Sociais e Comportamentos nos Paradigmas	176
Força das Normas de Cooperação	178
Força das Normas Sociais e Comportamentos Pró-Sociais.....	182
Discussão.....	184
Considerações Finais	191
Referências.....	192
Discussão Geral	199
Referências.....	205
Apêndice A Análise Fatorial Confirmatória Multigrupo (AFMG).....	209
Apêndice B Análise Fatorial Exploratória dos Itens da Escala <i>Tightness-Looseness</i> (Estudo 2).....	211
Apêndice D Força das Normas Pró-Sociais (Itens Desagregados)	223

Agradecimentos

Gostaria de expressar a minha gratidão às muitas pessoas que contribuíram, de forma direta ou indireta, para que a realização desta Tese de Doutorado fosse possível.

Nessa jornada tive o privilégio de ser orientada por dois excelentes profissionais, aos quais agradeço pelo aceite desse compromisso. Ao Prof. Fabio Iglesias, meu orientador, agradeço pela confiança depositada em mim, pelos aprendizados e oportunidades que me proporcionou. Obrigada por seus aconselhamentos e por incentivar autonomia às minhas escolhas. À Profa. Amalia Raquel Pérez-Nebra, minha coorientadora, agradeço por sua disponibilidade, pelos direcionamentos e saberes compartilhados. Obrigada por sua postura empática e acolhedora que trouxe encorajamento para essa caminhada.

À minha família agradeço pelo carinho, torcida e apoio. Em especial, agradeço à minha mãe por toda dedicação e por sempre oferecer afeto e suporte. Ao meu pai (*in memoriam*), agradeço pelos conselhos e valores compartilhados. Sua influência permanece e serve de base para o meu caminhar. Também agradeço aos meus irmãos, Ilana e Rodrigo, pelos incentivos e cumplicidade.

Ao Filipe, meu companheiro, agradeço por estar ao meu lado em mais essa jornada. Obrigada por apoiar e valorizar as minhas escolhas. Sua compreensão e afeto foram fundamentais ao longo dessa trajetória.

Aos meus amigos que se fizeram presentes de diferentes formas. Em especial, à Lude Marieta, ao Jonathan Jones e à Angelica Oliveira agradeço pelas trocas de experiências, pelos auxílios prestados e por tornarem a trajetória menos solitária.

Aos meus colegas do Grupo Influência – ao qual me orgulho de fazer parte, Lucas Caldas, Víthor Rosa Franco, Lude Marieta, Angelica Oliveira, Jonathan Jones, Raquel

Loewenhaupt, Isângelo Senna e Leonardo Borges, agradeço pelas trocas de qualidade e pelo companheirismo ao longo desses anos.

Aos professores do PSTO agradeço pelos conhecimentos compartilhados. Em especial, agradeço ao Prof. Tiago Jessé Souza De Lima pelas contribuições feitas à Tese no contexto da qualificação e pelos aprendizados durante a experiência do estágio de docência. Também agradeço à Profa. Cristiane Faiad e ao Prof. Cláudio Vaz Torres pelos conhecimentos compartilhados e pelas oportunidades de colaborações em pesquisas que enriqueceram a minha experiência.

Aos membros da Banca examinadora, Prof. Tiago Jessé Souza De Lima, Prof. Samuel Lincoln Bezerra Lins e Prof. João Gabriel Modesto, agradeço pelas avaliações cuidadosas e considerações pertinentes que contribuíram para o aprimoramento desta Tese.

A todos que me auxiliaram na divulgação da coleta de dados. Em especial, ao Fagner Dias e às Professoras Solagen Alfinito, Eluiza Watanabe e Marina Kohlsdorf agradeço por viabilizarem parte da coleta de dados em salas de aula.

Ao Caio Steing, Ana Júlia e Lude Marieta, agradeço por atuarem como juízes nas análises de dados qualitativa e na elaboração de instrumentos de pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço pela concessão da Bolsa de Doutorado.

Lista de Tabelas

Tabela 1.1 <i>Médias, Desvios Padrão, Cargas fatoriais e índices de Discriminação dos Itens da Escala Tightness-Looseness</i>	44
Tabela 1.2 <i>Índices de Ajuste das Análises Fatoriais Confirmatórias</i>	45
Tabela 1.3 <i>Estatística Descritiva e Correlações de Spearman entre a Percepção de Tightness, Normas Sociais, Tolerância com Desvios e Comportamento nos Cenários de Violação de Normas</i>	46
Tabela 1.4 <i>Média e Desvio Padrão dos Escores da Escala Tightness-Looseness em Diferentes Subgrupos</i>	48
Tabela 1.5 <i>Sumário das Hipóteses de Natureza Teórico-Conceitual e Psicométrica</i>	54
Tabela 2.1 <i>Categorias de Análise: Compreensão dos Itens</i>	78
Tabela 2.2 <i>Categorias de Análise: Domínios Específicos das Normas Sociais</i>	83
Tabela 2.3 <i>Itens Reformulados da Escala Tightness-looseness</i>	90
Tabela 2.4 <i>Índices de Ajuste dos Modelos 1, 2, 3 e 4 Compostos pelos Itens Originais e Reformulados da Escala Tightness-Looseness</i>	94
Tabela 2.5 <i>Frequência de Domínios Citados pelos Respondentes</i>	99
Tabela 2.6 <i>Domínios Evocados para Responder a Escala Tightness-Looseness: Comparação entre os Resultados do Presente Estudo e de Eriksson et al. (2022)</i>	105
Tabela 3.1 <i>Média, Desvio Padrão e Correlações entre Confiança Interpessoal, Percepção de Tightness, Confiança Institucional, Normas Injuntivas e Normas Descritivas</i>	133
Tabela 3.2 <i>Média e Desvio Padrão da Escala de Confiança Interpessoal (Itens Desagregados e Índice Geral) e Correlação com a Percepção de Tightness</i>	134
Tabela 3.3 <i>Modelagem por Equações Estruturais: Efeitos Diretos entre as Variáveis dos Modelos Testados</i>	134
Tabela 3.4 <i>Índices de Ajuste das Análises de Modelagem por Equação Estrutural</i>	138

Tabela 4.1 <i>Frequência da Crença Pessoal, Expectativas Sociais e Comportamento no Dilema do Prisioneiro e Tarefa SoMi.....</i>	177
Tabela 4.2 <i>Estatística Descritiva e Correlações entre as Variáveis no Dilema do Prisioneiro e Tarefa SoMi.....</i>	178
Tabela 4.3 <i>Diferenças nos Indicadores da Força das Normas Sociais no Dilema do Prisioneiro e na Tarefa SoMi.....</i>	179
Tabela 4.4 <i>Variáveis Predictoras de Cooperação e de Gentileza.....</i>	181
Tabela 4.5 <i>Regressão Linear Múltipla com Variáveis de Controle e Normativas.....</i>	182
Tabela 4.6 <i>Variâncias do Desvio da Normas como Predictoras de Cooperação e Gentileza.....</i>	183
Tabela 4.7 <i>Acurácia e Consistência das Normas como Predictoras da Cooperação.....</i>	184
Tabela A <i>Análise Fatorial Confirmatória Multigrupo (AFMG)</i>	209
Tabela B1 <i>Análise Fatorial Exploratória do Modelo 1 de Composição dos Itens da Escala Tightness-Looseness.....</i>	211
Tabela B2 <i>Análise Fatorial Exploratória do Modelo 2 de Composição dos Itens da Escala Tightness-Looseness.....</i>	212
Tabela B3 <i>Análise Fatorial Exploratória do Modelo 3 de Composição dos Itens da Escala Tightness-Looseness.....</i>	213
Tabela B4 <i>Análise Fatorial Exploratória do Modelo 4 de Composição dos Itens da Escala Tightness-Looseness.....</i>	215
Tabela B5 <i>Análise Fatorial Exploratória do Modelo 5 de Composição dos Itens da Escala Tightness-Looseness.....</i>	216
Tabela D1 <i>Média e Desvio Padrão da Força das Normas Pró-Sociais (Itens Desagregados) e Correlação com a Percepção de Tightness.....</i>	224
Tabela E1 <i>Variáveis Predictoras da Cooperação e Gentileza.....</i>	225

Lista de Figuras

Figura 1.0 <i>Relação entre os Estudos da Tese</i>	21
Figura 1.1 <i>Frequência da Força das Normas e Comportamento Autorrelatado nos Cenários de Violação</i>	47
Figura 3.1 <i>Modelo Cultural Tightness-Looseness</i>	116
Figura 3.2 <i>Hipóteses do Estudo</i>	127
Figura 3.3 <i>Resultados dos Testes dos Modelos 1, 2 e 3 a partir de Análises de Modelagem por Equações Estruturais</i>	138
Figura 4.1 <i>Exemplo de Apresentação dos Objetos na Tarefa SoMi</i>	170
Figura 4.2 <i>Fórmula dos Indicadores de Acurácia e Consistência das Expectativas</i>	172
Figura 4.3 <i>Exemplo de Item da Medida Decomposta OVS</i>	173

Resumo Geral

Normas sociais são padrões compartilhados sobre comportamentos (in)aceitáveis. Elas podem apresentar variações em sua intensidade, caracterizando os contextos como mais *tight* (normas fortes) ou mais *loose* (normas fracas). De acordo com o modelo de Gelfand et al. (2011), *tightness-looseness* é um fator cultural e, como tal, influencia o desenvolvimento de características contextuais, bem como de processos psicológicos e comportamentais. Esta pesquisa teve como o objetivo geral investigar a força das normas sociais no contexto brasileiro, assim como sua relação com normas pró-sociais, confiança e tomada de decisão. Para isso, foram desenvolvidos quatro estudos empíricos numa abordagem multimétodos. No Estudo 1 ($N = 348$) buscou-se quantificar a percepção de *tightness* no país e identificar o suporte em relação a essa orientação. Também foi testada a replicabilidade da Escala *Tightness-looseness* (TL), buscando evidências de validade para o contexto brasileiro. Os resultados endossam a caracterização do país com normas sociais flexíveis (*loose*), apresentando variações intra-país e aumento dos níveis de *tightness* em relação a estudos prévios. Foi identificada uma leve tendência à avaliação positiva da cultura *tightness*. Também foram encontradas limitações psicométricas da escala original, com evidências parciais de validade e fidedignidade. No Estudo 2 ($N = 425$) investigou-se o processo de resposta no julgamento dos itens, utilizando um delineamento qualitativo. Análises de conteúdo revelaram a existência de nove domínios de normas sociais como referência para a avaliação da escala, constatando-se ainda limitações na compreensão dos itens. Com base nesses resultados foram propostas alterações que visam superar problemas apontados na literatura, viabilizando o Estudo 3. Neste estudo ($N = 380$) investigou-se a relação entre percepção de características culturais *tightness* e confiança interpessoal, testando a influência da confiança nas instituições, da força das normas gerais e pró-sociais na cultura brasileira como fatores explicativos dessa relação. Os resultados indicaram que se trata de um modelo

explicativo plausível, coerente com o sentido macro-micro cultural do modelo TL e interligados. Ao considerar que os níveis de *tightness* se relacionam com o quanto as normas influenciam a tomada de decisão, no Estudo 4 ($N = 380$) testou-se sua capacidade preditiva sobre comportamentos pró-sociais. De forma específica, foi avaliado se esse efeito difere em função dos custos da ação, comparando comportamentos de gentileza (baixo custo) e cooperação (alto custo) a partir de dilemas experimentais (Tarefa *Social Mindfulness* e Dilema do Prisioneiro). Os resultados indicaram que a norma de cooperação é mais forte, quando comparada à norma de gentileza. A percepção das normas sociais e a força das normas apresentaram maior poder preditivo sobre o comportamento de cooperação, o que a teoria TL específica para contextos *tight*. Em conjunto, os estudos permitem concluir que a força das normas sociais é fundamental para compreender (e promover) confiança e pró-socialidade. Ainda, aprimoram a mensuração da força das normas sociais, que se torna mais robusta quando considerados contextos específicos de análise. Por fim, esta Tese de Doutorado discute as diferentes formas de operacionalização do conceito e de sua aplicação, bem como de suas limitações.

Palavras-chave: normas sociais, modelo *tightness-looseness*, Brasil, pró-social, confiança

General Abstract

Social norms are shared patterns about (un)acceptable behaviors. They may present variance in their intensity, characterizing contexts as tighter (strong norms) or looser (weak norms). According to the model proposed by Gelfand et al. (2011), tightness-looseness is a cultural factor and, as such, influences the development of contextual factors, as well as psychological and behavioral processes. The general goal of this dissertation was to investigate the strength of social norms in the Brazilian context, and its relationship with prosocial norms, trust, and decision-making. To this end, four independent empirical studies were developed using a multi-method approach. Study 1 ($N = 348$) aimed to quantify tightness levels in Brazil and evaluate the psychometric properties of the Tightness-Looseness Scale (TL). The results endorse the country's characterization as having flexible social norms (loose), with intra-country variations and higher levels of tightness than previous studies. Psychometric limitations of the original scale were also found, with partial evidence for validity and reliability. In Study 2 ($N = 425$) the process of responding to the items was investigated. Content analysis revealed the existence of nine different domains when one evaluates the scale and comprehension problems in half of the items. Recommendations were made for overcoming measurement limitations in the literature, also making Study 3 viable. This study ($N = 380$) used the TL cultural model to investigate the relationship between perception of tightness and interpersonal trust, by testing how trust in institutions, strength of norms in general and, pro-social norms explain that relationship. Structural equation modeling indicated the plausibility of the model in the Brazilian context, in accordance with the interrelated macro-micro features of T-L. Because tightness levels are related to how much norms influence decision-making, Study 4 ($N = 380$) tested its capacity to predict prosocial behaviors. Specifically, it was tested whether this effect depends on action costs, by comparing kindness (low-cost) and cooperation (high cost) in experimental game scenarios

(Social Mindfulness Task and Prisoner's Dilemma). Results showed that the norms for cooperation are stronger than the norms for kindness. The perception of social norms and the strength of norms had greater potential to predict cooperative behavior. Taken together, the studies allow to conclude that the strength of social norms is elemental for understanding (and promoting) trust and prosociality. Furthermore, they improve the measuring of the strength of social norms when taking into specific contexts into account. Finally, different ways of operationalizing the concept and applications, as well as limitations, are discussed.

Keywords: social norms, tightness-looseness model, Brazil, pro-social, trust

Introdução Geral

As normas sociais são essenciais para a vida em sociedade, favorecendo processos de coordenação e cooperação entre os indivíduos, uma vez que encorajam ações que preservam o interesse coletivo (Bicchieri, 2005). A literatura aponta sistematicamente as normas sociais como um meio efetivo para promover comportamentos pró-sociais (Fehr & Schurtenberger, 2018; Heiman et al., 2023; Miller & Prentice, 2016) e confiança (Bicchieri et al., 2011; Balliet & Van Lange, 2013; Dunning et al., 2014). Normas podem ser definidas como crenças compartilhadas sobre os comportamentos aprovados ou desaprovados entre os membros de um grupo, portanto, prescrevem ou proíbem determinados comportamentos (Bicchieri, 2005). Dentre as dimensões que as normas sociais apresentam, a força das normas se mostra relevante e ainda pouco explorada em pesquisas no campo da psicologia (Szekely et al., 2021). Ademais, a caracterização cultural do Brasil é comumente ligada à flexibilidade em relação às normas sociais, o que está associada a diversos problemas sociais (Chua et al., 2019; Gelfand & Harrington, 2014). No entanto, não houve uma investigação sistemática sobre o construto de normas sociais no país e sua relação com a pró-socialidade. Diante disso, esta Tese de Doutorado teve como o objetivo geral investigar a força das normas sociais no contexto brasileiro, assim como sua relação com normas pró-sociais, confiança e tomada de decisão.

A força das normas sociais é o elemento central do modelo *tightness-looseness* (TL) (Gelfand et al., 2011), que caracteriza os contextos culturais com base na (in)tolerância a comportamentos desviantes e na baixa (ou alta) intensidade das suas normas sociais. Em outras palavras, se refere à pressão social percebida em contextos sociais para agir de forma normativa. Dessa forma, o conjunto de situações em uma cultura pode ser caracterizado pela presença de normas sociais ora mais rígidas, ora de maior tolerância com comportamentos desviantes (Gelfand et al., 2006). Além disso, o modelo TL adota uma abordagem

estruturalista (Morris et al., 2000) que coloca ênfase na análise das normas sociais e restrições situacionais dentro da cultura, de forma a conectar esses fatores com aspectos ecológicos (p.ex., presença de ameaças) e processos psicológicos individuais (p.ex., autorregulação) (Gelfand et al., 2020). Diante disso, o processo de investigação da força das normas sociais no Brasil foi orientado pelo modelo cultural TL.

Foram desenvolvidos quatro estudos empíricos em uma abordagem multimétodos, organizados em manuscritos independentes. No Estudo 1 foi apresentado como objetivo investigar a percepção da força das normas sociais no país e o suporte atribuído à cultura *tightness*, identificando variações em nível intrapaís e em relação a estudos transculturais prévios com amostras brasileiras. Normas sociais, conformidade e percepção de tolerância com os desvios em situações sociais específicas foram mensuradas a partir de cenários de violação de normas de cooperação cívica, como variáveis consequentes à percepção de *tightness* cultural. A maior parte das pesquisas sobre normas no Brasil adotou uma perspectiva *emic* (Berry, 1989), a partir das lentes de uma característica cultural conhecida como *jeitinho brasileiro* (p.ex., Ferreira et al., 2012). Já as investigações de *tightness* que contemplaram amostras brasileiras adotaram uma perspectiva *etic* (Berry, 1989) e representam a minoria das investigações, envolvendo apenas dois estudos transculturais (p.ex., Gelfand et al., 2011; Eriksson et al., 2021). Diante disso, compreende-se que contemplar a investigação das normas sociais no Brasil a partir do modelo TL amplia a compreensão desse fenômeno. Apesar de não se limitar ao contexto brasileiro, as normas sociais apresentam configurações singulares que estão associadas ao contexto em que existem, o que se alinha à compreensão de que todo o fenômeno possui aspectos *etic* e *emic* (Kwantes & McMurphy, 2021).

Uma importante crítica atribuída à investigação das normas sociais diz respeito à sua mensuração, dado que muitos estudos inferem sobre o efeito das normas sem realizar uma

avaliação adequada do construto (Fehr & Schurtenberger, 2018; Heiman et al., 2023; Szekely et al., 2021). A forma como o contexto à nossa volta é percebido é essencial para compreender o comportamento humano, dada a complexidade e ambiguidade da realidade social (Rauthmann & Sherman, 2018). Sendo assim, para o alcance de tal objetivo, o Estudo 1 também envolveu questões psicométricas da mensuração da força das normas sociais. A busca de evidências de validade de medidas e estudos de replicação são necessários para garantir resultados confiáveis de pesquisa (Treviño et al., 2019). Em especial, essa foi uma preocupação considerando as limitações apontadas na literatura sobre o principal instrumento utilizado para essa avaliação (ver Church et al., 2012; Treviño et al., 2019; Uz, 2015). As limitações psicométricas identificadas no Estudo 1 levaram a necessidade de realizar melhorias na Escala a partir da investigação aprofundada da compreensão dos itens, o que foi contemplado no Estudo 2 (Figura 1(a)).

No Estudo 2 foi utilizado um delineamento qualitativo para a busca de evidência de validade da escala TL baseada no processo de resposta, respondendo uma demanda da literatura sobre como a avaliação das normas em geral é feita pelos respondentes ao julgar os itens da Escala TL (ver Minkov et al., 2013). Essa investigação envolveu avaliar a adequação da compreensão dos itens em relação ao construto assim como dos contextos utilizados como referência. A partir desses resultados foram propostas melhorias da medida e realizadas investigações quantitativas de suas qualidades psicométricas e a proposição e teste de uma versão reformulada da Escala TL que viabilizou a condução do Estudo 3. Além disso, o Estudo 2 também apresenta evidências de nuances na avaliação da força das normas sociais que estão relacionadas ao contexto. Portanto, a força das normas não apenas se diferencia entre culturas, mas também pode haver variações entre domínios específicos (p. ex., família, gênero) (Gelfand et al., 2017). A partir disso, no Estudo 3 a força das normas foi avaliada de forma geral e específica, considerando o domínio das normas pró-sociais (Figura 1.0(b)).

Os Estudos 3 e 4 foram planejados a partir de um caráter mais aplicado e de um raciocínio mais indutivo, quando comparados aos estudos anteriores. De forma mais específica, questionou-se o quanto a percepção de *tightness* na cultura brasileira e das normas pró-sociais são relevantes para a promoção de confiança e dos comportamentos pró-sociais. Assim, na sequência, a presente Tese de Doutorado se desenvolveu de forma a analisar a influência da força das normas sociais (gerais e específicas) em aspectos psicológicos e comportamentais. O modelo TL propõe a influência de características culturais no desenvolvimento de processos psicológicos específicos (Gelfand et al., 2011). Grande parte das pesquisas apresentou evidências orientadas às atitudes (Gelfand & Lun, 2013) e variáveis autorreferentes (Gelfand et al., 2011). Dessa forma, buscou-se contribuir com a investigação de variáveis focadas nas relações interpessoais.

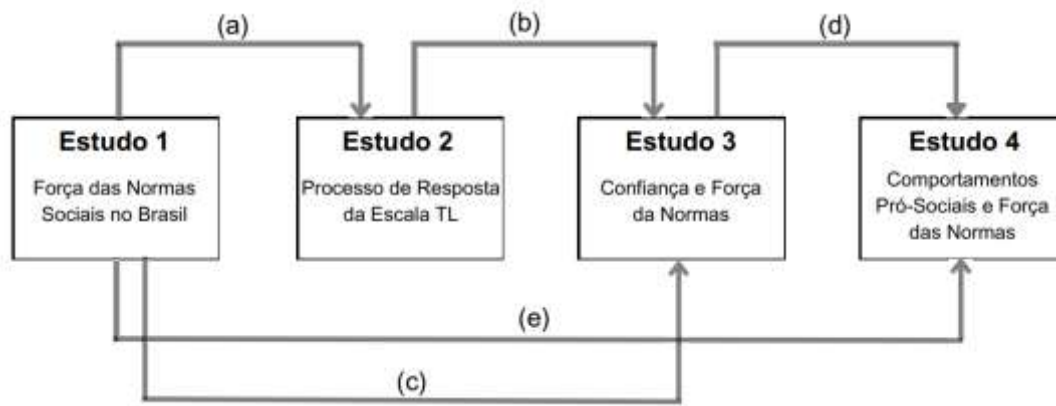
No que tange à confiança interpessoal, foi apontada por Gelfand et al. (2020) que este construto é teoricamente relacionado, mas que carece de investigação empírica (Lu et al., 2017; Luo et al., 2023). A confiança pode ser definida como crença sobre o quanto os outros são confiáveis (Kwantes & McMurphy, 2021). No Brasil, há baixos níveis de confiança (de Aquino, 2017; Inglehart et al., 2014) que podem ser influenciados pela baixa percepção de *tightness*, dado que há uma relação entre confiança e normas sociais (Balliet & Van Lange, 2013). Em culturas *loose* há maior variabilidade de comportamentos (Uz, 2015) e menor aplicação de sanções para a restrição dos comportamentos (Gelfand et al., 2011). Diante disso, é esperada uma relação negativa entre características culturais *looseness* (conforme identificado no Estudo 1) e confiança interpessoal (Figura 1.0 (c)). O Estudo 3 buscou demonstrar evidências explicativas dessa relação, uma vez que ainda é necessário compreender como essa relação se estabelece e os mecanismos explicativos associados a ela. Além disso, a confiança interpessoal é essencial para as relações interpessoais (Kwantes & McMurphy, 2021) e para a promoção de cooperação (Van Lange et al., 2017).

Os resultados encontrados no Estudo 3 apontaram para a maior capacidade preditiva das normas específicas para desfechos psicológicos (confiança). Dessa forma, no Estudo 4, a relação entre força das normas e comportamentos pró-sociais foi testada considerando normas específicas ao contexto (Figura 1.0 (d)). Uma avaliação específica da força das normas sociais está alinhada à compreensão de normas como contexto-dependente (Wilson, 2017) e para isso sugere a conveniência do uso de medidas específicas (Gelfand et al., 2017). No Estudo 4, o comportamento também foi observado a partir do uso de dilemas experimentais, uma vez que a relação entre força das normas e comportamento autorrelatado não foi identificada no Estudo 1 (Figura 1.0(e)).

A influência das normas sociais nos comportamentos apresenta variações em relação às configurações que o contexto apresenta (Heiman et al., 2023; Roos et al., 2015), bem como entre sociedades (Fischer & Karl, 2020; Leung & Morris, 2015). Variações no contexto e em sociedades podem advir não apenas da norma social em si, como também da força dessas normas sociais (Gelfand et al., 2006). Identificar a força da norma aumenta, portanto, a predição sobre o comportamento (Andrighetto & Vriens, 2022), mas a relação entre força das normas sociais e comportamento nem sempre existe (Elster & Gelfand, 2020). A partir disso, emerge como uma questão importante identificar se comportamentos pró-sociais podem ser fomentados a partir da força das normas sociais. Essa pergunta foi foco do Estudo 4.

Figura 1.0

Relação entre os Estudos da Tese



Por fim, é importante apontar que a dimensão cultural TL configura-se como um conceito complexo que precisa ser avaliado a partir de um conjunto de medidas em nível grupal e individual (p. ex., Gelfand et al., 2011; Uz, 2015). No entanto, na presente Tese de Doutorado, os estudos desenvolvidos contemplaram essa variável em nível individual, uma vez que foi o intuito deste trabalho avaliar a percepção de *tightness*. Ainda que não tenham sido planejadas investigações que utilizassem análises multiníveis, foram contemplados os fatores presentes nos níveis micro, meso e macroestrutural no modelo teórico *tightness-looseness* a partir das percepções individuais, adotando um nível de análise individual. O conceito de *tightness* está relacionado com uma compreensão multidimensional das normas sociais (Fischer & Karl, 2020), comumente utilizada em estudos sociológicos (p. ex., Rauhut, & Winter, 2010). Para a avaliação das normas no domínio pró-social adotou-se essa perspectiva de análise.

Referências

- Andrighetto, G., & Vriens, E. (2022). A research agenda for the study of social norm change. *Philosophical Transactions of the Royal Society A*, 380(2227), 20200411. <https://doi.org/10.1098/rsta.2020.0411>
- Balliet, D., & Van Lange, P. A. (2013). Trust, punishment, and cooperation across 18 societies: A meta-analysis. *Perspectives on psychological science*, 8(4), 363-379

- Berry, J. W. (1989). Imposed etics-emics-derived etics: The operationalization of a compelling idea. *International Journal of Psychology*, 24, 721-735.
- Bicchieri, C. (2005). *The grammar of society: The nature and dynamics of social norms*. Cambridge University Press.
- Bicchieri, C., Xiao, E., & Muldoon, R. (2011). Trustworthiness is a social norm, but trusting is not. *Politics, Philosophy & Economics*, 10(2), 170-187.
<http://dx.doi.org/10.1177/1470594X10387260>
- Chua, R. Y. J., Huang, L. G., & Jin, M. (2019). Mapping cultural tightness and its links to innovation, urbanization, and happiness across 31 provinces in China. *PNAS*, 16(14), 6720-6725. <https://doi.org/10.1073/pnas.1815723116>
- Church, A. T., Willmore, S. L., Anderson, A. T., Ochiai, M., Porter, N., Mateo, N. J., ... & Ortiz, F. A. (2012). Cultural differences in implicit theories and self-perceptions of traitedness: Replication and extension with alternative measurement formats and cultural dimensions. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 43(8), 1268-1296.
<http://dx.doi.org/10.1177/0022022111428514>
- de Aquino, J. A. (2017). The meaning of trust for Brazilians with higher education. *Social Indicators Research*, 130, 325-349. <https://doi.org/10.1007/s11205-015-1178-0>
- Dunning, D., Anderson, J. E., Schlösser, T., Ehlebracht, D., & Fetchenhauer, D. (2014). Trust at zero acquaintance: More a matter of respect than expectation of reward. *Journal of Personality and Social Psychology*, 107(1), 122. <http://dx.doi.org/10.1037/a0036673>
- Elster, A., & Gelfand, M. J. (2021). When guiding principles do not guide: The moderating effects of cultural tightness on value-behavior links. *Journal of Personality*, 89(2), 325-337. <https://doi.org/10.1111/jopy.12584>
- Eriksson, K., Strimling, P., Gelfand, M., Wu, J., Abernathy, J., Akotia, C. S., ... & Van Lange, P. A. (2021). Perceptions of the appropriate response to norm violation in 57 societies. *Nature Communications*, 12(1), 1-11. <https://doi.org/10.1038/s41467-021-21602-9>
- Fehr, E., & Schurtenberger, I. (2018). Normative foundations of human cooperation. *Nature Human Behaviour*, 2(7), 458-468. <https://doi.org/10.1038/s41562-018-0385-5>
- Ferreira, M. C., Fischer, R., Porto, J. B., Pilati, R., & Milfont, T. L. (2012). Unraveling the mystery of Brazilian Jeitinho: A cultural exploration of social norms. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 38(3), 331-344. <https://doi.org/10.1177/0146167211427148>
- Fischer, R., & Karl, J. (2020). Norms across cultures: A cross-cultural meta-analysis of norms effects in the theory of planned behavior (corrected & updated). *Journal of*

- Cross-Cultural Psychology*, 50(10), 1112-1126.
<https://doi.org/10.1177/0022022119846409>
- Gelfand, M. J., & Lun, J. (2013). Ecological priming: Convergent evidence for the link between ecology and psychological processes. *Behavioral and Brain Sciences*, 36, 489–490. <https://doi.org/10.1017/S0140525X13000113>
- Gelfand, M. J., Caluori, N., Gordon, S., Raver, J., Nishii, L., Leslie, L., & Lun, J. (2020). 'Culture's Constraints: The Role of Situational Constraint in Cultural Systems'. In J. F. Rauthmann., R. A. Sherman., D. C. Funder (Eds.), *The Oxford Handbook of Psychological Situations* (pp. 63-78). Oxford University Press.
- Gelfand, M. J., Harrington, J. R., & Jackson, J. C. (2017). The strength of social norms across human groups. *Perspectives on Psychological Science*, 12(5), 800-809. <https://doi.org/10.1177/17456916177086>
- Gelfand, M. J., Nishii, L. H., & Raver, J. L. (2006). On the nature and importance of cultural tightness-looseness. *Journal of Applied Psychology*, 91(6), 1225–1244.
<https://doi.org/10.1037/0021-9010.91.6.1225>
- Gelfand, M. J., Raver, J. L., Nishii, L., Leslie, L. M., Lun, J., Lim, B. C., ... & Yamaguchi, S. (2011). Differences between tight and loose cultures: A 33-nation study. *Science*, 332(6033), 1100-1104. <https://doi.org/10.1126/science.1197754>
- Harrington, J. R., & Gelfand, M. J. (2014). Tightness-looseness across the 50 United States. *Proc Natl Acad Sci*, 111, 7990-7995. <https://doi.org/10.1073/pnas.1317937111>
- Heiman, S. L., Claessens, S., Ayers, J. D., Guevara Beltrán, D., Van Horn, A., Hirt, E. R., ... & Todd, P. M. (2023). Descriptive norms caused increases in mask wearing during the COVID-19 pandemic. *Scientific reports*, 13(1), 11856. <https://doi.org/10.1038/s41598-023-38593-w>
- Inglehart, R., Haerpfer, C., Moreno, A., Welze, C., Kizilova, K., Diez-Medrano, J., ... Puranen, B. (2014). *World values survey: Round six – Country-pooled Datafile*. JD Systems Institute.
- Kwantes, C. T., & McMurphy, S. (2021). Contextual influences on trust and trustworthiness: An etic perspective. C. T. Kwantes & B. C. H. Kuo (Eds.), *Trust and trustworthiness across cultures: Implications for societies and workplaces*, (pp. 1-16). Springer.
<https://doi.org/10.1007/978-3-030-56718-7>
- Leung, K., & Morris, M. W. (2015). Values, schemas, and norms in the culture–behavior nexus: A situated dynamics framework. *Journal of International Business Studies*, 46, 1028-1050. <https://doi.org/10.1057/jibs.2014.66>

- Lu, S. C., Kong, D. T., Ferrin, D. L., & Dirks, K. T. (2017). What are the determinants of interpersonal trust in dyadic negotiations? Meta-analytic evidence and implications for future research. *Journal of Trust Research*, 7(1), 22-50.
<http://doi.org/10.1080/21515581.2017.1285241>
- Luo, S., Li, L. M. W., Espina, E., Bond, M. H., Lun, V. M. C., Huang, L., ... & Liu, J. H. (2023). Individual uniqueness in trust profiles and well-being: Understanding the role of cultural tightness–looseness from a representation similarity perspective. *British Journal of Social Psychology*, 62(2), 825-844. <https://doi.org/10.1111/bjso.12599>
- Miller, D. T., & Prentice, D. A. (2016). Changing norms to change behavior. *Annual Review of Psychology*, 67, 339-361. 10.1146/annurev-psych-010814-015013
- Minkov, M., Blagoev, V., & Hofstede, G. (2013). The boundaries of culture: Do questions about societal norms reveal cultural differences?. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 44(7), 1094-1106. <https://doi.org/10.1177/0022022112466942>
- Morris, M. W., Hong, Y. Y., Chiu, C. Y., & Liu, Z. (2015). Normology: Integrating insights about social norms to understand cultural dynamics. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 129, 1-13. <http://dx.doi.org/10.1016/j.obhdp.2015.03.001>
- Rauthmann, J., & Sherman, R. (2019). Toward a research agenda for the study of situation perceptions: A variance componential framework. *Personality and Social Psychology Review*, 23(3), 238-266. <http://dx.doi.org/doi.org/10.1177/10888683187656>
- Roos, P., Gelfand, M., Nau, D., & Lun, J. (2015). Societal threat and cultural variation in the strength of social norms: An evolutionary basis. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 129, 14-23. <http://dx.doi.org/10.1016/j.obhdp.2015.01.003>
- Szekely, A., Lipari, F., Antonioni, A., Paolucci, M., Sánchez, A., Tummolini, L., & Andrighetto, G. (2021). Evidence from a long-term experiment that collective risks change social norms and promote cooperation. *Nature communications*, 12(1), 5452. <https://doi.org/10.1038/s41467-021-25734-w>
- Treviño, L. J., Egri, C. P., Ralston, D. A., Naoumova, I., Furrer, O., Li, Y., ... & de la Garza Carranza, M. T. (2021). A multi-country, multi-sector replication challenge to the validity of the cultural tightness-looseness measure. *Asia Pacific Journal of Management*, 38, 735-764. <https://doi.org/10.1007/s10490-019-09682-0>
- Uz, I. (2015). The index of cultural tightness and looseness among 68 countries. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 46(3), 319-335. <https://doi.org/10.1177/0022022114563611>
- Van Lange, P. A. M., Rockenbach, B., & T. Yamagishi, T. (2017). *Trust in social dilemmas*. Oxford University Press.

Wilson, D. S., Hartberg, Y., MacDonald, I., Lanman, J. A., & Whitehouse, H. (2017). The nature of religious diversity: a cultural ecosystem approach. *Religion, Brain & Behavior*, 7(2), 134-153. <http://dx.doi.org/10.1080/2153599X.2015.1132243>

Manuscrito 1

O Brasil é (e Quer Ser) um País *Loose*? Normas Sociais, Percepção de Ameaças, Conformidade e Tolerância com Desvios

Resumo

A caracterização cultural do Brasil frequentemente envolve o problema de (não) seguir normas sociais. No entanto, ainda não se investigou sistematicamente se o país é *loose* (normas fracas) ou *tight* (normas fortes). Este estudo teve como objetivo investigar a força das normas sociais no Brasil com base no modelo *tightness-looseness* (TL), identificando o suporte à cultura *tightness* e testando a replicabilidade da Escala TL. Cenários de violação de norma de cooperação cívica ($N = 348$) permitiram testar antecedentes (percepção de ameaças) e consequentes (força das normas, tolerância com desvios e conformidade) da percepção de *tightness*. Os resultados endossam a caracterização do Brasil com normas sociais flexíveis (*loose*), tanto a partir dos níveis da dimensão TL quanto da percepção de normas sociais fracas, assim como da alta tolerância com desvios em situações específicas. Verificou-se ainda um aumento dos níveis de *tightness* em relação a estudos interculturais com amostras brasileiras e diferenças individuais em nível intrapaís. Foi revelada uma pequena tendência à avaliação positiva de um contexto cultural com normas fortes (*tight*). São discutidas as limitações psicométricas da Escala *Tightness-Looseness*, reforçando achados na literatura que questionam a capacidade de replicação da medida para diferentes culturas. quando desenvolvida, adota tipicamente uma perspectiva *emic* adota uma perspectiva *emic*.

Palavras-chave: normas sociais, cultura *tightness-looseness*, Brasil, evidências de validade

A cultura brasileira é conhecida pela maneira muito flexível de lidar com normas sociais, entretanto, a investigação da força das normas é ainda incipiente. As normas sociais no Brasil são tradicionalmente abordadas a partir de uma perspectiva *emic* – que enfatiza aspectos psicológicos particulares da cultura (Berry, 1989), negligenciando uma perspectiva descritiva de comportamento. A síndrome cultural com maior destaque é conhecida como “jeitinho brasileiro”, definida como uma estratégia de resolução de problemas que envolve criatividade e quebra de normas sociais (Ferreira et al., 2012; Fischer et al., 2022; Miura et al., 2019; Rodrigues et al., 2011). Não apenas *jeitinho*, mas outros termos (p.ex., *armegue*, *gato*) são comumente utilizados para descrever artifícios empregados pelos brasileiros, também se configurando como desvios às regras e leis. Ao menos em parte, esse estereótipo advém da tentativa de lidar com a rigidez nas relações sociais excessivamente formais e hierárquicas presentes historicamente no país (DaMatta, 1986). No entanto, o fenômeno de flexibilidade-rigidez das normas sociais também pode ser investigado a partir do conceito *tightness-looseness* (TL), que caracteriza os contextos culturais em termos da força das normas sociais (Gelfand et al., 2011).

As normas sociais podem ser definidas como padrões de comportamentos conhecidos e aceitos pelos membros de um grupo (Fehr & Schurtenberger, 2018). No entanto, o padrão prescrito pela norma constitui uma gama de comportamentos que variam em termos de aprovação pelo grupo, permitindo uma variação de sua expressão (Axelrod, 1986; Jackson, 1966). Essa amplitude de variação da norma está associada à força das normas sociais, que se refere à sua clareza e pervasividade entre os membros do grupo. Quanto mais fortes são as normas, mais *tight* o contexto se caracteriza (Gelfand et al., 2006). Não foram identificadas avaliações empíricas realizadas exclusivamente no Brasil que permitissem fazer inferência sobre variações da percepção de *tightness* em nível intrapaís e comparações com os estudos transculturais prévios que contemplaram amostras brasileiras. Diante disso, o presente estudo

se propôs a investigar as normas sociais a partir da percepção de *tightness* cultural no país, bem como o suporte atribuído à cultura *tightness*.

A dimensão TL está associada a diferentes marcadores importantes, haja vista a relação identificada com níveis de bem-estar em nível regional e nacional (Chua et al., 2019; Gelfand & Harrington, 2014; Harrington et al., 2015; Uz, 2015). Da mesma forma, níveis baixos de *tightness* estão associados a variados problemas sociais, como por exemplo, consumo de álcool e substâncias ilícitas, taxas de população em situação de rua, discriminação no emprego, desigualdade política/legal e taxas de criminalidade (Harrington & Gelfand, 2014). Há evidências de que a eficácia de um país em combater ameaças ecológicas, como é o caso da COVID-19, está relacionada a elevados níveis de *tightness*, uma vez que a população adota mais rapidamente às novas normas vigentes (Gelfand et al., 2021). Diante disso, o conhecimento sobre a força das normas em uma sociedade pode impactar na escolha de estratégias mais eficazes na promoção de mudança de comportamento, afetando, por sua vez, a formulação de políticas públicas (Elster & Gelfand, 2021). Portanto, identificar como a dimensão TL se caracteriza no território brasileiro se mostra não somente importante numa perspectiva teórico-conceitual, mas um aporte promissor para problemas aplicados que são urgentes (p. ex., Gelfand et al., 2021).

A dimensão cultural TL se caracteriza como uma realidade externa ao indivíduo, que envolve a pressão social sentida para que determinadas regras sejam seguidas (Li et al., 2017). Portanto, as culturas podem ser descritas como aquelas caracterizadas por normas fortes e baixa tolerância com comportamentos desviantes (*tight*) e aquelas caracterizadas por normas fracas e alta tolerância com comportamentos desviantes (*loose*) (Harrington & Gelfand, 2014). Esse construto foi inicialmente investigado na antropologia e nomeado como *tightness-looseness*, sendo utilizado para analisar sociedades em conjunto com características ecológicas (Pelto, 1968). Posteriormente, foi introduzido na psicologia (Berry, 1967;

Triandis, 1972, 1989) e apenas mais recentemente passou a ser investigado a partir de um quadro teórico robusto (Gelfand et al., 2011). Gelfand et al. (2006) organizaram um modelo teórico explicativo e reuniram evidências empíricas a partir de comparações entre países.

Dentre as principais operacionalizações utilizadas para avaliar a cultura TL está a Escala *Tightness-Looseness* (Gelfand et al., 2011). Trata-se de uma medida subjetiva, que pretende acessar a percepção individual sobre o quão *tight* uma cultura se caracteriza (Uz, 2015). No entanto, a literatura aponta dúvidas sobre a capacidade dessa medida para avaliar um construto complexo como o TL a partir de seus seis itens (p. ex., Minkov et al., 2013; Uz, 2015). Ainda que a escala tenha apresentado boas evidências de validade em estudos iniciais (Gelfand et al., 2011), foram encontradas evidências menos satisfatórias em estudos posteriores (p. ex., Church et al., 2012; Church et al., 2013; Treviño et al., 2021), inclusive apontando a incapacidade da estrutura interna da medida ser replicada transculturalmente (Trenino et al., 2021). Deve-se ressaltar também que grande parte dos estudos que se propuseram a investigar a dimensão TL fizeram uso de dados indiretos, comparando países com base no *ranking* obtido por Gelfand et al. (2011) (p.ex., Elster & Gelfand, 2021; Jackson et al., 2019). Obviamente a centralização da coleta de dados a partir de pesquisas de larga escala traz grande desafio para a busca de evidências de validade das medidas utilizadas (Bulloch, 2013).

Considerando as críticas e limitações da medida apontadas na literatura em relação à Escala *Tightness-Looseness*, novos estudos de replicação e testes adicionais da escala ainda são necessários. Deles depende a avaliação do nível de confiança posta nos resultados encontrados que, por sua vez, afetam a tomada de decisão em situações reais (Cortina et al., 2017; Trenino et al., 2019). Portanto, nesta pesquisa também buscou-se realizar o teste da replicabilidade da medida para o contexto brasileiro, avaliando-se a sua estrutura fatorial.

Inicialmente, espera-se identificar o modelo unifatorial da medida, conforme proposto por Gelfand et al. 2011 (Hipótese 1).

Normas Sociais no Contexto Brasileiro

Em sua história recente, o Brasil vivenciou crises políticas marcadas por escândalos de corrupção e intensa polarização nas eleições de 2018 e 2022 – resultando em governos eleitos com orientações políticas bastante opostas. Manifestações sociais em diversas regiões do país a favor de pautas de direita e pedidos de intervenção militar contrastam, por exemplo, com a flexibilidade das normas sociais presentes no estereótipo cultural brasileiro. De fato, um recente estudo longitudinal apresentou evidências de mudanças de comportamentos culturais ao longo do tempo, abrangendo um período marcado por grande instabilidade política no Brasil (Fischer et al., 2022), o que também pode resultar em mudanças na percepção das normas sociais compartilhadas. Além disso, o Brasil sofreu grande impacto da COVID-19, em função do expressivo número de casos e de mortes registrados (Gelfand et al., 2021; Johns Hopkins University & Medicine, 2023). Fato que também está associado à força das normas sociais (Gelfand et al., 2021). Tais mudanças revelam a necessidade de aprofundar a avaliação sobre as normas sociais em operação. Para compreender a multiplicidade da cultura brasileira é necessário incorporar informações que tornam qualquer modelo mais complexo no que diz respeito às normas sociais e seu cumprimento. Assim, o uso de um modelo cultural robusto como o apresentado pela teoria *tightness-looseness* (Gelfand et al., 2011) pode contribuir no avanço desse entendimento.

Ainda é pequena, de modo geral na América Latina, a investigação da dimensão TL. Apenas no Equador um estudo recente se dedicou a avaliar como essa característica se apresenta no país (Jolly et al., 2021). Sobre a cultura brasileira, as avaliações estão sempre incluídas nas investigações interculturais, nas quais o país aparece como parte de muitos outros e o foco está na comparação. No estudo seminal de Gelfand et al. (2011), o Brasil

ocupou a 4ª posição em um *ranking* do nível de *looseness* entre 33 países, apresentando escore médio igual a 3,5. Em um estudo mais recente realizado com 57 países, o Brasil apresentou um escore ligeiramente superior (3,8), ocupando a 6ª colocação (Eriksson et al., 2021a). Ainda que tenha sido identificado como predominantemente *loose*, as amostras coletadas por Gelfand et al. e Eriksson et al. incorporaram apenas uma capital do país (São Paulo). Portanto, seria um equívoco inferir homogeneidade sobre o território nacional, dado que amostras não probabilísticas utilizadas em estudos interculturais podem ser sub-representativas, especialmente considerando as proporções continentais e a grande diversidade cultural do Brasil (Fischer et al., 2011; Pérez-Nebra et al., 2023; Torres et al., 2015).

Força das Normas Sociais: Modelo *Tightness-Looseness*

O modelo TL incorpora um sistema cultural com múltiplos níveis de análise, composto por fatores socioecológicos, institucionais, estruturas situacionais e processos psicológicos. Ainda que a força das normas e a tolerância com desvios seja a distinção central entre culturas *tight* e *loose* (Gelfand et al., 2011), não deve se restringir a isso. Assim, no presente estudo também foram avaliados antecedentes e consequentes presentes no modelo teórico proposto por Gelfand et al (2011) e sua relação com a percepção da força das normas sociais.

Dentre os antecedentes presentes no modelo teórico de Gelfand et al. (2011) encontram-se as ameaças sociais e ecológicas, como por exemplo a escassez dos recursos naturais, as doenças e a densidade populacional. Elas atuam como fatores históricos que propiciam o desenvolvimento de características mais rígidas, uma vez que as normas sociais favorecem a coordenação de grupos para o enfrentamento de ameaças. Sendo assim, a teoria tem como foco a adaptação das sociedades às características ecológicas e a adaptação dos indivíduos às normas sociais (Li et al., 2017), alinhado à abordagem eco-cultural (Berry,

2011). Essa pode ser uma explicação para variações na presença de ameaças (p.ex., prevalência de doenças) e no nível de conformidade e tolerância com desvios das normas entre países (Murray et al., 2011). Diante disso, espera-se que quanto maior a percepção de ameaças socioecológicas no contexto brasileiro, maior será a percepção de *tightness* (Hipótese 2). Por fim, e em caráter exploratório, também foi avaliada a norma pessoal, uma vez que as normas sociais (descritivas e injuntivas) estão relacionadas com a expectativa do grupo e as normas pessoais competem às percepções individuais em relação ao comportamento apropriado (Morris et al., 2015), expressando valores pessoais (Schwartz, 1977).

A dimensão TL também se reflete a partir da predominância de características estruturais das situações sociais cotidianas, que se configuram como mais restritivas ou menos restritivas, em consequência à força das normas sociais presentes no contexto cultural em geral. Por isso, considerando-as como variáveis consequentes presentes no modelo de Gelfand et al. (2011), foi avaliada a percepção da força das normas sociais em duas situações sociais cotidianas envolvendo normas de cooperação cívica, representando um domínio cultural específico. Para a avaliação das normas em situações sociais específicas utilizou-se tanto as normas descritivas como as normas injuntivas (Cialdini, 2003). As normas descritivas dizem respeito à percepção de quais são os comportamentos típicos desempenhados, enquanto as normas injuntivas se referem à percepção de quais comportamentos são aprovados. Quanto mais os comportamentos de violação das normas são considerados inapropriados pelo grupo, maior a intensidade da norma (Jasso & Opp, 1997). A presença de normas sociais fortes sugere que há menor tolerância com os comportamentos desviantes das normas em situações sociais específicas. Portanto, espera-se que quanto maior a percepção de *tightness* no contexto brasileiro, maior será a percepção da força das normas de cooperação cívica (Hipótese 3).

Ainda como variáveis consequentes considerando a teoria TL (Gelfand et al., 2006, 2011), foram consideradas a percepção da frequência de punição e de denúncias feitas quando há violação das normas de cooperação cívica. Isso porque culturas com normas mais fortes estão associadas à menor tolerância com os desvios de comportamento e maior punição. Portanto, espera-se que quanto maior a percepção de *tightness* no contexto brasileiro, menor será a percepção de tolerância com os desvios da norma (Hipótese 4). Da mesma forma, e em função do grau de restrição percebido no contexto, em uma cultura *tight* seus membros tendem a seguir as normas compartilhadas. Sendo assim, espera-se que quanto maior a percepção de *tightness* no contexto brasileiro, maior será a conformidade com as normas de cooperação cívica (Hipótese 5).

Percepção de *Tightness* e Suporte à Cultura *Tightness* no Brasil

Viver em uma sociedade *tight* ou *loose* não significa que os seus indivíduos endossam, de forma correspondente, normas mais rígidas ou flexíveis. Fornecer suporte em relação à cultura *tightness* diz respeito principalmente a uma característica atitudinal. Por isso, é possível que haja divergências entre o contexto cultural no qual o indivíduo vive e a atitude que possui em relação às características dessa cultura (Jackson et al., 2019). A correspondência entre características individuais e culturais pode, por exemplo, afetar os índices de felicidade (Fulmer et al., 2010). O suporte à cultura *tightness* está positivamente associado com crenças morais focadas na importância atribuída ao grupo (Di Santo et al., 2022), bem como positivamente associado com a percepção de ameaças (Jackson et al., 2019; Mula et al., 2022).

No Brasil, assim como em outros países, ainda que todos os cidadãos estejam submetidos aproximadamente à mesma cultura, pode haver variação sobre o quanto almejam por normas sociais fortes para guiar as ações de todos (Di Santo et al., 2022). Considerando que o comportamento cultural brasileiro que envolve a violação das normas é visto como

negativo (Miura, 2019; Rodrigues et al., 2011), é possível que haja uma atitude positiva dos brasileiros em relação a um contexto cultural mais eficiente para restringir algumas ações, gerando um efeito de contraste (Cheng et al., 2006). Portanto, pretende-se descrever a relação da atitude dos indivíduos em relação à cultura *tightness* e a percepção de *tightness* no contexto nacional. Espera-se que quanto menor a percepção de *tightness* no contexto brasileiro, maior será a atitude em relação à cultura *tightness* (Hipótese 6).

Visto que a percepção da força das normas sociais pode variar não apenas entre países (Gelfand et al., 2011; Uz, 2015), mas também entre subgrupos dentro de uma cultura (Chua et al., 2019; Harrington & Gelfand, 2014; Mandel & Realo, 2015), parte da análise realizada no presente estudo envolveu a comparação de variáveis individuais demográficas em nível intrapaís, considerando outras configurações da cultura (Cohen & Varnum, 2016). Elas incluíram idade, sexo, nível educacional, local de residência e regiões geográficas, ainda não explorados no contexto brasileiro. Embora não tenham sido formuladas hipóteses para grupos específicos, espera-se que haja variações significativas nos níveis de *tightness* dentro do país (Hipótese 7). Também foi incluída a avaliação de possíveis alterações na cultura em comparação com os estudos transculturais prévios que contemplaram amostras brasileiras (Gelfand et al., 2011; Eriksson et al., 2021b). Ela se baseia na constatação de que há evidências de variação dos níveis de *tightness* ao longo do tempo em outros países (Mandel & Realo, 2015). Portanto, considerando as mudanças na história recente do país (Fischer et al., 2022) e a vivência de uma grande crise de saúde pública (Johns Hopkins University & Medicine, 2023), espera-se identificar o aumento dos níveis de *tightness* (Hipótese 8).

Síntese do Estudo

Um dos objetivos deste Estudo foi testar a replicabilidade da Escala *Tightness-Looseness* (Gelfand et al., 2011), buscando evidências de validade baseada na estrutura interna e convergente. Para isso, foi testada a estrutura fatorial da medida, a relação da escala

TL com os antecedentes (percepção de ameaças no contexto) e consequentes (percepção da força das normas de cooperação cívica, tolerância com desvios e conformidade) do modelo TL. O presente estudo também propôs investigar a força das normas no Brasil, para quantificar a percepção de *tightness* no país, avaliando diferenças individuais em nível intrapaís e variações ao longo do tempo, a partir da comparação com estudos prévios que utilizam amostras brasileiras. Da mesma forma, buscou-se identificar o suporte em relação à cultura *tightness*, avaliando sua relação com a percepção de *tightness* no país. Esses objetivos foram operacionalizados por meio de um *survey online*, sendo adotado o nível individual de análise para todas as medidas.

Método

Participantes

Participaram de um *survey online* 348 respondentes voluntários. Eles foram recrutados a partir de convites feitos por e-mail e redes sociais. Excluíram-se quatro respondentes por não atenderem aos critérios de inclusão da amostra – ser residente no Brasil no momento da coleta da pesquisa e ter mais de 18 anos. A amostra final foi composta por 344 participantes, atendendo aos critérios recomendados para condução das análises planejadas. Para isso, foram utilizadas as recomendações de Tabachnick et al. (2013) e a ferramenta estatística *G*Power*, utilizando o critério de poder estatístico de 0,95 e detecção de tamanho de efeito igual a 0,50. É necessário para o teste das hipóteses 1-6 um tamanho amostral de 115 e das hipóteses 7 e 8 um tamanho amostral de 210. Portanto, o tamanho amostral do presente estudo atende ambos os critérios.

Os participantes são residentes de todas as regiões geográficas do Brasil: 5,2% da Região Norte ($n = 18$), 9,3% da Região Nordeste ($n = 32$), 17,7% da Região Sudeste ($n = 61$), 23,3% da Região Centro-Oeste ($n = 80$) e 44,5% da Região Sul ($n = 153$). A média de idade foi 38,14 anos ($DP = 12,87$), sendo 65,7% mulheres ($n = 226$). Quanto ao estado civil, 48%

estavam casados ou em união estável, 43,6% solteiros, 1,7% viúvos e 6,7% divorciados. A maior parte da amostra foi composta por trabalhadores (68,6%) de diferentes áreas, 24,75% estudantes e 6,7% não trabalhadores. Os respondentes declararam ter como renda familiar até R\$ 3.000 (24,7%), de R\$ 3.000 a R\$ 6.000 (27,3%), de R\$ 6.000 a R\$ 9.000 (23,3%), acima de R\$10.000 (16%), acima de R\$ 20.000 (4,7%) e acima de R\$ 30.000 (4,1%). A distribuição do maior nível educacional obtido pelos participantes foi 0,3% ensino fundamental, 17,2% ensino médio, 31,4% graduação, 23,8% especialização, 17,2% mestrado e 10,2% doutorado.

Instrumentos

Percepção de Tightness

A percepção da força das normas sociais e tolerância com comportamentos desviantes foi mensurada a partir da *Escala Tightness-Looseness*, desenvolvida e traduzida para o Brasil por Gelfand et al. (2011) e disponibilizada gentilmente por um dos autores (comunicação pessoal). A escala é composta por seis itens (p.ex., “Existem muitas normas sociais que as pessoas, supostamente, devem respeitar neste estado”). Os itens são respondidos em uma escala de seis categorias de concordância (1 = discordo fortemente; 6 = concordo fortemente). O escore geral foi calculado a partir da média dos itens. Maiores escores indicam maiores níveis de percepção de *tightness*. No estudo de construção e adaptação, a escala apresentou adequada consistência interna ($\alpha = 0,85$) na avaliação conjunta de 33 países, mas não há valores da medida reportados apenas para o Brasil. Na amostra brasileira coletada por Eriksson et al (2022a) a consistência interna foi tolerável ($\alpha = 0,50$) (Peterson, 1994).

Percepção de Ameaças

A percepção de ameaças presentes no país foi avaliada a partir da pergunta “quais das ameaças abaixo você acha que são ameaças presentes em seu país?”. Foram apresentadas nove opções de resposta (conflito dentro do país, conflito com outro país, imigração, superpopulação, privação de comida, falta de água potável, baixa qualidade do ar, desastres

naturais e doenças). Trata-se de uma medida desenvolvida por Eriksson et al. (2021) e traduzida para o português no presente estudo. Cada ameaça identificada foi contabilizada como 1 e as ameaças não identificadas foram contabilizadas como 0. Foram obtidos índices de consistência interna satisfatórios ($\alpha = 0,82$).

Forças das Normas de Cooperação Cívica

Foram elaborados dois cenários de violação de normas sociais em situações cotidianas, a partir de dois itens traduzidos da medida *Morally Debatable Behaviors Scale* (MDBS; Harding et al., 1986) contidas no Fator “Illegal-desonesto” (Cenário 1: “não pagar impostos se tiver a chance” e Cenário 2: “pedir benefícios do governo sem ter direito”). Para cada cenário, foram avaliadas as normas: pessoal (p.ex., “Para você, não pagar impostos se tiver a chance é...”) e injuntiva (p.ex., “Para a maioria das pessoas no Brasil, não pagar impostos se tiver a chance é...”). Os itens foram respondidos em uma escala de 10 pontos (1 = *muito inapropriado*; 10 = *muito apropriado*). Também foi avaliada a norma descritiva (p.ex., “Com qual frequência você acredita que as pessoas no Brasil não pagam impostos se tiverem a chance?”), a partir de uma escala de 10 pontos (1 = *nunca deixam de pagar*; 10 = *sempre que tiverem a chance*). Menores índices indicam normas mais fortes.

Tolerância com Desvio da Norma

Para cada cenário de violação das normas foram avaliadas a frequência de punição percebida em função de violação das normas de cooperação cívica no contexto brasileiro (p. ex., “Com qual frequência você acha que as pessoas que pedem benefícios do governo sem ter direito sofrem algum tipo de punição no Brasil?”) e a frequência de denúncias realizadas em resposta à violação das normas (p.ex., “Com qual frequência você acha que brasileiros denunciam as pessoas que pedem benefícios do governo sem ter direito?”). Para isso, foi utilizada uma escala de resposta de 10 pontos (1 = *nunca*; 10 = *sempre*). Maiores índices indicam menor tolerância percebida em relação aos desvios das normas.

Comportamento de Conformidade

Foi avaliado, para cada cenário de violação das normas, o autorrelato do participante sobre a frequência com que viola as normas de cooperação cívica (p. ex., “Com qual frequência você pede benefícios do governo sem ter direito?”), utilizando uma escala de resposta de 10 pontos (1 = *nunca*; 10 = *sempre*). Menores índices indicam maior conformidade com as normas.

Suporte em Relação à Cultura Tightness

Uma escala composta por três itens foi utilizada para avaliar se o país deveria ter características mais *tight* ou *loose* (Mula et al., 2022). Os participantes avaliaram o quanto o Brasil deveria (1) ter normas sociais (*flexíveis vs rígidas*), (2) ser (*permissivo vs restritivo*) e (3) tratar as pessoas que não seguem as normas sociais (*de forma branda vs com dureza*). Cada sentença foi avaliada em uma escala semântica de 9 pontos. Trata-se de uma avaliação atitudinal, sendo que maiores níveis sugerem atitude mais favorável à cultura *tightness*. Neste estudo os itens foram traduzidos livremente para o português. A escala apresentou estrutura unifatorial e evidências satisfatórias de fidedignidade ($\alpha = 0,85$).

Desejabilidade Social

Foram quatro itens da Escala de Gerenciamento da Impressão e Autoengano do IPIP (Costa & Hauck Filho, 2020). Os itens selecionados avaliam o gerenciamento de impressão, correspondente ao fator associado a aspectos morais e conscientes do construto. O critério de seleção se baseou na carga fatorial mais elevada apresentada no estudo original. A escala de resposta variou de 1 (*discordo completamente*) até 7 (*concordo completamente*). A medida apresentou evidências toleráveis de fidedignidade ($\alpha = 0,50$).

Questionário Sociodemográfico

Finalmente, os participantes responderam a um questionário com perguntas sobre idade, sexo, ocupação, nível educacional e local de residência.

Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta de dados foi conduzida a partir de um *survey online*, no ano de 2022, utilizando a plataforma de coleta *Google forms*. O tempo médio de aplicação foi de 10 minutos. Ao clicar no convite para a pesquisa, o participante era direcionado a uma página com informações a respeito de considerações éticas da pesquisa, incluindo o sigilo e o anonimato das respostas. Para participar da pesquisa, era necessário indicar ciência e concordância com as informações apresentadas. Também foram apresentadas informações sobre os pesquisadores responsáveis pela pesquisa e dados para contato. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 66119122.1.0000.5540).

Procedimentos de Análise dos Dados

Para testar a Hipótese 1 foram conduzidas análises fatoriais e utilizadas medidas de confiabilidade baseadas na consistência interna da medida. Uma análise fatorial exploratória (AFE) foi implementada com metade da amostra (aproximadamente 50%), selecionada de forma aleatória, utilizando o *software* Factor, versão 12.03.02 (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2017; Lorenzo-Seva & Ferrando, 2013). Foi utilizada uma matriz policórica e método de extração *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (RDWLS) (Asparouhov & Muthen, 2010), pois a variável TL não apresentou uma distribuição normal multivariada dos dados ($p \leq 0,05$; Mardia, 1970). O estimador RDWLS não exige normalidade da distribuição de dados e se mostra adequado para medidas do *Tipo-Likert* (Asún et al., 2015). Os pressupostos de fatoração foram estimados a partir dos testes de esfericidade de Bartlett (Tabachnick et al., 2013) e de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO). A técnica da análise paralela com permutação aleatória dos dados observados foi aplicada para definição do número de fatores a serem retidos (Timmerman, & Lorenzo-Seva, 2011). Como parâmetro de discriminação dos itens, foi adotada a parametrização de Reckase (Reckase, 1985). Já a fidedignidade da medida foi

avaliada a partir do indicador ômega de McDonald (ω) (Revelle & Zinbarg, 2008; Trizano-Hermosilla & Alvarado, 2016).

Uma análise fatorial confirmatória (AFC) foi implementada com a outra metade da amostra (aproximadamente 50%) utilizando *software* JASP (versão 0.16.3). A adequação do modelo foi avaliada por meio dos índices de ajuste *Root Mean Square Error of Aproximation* (RMSEA), com valores menores que 0,08 considerados adequados, *Comparative Fit Index* (CFI) e *Tucker-Lewis Index* (TLI), com valores acima de 0,90 considerados adequados (Brown, 2006). Considerando que a escala apresentou índices de confiabilidade sofríveis e que possui um item com carga fatorial invertida, buscou-se controlar o viés de aquiescência dos participantes. Trata-se de um viés de resposta que se refere à tendência a concordar com o item, independentemente de seu conteúdo (Hofstee et al., 1998). O controle foi realizado a partir da implementação de modelagem de interceptos randômicos – técnica que utiliza a modelagem de um fator geral não correlacionado com o fator formado pelo conteúdo dos itens (Aichholzer, 2015; Maydeu-Olivares & Coffman, 2006). Nesta etapa, a AFC foi conduzida utilizando o *software Lavaan do R*, os parâmetros dos itens foram estimados por *Weighted Least Square Mean- and Variance-adjusted* (WLSMV). A adequação do modelo foi avaliada por meio dos índices de ajuste *Root Mean Square Error of Aproximation* (RMSEA), *Comparative Fit Index* (CFI) e *Tucker-Lewis Index* (TLI). Alcançando resultados satisfatórios, foram testadas as demais hipóteses.

Antes de realizar as comparações entre grupos, foi avaliada a invariância da medida entre os subgrupos utilizados a partir da condução de análises fatoriais confirmatórias multigrupos (AFCMG) (Van De Schoot et al., 2015). A análise avaliou a invariância da medida em três modelos (configural, métrico e escalar) e foi implementada utilizando o método de estimação *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (RDWLS), adequado para dados categóricos (DiStefano & Morgan, 2014; Li, 2016). A invariância da medida foi

avaliada utilizando o teste de diferença do CFI (Δ CFI). Se após fixar um parâmetro, for encontrada uma redução significativa nos índices de CFI superiores a 0,01, a invariância da medida não pode ser acatada (Cheung & Rensvold, 2002).

Para testar as Hipóteses 2, 3, 4, 5 e 6 foram conduzidas análises de correlação de *Spearman* entre a Escala *Tightness-Looseness* e a percepção de ameaças, a percepção das normas nos cenários de violação e o suporte em relação à cultura *tightness*. A correlação de *Spearman* foi conduzida por se tratar de uma análise robusta para dados que não apresentam normalidade na distribuição de dados (Croux & Dehon, 2010).

O teste da Hipótese 7 foi feito a partir de Testes *t* de *Student* com amostras independentes e ANOVAs. Foram avaliados os níveis de percepção de *tightness* entre os subgrupos idade, nível educacional, sexo, local de residência e regiões geográficas. Para avaliar os grupos educacionais, foram criadas duas categorias baseadas na formação, presença ou ausência de ensino superior (conforme critérios utilizados por Harrington, 2017). Foram criados grupos por diferentes faixas etárias, buscando grupos com equivalência do tamanho amostral, baseados na classificação feita por Mandel e Realo (2015). Para comparar local de residência, foi feita a diferenciação entre os participantes residentes de capitais e aqueles que moravam em cidades do interior, bem como entre as cinco regiões geográficas do país.

Da mesma forma, para o teste da Hipótese 8 foram conduzidos Testes *t* de *Student* com amostra única, comparando o escore obtido na Escala *Tightness-Looseness* no presente estudo e os escores identificados por Gelfand et al. (2012) e Eriksson et al. (2021a) em amostras brasileiras. Para a condução das análises de Teste *t* e ANOVAs, foram realizados procedimentos de *bootstrapping* (1.000 reamostragens; 95% IC BCa) para aumentar a confiabilidade dos resultados, corrigir desvios de normalidade da distribuição da amostra e diferenças entre os tamanhos dos grupos (Haukoos & Lewis, 2005). O pressuposto de

homogeneidade de variância foi avaliada por meio do teste de Levene. Estas análises foram conduzidas utilizando o *software* SPSS (versão 23.0).

Resultados

A apresentação dos resultados foi dividida em cinco partes. Primeiramente, são apresentados os resultados das análises fatoriais e a avaliação do viés de aquiescência. Em seguida, são descritas as relações da percepção de *tightness* com variáveis antecedentes/consequentes e com suporte em relação à cultura *tightness*. Nas seções seguintes são apresentadas análises das diferenças individuais e ainda das diferenças em relação aos escores obtidos em estudos prévios. Por fim, foram realizadas análises de hipóteses complementares aos resultados obtidos.

Propriedades Psicométricas da Escala *Tightness-Looseness*

O escore da Escala *Tightness-Looseness* foi calculado a partir da média individual ($M = 3,9$; $DP = 0,77$). O item que trata da percepção da quantidade de normas sociais no país (Item 1) apresentou o maior escore médio, ao passo que o menor foi atribuído ao item que avalia o nível de conformidade com as normas no país (Item 6). Na AFE os testes de esfericidade de Bartlett ($155,5$, $gl = 15$, $p < 0,001$) e o KMO ($0,65$) sugeriram a interpretabilidade da matriz de correlação dos itens. A análise paralela sugeriu a retenção de apenas um fator, representando 49,88% de variância, confirmando a estrutura unifatorial da medida, conforme esperado na Hipótese 1. Cinco itens da escala apresentaram cargas fatoriais adequadas ($\alpha > 0,30$), variando de 0,41 a 0,87. No entanto, o Item 4 apresentou carga fatorial insatisfatória. Os índices de fidedignidade da medida se mostraram aceitáveis (Tabela 1.1) e os parâmetros de discriminação foram avaliados por meio de Teoria de Resposta ao Item. O Item 2 se mostrou o mais discriminativo da escala ($a = 1,25$) e o Item 4 como o menos discriminativo ($a = 0,09$) (Tabela 1.1). A AFC indicou índices de ajuste adequados ($X^2 = 17,829$, $gl = 9$; $p < 0,05$; $RMSEA = 0,074$; $SRMR = 0,061$; $CFI = 0,974$; $TLI = 0,956$).

Tabela 1.1

Médias, Desvios Padrão, Cargas Fatoriais e Índices de Discriminação dos Itens da Escala Tightness-Looseness

Item	<i>M</i>	<i>DP</i>	Cargas fatoriais		<i>a</i>
			AFE	AFC	
1. Existem muitas normas sociais que as pessoas, supostamente, devem respeitar neste país.	5,07	1,12	0,38	0,43	0,41
2. Neste país há expectativas muito claras de como as pessoas devem se comportar na maioria das situações.	4,26	1,36	0,78	0,87	1,25
3. As pessoas concordam sobre quais comportamentos são apropriados e quais são inapropriados, na maioria das situações, neste país.	3,54	1,47	0,61	0,63	0,78
4. As pessoas neste país possuem bastante liberdade para decidir como elas querem se comportar na maioria das situações.	3,72	1,65	0,09	- 0,08	0,09
5. Neste país se alguém age de forma inapropriada, outros desaprovam fortemente.	4,22	1,44	0,33	0,51	0,36
6. As pessoas neste país quase sempre obedecem às normas sociais.	3,03	1,22	0,61	0,41	0,78
Omega de McDonald	0,65				

Nota. AFE = Análise Fatorial Exploratória; AFC = Análise Fatorial Confirmatória; *a* = índice de discriminação

O viés de aquiescência dos participantes foi controlado a partir da implementação de modelagem de interceptos randômicos (Aichholzer, 2015; Maydeu-Olivares & Coffman, 2006), uma vez que o Item 4 foi invertido e sua carga fatorial foi muito abaixo de um valor satisfatório. Os resultados encontrados mostraram que o modelo com controle de viés de

resposta não apresentou índices de ajuste superiores, portanto não indicando suporte do modelo restritivo quando comparado ao modelo confirmatório da Escala (Tabela 1.2).

Tabela 1.2

Índices de Ajuste das Análises Fatoriais Confirmatórias

Modelo	X^2	gl	X^2/gl	CFT	TLI	$RMSEA$	$SRMR$	p
AFC	17,83	8	2,23	0,97	0,96	0,07	0,06	0,00
AFC - IR	17,08	7	2,44	0,97	0,93	0,09	0,06	0,00

Nota. AFC = Análise Fatorial Confirmatória; AFC-IR = Análise Fatorial Confirmatória de Interceptos Randômicos.

Evidências de Validade e Suporte à Cultura *Tightness*

Embora as propriedades psicométricas da medida sejam abaixo do ideal, ainda são aceitáveis e, por isso, considerou-se admissível a condução das demais análises propostas para este estudo. A percepção de ameaça no país ($M = 4,15$; $DP = 2,07$) se correlacionou positivamente com a percepção de *tightness* ($M = 3,90$; $DP = 0,77$), $r = 0,11$, $p = 0,04$. Logo, conforme proposto na Hipótese 2, a maior presença de ameaças percebidas no país está associada à percepção de um contexto cultural com normas mais rígidas.

Diferentemente do esperado, a percepção de *tightness* não se correlacionou com a força das normas de cooperação cívica (descritivas e injuntivas), tolerância com os desvios das normas (frequência de punição e de denúncia), nem com o comportamento autorrelatado em qualquer um dos dois cenários de violação (Tabela 1.3). Portanto, não houve suporte às Hipóteses 3, 4 e 5. Considerando que a força das normas de cooperação cívica pode ser avaliada a partir do uso de pontos extremos da escala de resposta e nível da dispersão dos dados (Uz, 2015), é possível visualizar na Figura 1.1(coluna a) que a norma de pagar impostos ao governo se mostrou fraca, com alta percepção de que as outras pessoas violam (descritiva) e consideram adequado violar essa norma (injuntiva). Da mesma forma, a norma que inibe o comportamento de solicitar benefício ao governo sem ter direito se mostrou fraca devido à maior variação de

respostas, indicando pouca clareza sobre o que as outras pessoas fazem (norma descritiva) e consideram apropriado fazer (norma injuntiva).

Ao testar a relação entre o suporte à cultura *tightness* ($M = 16,4$; $DP = 5,71$) e a percepção de *tightness* ($M = 3,90$; $DP = 0,77$), foi identificada uma correlação negativa ($r = -0,21$, $p < 0,01$). Portanto, a percepção de um contexto cultural com normas mais fracas se mostrou associada ao desejo por maior pressão social para seguir as regras, em concordância com a Hipótese 6. Para controle do viés de desejabilidade social, foram testadas as relações com a Escala TL ($r = 0,03$, $p = 0,64$) e com a percepção de suporte à cultura *tightness* ($r = 0,12$, $p = 0,02$). Os resultados apontam que apenas a manifestação de suporte é influenciada positivamente por esse viés.

Tabela 1.3

Estatística Descritiva e Correlações de Spearman entre a Percepção de Tightness, Normas Sociais, Tolerância com Desvios e Comportamento nos Cenários de Violação de Normas

Variável	<i>M</i>	<i>DP</i>	1	2	3	4	5	6	7
Cenário de imposto									
1. Percepção de <i>Tightness</i>	3,90	0,77	-						
2. Norma injuntiva	7,36	2,69	0,04	-					
3. Norma descritiva	8,68	1,71	0,07	0,28***	-				
4. Punição	3,84	2,34	-0,01	-0,01	-0,08	-			
5. Denúncia	2,68	1,96	0,01	-0,12*	-0,03	0,08	-		
6. Norma pessoal	3,51	2,76	0,03	0,08	0,03	0,23***	0,19***	-	
7. Comportamento	3,17	2,88	0,04	0,08	0,07	0,19***	0,14**	0,53***	-
Cenário de benefício									
1. Percepção de <i>Tightness</i>	-	-	-						
2. Norma injuntiva	6,08	2,88	-0,10	-					
3. Norma descritiva	7,57	1,78	-0,04	0,32***	-				
4. Punição	3,27	2,02	0,05	-0,10	-0,12*	-			

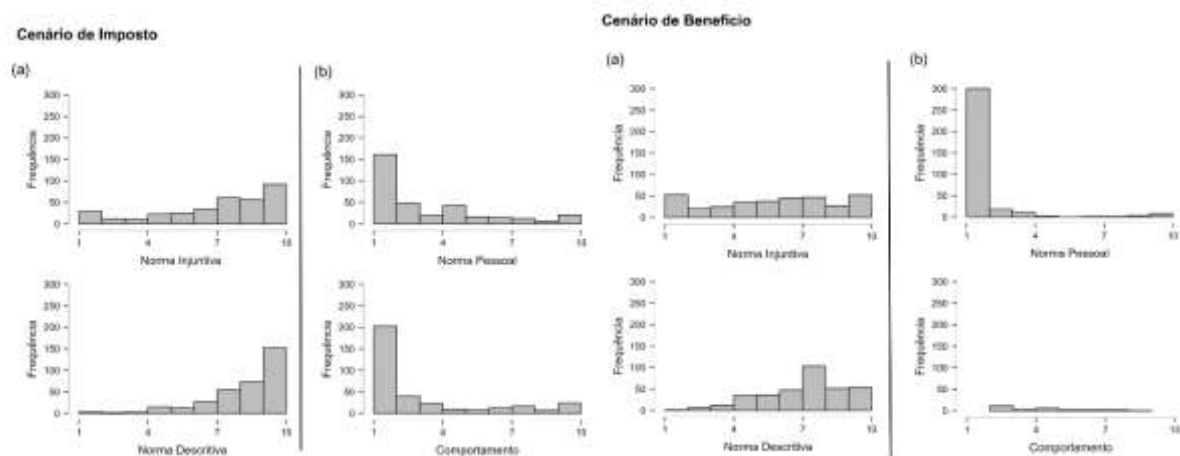
5. Denúncia	3,11	1,96	0,07	-0,17**	-0,07	0,38***	-	
6. Norma pessoal	1,63	1,73	0,06	-0,05	-0,08	0,07	0,04	-
7. Comportamento	1,39	1,13	0,10	-0,05	0,02	0,05	-0,01	0,49***

Nota. Cenário de imposto = Não pagar impostos se tiver a chance; Cenário de benefício = pedir benefícios ao governo sem ter direito

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$; Two-tailed

Figura 1.1

Frequência da Força das Normas e Comportamento Autorrelatado nos Cenários de Violação



Nota. Cenário de imposto = Não pagar imposto se tiver a chance; Cenário de Benefício = Pedir benefício ao governo sem ter direito.

Diferenças Individuais

As invariâncias configural, métrica e escalar da escala TL foram identificadas para os subgrupos sexo, nível educacional, local de residência e regiões geográficas, considerando os critérios adotados [CFIs; TLI > 0,90, RMSEAs < 0,08] (Apêndice A). A escala não se mostrou equivalente entre diferentes faixas etárias e, por isso, a análise de comparação dos níveis de TL entre esses grupos não foi conduzida. Entretanto, a percepção de *tightness* se correlacionou negativamente com idade ($r = -0,24$, $p < 0,001$), indicando que o aumento da idade do indivíduo está associado com redução da percepção da força das normas sociais na cultura.

Em relação à diferença de percepção de *tightness* entre sexos, as mulheres apresentaram escore maior do que os homens, $t(342) = 1,97, p < 0,05$ [IC = 0,019 – 0,341]. Entretanto, o tamanho do efeito da diferença foi pequeno (d de Cohen = 0,22). Ao avaliar diferenças entre grupos educacionais distintos, foi identificado que indivíduos com nível educacional baixo apresentaram escores maiores de percepção de *tightness* do que indivíduos com nível educacional alto, $t(342) = 1,96, p < 0,05$ [IC = 0,014 – 0,419], com tamanho de efeito igual a 0,27 (d de Cohen). Dessa forma, fornecendo suporte à Hipótese 7. Não foram identificadas diferenças significativas entre capitais e cidades do interior, $t(342) = 1,88, p = 0,60$ [IC = - 0,014 – 0,339]. Na comparação das regiões geográficas, tampouco houve diferenças significativas, $F(4, 339) = 0,659, p = 0,621$ ¹. Os resultados podem ser visualizados na Tabela 1.4.

Tabela 1.4

Média e Desvio Padrão dos Escores da Escala Tightness-Looseness em Diferentes

Subgrupos

Variável	<i>N</i>	%	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>IC</i>	<i>d</i>
Idade (2 grupos)								
18 a 36 anos	184	53,5%	4,09	0,75	-	-	-	-
37 a 71 anos	196	46,5%	3,67	0,74				
Idade (3 grupos)								

¹ Os grupos apresentaram homogeneidade de variância (Levene (4, 339) = 1,05, $p = 0,379$). Também foram realizados testes de diferenciação entre as regiões, utilizando variáveis *dummy* para cada região. Em seguida, foram realizadas comparações da percepção de *tightness* entre quatro estados brasileiros (Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo), pois foram os únicos que atingiram amostra superior a 30 (Field et al., 2020). Por fim, a amostra foi dividida em dois grupos com base na densidade populacional dos estados, critério associado aos níveis de *tightness* (Gelfand et al., 2011). Em nenhuma das análises foram encontradas diferenças ($ps > 0,05$).

18-29 anos	107	31,1%	4,13	0,73	-	-	-	-
30-44 anos	133	38,7%	3,83	0,77				
45-71 anos	104	30,2%	3,74	0,77				
Sexo								
Feminino	226	65,7%	3,96	0,79	1,97	0,04	[-0,005 – 0,350]	0,22
Masculino	118	34,3%	3,79	0,74				
Nível educacional								
Fundamental e médio	60	17,4%	4,07	0,68	1,96	0,03	[0,004 – 0,419]	0,27
Superior	284	82,6%	3,86	0,79				
Local de residência								
Capital	149	43,3%	3,99	0,77	1,88	0,07	[-0,014 – 0,339]	-
Interior	195	56,7%	3,83	0,77				
					<i>F</i>	<i>p</i>	<i>IC</i>	η^2
Regiões geográficas								
Norte	18	5,2%	4,04	0,84	0,659	0,621	-	-
Centro-oeste	80	23,3%	3,95	0,72				
Nordeste	32	9,3%	3,93	0,83				
Sul	153	44,5%	3,90	0,76				
Sudeste	61	17,7%	3,77	0,82				

Nota. As diferenças nos escores da percepção de *tightness* entre as regiões do país não foram estatisticamente significativas, nem em conjunto e nem em comparações *post hoc*. Foi solicitada a correção de *Welch* e avaliação de *post-hoc* por meio da técnica de *Games-Howell* (Field, 2020).

Comparação da Percepção de *Tightness* entre Estudos

Foi identificada uma diferença entre a média do escore de *tightness percebido* ($M = 3,9$; $DP = 0,77$) e a média do escore identificada por Gelfand et al. (2011) para a amostra brasileira ($M = 3,5$; $DP =$ não informado; $n = 196$; 40,3% estudantes; 72,3% mulheres; média

de idade = 27,5; $DP = 9,4$), $t(343) = 9,588$, $p = 0,001$, $IC [0,317 - 0,481]$), com tamanho de efeito igual a 0,52 (d de Cohen). Em relação à média do escore identificada por Eriksson et al. (2021) para a amostra brasileira ($M = 3,8$; $DP = 0,72$; $n = 386$; 67,9% estudantes [51,0% mulheres; média de idade = 27,8; $DP =$ não informado]; 32,1% não estudantes [61,1% mulheres; média de idade = 39,9; $DP =$ não informado]), também foi identificada diferença, $t(343) = 2,400$, $p = 0,02$, $IC [0,181 - 0,182]$, com tamanho de efeito igual a 0,13 (d de Cohen). Portanto, o maior escore de *tightness* na coleta atual indica um aumento na força das normas sociais no contexto nacional. Dessa forma, houve suporte parcial à Hipótese 8. De forma complementar, foi avaliado se a variação encontrada entre escores dos estudos possui significância estatística e prática, considerando a fidedignidade da Escala TL de 0,60 (Zahra & Hedge, 2010). Para isso foi utilizado o *Reliable Change Index* (RCI) (Jacobson & Truax, 1991) e obtidos índices iguais a 0,58 e - 0,14, indicando que o aumento observado nos escores não foi significativo ($p > 0,05$).

Análises de Hipóteses Complementares

Para compreender em ainda maior profundidade os resultados obtidos, foram realizadas análises complementares testando a ocorrência de três vieses cognitivos (ignorância pluralística, efeito melhor que a média e desejabilidade social). No que diz respeito à norma pessoal, a maior parte dos participantes reportou, em ambos os cenários, reprovação do comportamento de quebra das normas (Figura 1.1; coluna b). Ao avaliar a correlação da norma pessoal com as normas descritivas e injuntivas, não foram identificados resultados significativos (Tabela 1.3). Diante disso, foi realizada uma análise exploratória para testar as diferenças entre a norma pessoal e injuntiva, para averiguar a presença do viés de ignorância pluralística. Trata-se de um viés na estimativa da norma social a partir da crença de que a atitude do próprio indivíduo difere das outras pessoas (Prentice & Miller, 1993). Essas diferenças foram testadas a partir da condução de análises de testes t para

medidas repetidas, utilizando procedimentos de *bootstrapping* (1.000 re-amostragens; 95% IC BCa) para aumentar a confiabilidade dos resultados e corrigir desvios de normalidade da distribuição da amostra, com intervalo de confiança de 95% para as diferenças entre as médias (Haukoos & Lewis, 2005).

Foram encontradas diferenças em relação ao quanto o comportamento desonesto de não pagar impostos foi percebido como apropriado ($M = 3,51$; $DP = 2,76$) e a crença sobre o quanto as outras pessoas consideram apropriado ($M = 7,36$; $DP = 2,69$), $t(343) = -19,92$, $p = 0,001$, IC [- 4,203 – - 3,465], com tamanho de efeito igual a 1,08 (d de Cohen). Da mesma forma foram encontradas diferenças em relação a quanto o comportamento desonesto de pedir benefícios ao governo sem ter direito foi considerado apropriado ($M = 1,63$; $DP = 1,73$) e a crença sobre o quanto as outras pessoas consideram apropriada essa ação ($M = 6,08$; $DP = 2,88$), $t(343) = -24,26$, $p = 0,001$, IC [- 4,782 – - 4,090], com tamanho de efeito igual a 1,31.

A avaliação da norma pessoal nos cenários de violação de normas permitiu identificar divergências em relação às normas injuntivas percebidas. Tais resultados sugerem a presença do fenômeno de ignorância pluralística (Prentice & Miller, 1993). Esse fenômeno pode ser importante para compreender o processo de manutenção da cultura *loose* no país, porque erros na estimativa das atitudes privadas das outras pessoas podem afetar o próprio comportamento do indivíduo (Miller & Prentice, 2016), afetar o comportamento dos demais membros do grupo (Cialdini et al., 1990) e perpetuar padrões culturais de comportamento (Leung & Morris, 2015). Ainda que os resultados encontrados tenham sugerido ignorância pluralística, mais investigações precisam ser feitas para aprofundar o conhecimento desse processo e seu impacto no desenvolvimento cultural de normas flexíveis no país.

Também de forma complementar e exploratória, avaliou-se a ocorrência do efeito de melhor do que a média (*better than average effect*), caracterizado pela avaliação do próprio comportamento ou característica pessoal de maneira mais positiva em comparação à média

das outras pessoas (Alicke & Govorun, 2005). A frequência do comportamento autorrelatado pode ser observada na Figura 1.1 (coluna b). Para isso foi comparada a frequência autorrelatada do comportamento de violação da norma ($M = 3,17$; $DP = 2,88$) e a crença a respeito da frequência com que outros brasileiros violam a normas ($M = 8,68$; $DP = 1,71$). Foram encontradas diferenças no cenário de não pagar impostos, $t(343) = -32,58$, $p = 0,001$, IC [- 5,862 – - 5,184], com tamanho de efeito igual a 1,76 (d de Cohen). No cenário de violação da norma sobre pedir benefícios ao governo sem ter direito também houve diferenças entre a frequência autorrelatada do comportamento ($M = 1,39$; $DP = 1,13$) e a crença a respeito da frequência de violação feita por outros brasileiros ($M = 7,57$; $DP = 1,78$), $t(343) = -54,39$, $p = 0,001$, IC [- 6,396 – - 5,976], com tamanho de efeito igual a 2,94 (d de Cohen).

As diferenças encontradas entre o comportamento autorrelatado e a norma descritiva sugerem a ocorrência do viés de avaliação de forma superior à média. Uma das explicações atribuídas ao efeito melhor do que a média aponta para um viés na seleção das evidências comportamentais utilizadas para a avaliação de si mesmo e das demais pessoas (Alicke & Govorun, 2005). É importante considerar que as violações de normas associadas aos comportamentos de cooperação cívica podem ser muito difundidas na cultura brasileira e por isso limitam a percepção do próprio indivíduo a respeito do seu engajamento em tais ações. Uma opção alternativa de mensuração do comportamento autorrelatado poderia ser a utilização de uma medida que evidencie quais são os comportamentos pertencentes à classe de comportamentos a partir de sua descrição.

Ainda, deve-se apontar que os comportamentos de violação avaliados são socialmente reprováveis e, portanto, possivelmente sensíveis à desejabilidade social. Para controle, essa influência foi avaliada a partir da correlação das informações coletadas nos cenários e uma medida de desejabilidade social. Foram identificadas correlações com o comportamento

autorrelatado ($r = -0,13$, $p = 0,01$), no cenário de imposto e no cenário de benefício ($r = -0,19$, $p < 0,001$). Ainda que fracas, as correlações levantam a necessidade de que investigações futuras utilizem medidas comportamentais. A respeito das normas percebidas, desejabilidade social se correlacionou apenas com norma pessoal no cenário de benefício ($r = -0,14$, $p < 0,01$). Portanto, foram identificadas evidências que sugerem a presença de três vieses na avaliação da força das normas específicas de cooperação cívica.

Discussão

O presente estudo buscou testar a replicação da medida TL para o contexto brasileiro, tendo encontrado evidências limitadas para sua fidedignidade e validade. Também foi objetivo avaliar a percepção da força das normas no Brasil e a atitude em relação às normas fortes na cultura, identificando variações da percepção de *tightness* em nível intracultural e ao longo do tempo (comparada com estudos prévios). A Hipótese 1 foi confirmada parcialmente, a partir da identificação da estrutura unifatorial da escala, porém apresentou itens com cargas fatoriais insatisfatórias e indicadores limítrofes de fidedignidade. A Hipótese 2 foi confirmada, ainda que as correlações da escala com a percepção de ameaças tenham sido fracas. As Hipóteses 3, 4 e 5 foram refutadas, pois não houve correlações com as variáveis antecedentes e consequentes de *tightness* cultural. A Hipótese 6 foi confirmada a partir da relação negativa encontrada entre a percepção de *tightness* e o suporte à cultura *tightness*. Destacadamente, este estudo apresentou valores atualizados da medida *tightness-looseness* para o Brasil que confirmam a caracterização do país como predominantemente *loose*. Ainda, foram identificadas variações na percepção da força das normas sociais entre os grupos avaliados em nível intrapaís, confirmando a Hipótese 7. Ao comparar o escore da percepção de *tightness* obtido com estudos prévios realizados por Gelfand et al. (2011) e Eriksson et al (2021a), foi identificado um aumento nos níveis de *tightness*. Esse resultado fornece suporte à Hipótese 8. O sumário das hipóteses está apresentado na Tabela 1.5.

Tabela 1.5*Sumário das Hipóteses de Natureza Teórico-Conceitual e Psicométrica*

#	Hipóteses	Suporte empírico
1	Espera-se que a Escala <i>Tightness-Looseness</i> apresente um modelo unifatorial.	Parcial
2	Espera-se que quanto maior a percepção de ameaças socioecológicas no contexto brasileiro, maior será a percepção de <i>tightness</i> .	Confirmada
3	Espera-se que quanto maior a percepção de <i>tightness</i> no contexto brasileiro, maior será a percepção da força das normas de cooperação cívica.	Refutada
4	Espera-se que quanto maior a percepção de <i>tightness</i> no contexto brasileiro, menor será a percepção de tolerância com os desvios da norma.	Refutada
5	Espera-se que quanto maior a percepção de <i>tightness</i> no contexto brasileiro, maior será a conformidade com as normas de cooperação cívica.	Refutada
6	Espera-se que quanto menor a percepção de <i>tightness</i> no contexto brasileiro, maior será a atitude em relação à cultura <i>tightness</i> .	Confirmada
7	Espera-se que haja variações significativas nos níveis de <i>tightness</i> dentro do país.	Confirmada
8	Espera-se que haja aumento dos níveis de <i>tightness</i> em comparação com os estudos transculturais prévios que contemplaram amostras brasileiras.	Confirmada

Escala *Tightness-Looseness*: Evidências de Fidedignidade e Validade

A partir da condução das análises fatoriais exploratória e confirmatória, foram encontrados resultados convergentes. Verificou-se que a Escala *Tightness-Looseness* apresentou uma estrutura fatorial unidimensional, consistente com estudos desenvolvidos em outros países (p. ex., Chua, 2019; Gelfand et al., 2011). Ainda que o índice de confiabilidade encontrado não seja alto (0,65), foi maior do que os valores encontrados com outras amostras (0,47 e 0,51; Mandel & Realo, 2015), inclusive brasileira (0,50; Eriksson et al., 2021). Porém, foi ainda um pouco abaixo do identificado em outro país da América Latina (0,71; Jolly et al., 2021) sugerindo espaço para melhora. Tais resultados reforçam as limitações na

fidedignidade da medida já identificadas em outros estudos, que levaram à inclusão (Church et al., 2012; Church et al., 2013) ou exclusão (Mandel & Realo, 2015) de itens para aumentar esse indicador.

Dentre os seis itens da escala TL, cinco apresentaram cargas fatoriais satisfatórias (acima de 0,30). No entanto, o Item 4 apresentou uma carga fatorial muito abaixo do esperado (0,08), o que pode indicar dificuldades na compreensão. Este item também apresentou carga fatorial insatisfatória em outros estudos (p. ex., Mandel & Realo, 2015; Treviño et al., 2021), até mesmo no estudo original da medida (Gelfand et al., 2011). Considerando a presença de apenas um item invertido, foi realizado o controle de aquiescência (Aichholzer, 2015; Maydeu-Olivares & Coffman, 2006), que não resultou em uma melhora satisfatória dos índices. Ainda que culturas coletivistas apresentem a tendência de utilizar o lado positivo da escala para resposta (Harzing, 2006) e que o viés de aquiescência nas respostas da Escala *Tightness-Looseness* tenha se apresentado em diferentes países (Venaik et al., 2021), seu impacto é pequeno.

Tendo em vista que as evidências encontradas fornecem suporte apenas parcial à Hipótese 1, sugere-se a condução de estudos futuros que proponham alterações na escala, visando a aprimorar suas propriedades psicométricas. Já no que se refere às evidências de validade convergente da escala TL, foi identificada uma relação positiva com a percepção de ameaça, fornecendo suporte à Hipótese 2. A presença de ameaça se caracteriza como um elemento do contexto ecológico que favorece o desenvolvimento de uma cultura com normas sociais mais fortes, conforme apontado pela teoria (Gelfand et al., 2006) e por evidências empíricas (Gelfand et al., 2011; Harrington & Gelfand, 2014; Murray et al., 2011).

Não foram identificadas as correlações esperadas entre a percepção de *tightness* na cultura brasileira e a percepção da força das normas específicas de cooperação cívica. Portanto, não foram encontradas evidências para a Hipótese 3. Esse resultado pode indicar

que há um distanciamento entre as normas avaliadas pela escala TL e o conteúdo dos cenários de violação às normas de cooperação cívica (Minkov et al., 2013). Estudos prévios que aplicaram os itens de cooperação cívica da medida MDBS (Harding et al., 1986) - utilizada para elaboração dos cenários de violação - encontraram tanto relações positivas e significativas (Uz, 2015) como não significativas (Minkov et al., 2013) com a medida TL, em nível nacional. Também é possível que os resultados indiquem que a força das normas sociais percebidas na cultura não esteja associada com a força de normas específicas de cooperação cívica. Os resultados também podem refletir limitações nos cenários utilizados para avaliar a percepção das normas específicas, o que pode ser mensurado de outras maneiras em estudos futuros.

A Hipótese 4 também não apresenta suporte empírico, pois ao avaliar a tolerância com os desvios das normas de cooperação cívica, a partir da frequência percebida de aplicações de punições e de denúncias em resposta à violação das normas, não foram encontradas relações com a percepção de *tightness* no país. Esse resultado foi diferente do esperado, dado que a dimensão TL é teoricamente composta pela força das normas sociais e pela força das sanções aplicadas aos desvios (Gelfand et al., 2006). Todavia, no contexto brasileiro a percepção dos níveis de *tightness* não se mostrou associada com as chances de sofrer sanções pelos desvios. É possível que esse resultado seja dependente do tipo de sanção aplicada (denúncia), uma vez que as metanormas variam culturalmente e estão associadas ao nível de *tightness* no país, sendo algumas reações consideradas menos adequadas (Eriksson et al., 2021b).

Da mesma forma, não foram encontradas evidências para a Hipótese 5, uma vez que o comportamento de conformidade autorrelatado não se correlacionou com a percepção de *tightness*. Em estudos prévios foram encontradas relações negativas de *tightness* com comportamento de honestidade cívica (Farias, 2022) e de cooperação em dilemas sociais

(Romano et al., 2021), ainda que teoricamente essas relações também não sejam esperadas. Além disso, não foram identificadas relações com conformidade (Uz, 2015) ou engajamento cívico (Elster & Gelfand, 2021). Portanto, nota-se uma dificuldade para encontrar evidências empíricas das relações contempladas na teoria TL, que não se limita ao presente estudo. Possivelmente esse é um indicador sobre a limitação da capacidade da escala TL de capturar um fenômeno complexo que envolve a força das normas sociais em uma cultura.

A identificação do suporte à cultura *tightness* revelou uma pequena tendência à avaliação positiva de um contexto cultural com normas fortes. O escore obtido (16,4) foi ligeiramente superior ao ponto médio da escala (15). No entanto, também se identificou que o decréscimo na percepção de *tightness* no país está associado a maior suporte a um contexto cultural com normas mais rígidas. Isso pode indicar que no Brasil – uma cultura com características mais *loose* – seus membros tendem a desejar um contexto sociocultural mais forte para regular as ações dos indivíduos, fornecendo suporte à Hipótese 6. Isso pode decorrer de uma avaliação negativa dos brasileiros sobre a caracterização típica vinculada à violação das normas no país (Miura, 2019; Rodrigues et al., 2011). A avaliação positiva encontrada em relação à cultura com características mais *tight* também pode ser vista como um *efeito de contraste*. Esse efeito se configura pela busca em apresentar um comportamento oposto ao firmado pela cultura do país (Cheng et al., 2006). Assim é que se apresentaram diferenças entre a cultura e tendências de características individuais, algo que pode ser interpretado como um baixo ajuste cultural (*cultural fit*) (Fulmer et al., 2010).

Cultura Loose no Brasil

Tipicamente o Brasil é descrito como um país com normas sociais flexíveis a partir de uma perspectiva *emic* (Ferreira et al., 2012) e há evidências iniciais dessa flexibilidade a partir de uma perspectiva *etic* (Gelfand et al., 2011). Os resultados do presente estudo endossam essa avaliação, tanto a partir dos níveis da dimensão TL encontrados quanto da

percepção da força das normas sociais em situações específicas, retratadas nos cenários de violação das normas. O escore geral da escala TL encontrado (3,9) se situa ligeiramente acima do ponto médio da escala (3,5), indicando a percepção de uma cultura com normas sociais mais fracas e flexíveis. A força das normas identificadas nos cenários utilizados sugere a percepção de normas fracas em situações específicas, ampla violação das normas e alta tolerância com desvios. Portanto, também é compatível com uma cultura tipicamente *loose*.

No que se refere às variáveis individuais em nível intrapaís, as mulheres apresentaram percepção de normas sociais mais fortes (*tight*). Esse resultado contrasta com o maior escore identificado nos homens por Mandel e Realo (2015). Outra hipótese explicativa é que para as mulheres as normas são mais exigentes e mais rígidas do que para os homens, em função do machismo e da violência contra a mulher que existe no país. A força das normas de gênero é percebida como mais *tight* pelas mulheres (Wormley et al., 2021). Também foi identificado que indivíduos com nível educacional mais baixo apresentaram maior percepção de *tightness*. Este resultado parece não se restringir ao contexto brasileiro, assemelhando-se com resultados obtidos em outras culturas (Harrington, 2017; Mandel & Realo, 2015). Também reforça a compreensão da avaliação dos níveis *tightness* para além de uma delimitação envolvendo países, mas compreendendo subculturas (Gelfand et al., 2006). Portanto, as evidências forneceram suporte à Hipótese 7.

Para o local de residência foram encontradas diferenças marginalmente significativas nos níveis de percepção *tightness*, ao comparar moradores de cidades do interior e de capitais. Ao considerar as regiões do país, não foram identificadas diferenças significativas. Apesar de haver características que conectam as diversas regiões brasileiras e permitam identificar uma cultura brasileira, há evidências de diferenças para valores (Hofstede et al., 2010; Pérez-Nebra et al., 2023; Torres et al., 2015). No que concerne à variação dos níveis de *tightness*

em outros países, a literatura aponta para diferenças entre estados (Harrington & Gelfand, 2014), províncias (Chua et al., 2019) e regiões (Jolly et al., 2021). Ao comparar cidades grandes, cidades pequenas e vilarejos/fazendas, não foram observadas diferenças (Mandel & Realo, 2015). Recomenda-se novas investigações sobre os níveis de *tightness* utilizando outros recortes geográficos do país, em especial entre estados (p ex., Fischer et al., 2011) que não puderam ser conduzidas em função de limitações amostrais.

Por fim, foram comparados os escores da escala com os resultados obtidos em estudos anteriores com amostras brasileiras (Eriksson et al., 2021; Gelfand et al., 2011). A diferença encontrada apontou para um crescimento dos níveis da percepção de *tightness* no país, indicando um fortalecimento das normas sociais, apresentando evidências à Hipótese 8, ainda que as diferenças encontradas não se mostrem altamente confiáveis para garantir essa interpretação ao considerar o RCI obtido. No que diz respeito ao estudo de Gelfand et al., o intervalo de tempo de aproximadamente 10 anos (de 2011 a 2022) se assemelha ao tempo decorrido em um estudo longitudinal que também encontrou em outros países um aumento nos níveis de *tightness* com o passar do tempo (de 2002 a 2012) (Mandel & Realo, 2015). Especula-se que o aumento dos níveis de *tightness* possa estar associado ao aumento da percepção de ameaças, dado as altas taxas de exposição a COVID-19 (Gelfand et al., 2021; Johns Hopkins University & Medicine, 2023) e ao cenário de instabilidade política no Brasil (Fischer et al., 2022).

Considerações Finais

Tendo em vista a importância teórica e prática da dimensão TL, a preocupação com o uso de uma medida que reúna evidências robustas de validade e fidedignidade é fundamental para novos estudos avancem a teoria e embasem intervenções adequadas para cada tipo de cultura. Diante disso, o presente estudo traz evidências empíricas que revelam certas limitações da Escala *Tightness-Looseness* para avaliar a força das normas sociais na cultura brasileira. A

medida não oferece apoio a uma rede nomológica esperada, relacionada com a percepção da força de normas sociais, tolerância com desvios e conformidade em situações sociais específicas presentes na cultura. Além disso, a medida apresentou correlações fracas com a percepção de ameaças ecológicas - que se caracterizam como elementos essenciais que compõem a teoria TL. Os resultados encontrados reforçam as dúvidas apontadas na literatura sobre a capacidade da escala TL de abarcar a complexidade do construto investigado (p. ex., Minkov et al., 2013; Treviño et al., 2021; Uz, 2015).

Ainda que os problemas identificados para a medida limitem as conclusões dos resultados encontrados, este estudo apresenta uma avaliação da força das normas sociais no Brasil a partir da mensuração da percepção de *tightness* cultural. Os resultados fornecem respaldo para a compreensão da cultura brasileira alinhada à típica caracterização de flexibilidade das normas sociais. Ainda que isso seja conhecido, no entanto, a atitude dos indivíduos em relação à flexibilidade não é conhecida da mesma forma. Portanto, também se apresenta um avanço nesse sentido, indicando uma tendência a avaliar de forma positiva a cultura *tightness*. De forma complementar, este estudo aponta para uma variação nos níveis *tightness* entre subgrupos no país e para um aumento de características *tightness* na cultura em comparação aos estudos anteriores.

Referências

- Aichholzer, J. (2015). Controlling acquiescence bias in measurement invariance tests. *Psihologija*, 48(4), 409–429. <https://doi.org/10.2298/PSI1504409A>
- Alicke, M. D., & Govorun, O. (2005). The better-than-average effect. In M. D. Alicke, D. A. Dunning, & J. I. Krueger (Eds.), *The self in social judgment* (pp. 85–106). Psychology Press.
- Asparouhov, T., & Muthén, B. (2010). Simple second order chi-square correction. *Mplus technical appendix*, 1-8. Recuperado de https://www.statmodel.com/download/WLSMV_new_chi21.pdf

- Asún, R. A., Rdz-Navarro, K., & Alvarado, J. M. (2015). Developing multidimensional Likert scales using Item Factor Analysis: The case of four-point items. *Sociological Methods & Research*, 45(1), 109-133. <https://doi.org/10.1177/0049124114566716>
- Axelrod, R. (1986). An evolutionary approach to norms. *American Political Science Review*, 80(4), 1095-1111. <https://doi.org/10.1017/S0003055400185016>
- Berry, J. W. (1989). Imposed etics-emics-derived etics: The operationalization of a compelling idea. *International Journal of Psychology*, 24, 721-735. <https://doi.org/10.1080/00207598908247841>
- Berry, J. W. (1967). Independence and conformity in subsistence-level societies. *Journal of Personality and Social Psychology*, 7, 415-418. <https://doi.org/10.1037/h0025231>
- Berry, J. W. (2011). The ecocultural framework: A stocktaking. In F. J. Van de Vijver, A. Chasiotis & S. M. Breugelmans (Eds.), *Fundamental questions in cross-cultural psychology*. Cambridge University Press.
- Brown, T. A. (2006). *Confirmatory factor analysis for applied research*. Guilford.
- Bulloch, S. L. (2013). Seeking construct validity in interpersonal trust research: A proposal on linking theory and survey measures. *Social Indicators Research*, 113, 1289-1310. <https://doi.org/10.1007/s11205-012-0139-0>
- Cheng, C. Y., Lee, F., & Benet-Martínez, V. (2006). Assimilation and contrast effects in cultural frame switching: Bicultural identity integration and valence of cultural cues. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 37(6), 742-760. <https://doi.org/10.1177/0022022106292081>
- Cheung, G. W., & Rensvold, R. B. (2002). Evaluating goodness-of-fit indexes for testing measurement invariance. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, 9(2), 233-255. https://doi.org/10.1207/S15328007SEM0902_5
- Chua, R. Y. J., Huang, L. G., & Jin, M. (2019). Mapping cultural tightness and its links to innovation, urbanization, and happiness across 31 provinces in China. *PNAS*, 16(14), 6720-6725. <https://doi.org/10.1073/pnas.1815723116>
- Church, A. T., Katigbak, M. S., Locke, K. D., Zhang, H. S., Shen, J. L., Vargas-Flores, J. D... & Ching, C. M. (2013). Need satisfaction and well-being: Testing self-determination theory in eight cultures. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 44(4): 507-534. <https://doi.org/10.1177/0022022112466590>
- Church, A. T., Willmore, S. L., Anderson, A. T., Ochiai, M., Porter, N., Mateo, N. J., ... & Ortiz, F. A. (2012). Cultural differences in implicit theories and self-perceptions of traitedness: Replication and extension with alternative measurement formats and

- cultural dimensions. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 43(8), 1268-1296.
<http://dx.doi.org/10.1177/0022022111428514>
- Cialdini, R. B. (2003). Crafting normative messages to protect the environment. *Current Directions in Psychological Science*, 12(4), 105-109. <https://doi.org/10.1111/1467-8721.01242>
- Cialdini, R. B., Reno, R. R., & Kallgren, C. A. (1990). A focus theory of normative conduct: Recycling the concept of norms to reduce littering in public places. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58(6), 1015–1026. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.58.6.1015>
- Cohen, A. B., & Varnum, M. E. (2016). Beyond East vs. West: Social class, region, and religion as forms of culture. *Current Opinion in Psychology*, 8, 5-9.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.copsyc.2015.09.006>
- Cortina, J. M., Aguinis, H., & DeShon, R. P. (2017). Twilight of dawn or of evening? A century of research methods in journal of applied psychology. *Journal of Applied Psychology*, 102(3), 274–290. <http://dx.doi.org/10.1037/apl0000163>
- Costa, A. R. L., & Hauck Filho, N. (2020). Escala de Gerenciamento da Impressão e Autoengano-IPIP: Um teste de diferentes modelos teóricos. *Psico*, 51(1), e32580-e32580. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2020.1.32580>
- Croux, C., & Dehon, C. (2010). Influence functions of the Spearman and Kendall correlation measures. *Statistical Methods & Applications*, 19(4), 497-515.
<https://doi.org/10.1007/s10260-010-0142-z>
- DaMatta, R. (1984). *O que faz o Brasil, Brasil?* Rocco.
- Di Santo, D., Gelfand, M. J., Baldner, C., & Pierro, A. (2022). The moral foundations of desired cultural tightness. *Frontiers in Psychology*, 13, 739579.
<https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.739579>
- DiStefano, C., Morgan, G. B. (2014). A comparison of diagonal weighted least squares robust estimation techniques for ordinal data. *Structural Equation Modeling*, 21(3), 425-438.
<https://doi.org/10.1080/10705511.2014.915373>.
- Elster, A., & Gelfand, M. J. (2021). When guiding principles do not guide: The moderating effects of cultural tightness on value-behavior links. *Journal of Personality*, 89(2), 325-337. <https://doi.org/10.1111/jopy.12584>
- Eriksson, K., Strimling, P., Gelfand, M., Wu, J., Abernathy, J., Akotia, C. S., ... & Van Lange, P. A. (2021a). [banco de dados]. Disponível em <https://osf.io/pm5kc/>

- Eriksson, K., Strimling, P., Gelfand, M., Wu, J., Abernathy, J., Akotia, C. S., ... & Van Lange, P. A. (2021b). Perceptions of the appropriate response to norm violation in 57 societies. *Nature Communications*, *12*(1), 1-11. <https://doi.org/10.1038/s41467-021-21602-9>
- Farias, J. E. M. (2022). *"I cheated and got away with it": The influence of descriptive norms of trickery and the cultural context on dishonest behavior and corruption intentions*. [Unpublished doctoral dissertation]. Universidade de Brasília.
- Fehr, E., & Schurtenberger, I. (2018). Normative foundations of human cooperation. *Nature Human Behaviour*, *2*(7), 458-468. <https://doi.org/10.1038/s41562-018-0385-5>
- Ferrando, P. J., & Lorenzo-Seva, U. (2017). Program FACTOR at 10: Origins, development and future directions. *Psicothema*, *29*(2), 236-241. <https://doi.org/10.7334/psicothema2016.304>
- Ferreira, M. C., Fischer, R., Porto, J. B., Pilati, R., & Milfont, T. L. (2012). Unraveling the mystery of Brazilian Jeitinho: A cultural exploration of social norms. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *38*(3), 331-344. <https://doi.org/10.1177/0146167211427148>
- Field, A. (2020). *Descobrimos a estatística usando o SPSS-5*. Penso Editora.
- Fischer, R., Karl, J. A., & Pilati, R. (2022). Cultural syndromes in a changing world: A longitudinal investigation of Brazilian Jeitinho social problem-solving strategies. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *48*(10), 1423-1437. <https://doi.org/10.1177/01461672211043>
- Fischer, R., Milfont, T. L., & Gouveia, V. V. (2011). Does social context affect value structures? Testing the within-country stability of value structures with a functional theory of values. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, *42*(2), 253–270. <https://doi.org/10.1177/0022022110396888>
- Fulmer, C. A., Gelfand, M. J., Kruglanski, A. W., Kim-Prieto, C., Diener, E., Pierro, A., & Higgins, E. T. (2010). On “feeling right” in cultural contexts: How person-culture match affects self-esteem and subjective well-being. *Psychological Science*, *21*(11), 1563-1569. <https://doi.org/10.1177/0956797610384742>
- Gelfand, M. J., Harrington, J. R., & Jackson, J. C. (2017). The strength of social norms across human groups. *Perspectives on Psychological Science*, *12*(5), 800-809. <https://doi.org/10.1177/17456916177086>
- Gelfand, M. J., Jackson, J. C., Pan, X., Nau, D., Pieper, D., Denison, E., ... & Wang, M. (2021). The relationship between cultural tightness–looseness and COVID-19 cases and

- deaths: A global analysis. *The Lancet Planetary Health*, 5(3), e135-e144.
[https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(20\)30301-6](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(20)30301-6)
- Gelfand, M. J., Nishii, L. H., & Raver, J. L. (2006). On the nature and importance of cultural tightness-looseness. *Journal of Applied Psychology*, 91(6), 1225–1244.
<https://doi.org/10.1037/0021-9010.91.6.1225>
- Gelfand, M. J., Raver, J. L., Nishii, L., Leslie, L. M., Lun, J., Lim, B. C., ... & Yamaguchi, S. (2011). Differences between tight and loose cultures: A 33-nation study. *Science*, 332(6033), 1100-1104. <https://doi.org/10.1126/science.1197754>
- Harding, S., Phillips, D., & Fogarty, M. P. (1986). *Contrasting values in Western Europe: Unity, diversity and change*. Macmillan.
- Harrington, J. R. (2017). *Worlds unto themselves: Tightness-looseness and social class*. [Unpublished doctoral dissertation]. University of Maryland
- Harrington, J. R., & Gelfand, M. J. (2014). Tightness-looseness across the 50 United States. *Proceeding of the National Academy Sciences*, 111, 7990-7995.
<https://doi.org/10.1073/pnas.1317937111>
- Harrington, J. R., Boski, P., & Gelfand, M. J. (2015). Culture and national well-being: Should societies emphasize freedom or constraint?. *PloS one*, 10(6), e0127173.
<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0127173>
- Harzing, A.-W. (2006). Response styles in cross-national survey research: A 26-country study. *International Journal of Cross Cultural Management*, 6(2): 243–266.
<https://doi.org/10.1177/1470595806066332>
- Haukoos, J. S., & Lewis, R. J. (2005). Advanced statistics: Bootstrapping confidence intervals for statistics with “difficult” distributions. *Academic Emergency Medicine*, 12(4), 360-365. <https://doi.org/10.1197/j.aem.2004.11.018>
- Hofstede, G., Garibaldi de Hilal, A. V., Malvezzi, S., Tanure, B., & Vinken, H. (2010). Comparing regional cultures within a country: Lessons from Brazil. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 41(3), 336-352. <https://doi.org/10.1177/0022022109359696>
- Hofstee, W. K. B., Berge, J. M. F. T., & Hendriks, A. A. J. (1998). How to score questionnaires. *Personality and Individual Differences*, 25(5),897-909.
[https://doi.org/10.1016/S0191-8869\(98\)00086-5](https://doi.org/10.1016/S0191-8869(98)00086-5)
- Jackson, J. (1966). A conceptual and measurement model for norms and roles. *Pacific Sociological Review*, 9(1), 35-47. <https://doi.org/10.2307/1388305>
- Jackson, J. C., von Egmond, M., Choi, V., Ember, C., alberstadt., Balanovic, J., . . . Gelfand, M. (2019). Ecological and cultural factors underlying the global distribution of

- prejudice. *Plos One*, 14(9), Article e0221953. <https://doi.org/10.1371/journal.Pone.0221953>
- Jacobson, N.S. & Truax, P. (1991). Clinical significance: A statistical approach to defining meaningful change in psychotherapy research. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 59(1), 12–19. <https://doi.org/10.1037//0022-006x.59.1.12>
- JASP Team (2023). JASP (Version 0.17.1) [Computer software]. Recuperado de <https://jasp-stats.org/download/>
- Jasso, G., & Opp, K. D. (1997). Probing the character of norms: A factorial survey analysis of the norms of political action. *American Sociological Review*, 947-964.
- Jin, S., Balliet, D., Romano, A., Spadaro, G., Van Lissa, C. J., Agostini, M., ... & Leander, N. P. (2021). Intergenerational conflicts of interest and prosocial behavior during the COVID-19 pandemic. *Personality and Individual Differences*, 171, 110535. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2020.110535>
- Johns Hopkins University & Medicine. (2023, setembro). Coronavirus Resource Center. <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>
- Jolly, P. M., Van Hoof, H., Chen, F., Kim, B., Duran, M. E., Navas, A. C., ... & Pérez, G. M.(2021). Quantifying cultural tightness-looseness in Ecuador. *PloS one*, 16(1), e0246064. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0246064>
- Leung, K., & Morris, M. W. (2015). Values, schemas, and norms in the culture–behavior nexus: A situated dynamics framework. *Journal of International Business Studies*, 46, 1028-1050. <https://doi.org/10.1057/jibs.2014.66>
- Li, C. H. (2016). Confirmatory factor analysis with ordinal data: Comparing robust maximum likelihood and diagonally weighted least squares. *Behavioral Research Methods*, 48(3), 936-49. <https://doi.org/10.3758/s13428-015-0619-7>.
- Li, R., Gordon, S., & Gelfand, M. J. (2017). Tightness–looseness: A new framework to understand consumer behavior. *Journal of Consumer Psychology*, 27(3), 377-391. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jcps.2017.04.001>
- Lorenzo-Seva, U., & Ferrando, P.J. (2013). FACTOR 9.2 A comprehensive program for fitting exploratory and semiconfirmatory factor analysis and IRT models. *Applied Psychological Measurement*, 37(6), 497-498. <https://doi.org/10.1177/0146621613487794>
- Mandel, A., & Realo, A. (2015). Across-time change and variation in cultural tightness-looseness. *PloS one*, 10(12), e0145213. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0145213>

- Mardia, K. V. (1970). Measures of multivariate skewness and kurtosis with applications. *Biometrika*, *57*, 519-530. <https://doi.org/10.2307/2334770>
- Maydeu-Olivares, A., & Coffman, D. L. (2006). Random intercept item factor analysis. *Psychological methods*, *11*(4), 344. <https://doi.org/10.1037/1082-989X.11.4.344>
- Miller, D. T., & Prentice, D. A. (2016). Changing norms to change behavior. *Annual Review of Psychology*, *67*, 339-361. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010814-015013>
- Minkov, M., Blagoev, V., & Hofstede, G. (2013). The boundaries of culture: Do questions about societal norms reveal cultural differences?. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, *44*(7), 1094-1106. <https://doi.org/10.1177/0022022112466942>
- Miura, M. A., Pilati, R., Milfont, T. L., Ferreira, M. C., & Fischer, R. (2019). Between simpatia and malandragem: Brazilian jeitinho as an individual difference variable. *PLoS One*, *14*(4), e0214929. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0214929>
- Morris, M. W., Hong, Y. Y., Chiu, C. Y., & Liu, Z. (2015). Normology: Integrating insights about social norms to understand cultural dynamics. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, *129*, 1-13. <http://dx.doi.org/10.1016/j.obhdp.2015.03.001>
- Mula, S., Di Santo, D., Resta, E., Bakhtiari, F., Baldner, C., Molinario, E., ... & Leander, N. P. (2022). Concern with COVID-19 pandemic threat and attitudes towards immigrants: The mediating effect of the desire for tightness. *Current Research in Ecological and Social Psychology*, *3*, 100028. <https://doi.org/10.1016/j.cresp.2021.100028>
- Murray, D. R., Trudeau, R., & Schaller, M. (2011). On the origins of cultural differences in conformity: Four tests of the pathogen prevalence hypothesis. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *37*(3), 318-329. <https://doi.org/10.1177/0146167210394451>
- Pelto, P. J. (1968). The differences between “tight” and “loose” societies. *Trans-action*, *5*, 37-40. <https://doi.org/10.1007/BF03180447>
- Pérez-Nebra, A. R., Tordera, N., Rodríguez, I., Sandall, H., Peiró, J. M., & de São Paulo, E. (2023). Individualism-Collectivism: A Brazilian-Portuguese Version of Triandis and Gelfand’s Scale. *Trends in Psychology*, *2*, 1-18. <https://doi.org/10.1007/s43076-023-00275-x>
- Prentice, D. A., & Miller, D. T. (1993). Pluralistic ignorance and alcohol use on campus: Some consequences of misperceiving the social norm. *Journal of Personality and Social Psychology*, *64*(2), 243-256. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.64.2.243>
- Reckase, M. D. (1985). The difficulty of test items that measure more than one ability. *Applied Psychological Measurement*, *9*, 401-412. <https://doi.org/10.1177/014662168500900409>

- Revelle, W., & Zinbarg, R. E. (2008). Coefficients Alpha, Beta, Omega, and the glb: Comments on Sijtsma. *Psychometrika*, 74(1), 145. <https://doi.org/10.1007/s11336-008-9102-z>
- Rodrigues, R. P., Porto, J. B., Fischer, R., Ferreira, M. C., & Milfont, T. L. (2011). Brazilian jeitinho: Understanding and explaining an indigenous psychological construct. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 45(1), 29-38. Retirado de <https://www.redalyc.org/pdf/284/28421134005.pdf>
- Romano, A., Spadaro, G., Balliet, D., Joireman, J., Van Lissa, C., Jin, S., ... & Leander, N. P. (2021). Cooperation and trust across societies during the COVID-19 pandemic. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 52(7), 622-642. <https://doi.org/10.1177/0022022120988913>
- Schwartz, S. H. (1977). Normative influences on altruism. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 10, pp. 221–279). Academic Press.
- Tabachnick, B. G., Fidell, L. S., & Ullman, J. B. (2013). *Using multivariate statistics* (Vol. 6, pp. 497-516). Pearson.
- Timmerman, M. E., & Lorenzo-Seva, U. (2011). Dimensionality assessment of ordered polytomous items with parallel analysis. *Psychological Methods*, 16, 209-220. <https://doi.org/10.1037/a0023353>
- Torres, C. V., Porto, J. B., Vargas, L. M., & Fischer, R. (2015). A meta-analysis of basic human values in Brazil: Observed differences within the country. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 15(1), 89–102. <https://doi.org/10.17652/rpot/2015.1.356>
- Treviño, L. J., Egri, C. P., Ralston, D. A., Naoumova, I., Furrer, O., Li, Y., ... & de la Garza Carranza, M. T. (2021). A multi-country, multi-sector replication challenge to the validity of the cultural tightness-looseness measure. *Asia Pacific Journal of Management*, 38(2), 735-764. <https://doi.org/10.1007/s10490-019-09682->
- Triandis, H. C. (1972). *The analysis of subjective culture*. Wiley-Interscience.
- Triandis, H. C. (1989). The self and social behavior in differing cultural contexts. *Psychological Review*, 96, 506–520. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.96.3.506>
- Trizano-Hermosilla, I., & Alvarado, J. M. (2016). Best alternatives to Cronbach's alpha reliability in realistic conditions: congeneric and asymmetrical measurements. *Frontiers in psychology*, 7, 769. <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2016.00769/full>
- Uz, I. (2015). The index of cultural tightness and looseness among 68 countries. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 46(3), 319-335. <https://doi.org/10.1177/0022022114563611>

- Van De Schoot, R., Schmidt, P., De Beuckelaer, A., Lek, K., & Zondervan-Zwijnenburg, M. (2015). Editorial: Measurement Invariance. *Frontiers in Psychology, 6*, 10–13.
<https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.01064>
- Venaik, S., Midgley, D. F., & Christopoulos, D. (2021). Do within-subject standardized indices of societal culture distort reality? An illustration with the national Tightness Culture Scale. *Journal of World Business, 56*(5), 101242. <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2021.101242>
- Wormley, A. S., Scott, M., Grimm, K., Li, N. P., Choy, B. K., & Cohen, A. B. (2021). Loosening the definition of culture: An investigation of gender and cultural tightness. *Current Research in Ecological and Social Psychology, 2*, 100021.
<https://doi.org/10.1016/j.cresp.2021.100021>
- Zahra, D., & Hedge, C. (2010). The reliable change index: Why isn't it more popular in academic psychology. *Psychology Postgraduate Affairs Group Quarterly, 76*, 14–19.
Recuperado de http://www.psypag.co.uk/wp-content/uploads/2013/06/76_Oct-2010.pdf#page=15

Manuscrito 2

Medir Normas Sociais Depende do Contexto: Evidências de validade da Escala *Tightness-Looseness* Baseadas no Processos de Resposta

Resumo

A força das normas sociais e das sanções caracteriza a base do modelo cultural *tightness-looseness* (TL), mas sua mensuração é desafiadora e algumas formas de operacionalização parecem ter sucesso parcial, como no caso da Escala *Tightness-Looseness* (TL). Este estudo trata da busca de evidência de validade da Escala TL baseada no processo de resposta, bem como na proposição e teste de uma versão revisada dessa medida no Brasil. Para isso, foram conduzidos três estudos, utilizando uma abordagem multimétodos. No Estudo 1 ($N = 45$), a partir de um delineamento qualitativo de pesquisa, testou-se a compreensão da adequação dos itens em relação ao construto investigado e a identificação de quais normas sociais consideradas pelos respondentes ao julgar os itens. Os resultados forneceram informações sobre falhas na compreensão de metade dos itens, bem como a identificação de nove domínios de normas sociais utilizados como referência. No Estudo 2 ($N = 285$), foi realizada a proposição e teste da versão revisada da Escala (TL-R), de modo a adequar a interpretação de alguns itens com a proposição teórica que os fundamentam. Os resultados indicaram que a medida apresenta propriedades psicométricas satisfatórias e mais adequadas quando comparada a escala com os itens originais. Por fim, no Estudo 3 ($N = 95$) foram conduzidas análises de natureza confirmatória. Ao avaliar o uso dos domínios para responder à escala, foi identificado o Civismo como o mais frequente e encontradas diferenças significativas no escore da escala ao considerar normas baseadas em padrões de gênero. Também foram identificados resultados satisfatórios que corroboraram para o uso da Escala TL-R. Foram analisadas variações culturais em comparação a estudos prévios que indicam aspectos *emic* da Escala TL. Implicações teóricas e operacionais dos resultados foram discutidas.

Palavras-chave: Escala *Tightness-Looseness*, domínios de normas sociais, evidências de validade; *etic-emic*, processo de resposta

A força das normas sociais e das sanções caracteriza a base da dimensão cultural *tightness-looseness* (TL). Esse construto captura uma variação cultural relacionada ao quanto as ações dos indivíduos inseridos em uma determinada cultura são influenciadas pela força das normas existentes e pela tolerância com os desvios (Gelfand et al., 2006). Apesar de sua relevância teórica para compreender os efeitos das normas sociais a partir de uma perspectiva cultural (Gelfand et al., 2017), a operacionalização desse construto é desafiadora e passível de críticas (Uz, 2018). A Escala *Tightness-Looseness* (Gelfand et al., 2011) é a medida mais amplamente utilizada para avaliação da força das normas sociais em contextos culturais. A escala é composta por itens que abarcam de forma ampla as normas sociais, sem direcionar para situações específicas. Assim, fica a dúvida sobre quais situações o respondente considera ao avaliar os itens da escala (Minkov et al., 2013). Além disso, problemas no que diz respeito às evidências de validade e fidedignidade foram identificadas, levantando dúvidas sobre a capacidade da escala de captar o fenômeno em questão (p.ex. Mandel & Realo, 2015; Treviño et al., 2021). Diante disso, este estudo pretende buscar evidências de validade da Escala TL baseada no processo de resposta, bem como propor e testar uma versão revisada dessa medida.

A Escala *Tightness-Looseness* foi desenvolvida por Gelfand et al. (2011) para medir a dimensão TL a partir de seis itens que contemplam diferentes características dessa dimensão cultural: número de normas (item 1), clareza das normas (item 2), concordância (item 3), liberdade para se comportar (item 4), intolerância com desvios das normas (item 5) e conformidade (item 6) (Venaik et al., 2021). Portanto, a medida tenta captar o quão rígida (*tight*) ou flexível (*loose*) uma sociedade é percebida no que diz respeito às normas sociais,

mas não envolve especificidade de domínio (Eriksson et al., 2022). Sendo assim, os itens da escala visam descrever as normas sociais de forma genérica, o que se alinha à proposição teórica elaborada por Gelfand et al. (2011), uma vez que faz referências à força das normas sociais como um todo em uma determinada cultura. No entanto, não é possível ignorar que cada área da vida recebe uma importância diferenciada pelos indivíduos e pelas sociedades (Gelfand et al., 2006; 2017). Sendo assim, em um país pode haver, de forma concomitante, normas fortes para alguns comportamentos e normas fracas para outros (p.ex., gênero, casamento, corrupção). Paradoxalmente, algumas normas específicas são mais fortes em culturas mais *loose*, do que *tight*, a exemplo das normas de higiene (Eriksson et al., 2021a). Diante disso, uma avaliação sobre a força das normas sociais não direcionada a domínios específicos permite que os respondentes utilizem diferentes referenciais, o que pode resultar na mensuração de variações desse fenômeno.

Ainda que haja evidências de covariação da força das normas entre diferentes domínios (Jackson et al., 2020), há também indícios que apontam para a especificidade de domínios (Eriksson et al., 2022; Realo et al., 2014). Ademais, evidências iniciais apontam que a variação encontrada nos níveis gerais de *tightness* entre culturas pode advir da consideração de apenas alguns domínios ao responder à Escala TL, e não de todos (Eriksson et al., 2022). Portanto, inicialmente as pesquisas sobre a dimensão TL focaram em avaliar a força das normas sociais na cultura em geral (p. ex., Gelfand et al., 2011; Jackson et al., 2019), porém recentemente nota-se uma tendência direcionada para a avaliação de domínios específicos, como por exemplo, higiene (Eriksson et al., 2021a), gênero (Wormley et al., 2021), trabalho e escola (Harrington, 2017). Diante disso, a compreensão de quais normas estão sendo consideradas ao responder a Escala TL se mostra com potencial para uma avaliação mais clara dos resultados de pesquisas que utilizam essa medida.

Gelfand et al. (2011) apresentou que a escala TL está relacionada com a percepção de normas sociais em situações específicas, utilizando uma medida de restrição situacional que avalia a quantidade de comportamentos considerados socialmente adequados em variadas situações. Para Minkov et al. (2013) esse resultado sugere que os respondentes tendem a ter situações em mente que são similares às utilizadas na medida de restrição situacional para julgar os itens da Escala TL. Portanto, situações cotidianas que envolvem comportamentos de boas maneiras, como por exemplo, rir alto, discutir e chorar em determinados espaços públicos (ver. Gelfand et al., 2011; Price & Bouffard, 1974). Sob essa ótica, a Escala TL poderia estar distante da avaliação de normas sociais vinculadas a outros comportamentos que possuem grande relevância social, como por exemplo, as normas de civismo e pró-ambientais. Alguns resultados de pesquisa fornecem respaldo a essa perspectiva, uma vez que não foram encontradas relações com tais comportamentos (Elster & Gelfand, 2021; Minkov et al., 2013). Apenas um estudo etnográfico com 86 sociedades não industrializadas identificou alta correlação entre o nível cultural de *tightness* e seis domínios investigados (leis/ética, gênero, socialização, casamento, sexualidade e luto) (Jackson et al., 2020).

Uma investigação exploratória sobre as normas utilizadas pelos respondentes para a avaliação da Escala TL foi realizada por Eriksson et al. (2022), na qual se identificou uma variação entre os domínios considerados pelos respondentes. Os nove domínios de normas sociais identificados foram relacionados à: consideração ao outro em público; o que falar sobre outros grupos; higiene; vestimenta; comportamento de ajuda e cooperativo, comportamento dependente do sexo; regras de criação dos filhos; regras sobre quem se deve amar. Esse estudo contemplou amostras de dois países (Estados Unidos e Suécia) e, portanto, ficou restrito a esses contextos. Nesse sentido, é possível que a Escala TL seja uma medida que gera relatos variados em termos de fenômeno *emic*, permitindo uma variação intercultural a respeito de quais situações são utilizadas como referência para avaliar a força

das normas sociais em um país (Minkov et al., 2013). Logo, investigar quais normas sociais são evocadas em uma amostra composta por brasileiros fornece informações importantes sobre a variação cultural. O Brasil é um país com característica menos WEIRD² (ocidental, educado, industrializado, rico e democrático) (Henrich et al., 2010) e *tight* (Eriksson et al., 2021b; Gelfand et al., 2011) quando comparado aos Estados Unidos e Suécia.

Dúvidas sobre a capacidade da escala TL captar a força das normas e tolerância com os desvios também são levantadas a partir das evidências psicométricas encontradas em estudos anteriores (p.ex., Mandel & Realo, 2015; Treviño et al., 2021), bem como no Estudo 1 da presente Tese de Doutorado. No entanto, a solução para avaliar a validade da medida não se restringe ao uso de modelos psicométricos, mas inclui a avaliação a partir de sua teoria de base (Borsboom et al., 2004). A dificuldade de operacionalização não se restringe à força das normas sociais, mas é comum a diversos construtos, como por exemplo, valores culturais (Hofstede, 2006), confiança (de Aquino, 2015; Bulloch, 2013; Sturgis & Smith, 2010) e capital social (van Deth, 2003). Devido à complexidade dos fenômenos investigados, por vezes, os itens de uma medida apresentam alto grau de abstração, que não se assemelham às vivências dos respondentes, o que pode afetar a sua capacidade de mensuração (Hofstede, 2006). Portanto, cabe investigar um tipo de validade da medida baseada no processo de resposta (AERA, APA & NCME, 2014). Uma vez que o processo de resposta depende amplamente da compreensão da escala (Schwarz & Oyseman, 2001), é essencial garantir que os respondentes apreendam o significado dos itens de forma adequada e consistente. Para isso, é necessário questionar a forma como os itens são compreendidos como estratégia de avaliação da validade da medida (Sturgis & Smith, 2010). Essa visão está alinhada à clássica

² Acrônimo derivado dos termos em inglês *western, educated, industrialized, rich e democratic*.

definição de validade que busca examinar se o instrumento mede o que se propõe a medir (Kelley, 1927), mais especificamente, refere-se à validade de construto (Bulloch, 2013).

Síntese dos Estudos

A presente pesquisa teve como foco a busca de evidência de validade da Escala TL baseada no processo de resposta, bem como da proposição e teste de uma versão revisada dessa medida (Escala *Tightness-Looseness* - Revisada). Para atingir os objetivos gerais da pesquisa, foram conduzidos três estudos utilizando a abordagem multimétodos. No Estudo 1, a partir de um delineamento qualitativo, buscou-se identificar quais as normas sociais utilizadas como referências pelos respondentes durante o processo de julgamento dos itens da medida, de forma a classificá-las em domínios específicos. Também, teve como objetivo avaliar a adequação da compreensão dos itens em relação ao construto investigado. A partir da investigação do processo de resposta, buscou-se apresentar proposições de melhorias da medida, de modo a adequar a interpretação de alguns itens com a proposição teórica que os fundamentam. Dessa forma, no Estudo 2 objetivou-se testar uma versão revisada da medida, apresentando evidências de fidedignidade e validade. Por fim, o Estudo 3 teve um caráter de natureza confirmatória, visando apresentar evidências adicionais de validade da Escala *Tightness-Looseness* - Revisada (TL-R), bem como avaliar a frequência dos domínios de normas sociais utilizados para julgamento da escala, identificados no primeiro estudo. Além disso, foram testadas diferenças nos níveis de *tightness* entre os respondentes que evocaram diferentes domínios, de forma a compreender a influência do uso de normas específicas para a validade da escala. Ao final, foram discutidas implicações metodológicas e aspectos culturais vinculados ao uso da escala para avaliar a força das normas sociais.

Estudo 2.1

No Estudo 1 foi elaborado um questionário para identificar as situações e comportamentos utilizados como referência para a avaliação dos itens, de forma a

caracterizar as normas sociais eliciadas, e investigar a compreensão dos termos-chave presentes em cada item da escala TL. Portanto, o primeiro estudo compreende a busca de evidências de validade baseadas no processo de resposta, a partir de um delineamento qualitativo de pesquisa. A estratégia de investigação utilizada se assemelha aos procedimentos utilizados em estudos anteriores, em que é solicitado que o participante compartilhe informações sobre o que pensou ao responder os itens da escala (p.ex., de Aquino, 2015; Eriksson et al., 2022; Sturgis & Smith, 2010³).

Método

Participantes

A amostra não-probabilística foi composta por 45 participantes, com idade variando de 19 a 57 anos ($M = 29,31$; $DP = 10,32$), sendo 56,3% mulheres, 27 (60%) universitários (19 graduandos e 8 pós-graduandos) e 18 (40%) não-universitários.

Instrumentos

Escala *Tightness-Looseness*. A escala (Gelfand et al., 2011) é composta por 6 itens (p.ex., “As pessoas neste país quase sempre obedecem às normas sociais”) que avaliam a percepção da força das normas sociais e tolerância com comportamentos desviantes no Brasil. Os itens são respondidos em uma escala de concordância, variando de 1 (*discordo fortemente*) a 6 (*concordo fortemente*).

Questionário sobre a Escala *Tightness-Looseness*. O questionário foi composto de duas perguntas sobre cada item da escala. As perguntas eram respondidas a partir de um relato em texto livre. Uma pergunta avaliou a compreensão dos termos-chave presentes no item em referência (p.ex. “O que você entende por *comportamentos apropriados e*

³ A estratégia utilizada por Sturgis e Smith (2010) se diferencia do presente estudo pelo fato de ter sido solicitado aos participantes que compartilhassem em voz alta o que estavam pensando (*think aloud*) durante o preenchimento da escala. No presente estudo os participantes descreveram o que pensaram por meio da escrita e imediatamente após o preenchimento da escala.

inapropriados”). A outra pergunta avaliou quais situações e comportamentos foram considerados para responder ao item em referência (p.ex., “Por favor, cite um *exemplo* para ilustrar o que você considerou para responder este item.”). Cada respondente pôde fornecer a quantidade de exemplos que desejasse. No total, o questionário foi composto por 12 questões.

Procedimentos de Coleta de Dados

Para a coleta de dados, uma versão impressa do questionário foi aplicada em salas de aula com estudantes universitários e uma versão *online* do questionário foi aplicada com o restante da amostra, no ano de 2022. O convite para a pesquisa feito por e-mail e redes sociais. A coleta de dados foi composta por duas tarefas: 1) julgar os itens da Escala TL⁴ e 2) responder o questionário sobre a Escala TL. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob protocolo de CAAE n. 66119122.1.0000.5540. Foi necessário que os participantes indicassem concordância e aceite com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes de responderem o questionário de pesquisa.

Procedimentos de Análise de Dados

Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo categorial temática de Bardin (2015). Primeiramente foi realizada a etapa de organização do material, em que foram reunidas todas as respostas dos questionários coletados presencialmente e *online*. Para a etapa de codificação, foram definidas como unidades de registro as verbalizações dos participantes para cada pergunta do questionário (*corpus* textual). Para a etapa de categorização, foram criadas categorias de agrupamento utilizando o critério semântico. Para isso, três juízes independentes realizaram a leitura exaustiva das

⁴ A aplicação da Escala TL foi realizada para que os participantes tivessem conhecimento dos itens da medida. Assim, poderiam responder às questões presentes no questionário elaborado sobre a escala. Os escores da Escala TL não foram utilizados para análises de dados quantitativas.

verbalizações dos participantes nos questionários coletados. A comissão de juízes foi formada pela autora da Tese e dois pesquisadores com formação em psicologia. Durante a análise individual, cada juiz identificou e nomeou os temas que emergiram das perguntas. Em seguida, foi realizada uma análise conjunta dos temas identificados a partir das avaliações independentes e definidos quais representavam mais adequadamente o conteúdo das verbalizações. O processo de análise conjunta ocorreu a partir da condução de quatro reuniões virtuais, com duração média de duas horas.

Após a escolha das categorias de análise, foi identificada a frequência de cada categoria nas verbalizações dos participantes. Para isso, foi elaborada uma planilha contendo as categorias de análise e suas definições a ser preenchida pelos três juízes de forma independente. Cada exemplo foi contabilizado separadamente (ainda que fornecido pelo mesmo respondente). Em seguida, foi realizada uma análise conjunta das classificações, visando identificar possíveis falhas no preenchimento da tabela (p.ex. falhas de atenção ou compreensão das respostas) e esclarecimento de dúvidas. Apenas foram consideradas as classificações nas quais houve concordância entre todos os juízes. A frequência das categorias de análise foi calculada a partir da soma das ocorrências das verbalizações dos respondentes presentes em cada categoria. O processo de análise conjunta ocorreu a partir da condução de oito reuniões virtuais, com duração média de duas horas. Todos os procedimentos descritos acima foram seguidos separadamente para a análise das perguntas que avaliaram a compreensão dos itens e para os exemplos de situações e comportamentos considerados pelos participantes para responder os itens.

Resultados

São apresentados os resultados das análises de conteúdo realizadas, primeiramente, as categorias de compreensão dos itens e, em seguida, as categorias de normas sociais consideradas pelos respondentes ao avaliar os itens da Escala TL.

Compreensão dos Itens

A Tabela 2.1 reúne as categorias de análise criadas a partir das verbalizações dos participantes a respeito da compreensão de cada um dos itens da Escala TL, a frequência de ocorrências de cada categoria, definição da categoria e exemplos de verbalizações dos participantes. Para cada um dos itens da escala foram identificadas duas categorias de análise que representam as variações identificadas na compreensão dos itens.

Tabela 2.1

Categorias de Análise: Compreensão dos Itens

#	Conteúdo do item	Categoria (f)	Descrição	Exemplo de verbalização
1	Existem muitas <i>normas sociais que as pessoas, supostamente, devem respeitar</i> neste país.	Normas injuntivas (22)	As normas sociais são compreendidas como um conjunto de regras existentes em uma cultura que sinalizam qual padrão de comportamento aceito em cada situação. Portanto, enfatiza o caráter informativo das normas sociais.	“Padrão de comportamento aceito pela maioria” “Conjunto de regras tácitas”
		Expectativa de conformidade (23)	As normas sociais são compreendidas como os comportamentos esperados em cada situação e que devem ser seguidos. Portanto, enfatiza a expectativa de conformidade com as normas sociais.	“O que é esperado de alguém quando [...]” “Normas de conduta que devem ser respeitadas para viver bem coletivamente”

			“Padrões impostos que devem ser seguidos para ser aceito”
2	Neste país há <i>expectativas muito claras de como as pessoas devem se comportar</i> na maioria das situações.	<p>Conhecimento (21)</p> <p>Avalia o grau de conhecimento que o indivíduo possui a respeito da forma como deveria se comportar em determinadas situações, com base em processos de aprendizagem social.</p> <p>Consenso (24)</p> <p>Avalia o consenso que os indivíduos do grupo possuem em relação a quais comportamentos são esperados em cada situação, semelhante à ideia de senso comum.</p>	<p>“Algo que está claro que devemos fazer ou não”</p> <p>“Não há margem para dúvida sobre qual o comportamento correto”</p> <p>“Um entendimento coletivo claro de quais são as regras não escritas e também de que essas regras devem ser seguidas para um convívio em sociedade”</p> <p>“É esperado um comportamento que as pessoas veem como óbvio, todos sabem”</p>
3	As pessoas concordam sobre quais <i>comportamentos são apropriados</i> e quais são <i>inapropriados</i> , na maioria das situações, neste país.	<p>Critério mínimo (10)</p> <p>O respeito ao outro serve como um critério mínimo para avaliar se um comportamento é apropriado. Portanto, avalia-se o comportamento a partir do impacto gerado às outras pessoas. Entende-se por comportamento apropriado aquele baseado em regras que preservam o bom convívio em grupo; e por comportamento inapropriado aquele que traz prejuízo ao outro.</p>	<p>“Comportamentos que podem prejudicar alguém ou não”</p> <p>“Apropriados são aqueles que não ferem a harmonia do grupo e inapropriados são aqueles que quebram a ordem no grupo”</p>

	Adequação ou Reprovação (35)	O comportamento é avaliado como apropriado com base na adequação social percebida. Portanto, avalia-se o comportamento com base em seu grau de aceitação. Entende-se por comportamento apropriado aquele aceito pelos membros de um grupo; e por comportamento inapropriado aquele reprovado e desviante das normas sociais.	“Comportamentos apropriados são aqueles aceitos socialmente” “Comportamentos inapropriados geram represália e reclamações de pessoas próximas ou envolvidas na situação”
4 As pessoas neste país possuem bastante liberdade para decidir como elas querem se comportar na maioria das situações	Liberdade condicionada às consequências (32)	Envolve a compreensão de uma liberdade restrita, uma vez que a liberdade só existiria até o limite apresentado pelas normas sociais e leis. Portanto, parte da premissa de que os indivíduos tomam decisões com base nas consequências que o contexto fornece a eles.	“Há liberdade suficiente para que a pessoa escolha como pretende agir, independentemente do que sugere a norma. Ou seja, mesmo que a pessoa não siga a norma, a atitude dela não será tão repreendida pelos outros” “As pessoas entendem que não vai haver consequência muito grandes para os atos delas”
	Liberdade total (13)	A liberdade é compreendida a partir de uma perspectiva relacionada ao livre-arbítrio. Parte da premissa de que todos os indivíduos são livres para tomar decisões e arcar com as consequências (para o ator da ação e/ou os outros).	“As pessoas podem escolher num sentido mais amplo de livre-arbítrio o que vão fazer” “Por mais que exista uma referência social de como se espera que determinada pessoa se comporte, ela é capaz de decidir se fará ou não a ação”

5 Neste país se alguém age de forma inapropriada <i>outros desaprovam fortemente</i>	Não observável diretamente (24)	A desaprovação das pessoas em geral é compreendida como um fenômeno interno aos indivíduos. A desaprovação do grupo não é um comportamento observável diretamente, pois sua expressão ocorre em nível emocional (p.ex. não gostar) e/ou cognitivo (p.ex. julgamento)	“Discordar e desprezar mais como um ato de pensar do que de agir” “Os outros vão julgar fortemente e condenar a conduta”
	Observável diretamente (21)	A desaprovação das outras pessoas em geral é compreendida como um fenômeno externo aos indivíduos. A desaprovação do grupo é um comportamento observável diretamente, pois sua expressão ocorre partir de comportamentos explícitos.	“Ser hostis com a pessoa que agiu de forma inapropriada” “Falar mal para terceiros” “Manchar a imagem social, publicamente atacando e criticando” “Críticas, recriminações e piadas”
6 As pessoas neste país quase sempre <i>obedecem às normas sociais</i>	Conformidade arbitrária (29)	A conformidade é compreendida sem uma justificativa evidente para a ação de seguir às normas sociais. Percebe-se a ocorrência da conformidade apenas pelo fato de as normas sociais existirem, sem associarem a uma razão/motivação específica.	“Agirem de acordo com o que é esperado em determinada situação” “Agirem conforme às expectativas e regras sociais”

Conformidade racional (16)	A conformidade é compreendida como uma ação racional/consciente, identificando as razões pelas quais as pessoas seguem às normas sociais.	“Seguem o que é esperado nem sempre porque concordam ou querem, mas para não serem julgados” “Agir da forma que é difundida como correta para um bom convívio social”
-------------------------------	---	--

Nota. Em itálico foram destacados os termos-chave do conteúdo dos itens.

Domínios Específicos

A Tabela 2.2 apresenta as categorias de domínios de normas sociais identificadas a partir dos exemplos de situações e comportamentos fornecidos pelos respondentes ao julgarem os itens da Escala TL. Além disso, a Tabela 2.2 apresenta a frequência de ocorrências, a definição da categoria e exemplos de verbalizações dos respondentes. Foram criadas nove categorias de análise representando domínios específicos de normas sociais: Civismo, Manutenção da Ordem, Boas Maneiras, Tolerância com Outros Grupos, Pró-Social, Relacionamentos Conjugal e Familiar, Vestimenta, Papéis de Gênero e Não Violência. Três categorias (Civismo, Pró-Social e Vestimenta) receberam duas subcategorias, uma vez que foi possível identificar normas sociais mais específicas⁵. Foram excluídas da análise as categorias identificadas com frequência de ocorrência inferior a 10 (p.ex., regras sobre comportamento religioso).

⁵ A subcategoria “respeito às leis” foi criada a partir da compreensão de que a aplicação das leis deriva de normas sociais existentes previamente (Fehr & Fischbacher, 2004). Esse também é considerado por Jackson et al. (2020) como um domínio de normas sociais.

Tabela 2.2*Categorias de Análise: Domínios Específicos das Normas Sociais*

<i>Categoria (f)</i>	<i>Subcategoria (f)</i>	<i>Descrição</i>	<i>Exemplo de verbalização</i>
Civismo (58)	Comportamento ético e honesto (42)	Normas sobre se comportar de forma ética e honesta.	Não roubar, não sonegar impostos, não furar fila, não praticar corrupção, não enganar as pessoas.
	Respeito às leis (16)	Normas sobre agir em conformidade com as leis.	Não estacionar em vaga preferencial sem ter direito, respeitar placas de trânsito, não avançar o sinal vermelho.
Manutenção da ordem (48)		Normas sobre respeito ao espaço das outras pessoas e manutenção da ordem.	Fazer silêncio, respeitar as regras do condomínio, não gritar/falar alto, se comportar de forma adequada ao contexto.
Boas maneiras (42)		Normas sobre tratamento cortês, educado e respeitoso com as outras pessoas.	Cumprimentar cordialmente as pessoas, agradecer, cumprir horários dos compromissos, tratar as pessoas com respeito.
Tolerância com outros grupos (33)	-	Normas sobre respeitar a orientação política, ideológica, religiosa e sexual dos(as) outros(as) grupos/pessoas.	Respeitar troca de afeto em casais homoafetivos, respeitar religiões proferidas, respeitar as escolhas e opiniões diversas, não expressar opiniões homofóbicas e machistas.
Pró-social (30)	Comportamento de	Normas sobre agir com gentileza em	Segurar a porta do elevador, ceder o lugar

	gentileza (11)	interações cotidianas breves.	para um idoso.
	Comportamento de ajuda (8)	Normas sobre ajudar pessoas que necessitam, não omitir socorro e demonstrar empatia.	Ajudar alguém na rua, entregar um objeto ao vê-lo cair.
	Cooperação (12)	Normas sobre contribuir para o interesse coletivo e manutenção de bens comuns	Não jogar lixo no chão, vacinar-se.
Vestimenta (30)	Adequação ao ambiente (22)	Normas sobre a forma de se vestir apropriadamente a cada contexto social	Usar traje formal em casamento, respeitadas o código de vestimenta no trabalho, não andar sem vestimentas.
	Adequação às características pessoais (8)	Normas sobre a forma de se vestir com base em gênero e idade.	Mulheres não usarem roupas curtas ou chamativas, idosos não usarem roupas de adolescentes.
Não violência (16)		Normas sobre comportamento e comunicação não-violenta.	Não brigar, não xingar, não assediar.
Relacionamento conjugal e familiar (13)		Normas sobre como se comportar em relação ao cônjuge, filho e família extensa.	Ter filhos, ter relacionamento próximo com familiares, não praticar adultério.
Papeis de gênero (10)		Normas sobre quais comportamentos são esperados dos gêneros feminino e masculino, em conformidade com padrões de gênero.	Mulheres terem filhos, serem boas mães e terem comportamento feminino.

Discussão

Este estudo teve como objetivos identificar a interpretação atribuída a cada um dos itens que constituem a Escala TL e quais normas sociais são evocadas para o julgamento dos itens. Em virtude da avaliação da interpretação dos itens da escala, se identificou que alguns itens permitem a compreensão alinhada à definição conceitual do construto TL (itens 2, 3 e 6), ao passo que outros apresentam características que dificultaram uma interpretação adequada ao conteúdo que foram originalmente propostos (itens 1, 4 e 5). A partir da análise de conteúdo empregada também foi possível reconhecer que o julgamento dos itens da escala foi feito a partir da utilização de situações específicas. Diante disso, foram identificadas nove categorias de domínios de normas sociais a partir dos exemplos fornecidos pelos respondentes.

O item 1 refere-se ao número de normas sociais em uma cultura. Ambas as categorias de análise identificadas apresentam definições sobre normas sociais alinhadas às encontradas na literatura (p.ex., Bicchieri, 2006). A categoria “normas injuntivas” foca no caráter descritivo das normas sociais e se aproxima das definições utilizadas por Bicchieri (2006) e Cialdini (2003). Já a categoria “expectativa de conformidade” põe ênfase sobre a expectativa em relação ao comportamento, se alinhando ao conceito de expectativas *normativas* proposto por Bicchieri (2016). No entanto, a segunda categoria permite um equívoco em sua interpretação, sendo identificado um espaço para melhora na tradução do item em inglês para a língua portuguesa. O termo *supposed to* foi traduzido como *supostamente*, que em uma tradução literal está adequada, mas que para o contexto do idioma acrescenta ao item um caráter de dúvida e ambivalência em relação ao cumprimento das normas (p. ex., “a palavra supostamente me levou a pensar em normas sociais que deveriam ser seguidas, mas muitas vezes não são”; “são condutas esperadas, mas mesmo que se espere que elas sejam

respeitadas, isso não necessariamente acontece”; “muitas normas são mais na teoria do que na prática [...]”⁶. Portanto, faz-se necessária a revisão do item.

O item 2 trata sobre a clareza em relação às normas sociais. Ambas as categorias de análise identificadas abarcam interpretações muito semelhantes à definição de Gelfand et al. (2006) sobre a dimensão TL, em que a força das normas sociais é descrita a partir da clareza e pervasividade entre os membros do grupo. A clareza que o indivíduo possui sobre as normas foi abarcada na categoria “conhecimento”, ao passo que o entendimento uniforme entre os membros dos grupos, ou seja, o quão pervasivas as normas sociais são, foi tratado na categoria “consenso”.

O item 3 descreve o grau de concordância em relação aos comportamentos apropriados e inapropriados em cada situação. Ambas as categorias identificadas se adequam ao conteúdo do item, de forma que se diferenciam pelo critério utilizado para a avaliação dos comportamentos como apropriados (e inapropriados). Na categoria “critério comum”, a avaliação é feita com base na presença ou ausência de consequências negativas geradas para outras pessoas do grupo. Essa avaliação guarda semelhanças com a teoria de retorno potencial (Jackson, 1966) que propõe a operacionalização da norma social a partir de uma amplitude de comportamentos aceitos até determinado limiar. Em contraste, a categoria “aprovação ou reprovação” não salienta um critério para o julgamento do comportamento, apenas avalia o quanto são aceitos ou reprovados pelos membros do grupo.

O item 4 concerne à liberdade percebida para se comportar nas situações. Apenas a categoria “liberdade condicionada às consequências” apresenta uma compreensão alinhada à proposição teórica do conceito TL, uma vez que um contexto cultural mais *tight* é caracterizado por maior restrição de comportamentos permitidos (Gelfand et al., 2011),

⁶ Exemplos de verbalizações dos participantes que sugerem confusão na compreensão do item em função do termo “supostamente”.

impactando na percepção de liberdade dos indivíduos. Já a categoria “liberdade total” pode ser compreendida como um erro de interpretação do item, baseada na compreensão de liberdade como sinônimo de livre-arbítrio. Há uma contradição nessa compreensão do item, pois as consequências das ações não são consideradas como fatores que limitam a liberdade dos indivíduos. Por isso, conclui-se que o item necessita de revisão, uma vez que a palavra “liberdade” traz confusão à compreensão do item.

O item 5 diz respeito à intolerância aos comportamentos desviantes das normas sociais. Ambas as categorias identificadas se adequam ao conteúdo do item, mas revelam variações que se distinguem de forma substancial no que diz respeito à forma de expressar a desaprovação aos comportamentos desviantes. Na categoria “não observável” a desaprovação é tratada como um fenômeno interno ao indivíduo e na categoria “observável” é expressa a partir de comportamentos que podem ser observados por todos. Ainda que na literatura as punições sejam comumente operacionalizadas a partir de comportamentos observáveis, variam em termos de confrontação direta e indireta (Molho et al., 2020; Eriksson et al., 2021b) e sua expressão varia de acordo com as metanormas presentes em cada cultura (Eriksson et al., 2021b). Como o grau de tolerância com os desvios compõe um dos elementos centrais presentes na definição do conceito TL (Gelfand et al., 2006), sugere-se que o conteúdo do item seja apresentado a partir dos dois formatos possíveis de expressão da desaprovação.

Por fim, o item 6 trata da conformidade com as normas sociais. As categorias de análises criadas apresentam interpretações adequadas à proposição do item e relação teórica da dimensão TL e capacidade das normas guiarem as ações dos indivíduos (Gelfand et al., 2006). As categorias apenas refletem a distinção identificada em relação à exposição ou não das razões para haver conformidade. A categoria “arbitrária” revelou a compreensão de que as pessoas se conformam com as normas sociais ao perceberem sua existência, ao passo que a

categoria “racional” indica que a conformidade ocorre em função de uma análise do indivíduo sobre as consequências envolvidas.

No que se refere aos resultados encontrados a partir da análise de conteúdo das situações e comportamentos utilizados para o julgamento dos itens da escala, foi possível verificar que a escala não foi respondida a partir de uma avaliação ampla e genérica das normas sociais, mas a partir do uso de normas sociais específicas. Foram identificadas nove categorias de domínios específicos de normas sociais. Esse resultado apresenta respostas às indagações feitas por Minkov et al. (2013) a respeito das situações consideradas pelo respondente ao avaliar os itens. Os resultados também complementam os achados identificados por Eriksson et al. (2022), uma vez que juntos corroboram para uma compreensão do processo de resposta da Escala TL. A tentativa de avaliar a força das normas sociais como um todo em determinado contexto cultural é feita a partir da utilização de normas sociais específicas pelos respondentes. Portanto, tais evidências apontam para a relevância da utilização da Escala TL em conjunto com a identificação de quais normas sociais o respondente utiliza como referência. Outra possibilidade seria direcionar as instruções da medida para a avaliação de normas sociais específicas.

Estudo 2.2

Os resultados encontrados no Estudo 1 indicaram a necessidade de revisão dos itens 1, 4 e 5, o que resultou na elaboração de propostas de suas reformulações no Estudo 2. Diante disso, foi realizada a avaliação das propriedades psicométricas da uma versão revisada da medida (Escala TL-R). Espera-se que a Escala TL-R apresente uma estrutura unifatorial (Hipótese 1). Buscou-se também identificar evidências de fidedignidade e de validade baseada na estrutura interna da medida. Para isso, foram testados diferentes modelos de composição dos itens da escala (Escala TL-R).

Método

Participantes

Participaram 285 respondentes voluntários que receberam os convites para a pesquisa por e-mail e redes sociais, atendendo os critérios o número de participantes requerido a condução de uma Análise Fatorial Exploratória (Tabachnick et al., 2013). A média de idade foi 33,9 anos ($DP = 13,91$), sendo 66,4 % mulheres ($n = 162$), com renda familiar média declarada de R\$ 10.240,98 ($DP = R\$ 8.707,29$)⁷. Apenas 33,2% foi composta por estudantes universitários. A maior parte da amostra (28,3 %) declarou a graduação como o maior nível educacional obtido, seguido de 25,8% ensino médio, 22,5% especialização, 14,3% mestrado e 9% doutorado.

Instrumentos

Escala *Tightness-Looseness*. A escala (Gelfand et al., 2011) foi aplicada utilizando os seis itens originais da medida, em conjunto com os três itens reformulados: item 1-R, item 4-R e item 5-R (Tabela 2.3). Todos os itens foram respondidos utilizando a escala de concordância do Tipo-Likert de 6 pontos (1 = discordo fortemente; 6 = concordo fortemente). A reformulação dos itens foi elaborada por um Comitê de pesquisadores (*committee approach*, $N = 4$) que realizou discussões sobre o significado e adequação da compreensão dos itens, tendo como base os resultados obtidos no Estudo 1. Buscou-se esclarecer equívocos nas interpretações dos itens, de forma a preservar não apenas a equivalência linguística, mas também a equivalência cultural. Essa abordagem é nomeada como *decentering* e envolve a substituição de termos que tenham o mesmo significado por outros mais adequados para a língua do instrumento adaptado (Smith et al., 2013). Portanto,

⁷ $n = 252$. [33 casos omissos. 7 casos excluídos por declararem renda superior a R\$ 50 mil (97,2% da amostra declarou renda até 50 mil)]

considerando as orientações para adaptação cultural de instrumentos, a etapa de reformulação dos itens teve como objetivo manter a equivalência semântica, idiomática, experiencial e conceitual (Borsa et al., 2012; ITC, 2017).

Tabela 2.3

Itens Reformulados da Escala Tightness-looseness

#	Item original	Item reformulado	Justificativa
1	Existem muitas <i>normas sociais que as pessoas, supostamente, devem respeitar</i> neste país.	Existe uma grande quantidade de normas sociais que devem ser seguidas no Brasil.	Exclusão do termo “supostamente” por sugerir dúvida. O uso dessa expressão não apresenta equivalência idiomática. Substituição do termo “muitas” por “uma grande quantidade” por enfatizar o que o item avalia: quantidade de normas sociais.
4	As pessoas neste país <i>possuem bastante liberdade para decidir como elas querem se comportar</i> na maioria das situações.	No Brasil, as pessoas se comportam como elas querem na maioria das situações sem receber correções e/ou punições.	Exclusão da expressão “liberdade para decidir” por sugerir a ideia de “livre-arbítrio”. Inclusão dos termos “correções e/ou punições” por indicar consequências das ações realizadas, relacionado ao conceito de <i>tightness</i> .
5	Neste país se alguém age de forma inapropriada <i>outros desaprovam fortemente</i>	Neste país, se alguém age de forma inapropriada, os outros mostram fortemente sua desaprovação.	Inclusão do termo “mostram” por evidenciar a expressão pública e observável da desaprovação. Diferencia-se da aprovação interna ao indivíduo.

Questionário Sociodemográfico. Um questionário com perguntas sobre idade, sexo, ocupação e nível educacional foi aplicado aos participantes.

Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta de dados foi conduzida a partir de um *survey online* no ano de 2023, utilizando a plataforma de coleta *Google Forms*. Para responder ao questionário era preciso indicar concordância e aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Procedimentos de Análise de Dados

Com o objetivo de selecionar os itens para compor a versão revisada da Escala *Tightness-Looseness* (Gelfand et al., 2011), foram realizadas Análises Fatoriais Exploratórias (AFE) compostas por quatro diferentes combinações entre itens originais e reformulados. Foram testados os seis itens originais (Modelo 1), a inclusão dos três itens reformulados (Modelo 2), a exclusão dos itens originais 1 e 4 (Modelo 3) e a exclusão de item 4 reformulado (Modelo 4). As análises foram implementadas utilizando o programa FACTOR, versão 12.03.02 (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2017; Lorenzo-Seva & Ferrando, 2013).

Para avaliar os pressupostos de fatoração, foram utilizados os testes de esfericidade de Bartlett (Tabachnick et al., 2013) e teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO). Para determinar a retenção fatorial foi utilizado o procedimento de Análise Paralela (Timmerman & Lorenzo-Seva, 2011). Considerando a violação do pressuposto de normalidade multivariada dos dados em todos os modelos testados ($p \leq 0,05$; Mardia, 1970), a análise foi implementada utilizando uma matriz policórica (Muthen & Kaplan, 1992), com método de extração *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (RDWLS) (Asparouhov & Muthen, 2010) e rotação dos fatores Robust Promin (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019). A estabilidade dos fatores foi avaliada pelo índice H, considerados adequados quando superiores a 0,80 (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018).

Para avaliação da adequação do modelo foram utilizados os índices de ajuste *Root Mean Square Error of Aproximation* (RMSEA), sendo considerados adequados valores menores 0,08, *Comparative Fit Index* (CFI) e *Tucker-Lewis Index* (TLI) sendo considerados

adequados valores acima de 0,90, ou preferencialmente 0,95 (Brown, 2006). A fidedignidade da medida foi estimada por meio do cálculo do índice ômega de McDonald (ω) (Revelle & Zinbarg, 2008; Trizano-Hermosilla & Alvarado, 2016). Por fim, utilizando a parametrização de Reckase, foram avaliados o parâmetro de discriminação (a) e os *thresholds* dos itens (b) (Reckase, 1985).

Resultados

São apresentados os resultados das AFE com os quatro modelos testados. O Modelo 1 contemplou os seis itens originais. No Modelo 2 foram mantidos os seis itens originais e acrescentados os três itens reformulados (item 1-R, item 4-R e item 5-R). No Modelo 3 foram excluídos os itens 1 e 4 (originais) da configuração testada no modelo anterior. No Modelo 4 testou a configuração do modelo anterior, após a exclusão do item 4 reformulado. Por fim, no Modelo 5 foram substituídos os três itens originais (item 1, item 5 e item 6) por suas versões reformuladas e mantidos os demais itens originais (item 2, item 3 e item 6).

Foi realizada AFE com a escala composta pelos seis itens originais (Modelo 1). Os testes de esfericidade de Bartlett (156,9; $gl = 15$; $p < 0,001$) e KMO (0,68) sugeriram interpretabilidade da matriz de correlação dos itens. A análise paralela sugeriu apenas um fator como mais representativo para os dados, com percentual de variância explicada dos dados reais igual a 44,90%. Dois itens (item 1 e item 4) apresentaram cargas fatoriais insatisfatórias ($<0,30$), com menores parâmetros de discriminação e padrões de *thresholds* desordenados (Apêndice B), corroborando a necessidade de revisão dos itens identificada a partir das análises qualitativas realizadas no Estudo 1.

Visando aprimorar as propriedades psicométricas da medida, foram acrescentados os três itens reformulados à escala original e realizada uma nova AFE (Modelo 2). A interpretabilidade da matriz foi indicada pelos testes de esfericidade de Bartlett (561,6; $gl = 36$; $p < 0,001$) e KMO (0,66). A análise paralela sugeriu solução unifatorial dos dados, com

percentual de variância explicada dos dados reais igual a 38,02 %. Novamente foram encontrados resultados semelhantes para os itens 1 e 4 (Apêndice B). Em contraste, os itens reformulados correspondentes a esses apresentam cargas fatoriais mais satisfatórias ($>0,35$), assim como parâmetros de discriminação mais elevados e ordenação dos padrões de *thresholds*. Esses resultados sugerem a exclusão dos itens originais (1 e 4) e substituição pelos itens reformulados correspondentes. Já o item 5 apresentou indicadores elevados tanto na versão original quanto reformulada, indicando a manutenção de ambos os itens, conforme esperado teoricamente.

Na sequência, foi realizada AFE com a escala composta por sete itens (Modelo 3). Os testes de esfericidade de Bartlett (465,4; $gl = 21$; $p < 0,001$) e KMO (0,75) sugeriram interpretabilidade da matriz de correlação. Novamente, a análise paralela sugeriu a retenção de um fator como mais representativo para os dados, com variância explicada dos dados reais igual a 54,14%. Em contraste às versões anteriores da escala, todos os itens apresentaram cargas fatoriais adequadas ($> 0,37$) e padrões ordenados de *thresholds* (Apêndice B). Tanto o item 5 original quanto o item 5 reformulado apresentaram as maiores cargas fatoriais e os maiores parâmetros de discriminação, confirmando a plausibilidade de manutenção de ambos os itens.

Também foi realizada AFE com a exclusão do item 4 (reformulado) do modelo anterior, visando testar um modelo mais parcimonioso (Modelo 4). Os testes de esfericidade de Bartlett (384,2; $gl = 15$; $p < 0,001$) e KMO (0,69) sugeriram interpretabilidade da matriz de correlação. A análise paralela sugeriu a retenção de um único fator, com variância explicada dos dados reais igual a 55,04 %. Assim como no modelo anterior, todos os itens apresentaram cargas fatoriais adequadas ($> 0,35$) e padrões ordenados de *thresholds* (Apêndice B).

Por fim, foi realizada AFE com a escala composta por três itens originais (2, 3 e 6) e três itens reformulados (1, 4 e 5) (Modelo 5). Os testes de esfericidade de Bartlett (212,8; $gl = 15$; $p < 0,001$) e KMO (0,70) também indicaram a interpretabilidade da matriz de correlação dos itens. A análise paralela sugeriu apenas um fator como mais representativo para os dados, com percentual de variância explicada dos dados reais igual a 60,60%. Todos os itens apresentaram cargas fatoriais satisfatórias ($>0,34$), com padrões de thresholds ordenados (Apêndice B).

Os índices de ajuste dos cinco modelos de composição de itens da escala testados, apresentados na Tabela 2.4, sugerem que o Modelo 1, Modelo 3 e o Modelo 5 apresentam índices adequados⁷. Quando avaliados os índices de fidedignidade, o Modelo 3 apresentou valores considerados adequados ($\omega = 0,75$) e superiores ao Modelo 1 ($\omega = 0,55$), Modelo 2 ($\omega = 0,69$), Modelo 4 ($\omega = 0,72$) e Modelo 5 ($\omega = 0,63$). Da mesma forma, quando avaliada a estimativa de replicabilidade dos escores fatoriais a partir do índice H, também foi identificado maior valor no Modelo 3 (0,85), quando comparado ao Modelo 1 (0,67), Modelo 2 (0,81), Modelo 4 (0,81) e o Modelo 5 (0,69). Isso sugere que o Modelo 3 apresenta alta probabilidade de que seja estável em diferentes estudos (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2018).

Tabela 2.4

Índices de Ajuste dos Modelos 1, 2, 3 e 4 Compostos pelos Itens Originais e

Reformulados da Escala Tightness-Looseness

Modelo	χ^2 (gl)	χ^2/gl	CFI	TLI	SRM R	RMSEA (90% IC)
Modelo 1 (6 itens)	10,612(9)	1,17	0,988	0,980	0,025	0,025 [0,000 – 0,051]
Modelo 2 (9 itens)	120,859**(27)	4,47	0,842	0,789	0,119	0,111 [0,078 – 0,126]
Modelo 3 (7 itens)	47,943**(14)	3,42	0,940	0,910	0,092	0,092 [0,048– 0,116]
Modelo 4 (6 itens)	50,842**(9)	5,82	0,906	0,843	0,128	0,128 [0,078 – 0,173]

Modelo 5 (6 itens)	14,984 (9)	1,17	0,969	0,948	0,066	0,048 [0,000 —0,069]
--------------------	------------	------	-------	-------	-------	----------------------

Nota. χ^2 = qui-quadrado; *gl* = graus de liberdade; *CFI* = Comparative Fit Index; *TLI* = Tucker-Lewis Index; *SRMR* = Standardized Root Mean Square Residual; *RMSEA* = Root Mean Square Error of Approximation; *Modelo 1* = 6 itens originais; *Modelo 2* = inclusão dos itens 1-R, 4-R e 5-R; *Modelo 3* = inclusão dos itens 1-R, 4-R e 5-R e exclusão 1 e 4 originais; *Modelo 4* = inclusão dos itens 1-R e 5-R e exclusão 1 e 4 originais; *Modelo 5* = inclusão dos itens 1-R, 4-R e 5-R e exclusão 1,4 5 s originais. * $p < 0,05$ ** $p < 0,01$

Sistematicamente, em todos os testes de Modelos (1-5) a estrutura unifatorial apresentou-se como a mais adequada à escala, fornecendo suporte à Hipótese 1. Embora os índices de ajuste do Modelo 1 tenham sido ligeiramente superiores ao Modelo 3, suas cargas fatoriais eram menos satisfatórias quando comparadas ao Modelo 3, particularmente os itens 1 e 4. Da mesma forma, os índices de fidedignidade do Modelo 3 foram mais elevados. Portanto, a interpretação é de que o Modelo 3 é o mais adequado psicometricamente.

Discussão

Este estudo buscou avaliar as propriedades psicométricas da escala TL com itens reformulados e comparar com a versão original da medida. Ao contrastar diferentes composições de itens da medida, identificou-se como a melhor configuração a apresentada no Modelo 3. Esse modelo foi composto por 7 itens e apresentou uma estrutura unifatorial (H1). Essa versão da escala foi composta pela substituição dos itens originais 1 e 4 pelas versões reformuladas desses itens, em conformidade com os problemas de compreensão de ambos os itens identificados no Estudo 1. Além disso, o conteúdo do item 5 foi contemplado a partir da manutenção do item original e inclusão do item reformulado, alinhado aos resultados qualitativos encontrados no Estudo 1. Esse resultado também está alinhado teórico e empiricamente com a literatura prévia, uma vez que as expressões de desaprovação podem variar em relação ao quanto torna a pessoa que recebe a sanção consciente da desaprovação (Eriksson et al., 2021b). Na versão revisada da escala (TL-R) foram encontradas cargas fatoriais satisfatórias para todos os itens, bem como parâmetros utilizados da TRI, índices de ajuste e de fidedignidade que confirmaram a adequação da medida. Em conjunto, os

resultados sugerem que a versão revisada da escala apresenta uma configuração mais adequada, quando comparados às demais composições testadas, apresentando melhores evidências de validade baseada na estrutura interna da medida e evidências de fidedignidade.

Estudo 2.3

Neste estudo, foram realizadas análises de natureza confirmatória, de forma a acrescentar evidências aos resultados encontrados nos Estudos 1 e 2. Por isso, buscou-se confirmar a estrutura unifatorial da Escala TL-R e índices de ajuste adequados (Hipótese 2), conforme identificado no Estudo 2. No primeiro estudo foram identificadas nove categorias de domínios específicos de normas sociais. A fim de avaliar se os participantes utilizaram os mesmos domínios para julgar os itens da Escala TL-R, foi elaborada uma medida complementar (Questionário de Avaliação dos Domínios) composta pela descrição de cada um dos domínios. Nessa medida, cada domínio deveria ser assinalado conforme seu uso tenha servido como referência para o julgamento dos itens. Espera-se que todos os domínios apresentem uma frequência de casos existentes (>1), demonstrando a plausibilidade dos domínios categorizados no Estudo 1 (Hipótese 3). Em outras palavras, indicando se o domínio tem sentido para os indivíduos no momento de responderem ao questionário.

A partir do uso da medida complementar de identificação de normas sociais também buscou-se testar diferenças nos níveis de percepção de *tightness* entre os respondentes que evocam diferentes domínios. Espera-se que a utilização de normas específicas para julgar os itens impacte nos escores da escala (Hipótese 4), dado que pode haver normas mais fortes (vs. mais fracas) a depender do domínio considerado em uma mesma cultura (Gelfand et al., 2017; Eriksson et al., 2022).

Método

Participantes

Participaram 95 respondentes voluntários, com média de idade igual a 42,01 anos ($DP = 7,61$), sendo 66,3% ($n = 63$) homens. A renda familiar média declarada foi de R\$ 32.584,71 ($DP = 10.586,82$), com 5 casos omissos. Apenas 33,2% foi composta por estudantes universitários. O maior nível educacional obtido declarado foi de 9,5% ensino médio, 29,5% graduação e 61,1% pós-graduação. O tamanho mínimo amostral foi calculado a partir do *software* G* Power ($N = 54$), com critério de poder estatístico de 0,95 para detecção de tamanho de efeito igual a 0,50 e utilizando os critérios estabelecidos por Tabachnick et al. (2013).

Instrumentos

Escala *Tightness-Looseness* Revisada. Foi aplicada a versão revisada da Escala TL (Gelfand et al., 2011) sendo composta por sete itens (itens 2, 3, 5 e 6 originais e itens 1, 4 e 5 elaborados no Estudo 2). Os itens foram respondidos utilizando a escala de concordância variando de 1 (*discordo fortemente*) à 6 (*concordo fortemente*).

Questionário de Avaliação dos Domínios. Foi elaborada uma medida complementar à Escala TL-R para identificação de quais domínios de normas sociais os respondentes utilizam para avaliar a escala. O participante deveria assinalar quais normas sociais teve em mente para julgar os itens (“Quais normas sociais você teve em mente ao responder os itens acima?” Você pensou em normas sobre ...). As opções de respostas apresentadas correspondem aos nove domínios identificados no Estudo 1: se comportar de forma honesta, ética e em conformidade com as leis (Civismo); respeitar a orientação política, ideológica, religiosa e sexual dos(as) outros(as) grupos/pessoas (Tolerância); se comportar em interações sociais de forma cortês, educada e respeitosa (Boas Maneiras); respeitar o espaço das outras pessoas, manter silêncio e a ordem em ambientes compartilhados (Manutenção da Ordem); se

comportar de forma gentil, cooperativa e prestativa em interações cotidianas (Pró-Social); se comportar e se comunicar de forma não violenta (Não Violência); como se relacionar com familiares, cônjuge e filhos (Relacionamentos Conjugal e Familiar); como se comportar com base em padrões de gênero (Papéis de Gênero) e como as pessoas devem se vestir em cada situação (Vestimenta). Ao final, também foi apresentada a opção outro, com espaço em branco a ser preenchido. A ordem de apresentação das opções foi escolhida de forma aleatória e assumiu a configuração descrita acima. Os respondentes foram instruídos a assinalar quantas opções fossem necessárias. O nome das categorias não foi apresentado nos itens.

Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta de dados foi conduzida a partir de um *survey online* em 2023, utilizando a plataforma de coleta *Google Forms*, sendo os participantes recrutados a partir de convites feitos para funcionários de um órgão público. A concordância e aceite com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) eram necessários para participar da pesquisa.

Procedimentos de Análise de Dados

Com o objetivo de confirmar a estrutura unifatorial da Escala TL-R identificada no Estudo 2, foi conduzida uma Análise Fatorial Confirmatória (AFC) utilizando o *software* JASP, versão 0.17.1. A adequação do modelo foi avaliada por meio dos índices de ajuste *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA), com valores menores que 0,08 considerados adequados, bem como *Comparative Fit Index* (CFI) e *Tucker-Lewis Index* (TLI), com valores acima de 0,90 considerados adequados (Brown, 2006). Para testar diferenças nos níveis de *tightness* entre os respondentes que evocaram diferentes domínios de normas sociais, foram criadas categorias *dummy* para cada domínio. Em seguida, foram conduzidas Análises de Variância (ANOVAs) entre os escores da Escala TL-R para cada domínio.

Resultados

A Análise Fatorial Confirmatória (AFC) indicou que a Escala TL- R apresenta estrutura unifatorial, com índices de ajuste adequados ($X^2 = 33,373$; $gl = 14$; $p = 0,003$; $X^2/gl = 2,38$; $RMSEA = 0,12$ [0,07 – 0,18]; $SRMR = 0,09$; $CFI = 0,94$; $TLI = 0,91$). Portanto, houve suporte empírico à Hipótese 2. A escala também apresentou indicadores de fidedignidade adequado ($\omega = 0,71$). Não foi identificada covariância residual entre os pares de itens, considerados baixos ($IM < 10,00$). Esse resultado fornece informações adicionais que corroboram a decisão de manter o item 5 em sua versão original e reformulada ($IM = 5,668$).

A frequência de utilização dos domínios pelos respondentes da escala pode ser observada na Tabela 2.5, confirmando o uso de todas as classificações de normas sociais, fornecendo suporte à Hipótese 3. O domínio de Civismo se caracterizou como o mais prevalente. Além disso, Civismo, Tolerância com Outros Grupos, Boas Maneiras, Manutenção da Ordem e Pró-Social foram as categorias consideradas por mais da metade da amostra.

Tabela 2.5

Frequência de Domínios Citados pelos Respondentes

Ao avaliar as diferenças de *tightness* entre os participantes que consideram domínios distintos, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas para o domínio *papéis de gênero* ($F(1, 95) = 5,11$, $p = 0,03$) e marginalmente significativas para o domínio

Ordem	Categoria	<i>f</i>	%
1º	Civismo	79	83,2
2º	Tolerância com Outros Grupos	64	67,4
3º	Boas Maneiras	60	63,2
4º	Manutenção da Ordem	55	57,9
5º	Pró-Social	48	50,5
6º	Não Violência	36	37,9
7º	Relacionamento Conjugal e Familiar	35	36,8
8º	Papeis de Gênero	24	25,3
9º	Vestimenta	16	16,8

vestimenta ($F(1, 95) = 2,64, p = 0,11$). Os participantes que consideraram normas relacionadas ao gênero apresentaram maior percepção de *tightness* ($M = 4,05; DP = 0,13$), quando comparados com aqueles que não levaram em consideração tais normas para responder à escala ($M = 3,64; DP = 0,09$). Da mesma forma, os participantes que consideraram normas sobre a forma de se vestir apresentaram maior percepção de *tightness* ($M = 4,03; DP = 0,15$) quando comparados com aqueles que não tinham essas normas em mente ($M = 3,69; DP = 0,09$). Portanto, novamente houve suporte à Hipótese 4.

Discussão

Este estudo teve como objetivo apresentar evidências confirmatórias aos resultados encontrados nos Estudos 1 e 2. A partir da condução da Análise Fatorial Confirmatória (AFC), foram identificados resultados satisfatórios que demonstraram estrutura unifatorial da medida e que corroboraram com evidências de validade da Escala TL-R (H2). O uso de uma medida complementar (Questionário de Avaliação dos Domínios) para avaliar as normas sociais consideradas pelos respondentes para o julgamento dos itens da escala se mostrou adequada, uma vez que apenas um participante (1,05%) indicou ter pensado em normas diferentes das apresentadas. Todos os domínios foram considerados para avaliação da escala (H3). Os resultados encontrados complementam os resultados encontrados no Estudo 1, evidenciando que os respondentes consideram situações e comportamentos específicos para avaliar os itens genéricos sobre a força das normas sociais. Ao avaliar a frequência do uso de cada domínio para responder a escala, o Civismo foi o mais citado (83,2%).

Ao realizar análises comparativas entre os níveis gerais de *tightness* entre participantes que consideraram domínios distintos para julgar os itens da medida, foram encontradas diferenças significativas apenas para o domínio de Papéis *de Ggênero* (H4). Esse resultado pode estar associado às diferenças percebidas entre homens e mulheres, considerando o sexismo e o machismo presentes na cultura (Scarpati & Pina, 2017). Esse

domínio é compreendido como uma identidade cultural composta por um conjunto de normas que prescrevem comportamentos apropriados para cada gênero (Wormley et al., 2019). Esse achado se alinha à perspectiva adotada no estudo desenvolvido por Wormley et al., ao avaliar o nível de *tightness* exclusivamente vinculado às normas sociais relacionadas a esses domínios. Por fim, é válido apontar que a ausência de diferenças significativas ao comparar os demais grupos de domínios de normas sociais pode decorrer de características amostrais. O fato de grande parte da amostra ter considerado normas vinculadas ao domínio de Civismo pode ter garantido pouca variabilidade amostral para realizar análises comparativas com um grupo de participantes que não considerou tais normas, por exemplo. Por isso, novas investigações são necessárias.

Discussão Geral

Em conjunto, os resultados dos três estudos desenvolvidos forneceram evidências sobre o processo de resposta envolvido na análise dos itens da Escala TL. Diante das análises feitas sobre a interpretação dos itens da escala por parte dos respondentes, foram identificados problemas na compreensão de metade dos itens da escala. Portanto, esses resultados indicam falhas que prejudicam o processo de resposta da medida (Schwarz & Oyseman, 2001) e de validade da medida (Sturgis & Smith, 2010). Essa pode ser uma explicação, ao menos parcial, para as propriedades psicométricas insatisfatórias identificadas em outros estudos (Gelfand et al., 2011; Mandel & Realo, 2015; Estudo 1 da presente Tese de Doutorado). Por isso, os resultados embasaram a proposição de uma versão revisada dessa medida (TL-R) que apresentou estrutura fatorial similar (unifatorial, dando suporte à H1), com evidências de validade mais satisfatórias e retestada (oferecendo suporte à H2), quando comparadas à versão original.

Os resultados dos estudos também revelam que os respondentes se ancoram em situações e comportamentos específicos para o julgamento dos itens da Escala TL (H3).

Portanto, ainda que esse instrumento tenha sido elaborado com a proposta de avaliar as normas sociais como um todo, na prática observa-se o uso de apenas algumas normas sociais como referência. Além disso, os resultados sustentam a hipótese de que os níveis gerais de percepção de *tightness* de um indivíduo podem depender de quais normas sociais são consideradas ao responder a escala (H4), se alinhando aos resultados encontrados por Eriksson (2022). Portanto, as informações encontradas são relevantes para o desenvolvimento da teoria, uma vez que identificar os domínios de normas sociais utilizados permite compreender em maior profundidade os resultados de pesquisas. Como um exemplo disso, entende-se que a alta frequência verificada no domínio de boas maneiras se alinha à correlação previamente identificada entre a escala e a medida de restrição situacional (Gelfand et al., 2011). Portanto, isso respalda a hipótese de Minkov et al. (2013) sobre os respondentes utilizarem situações similares às representadas nessa medida para julgar os itens da Escala TL.

A identificação dos domínios de normas sociais também apresenta relevância metodológica, uma vez que pode impactar a operacionalização de estudos futuros. Sugere-se que seja acrescentada a possibilidade de o respondente indicar quais normas teve em mente ao responder a escala, apresentando os domínios identificados neste estudo como opções a serem assinaladas após o preenchimento da escala. Por isso, incentiva-se o uso do Questionário de Avaliação de Domínios de forma complementar ao uso da Escala TL-R, tal como foi operacionalizado no Estudo 3 (e de forma semelhante por Eriksson et al., 2022). Trata-se de uma solução alternativa que admite o controle dessa variável e, principalmente, permite ampliar a compreensão dos resultados de pesquisa, especialmente quando esses não são esperados (p. ex., Elster & Gelfand, 2021).

Domínios Específicos das Normas Sociais: Comparação Transcultural

É possível notar algumas diferenças que podem relevar variações culturais importantes entre as categorias de análise propostas no presente estudo e aquelas identificadas por Eriksson et al. (2022), ao investigar as normas sociais evocadas ao responder a Escala TL em amostras dos Estados Unidos e Suécia. As principais diferenças dizem respeito aos domínios de Civismo, Boas Maneiras e Não Violência identificados apenas no presente estudo, ao passo que o domínio Higiene foi identificado somente no estudo de Eriksson et al. Em contrapartida, identifica-se correspondência entre os demais domínios. O mapeamento das semelhanças e diferenças encontradas entre os estudos no que tange a classificação e frequência podem ser visualizadas na Tabela 2.6.

A síndrome cultural conhecida por *jeitinho brasileiro* (Rodrigues et al., 2011; Miura et al., 2019) pode ser utilizada para auxiliar na compreensão da saliência das normas pertencentes aos domínios citados exclusivamente na amostra brasileira. Essa característica cultural é qualificada por comportamentos típicos que envolvem um polo positivo e outro negativo (Miura et al., 2019). O polo negativo é composto pela quebra de normas sociais para atingir metas pessoais, expressa a partir de ações de engano e trapaça. A constante violação dessas normas tem potencial de torná-las mais salientes, podendo se relacionar com o destaque encontrado para as normas de ética, honestidade e respeito às leis (domínio Civismo) no contexto cultural nacional. Ainda que o Civismo tenha sido o domínio mais prevalente no presente estudo, nem ao menos foi identificado no estudo de Eriksson et al, o que sugere uma forte associação cultural. Ainda assim, é válido apontar que normas sociais envolvendo ética e leis são consideradas universalmente importantes, identificadas em diversas culturas (Jackson et al., 2020).

O polo positivo do *jeitinho brasileiro*, caracterizado por ações cordiais, agradáveis e amigáveis para o alcance de objetivos pessoais (Barbosa, 1992; Rodrigues et al., 2011; Miura

et al., 2019), pode ser útil para compreender outra diferença entre os resultados dos estudos em comparação – o domínio de boas maneiras. Esse fator se associa também ao valor cultural *simpatía*, presente em contextos latinos, que diz respeito à preferência por interações sociais emocionalmente positivas e esforço direcionado à evitação de conflitos sociais (Acevedo et al., 2020; Triandis et al., 1984). Portanto, as normas que regulam a interação direta entre as pessoas, favorecendo o tratamento cortês e respeitoso entre elas (domínio de boas maneiras) foram frequentemente consideradas pelos participantes na amostra brasileira, e sequer foram identificadas por Eriksson et al., também podem advir dessa influência cultural.

Outra diferença encontrada entre os estudos corresponde ao domínio de Não Violência. Esta categoria está associada às normas morais, ao fazer referência a um conteúdo universal que deve ser seguido de forma incondicional (Bicchieri, 2014). Ainda que as normas de não violência possam derivar de fundamentos morais universais, como de preocupação com o cuidado e proteção das pessoas (Haidt & Joseph, 2004; Graham et al., 2013), esses fundamentos também são culturalmente construídos (Koleva et al., 2012). Preocupações morais específicas podem variar entre grupos (Graham et al., 2009) e estarem associadas a diferenças individuais em relação à sensibilidade a certas temáticas (Koleva et al., 2012). No caso da cultura brasileira, novamente o valor cultural *simpatía* (Triandis et al., 1984) pode aumentar a sensibilidade por normas que envolvem a prevenção de conflitos interpessoais e, portanto, salientar normas que proíbem ações de violência.

As normas sobre espirrar, tossir e cuspir na presença de outras pessoas foram classificadas apenas por Eriksson et al. (2022)⁸. Uma possível explicação para a saliência dessas normas no estudo de Eriksson seria a COVID-19. A coleta do estudo foi realizada em 2021, um ano antes do presente estudo, aumentando a proximidade com o início da

⁸ No presente estudo, apenas um participante fez referência a essa norma, não sendo suficiente para transformá-la em uma categoria.

pandemia. Além disso, o Brasil apresentou um baixo controle dos casos (Johns Hopkins University & Medicine, 2023), o que parece relacionado com características de um países *loose* (Gelfand et al., 2021).

Diante das comparações feitas entre os resultados de pesquisa, é importante considerar que alguns domínios foram bastante expressivos no presente estudo, ao passo que no estudo de Eriksson não foram ao menos identificados (p.ex., Civismo). Tais diferenças decorrentes de variações culturais em relação à interpretação da medida sugerem que a escala mensura a força das normas sociais como um fenômeno *emic* e podem ser um caminho para explicar os resultados contraditórios presentes na literatura, como por exemplo, no que diz respeito à relação entre os níveis gerais de *tightness* e normas de civismo (Minkov et al., 2013; Uz, 2015). Portanto, os resultados apontam para a incerteza de equivalência cultural, dadas as diferenças a respeito de quais normas sociais são avaliadas a partir da escala (Smith et al., 2013).

Tabela 2.6

Domínios Evocados para Responder a Escala Tightness-Looseness: Comparação entre os Resultados do Presente Estudo e de Eriksson et al. (2022)

Categoria do presente Estudo	Categoria de Erikson et al. (2022)	Ordem		
		Brasil	Erikson et al., (2022) Estados Unidos	Suécia
Civismo	*	1º	*	*
Tolerância com outros grupos	Normas sobre como as pessoas podem falar sobre outros grupos; Normas sobre quem se deve amar	2º	2º 8º	2º 8º
Boas maneiras	*	3º	*	*
Manutenção da ordem	Normas sobre se comportar em público levando em consideração as necessidades dos outros por ordem, espaço e silêncio	4º	1º	1º

Pró-social	Normas sobre ser prestativo e cooperativo com vizinhos e pessoas desconhecidas	5º	6º	5º
Não violência	*	6º	*	*
Relacionamento conjugal e familiar	Normas sobre como criar uma criança	7º	7º	7º
Papeis de gênero	Normas sobre como as pessoas devem se comportar dependendo de seu sexo	8º	5º	6º
Vestimenta	Normas sobre como as pessoas devem se vestir	9º	4º	4º
*	Normas sobre tossir, cuspir e espirrar na presença de outras pessoas	*	3º	3º

Nota. * Categoria correspondente não identificada.

Considerações Finais

Tendo em vista que normas sociais são dependentes do contexto (Fischer & Karl, 2020; Minkov et al., 2012), o uso da Escala TL para medir a força das normas sociais em geral encontra um obstáculo. O presente estudo contribui ao apresentar resultados que confirmam a necessidade de considerar situações específicas, mesmo para uma avaliação generalizada das normas sociais. Para avaliar os itens da medida, os respondentes consideram normas específicas na evocação das normas, apresentando variação no escore da escala a depender de quais normas são evocadas. Para o controle dessa variabilidade, foi apresentada uma estratégia metodológica a ser aplicada conjuntamente à escala – o Questionário de Avaliação de Domínios. Foram observadas variações culturais em relação ao uso de domínios específicos de normas sociais para julgamento dos itens da escala, quando considerada a classificação identificada por Eriksson et al. (2022) com respondentes de outros países. Portanto, considera-se que haja aspectos *emic* da escala. Portanto, o presente estudo responde

a uma demanda presente na literatura sobre a validade da medida *tightness-looseness*, a partir de uma análise multimétodos que contemplou a avaliação do processamento de resposta. Além disso, fundamentou a proposição de melhorias da escala adaptada para o contexto brasileiro e a formulação de um questionário de identificação das normas sociais.

Referências

- Acevedo, A. M., Herrera, C., Shenhav, S., Yim, I. S., & Campos, B. (2020). Measurement of a latino cultural value: The simpatía scale. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 26(4), 419. <http://dx.doi.org/10.1037/cdp0000324>
- American Educational Research Association, American Psychological Association, & National Council on Measurement in Education (2014). *Standards for educational and psychological testing*. American Educational Research Association.
- Asparouhov, T., & Muthén, B. (2010). Simple second order chi-square correction. *Mplus technical appendix*, 1-8. Recuperado de https://www.statmodel.com/download/WLSMV_new_chi21.pdf
- Barbosa, L. (1992). *O jeitinho brasileiro ou a arte de ser mais igual do que os outros*. Campus.
- Bardin, L. (2015). *Análise de conteúdo*. Edições 70. (Trabalho original publicado em 1977)
- Bicchieri, C. (2006). *The grammar of society: The nature and dynamics of social norms*. Cambridge University Press
- Bicchieri, C. (2014). Norms, conventions, and the power of expectations. In N. Cartwright & E. Montuschi (Eds.), *Philosophy of social science: A new introduction* (pp. 226- 262). Oxford University Press.
- Bicchieri, C. (2016). *Norms in the wild: How to diagnose, measure, and change social norms*. Oxford University Press.
- Borsa, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Cross-cultural adaptation and validation of psychological instruments: Some considerations. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 22, 423-432. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-43272253201314>
- Borsboom, D., Mellenbergh, G. J., & Van Heerden, J. (2004). The concept of validity. *Psychological review*, 111(4), 1061. <http://dx.doi.org/10.1037/0033-295X.111.4.1061>
- Brown, T. A. (2006). *Confirmatory factor analysis for applied research*. The Guilford Press.

- Bulloch, S. (2013). Seeking construct validity in interpersonal trust research: A proposal on linking theory and survey measures. *Social Indicators Research*, *113*(3), 1289–1310. <https://doi.org/10.1007/s11205-012-0139-0>
- Cialdini, R. B. (2003). Crafting normative messages to protect the environment. *Current Directions in Psychological Science*, *12*(4), 105-109. <https://doi.org/10.1111/1467-8721.01242>
- de Aquino, J. A. (2017). The meaning of trust for brazilians with higher education. *Social Indicators Research*, *130*, 325-349. <https://doi.org/10.1007/s11205-015-1178-0>
- Elster, A., & Gelfand, M. J. (2021). When guiding principles do not guide: The moderating effects of cultural tightness on value-behavior links. *Journal of Personality*, *89*(2), 325-337. <https://doi.org/10.1111/jopy.12584>
- Eriksson, K., Dickins, T. E., & Strimling, P. (2021a). Hygiene norms across 56 nations are predicted by self-control values and disease threat. *Current Research in Ecological and Social Psychology*, *2*, 100013. <https://doi.org/10.1016/j.cresp.2021.100013>
- Eriksson, K., Hazin, I., Vartanova, I., & Strimling, P. (2022). Domain-specific tightness: Why is Sweden perceived as tighter than the United States?. *Current Research in Ecological and Social Psychology*, *3*, 100049. <https://doi.org/10.1016/j.cresp.2022.100049>
- Eriksson, K., Strimling, P., Gelfand, M., Wu, J., Abernathy, J., Akotia, C. S., ... & Van Lange, P. A. (2021b). Perceptions of the appropriate response to norm violation in 57 societies. *Nature Communications*, *12*(1), 1-11. <https://doi.org/10.1038/s41467-021-21602-9>
- Ferrando, P.J., & Lorenzo-Seva, U. (2017). Program FACTOR at 10: Origins, development and future directions. *Psicothema*, *29*(2), 236-241. <https://doi.org/10.7334/psicothema2016.304>
- Fehr, E., & Fischbacher, U. (2004). Social norms and human cooperation. *Trends in cognitive sciences*, *8*(4), 185-190. <https://doi.org/10.1016/j.tics.2004.02.007>
- Fischer, R., & Karl, J. (2020). Norms across cultures: A cross-cultural meta-analysis of norms effects in the theory of planned behavior (corrected & updated). *Journal of Cross-Cultural Psychology*, *50*(10), 1112-1126. <https://doi.org/10.1177/0022022119846409>
- Gelfand, M. J., Harrington, J. R., & Jackson, J. C. (2017). The strength of social norms across human groups. *Perspectives on Psychological Science*, *12*(5), 800-809. <https://doi.org/10.1177/17456916177086>

- Gelfand, M. J., Jackson, J. C., Pan, X., Nau, D., Pieper, D., Denison, E., ... & Wang, M. (2021). The relationship between cultural tightness–looseness and COVID-19 cases and deaths: A global analysis. *The Lancet Planetary Health*, 5(3), e135-e144.
[https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(20\)30301-6](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(20)30301-6)
- Gelfand, M. J., Nishii, L. H., & Raver, J. L. (2006). On the nature and importance of cultural tightness-looseness. *Journal of Applied Psychology*, 91(6), 1225–1244.
<https://doi.org/10.1037/0021-9010.91.6.1225>
- Gelfand, M. J., Raver, J. L., Nishii, L., Leslie, L. M., Lun, J., Lim, B. C., ... & Yamaguchi, S. (2011). Differences between tight and loose cultures: A 33-nation study. *Science*, 332(6033), 1100-1104. <https://doi.org/10.1126/science.1197754>
- Graham, J., Haidt, J., & Nosek, B. A. (2009). Liberals and conservatives rely on different sets of moral foundations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 96, 1029–1046
<https://doi.org/10.1037/a0015141>
- Graham, J., Haidt, J., Koleva, S., Motyl, M., Iyer, R., Wojcik, S. P., & Ditto, P. H. (2013). Moral foundations theory: The pragmatic validity of moral pluralism. In *Advances in experimental social psychology* (Vol. 47, pp. 55-130). Academic Press.
- Haidt, J., & Joseph, C. (2004). Intuitive ethics: How innately prepared intuitions generate culturally variable virtues. *Daedalus*, 133(4), 55-66.
<https://doi.org/10.1162/0011526042365555>
- Harrington, J. R. (2017). *Worlds unto themselves: Tightness-looseness and social class*. [Unpublished doctoral dissertation]. University of Maryland
- Henrich, J., Heine, S. J., & Norenzayan, A. (2010). Most people are not WEIRD. *Nature*, 466 (7302), 29-29. <https://doi.org/10.1038/466029a>
- Hofstede, G. (2006). What did GLOBE really measure? Researchers' minds versus respondents' minds. *Journal of international business studies*, 37, 882-896.
<https://doi.org/10.1057/palgrave.jibs.8400233>
- ITC, International Test Commission (2017). The ITC guidelines for translating and adapting tests. *Int J Test*.
- Jackson, J. C., Gelfand, M., & Ember, C. R. (2020). A global analysis of cultural tightness in non-industrial societies. *Proceedings of the Royal Society B*, 287(1930), 20201036.
<http://dx.doi.org/10.1098/rspb.2020.1036>
- Jackson, J. C., Van Egmond, M., Choi, V. K., Ember, C. R., Halberstadt, J., Balanovic, J., ... & Gelfand, M. J. (2019). Ecological and cultural factors underlying the global

- distribution of prejudice. *PloS one*, 14(9), e0221953. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0221953>
- JASP Team (2023). JASP (Version 0.17.1) [Computer software]. Recuperado de: <https://jasp-stats.org/download/>
- Johns Hopkins University & Medicine. (2023, setembro). Coronavirus Resource Center. <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>
- Kelley, T. L. (1927). *Interpretation of educational measurements*. Macmillan.
- Koleva, S., Graham, J., Iyer, Y., Ditto, P. H., & Haidt, J. (2012). Tracing the threads: How five moral concerns (especially purity) help explain culture war attitudes. *Journal of Research in Personality*, 46(2), 184–194. <https://doi.org/10.1016/j.jrp.2012.01.006>
- Lorenzo-Seva, U., & Ferrando, P.J. (2013). FACTOR 9.2 A comprehensive program for fitting exploratory and semiconfirmatory factor analysis and IRT models. *Applied Psychological Measurement*, 37(6), 497-498. <https://doi.org/10.1177/0146621613487794>
- Mandel, A., & Realo, A. (2015). Across-time change and variation in cultural tightness-looseness. *Plos one*, 10(12), e0145213. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0145213>
- Mardia, K. V. (1970). Measures of multivariate skewness and kurtosis with applications. *Biometrika*, 57, 519-530. <https://doi.org/10.2307/2334770>
- Minkov, M., Blagoev, V., & Hofstede, G. (2013). The boundaries of culture: Do questions about societal norms reveal cultural differences?. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 44(7), 1094-1106. <https://doi.org/10.1177/0022022112466942>
- Miura, M. A., Pilati, R., Milfont, T. I., Ferreira, M. C., & Fischer, R. (2019). Between simpatia and malandragem: Brazilian jeitinho as an individual difference variable. *PLoS One*, 14(4), e0214929. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0214929>
- Molho, C., Tybur, J. M., Van Lange, P. A. & Balliet, D.(2020). Direct and indirect punishment in daily life. *Nat. Commun.* 11(1),3432. <https://doi.org/10.1038/s41467-020-17286-2>
- Muthen, B., & Kaplan, D. (1992). A comparison of some methodologies for the factor analysis of non-normal likert variables: A note on the size of the model. *British journal of mathematical and statistical psychology*, 45(1), 19-30. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8317.1992.tb00975.x>
- Price, R. H., & Bouffard, D. L. (1974). Behavioral appropriateness and situational constraint as dimensions of social behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 30(4), 579. <https://doi.org/10.1037/h0037037>

- Realo, A., Linnamägi, K., & Gelfand, M. J. (2015). The cultural dimension of tightness–looseness: An analysis of situational constraint in Estonia and Greece. *International Journal of Psychology*, *50*(3), 193-204. <https://doi.org/10.1002/ijop.12097>
- Revelle, W., & Zinbarg, R. E. (2008). Coefficients Alpha, Beta, Omega, and the glb: Comments on Sijtsma. *Psychometrika*, *74*(1), 145. <https://doi.org/10.1007/s11336-008-9102-z>
- Rodrigues, R. P., Porto, J. B., Fischer, R., Ferreira, M. C., & Milfont, T. L. (2011). Brazilian jeitinho: Understanding and explaining an indigenous psychological construct. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, *45*(1), 29-38. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/284/28421134005.pdf>
- Scarpati, A. S., & Pina, A. (2017). Cultural and moral dimensions of sexual aggression: The role of moral disengagement in men’s likelihood to sexually aggress. *Aggression and Violent Behavior*, *37*, 115–121. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2017.09.001>
- Schwarz, N., & Oyserman, D. (2001). Asking questions about behavior: Cognition, communication, and questionnaire construction. *American Journal of Evaluation*, *22*(2), 127-160. <https://doi.org/10.1177/109821400102200202>
- Smith, P. B., Fischer, R., Vignoles, V. L., & Bond, M. H. (2013). How to do cross-cultural psychology. In *Understanding social psychology across cultures: Engaging with others in a changing world* (pp. 73–107). Sage.
- Sturgis, P., & Smith, P. (2010). Assessing the validity of generalized trust questions: What kind of trust are we measuring?. *International journal of public opinion research*, *22*(1), 74-92. <https://doi.org/10.1093/ijpor/edq003>
- Tabachnick, B. G., Fidell, L. S., & Ullman, J. B. (2013). *Using multivariate statistics* (Vol. 6, pp. 497-516). Pearson.
- Timmerman, M. E., & Lorenzo-Seva, U. (2011). Dimensionality Assessment of Ordered Polytomous Items with Parallel Analysis. *Psychological Methods*, *16*, 209-220. <https://doi.org/10.1037/a0023353>
- Treviño, L. J., Egri, C. P., Ralston, D. A., Naoumova, I., Furrer, O., Li, Y., ... & de la Garza Carranza, M. T. (2021). A multi-country, multi-sector replication challenge to the validity of the cultural tightness-looseness measure. *Asia Pacific Journal of Management*, *38*, 735-764. <https://doi.org/10.1007/s10490-019-09682-0>
- Triandis, H. C., Marin, G., Lisansky, J., & Betancourt, H. (1984). Simpatía as a cultural script of Hispanics. *Journal of Personality and Social Psychology*, *47*, 1363–1375. <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.47.6.1363>

- Trizano-Hermosilla, I., & Alvarado, J. M. (2016). Best alternatives to Cronbach's alpha reliability in realistic conditions: congeneric and asymmetrical measurements. *Frontiers in psychology, 7*, 769.
<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2016.00769/full>
- Uz, I. (2015). The index of cultural tightness and looseness among 68 countries. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 46*(3),319-335. <https://doi.org/10.1177/0022022114563611>
- Uz, I. (2018). Cross-validation of cultural tightness and looseness measures. *International Journal of Psychology, 53*(4), 287-294. <https://doi.org/10.1002/ijop.12376>
- Van Deth, J. W. (2003). Measuring social capital: Orthodoxies and continuing controversies. *International journal of social research methodology, 6*(1), 79-92.
<https://doi.org/10.1080/13645570210156040>
- Venaik, S., Midgley, D. F., & Christopoulos, D. (2021). Do within-subject standardized indices of societal culture distort reality? An illustration with the national Tightness culture scale. *Journal of World Business, 56*(5), 101242. <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2021.101242>
- Wormley, A. S., Scott, M., Grimm, K., Li, N. P., Choy, B. K., & Cohen, A. B. (2021). Loosening the definition of culture: An investigation of gender and cultural tightness. *Current Research in Ecological and Social Psychology, 2*, 100021.
<https://doi.org/10.1016/j.cresp.2021.100021>

Manuscrito 3

Confiança Interpessoal e Força das Normas Sociais: Uma Análise a partir do Modelo Cultural *Tightness-Looseness* no Brasil

Resumo

A falta de confiança nas interações sociais compromete, em última instância, o sistema social. As normas sociais são um dos veículos para incrementar a confiança interpessoal, mas há lacunas sobre este mecanismo. No presente estudo buscou-se investigar a relação entre a percepção de características culturais *tightness* e confiança interpessoal, utilizando o modelo cultural TL. Foi testada a influência da confiança nas instituições, da força das normas em geral e da força das normas pró-sociais na cultura brasileira como fatores explicativos dessa relação. Foram conduzidas análises para testar diferentes modelos de relação entre essas variáveis ($N = 380$). Identificou-se efeitos diretos da confiança institucional e da força das normas na confiança interpessoal. Também foi identificada maior capacidade preditiva das normas descritivas em comparação às normas injuntivas, indicando a importância da percepção de conformidade com as normas pró-sociais para o aumento da confiança. O modelo com melhor ajuste demonstrou que a relação entre confiança interpessoal e confiança institucional se estabelece por meio da força das normas (percepção de *tightness* e pró-sociais) e que a relação entre percepção de *tightness* e confiança interpessoal é completamente explicada pelas normas pró-sociais. Os resultados contribuem para o avanço da teoria TL no que diz respeito à relação entre a percepção de fatores estruturais macro e micro presentes na cultura e o desenvolvimento de processos psicológicos que vão além das proposições iniciais da teoria envolvendo variáveis autorreferentes. Os resultados indicaram que se trata de um modelo explicativo plausível, coerente com o sentido macro micro cultural do modelo TL e interligados.

Palavras-chave: modelo *tightness-looseness*, confiança interpessoal, normas pró-sociais, confiança institucional

A falta de interação social confiável prejudica a satisfação das necessidades humanas e a realização de metas individuais, bem como o funcionamento eficaz do sistema social, acarretando efeitos adversos para garantir paz, justiça e instituições sólidas (Aneshensel, 1992; ONU, Objetivo 16). De fato, a confiança compõe os conceitos de capital social (Coleman, 1988; Thöni et al., 2012) e de segurança psicológica (Edmondson & Lei, 2014). Ela se apresenta como um elemento fundamental para as relações interpessoais, favorecendo a cooperação em situações que envolvem conflitos de interesse (Balliet et al., 2012; Balliet & Van Lange, 2013a; Gächter et al., 2004) e de negociação (Lu et al., 2017). Ao lado de reduzir o estresse social (Aneshensel, 1992), alguns autores também argumentam que a confiança é um dos elementos do bem-estar (Snyder & Lopez, 2002).

Ocorre que a crença de que as pessoas são confiáveis não corresponde necessariamente a uma leitura acurada da realidade, uma vez que essa afirmação precisaria ser direcionada a um contexto e a um indivíduo específico. O julgamento sobre o quanto as pessoas em geral são confiáveis ocorre de forma imprecisa e generalizada, sendo, portanto, caracterizado como um viés de pensamento (Yamagishi & Yamagishi, 1994). Ainda que esse viés de (des)confiança tenha características hereditárias (Hiraishi et al., 2008), desconsiderar seu desenvolvimento dentro de um repertório sociocultural seria um equívoco (Kwantes & McMurphy, 2021; Van Lange et al., 2014). A disposição para confiar nos outros varia amplamente entre culturas (Takahashi et al., 2008), assim como o quanto as pessoas tendem a basear sua tomada de decisão no nível de confiança que possuem (Balliet & Van Lange, 2013a; Smith et al., 1998). Isso reforça que características culturais (p.ex., normas sociais) podem atuar como facilitadores ou inibidores na construção da confiança (Doney et al.,

1998), mas a compreensão de como isso ocorre ainda é pouco clara (Luo et al., 2023). Assim, identificar como esses mecanismos ocorrem é o objetivo principal deste trabalho.

No Brasil os indivíduos tendem a acreditar que é preciso ser muito cuidadoso ao lidar com as pessoas, o que caracteriza o país como um dos que apresentam níveis mais altos de desconfiança interpessoal e institucional (de Aquino, 2017; Inglehart et al., 2014). Mas para compreender os níveis de confiança dos brasileiros é importante considerar variáveis do contexto sociocultural. Ainda que os resultados das pesquisas interculturais situem o Brasil em pontos medianos na maioria das dimensões culturais (Porto & Pilati, 2021), quando se trata da dimensão cultural *tightness-looseness* (TL) o país está posicionado em um dos extremos desse *continuum* (Gelfand et al., 2011; Eriksson et al., 2021). O Brasil se caracteriza como um dos países mais *loose*, apresentando alta flexibilidade no que diz respeito às normas sociais⁹ (Gelfand et al., 2011). Portanto, o país apresenta um contexto cultural menos propício para os indivíduos desenvolverem confiança em relação uns aos outros e às instituições (Doney et al., 1998), devido à maior tolerância com comportamentos variados e menor uniformidade nas expectativas sobre quais os comportamentos apropriados em cada situação (Gelfand et al., 2011). Dessa forma, compreende-se que a baixa percepção de *tightness* aumenta a insegurança sobre a ação das outras pessoas e suas motivações e, conseqüentemente, diminui a confiança desenvolvida em relação às demais.

Uma das características de um contexto cultural *tight* é a presença de instituições que fiscalizam o comportamento de seus membros de forma estrita (Gelfand et al., 2011). A

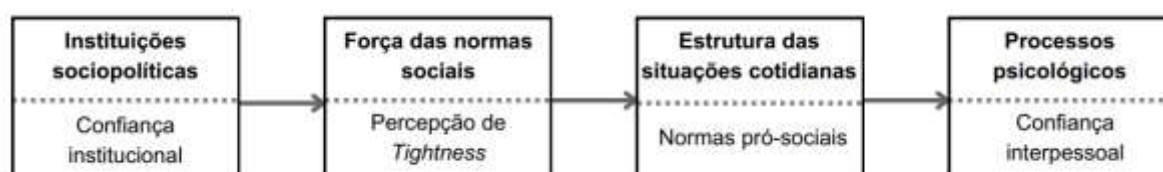
⁹ Os escores identificados por Gelfand et al. (2011) devem ser considerados com cautela, devido às limitações psicométricas da escala adaptada para o contexto brasileiro e uso de uma amostra coletada apenas em São Paulo. Ainda assim, os estudos realizados na presente Tese de Doutorado convergem com os achados de Gelfand, caracterizando o Brasil como um país tipicamente *loose*.

presença dessas instituições de controle altera a estrutura das situações sociais cotidianas, inibindo ações autointeressadas e reduzindo a insegurança do contexto (Freitag & Bühlmann, 2009; Yamagishi & Yamagishi, 1994). Além disso, é possível que a percepção de um contexto *tight* não apenas esteja associado a menos ações desonestas e egoístas, mas também a normas pró-sociais mais fortes. Ambos os fatores impactam de forma positiva a confiança sentida em relação às outras pessoas.

Nas observações antropológicas realizadas por Pelto (1968) verificou-se que sociedades mais *tight* valorizam as normas de solidariedade, o que poderia propiciar a transferência de confiança nesses contextos culturais. Tratam-se, portanto, de fatores situacionais que podem influenciar como a dimensão TL atua sobre o desenvolvimento de processos cognitivos de confiança (Doney et al., 1998). Essa compreensão está alinhada às evidências que demonstram que a variação da força das normas sociais entre culturas contribui para explicar diferenças individuais no que diz respeito aos processos psicológicos em geral e em particular (Gelfand et al., 2020), como por exemplo automonitoramento e autorregulação (Gelfand et al., 2011). A presente pesquisa buscou testar se a percepção de características culturais *tightness* impacta os níveis de confiança interpessoal. Para isso, utilizou-se o modelo cultural TL (Gelfand et al., 2011) que prevê a relação com variáveis institucionais e situacionais (Figura 3.1). Em especial, buscou-se avaliar o quanto a confiança institucional, a força das normas em geral e a força das normas pró-sociais atuam como mecanismos explicativos da relação entre cultura e confiança.

Figura 3.1

Modelo Cultural Tightness-looseness (Adaptado de Gelfand et al., 2011)



Confiança

Existem múltiplas definições do construto na literatura, uma vez que a confiança é o foco de investigação em diferentes áreas da ciência (Colquitt et al., 2007; Doney et al., 1998). De forma ampla, pode ser definida como a expectativa da benevolência na intenção do outro (Yamaguish & Yamaguish, 1994). Sua expressão se manifesta a partir da disposição de um indivíduo em se colocar numa situação de vulnerabilidade em relação a outro, com a expectativa de que seu bem-estar será preservado (Schilke et al., 2021). Entretanto, confiar apresenta nuances em seu conceito, definição, operacionalização e alvo, que podem afetar o resultado das pesquisas e explicar porque há resultados contraditórios na relação entre confiança e cultura TL.

O conceito de confiança interpessoal pode ser subdividido entre uma crença/expectativa sobre a confiabilidade do(s) outro(s) e uma disposição para agir de forma a tornar-se vulnerável. Ainda que distintos, estão intimamente relacionados, já que para haver uma ação de confiar em outra(s) pessoa(s) são necessárias crenças positivas sobre a confiabilidade do outro (Doney et al., 1998; Kwantes & McMurphy, 2021). No presente estudo, a confiança é compreendida e mensurada a partir de uma perspectiva cognitiva e atitudinal, que envolve as crenças dos indivíduos sobre a confiabilidade dos demais.

Variações na definição de confiança também afetam sua operacionalização, que pode ser feita em termos cognitivos (contemplando as expectativas sobre a confiabilidade alheia) ou comportamentais (englobando a disposição para ação) (Fetchenhauer et al., 2017). Dessa forma, a mensuração de confiança pode ocorrer a partir de jogos experimentais (p.ex., jogo da confiança, jogo do ditador) e de escalas/surveys. Uma das medidas mais amplamente utilizadas em grandes pesquisas como o *General Social Survey - GSS* e o *World/European Values Survey - WVS* foi desenvolvida por Rosenberg (1956), em os respondentes avaliam o quanto as pessoas são confiáveis, justas e prestativas. Algumas diferenças são observadas em

relação a cada item. Os itens que avaliam o quanto as pessoas são percebidas como justas (*vs.* tentam tirar vantagens) e como prestativas (*vs.* pensam em seus próprios interesses) capturam crenças, caracterizando um viés otimista sobre os outros. Já o item sobre o quanto são percebidas como confiáveis captura uma preferência por depositar sua confiança no outro (Gächter, 2004; Thöni et al., 2012).

O alvo da confiança também pode variar, levando à divisão entre confiança particular, quando é direcionada a parceiros de interação específicos, e confiança generalizada, quando é direcionada a pessoas em geral (Simpson, 2007). A base para o desenvolvimento de confiança específica é o contato direto ou indireto com um parceiro pontual, a partir de um histórico de interações prévias. Já a confiança generalizada deriva de seu contexto social mais amplo, sendo positivamente impactada quando há restrição de ações autointeressadas e incentivo de ações que preservam os interesses coletivos (Freitag & Bühlmann, 2009). A confiança generalizada, assim, pode ser compreendida como um viés de pensamento/heurística utilizado na interação com as pessoas em geral (Yamagishi & Yamagishi, 1994).

No Brasil quanto menor a proximidade do contato social, menor a confiança declarada em relação ao outro (de Aquino, 2017; Inglehart et al., 2014). Isso significa que a confiança generalizada tende a ser menor, o que pode ser reflexo da percepção que os brasileiros possuem do contexto sociocultural em que estão inseridos. A exemplo disso, em contextos mais coletivistas, os indivíduos tendem a depender mais da confiança para fazer negociações (Smith et al., 1998), assim como em contexto mais *loose* (Lu et al., 2017). Como o Brasil é mais *loose* e relativamente mais coletivista, a confiança se mostra ainda mais relevante para as relações interpessoais. No presente estudo, a confiança interpessoal será mensurada apenas em sua forma generalizada.

Confiança e o Modelo Cultural *Tightness-looseness*

A literatura aponta para a relação entre confiança e a aplicação de normas sociais que se autorreforçam (Bicchieri et al., 2011; Balliet & Van Lange, 2013b; Dunning et al., 2014). A partir de uma perspectiva cultural, o modelo *tightness-looseness* (TL) desenvolvido por Gelfand et al. (2011) pode ser utilizado para compreender os mecanismos explicativos dessa relação. Isso porque demonstra como a existência de normas sociais fortes está associada ao desenvolvimento de determinados processos psicológicos nos membros de uma cultura. A força das normas sociais e a tolerância com os comportamentos desviantes são a dimensão cultural central do modelo TL. Sendo assim, culturas *tight* (vs. *loose*) apresentam normas mais fortes (vs. fracas). Indivíduos que estão expostos a essas culturas apresentam tendências distintas no desenvolvimento de uma série de características psicológicas.

A maior parte das pesquisas sobre cultura TL e processos psicológicos avaliou variáveis associadas com o automonitoramento do comportamento, sendo preciso ampliar a compreensão a respeito da interação com outras características disposicionais (Geeraert et al., 2019). A teoria TL não apresenta suposições que incluam variações no nível de confiança entre os indivíduos, ainda que haja evidências da relação das normas sociais com a confiança (Gelfand et al., 2020). Portanto, trata-se de uma lacuna que carece de investigações que abarquem variáveis explicativas associadas ao modelo TL, uma vez que é justamente em um cenário de maior incerteza social (p. ex., contexto *loose*) que a confiança se faz mais necessária para as relações sociais (Kwantes & McMurphy, 2021). Tal é o caso evidente do Brasil, portanto é preciso compreender como essa relação ocorre.

De acordo com o modelo teórico, a dimensão TL se apresenta tanto a partir de fatores distais (históricos, ecológicos e institucionais) quanto proximais (estrutura das situações cotidianas). Isso porque o desenvolvimento de normas sociais fortes em uma cultura se justificaria pela presença de fatores distais (p.ex., ameaças ecológicas) que aumentam a

necessidade de mecanismos mais eficazes de regulação do comportamento de seus membros. Uma cultura com normas mais fortes e menor tolerância com comportamentos desviantes em geral aumenta a força das situações (normas sociais mais *tight*), tornando-as mais restritivas em relação às opções de comportamentos aceitos em cada situação. Por fim, a teoria propõe que as adaptações psicológicas em nível individual se estabelecem em relação às estruturas das situações presentes em cada cultura (Gelfand et al., 2020, Gelfand et al., 2011).

Em conformidade com o contexto cultural, há a tendência a desenvolver uma série de características psicológicas entre os indivíduos expostos cronicamente às situações caracterizadas pela presença de normas sociais fortes (*vs* fracas) que tendem a restringir (*vs* liberar) as ações dos indivíduos (Mischel, 1977). Isso acontece em decorrência de suas experiências subjetivas associadas com a alta (*vs* baixa) pressão social sentida para agir em conformidade com os comportamentos considerados aprovados (normativos). Assim, os processos psicológicos estão em concordância com os requisitos presentes na forma como as situações se estruturam (Gelfand et al., 2020). Tais fatores micro-psicológicos não são apenas produto de uma adaptação ao contexto, mas também capazes de reforçar os aspectos micro-estruturais. Dessa forma, quanto mais fortes são algumas inclinações psicológicas, mais fortemente se apresentam os processos situacionais de coordenação social (Gelfand et al., 2020). Tais características se relacionam com a adaptação do indivíduo ao ambiente (Church et al., 2012), porém a direção macro-micro é mais intensa quando comparada à micro-macro, semelhantemente a outras teorias culturais (Rohan, 2000).

Em relação às investigações que avaliavam a relação TL e confiança, foram encontrados apenas um estudo empírico (Luo et al., 2023) e uma meta-análise ($N = 4$) (Lu et al., 2017). Lu et al. (2017) identificaram a relação de cultura TL e confiança entre negociadores pertencentes a uma mesma cultura. Os indivíduos pertencentes às culturas mais *loose* foram mais propensos a confiar no parceiro de interação. Em seu estudo a dimensão TL

foi operacionalizada a partir do país do participante, assumindo a cultura nacional como um conjunto de atributos compartilhados entre os negociadores. Essa evidência está alinhada à compreensão de que a presença de um contexto com alta aplicação das normas levaria as pessoas a confiar que as ações dos indivíduos não advêm de fatores internos, mas externos (Yamagishi & Yamagishi, 1994), associado ao efeito paradoxal das sanções, afetando de forma negativa a confiança (Mulder et al., 2006). Outro estudo intercultural ($N = 15$ países) (Luo et al., 2023) utilizando uma medida de TL em nível societal, identificou que países com níveis semelhantes da dimensão TL exibem maior similaridade de confiança interpessoal em nível nacional. Países com maiores níveis de *tightness* cultural apresentam menor similaridade no perfil confiança, comparado aos países com maiores níveis de *looseness*.

À luz do modelo TL é possível considerar que uma cultura *tight* pode favorecer a escolha por comportamentos que preservam o bem-estar coletivo, impactando de forma positiva a percepção sobre a benevolência dos outros indivíduos. Dito de outra forma, a percepção de contextos como *tight* pode favorecer sentimentos de confiança entre seus membros, com situações sociais mais fortes para guiar as ações dos indivíduos (Gelfand et al., 2020). Assim, as normas sociais fortes e uma maior expectativa de punição para os desvios seriam fontes de informações que reduziriam a incerteza sobre o comportamento das outras pessoas em contextos mais *tight*: quando não há informações suficientes para garantir que as outras pessoas irão agir de forma a preservar o interesse comum, tende-se a acreditar que suas ações serão direcionadas ao interesse pessoal (Vuolevi & Van Lange, 2010). Diante disso, a percepção de *tightness* cultural estaria positivamente relacionada com a confiança interpessoal, enquanto a percepção de características *loose* abriria espaço para o viés de desconfiança, dando base à Hipótese 1.

Hipótese 1: A percepção de tightness prediz maiores níveis de confiança interpessoal.

Modelo TL: Fatores Psicológicos e Institucionais

O modelo TL também abarca fatores distais, como a presença de elementos institucionais que propiciam o desenvolvimento de normas sociais mais fortes para aumentar a organização social, a partir do reforço e fiscalização do cumprimento dessas normas (Gelfand et al., 2011). Instituições de governo e sistema judiciário, por exemplo, moldam o comportamento dos indivíduos a partir da maior ou menor restrição comportamental imposta (Gelfand et al., 2011, 2017b). Evidências empíricas fornecem suporte ao modelo, indicando que em culturas *tight* há mais leis, maior pressão política e punições mais severas para aqueles que apresentam comportamentos desviantes. No que se refere à instituição policial, há um maior policiamento e menores taxas de criminalidade. Esses resultados sugerem uma eficácia das instituições em manter o controle social (Gelfand et al., 2011).

A maior parte das pesquisas investigou indicadores observáveis associados à força das instituições em culturas *tightness*, mas não utilizou medidas subjetivas relacionadas à confiança depositada nessas instituições, nem sua associação com a percepção de *tightness*. Embora haja relação entre a performance institucional e confiança nessas instituições, não se trata da mesma variável (Anderson & Tverdova, 2003). A confiança nas instituições se caracteriza como a crença na competência e na responsabilidade que variadas instituições possuem, envolvendo a expectativa de que as instituições sejam confiáveis para servir ao interesse comum. Tais crenças sofrem influência de variáveis individuais, como por exemplo valores e orientação política (Devos et al., 2002). Foi identificado apenas um estudo que avaliou o nível de *tightness* e o nível de confiança nas instituições entre países. A partir da análise de similaridade representacional para traçar perfis de confiança em nível societal, não foi identificada uma relação entre níveis semelhantes da dimensão TL e de confiança institucional (Luo et al., 2023). Portanto, esse resultado contrasta com a relação encontrada em estudos que avaliaram índices brutos de desempenho das instituições (p.ex., Gelfand et

al., 2011; Harrington & Gelfand, 2014). Diante disso, ainda é necessário avaliar a relação entre a percepção de *tightness* e confiança nas instituições em nível individual, o que dá base à Hipótese 2.

Hipótese 2: Maiores níveis de confiança institucional predizem maior percepção de tightness.

Ao considerar o desenvolvimento de confiança interpessoal, é possível que um caminho se configure a partir da confiança nas instituições que regulam as relações entre os indivíduos. Isso reforça a ideia de que micro e macro processos estão interligados no desenvolvimento da confiança (Latusek & Olejniczak, 2016). Segundo Yamaguishi e Yamaguishi (1994), a presença de instituições de controle que alteram a estrutura das situações sociais resulta em aumento do sentimento de segurança (*assurance*). Ou seja, ela aumenta a expectativa de que os outros irão agir de forma benevolente em razão de fatores externos a eles. O nível de segurança experimentado pelos indivíduos sugere o nível de confiança nas instituições (Porto & Pilati, 2021). As evidências empíricas indicam que a confiança sentida em relação às instituições prediz a confiança interpessoal (Sønderskov & Dinesen, 2016), sendo essa relação explicada por sentimentos de segurança (Spadaro et al., 2020). Países com maior confiança institucional também apresentaram maior confiança interpessoal (Freitag & Bühlmann, 2009).

Porto e Pilati (2021) sugeriram que os brasileiros tendem a esperar que seus concidadãos busquem interesses pessoais a partir da quebra de normas sociais, formando assim um viés de desconfiança. Essa expectativa seria reforçada pela percepção de que as estruturas das situações sociais no Brasil são ineficientes para desencorajar esse tipo de comportamento. O comportamento típico de violação das normas é compreendido como uma estratégia de resolução de problemas desenvolvida para lidar com instituições pouco eficazes, que têm excesso de formalidades e hierarquias rígidas (Ferreira et al., 2012; Rodrigues et al.,

2011). Além disso, o cenário brasileiro recente passou por diversos fatores que geraram grande instabilidade política e econômica (Fischer et al., 2022), o que tende a afetar negativamente os níveis de confiança institucional (Serritzlew et al., 2014). Isso deu base à Hipótese 3.

Hipótese 3: Maiores níveis de confiança institucional predizem maiores níveis de confiança interpessoal.

Modelo TL: Fatores Psicológicos e Situacionais

Por fim, o modelo TL incorpora a caracterização da força das situações sociais dentro do sistema cultural. Mais especificamente, aponta para a variação cultural da força das situações como um elemento essencial para compreender diferenças individuais identificadas entre culturas. Ele as compreende como consequência de adaptações ao tipo de estrutura social ao qual os indivíduos são cronicamente expostos (Gelfand, 2012). A força das situações diz respeito a quanto uma situação restringe as possibilidades de comportamentos, resultando em maior homogeneidade na expectativa sobre a forma apropriada de agir (Mischel, 1977). Portanto, a força das situações está intimamente relacionada à força das normas sociais nas situações sociais específicas. Esta perspectiva compreende que a força das normas pode ser conceitualizada tanto de forma ampla, referindo-se à cultura como um todo, quanto como um conceito domínio-dependente (Realo et al., 2015). Isso porque as normas sociais são dependentes das contingências do contexto e da filogenia da cultura (Wilson, 2017).

A força das normas em alguns domínios específicos já foi investigada (Eriksson et al., 2022; Harrington, 2017; Jackson et al., 2020; Realo et al., 2015), enquanto a de outros domínios permanecem pouco exploradas, como é o caso do domínio pró-social (ver. Eriksson et al., 2021). Assim, compreender a força desse domínio na cultura brasileira e sua relação com a percepção com a força das normas sociais em geral é uma lacuna que o presente estudo

pretende avançar. A percepção de *tightness* envolve tanto aspectos relacionados à sua clareza e compartilhamento entre os membros do grupo quanto em relação ao grau de conformidade com as normas. Por isso, para uma avaliação da força das normas sociais específicas, como no domínio pró-sociais, é preciso contemplar ambas as dimensões. Torna-se apropriado utilizar então o conceito de normas injuntivas e normas descritivas (Cialdini, 2003), considerando-as como percepções sobre aprovação e cumprimento dos comportamentos pró-sociais pelas outras pessoas, respectivamente. Portanto, a força das normas pró-sociais está associada à quantidade de situações nas quais está presente e em que se observa o seu cumprimento (Eriksson et al., 2021), dando base à Hipótese 4.

Hipótese 4: Maior percepção de tightness prediz maior percepção da força das normas pró-sociais.

Conforme observado no clássico estudo de Pelto (1968), sociedades mais *tight* valorizam as normas de solidariedade. Doney et al. (1998) teorizou que a alta conformidade com normas pró-sociais levaria os cidadãos de sociedades *tight* a estar imersos em um sistema que forneça informações constantes sobre a preservação do bem estar comum nas interações. As características identificadas nas situações (p.ex., presença de normas pró-sociais) poderiam contribuir para o diagnóstico feito pelos indivíduos a respeito da confiança apresentada nas situações. Ao fazer esse diagnóstico, os indivíduos transformam as motivações existentes para a tomada de decisão (Kelley et al., 2003; Rusbult & Van Lange, 2008). Assim, compreende-se que a percepção da força das normas pró-sociais estaria associada a maiores níveis de confiança generalizada, explicando a influência do contexto cultural *tightness* e o desenvolvimento desse processo psicológico.

Em culturas *tight* há menor tolerância com comportamentos desviantes (Uz, 2015). A aplicação de sanções é uma forma de expressar a desaprovação e fortalecer a norma violada (Eriksson et al., 2021). Portanto, a tolerância com os desvios é parte fundamental do conceito

TL e diz respeito à severidade das punições aplicadas (Gelfand et al., 2006). É possível que a presença de normas pró-sociais esteja associada às normas de segunda ordem congruentes com a manutenção de normas pró-sociais, já que guiam ações punitivas em resposta a comportamentos egoístas. A conformidade com as normas de segunda ordem (ou metanormas) pode ser referida como um tipo de comportamento pró-social também de segunda ordem, uma vez que contribui para a manutenção das ações pró-sociais (Fehr & Gächter, 2002), dando base à Hipótese 5.

Hipótese 5: Maior percepção da força das normas pró-sociais prediz maiores níveis de confiança interpessoal

Síntese do Estudo

O presente estudo buscou investigar a relação entre a percepção de características culturais *tightness* e a confiança interpessoal, utilizando o modelo cultural TL. Para avaliar os fatores explicativos dessa relação, foi testada a influência da confiança nas instituições, da força das normas em geral e da força das normas pró-sociais na cultura brasileira. Primeiramente, foram testadas as relações diretas entre as variáveis do modelo (Figura 3.2). Em seguida, foi testado um modelo (Modelo 1) que compreende o caminho seguindo o sentido macro microcultural, conforme testado por Gelfand et al. (2011). Nesse modelo foi avaliado se a confiança institucional atua como antecedente da percepção da força das normas em geral (*tightness*), bem como se a força das normas pró-sociais exerce o papel de consequente da percepção de *tightness*. Por fim, foi avaliado se a confiança interpessoal atua como consequente da força das normas pró-sociais (Hipótese 6).

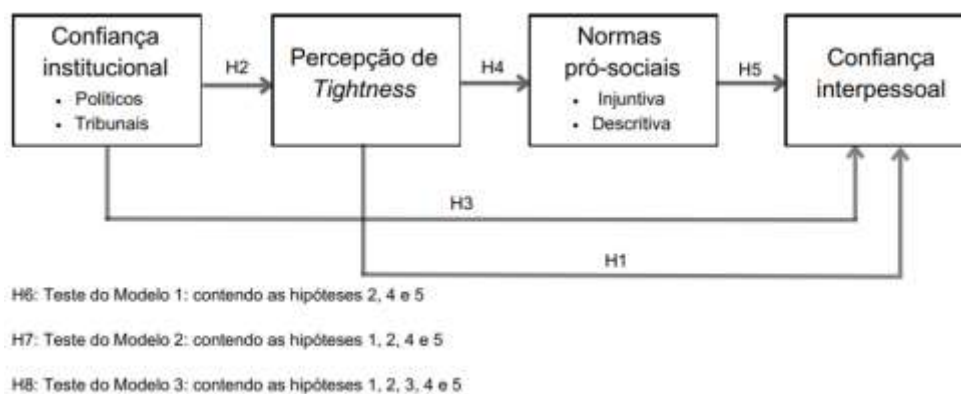
Considerando ainda que o modelo TL se organiza a partir de múltiplos fatores, que estão interrelacionados e reforçando uns aos outros, foram testados modelos alternativos que estabelecem outras configurações entre as variáveis estudadas. O segundo modelo testado (Modelo 2) incluiu o teste da relação entre percepção de *tightness* e confiança interpessoal a

partir da força das normas pró-sociais (Hipótese 7). Já no último modelo testado (Modelo 3), foi incluído o teste da relação entre confiança interpessoal e confiança institucional por meio da força das normas (gerais e pró-sociais) (Hipótese 8).

Espera-se que as evidências empíricas dessas relações contribuam para o avanço da teoria TL no que diz respeito à relação entre a percepção de fatores estruturais macro e micro presentes na cultura e o desenvolvimento de processos psicológicos que vão além dos testes iniciais do que incluíram variáveis autorreferentes e atitudinais. Dessa forma, para atingir os objetivos desta pesquisa, um *survey online* foi conduzido. Todas as variáveis foram mensuradas utilizando o nível de análise individual e para isso foram utilizadas medidas de percepção. A confiança foi operacionalizada como crenças sobre o quanto as pessoas são confiáveis, prestativas e justas. A força das normas sociais foi avaliada de forma ampla, a partir da percepção de *tightness* na cultura brasileira, e de forma específica, a partir da força das normas pró-sociais e metanormas. As normas pró-sociais foram operacionalizadas a partir de dois indicadores: norma injuntiva e norma descritiva em variadas situações sociais cotidianas. Por fim, a confiança nas instituições foi operacionalizada a partir da percepção de confiança depositada em relação aos políticos e tribunais no contexto brasileiro.

Figura 3.2

Hipóteses do Estudo



Método

Estudo Piloto

Para a avaliação da força das normas pró-sociais foi realizado um estudo piloto (utilizando a coleta do Estudo 2 da presente Tese de Doutorado) que mapeou situações de conformidade/violação de normas sociais em geral no contexto brasileiro. Foram selecionados os exemplos fornecidos pelos participantes (apenas os exemplos que estavam alinhados à definição de comportamento pró-social) e identificados três tipos de comportamentos: cooperação, ajuda e gentileza. A partir desse levantamento, foram desenvolvidos 64 itens que passaram pela avaliação de três juízes (dois especialistas e um membro do público alvo) utilizando como critérios: 1) a compreensão do item, 2) a adequação com as situações típicas da cultura brasileira e 3) a correspondência entre o comportamento e a situação em que é apresentado. Os avaliadores indicaram a necessidade de ajustes em alguns itens que foram implementados. Após essa etapa, foram elaboradas 14 questões incluídas no *survey*.

Participantes

O tamanho da amostra foi calculado utilizando um software para Modelagem por Equações Estruturais (MEE) (Soper, 2023), com o critério de poder estatístico de 0,95 para detecção de tamanho de efeito igual a 0,10. Ele indicou um tamanho amostral mínimo de 328 para detectar efeito e um tamanho amostral mínimo de 100 para realizar MEE. Participaram do *survey* 380 participantes, a maior parte residente na Região Centro-Oeste ($n = 226$; 59,9%) e 23,4% da Região Sul ($n = 89$), 10,3% da Região Sudeste ($n = 39$), 3,2% da Região Nordeste ($n = 12$) e 0,8% da Região Norte ($n = 3$). A média de idade era de 35,92 anos ($DP = 12,45$), sendo a maioria mulheres ($n = 223$; 58,7%), com renda média de R\$11.103 ($DP = R\$ 9.105$)¹⁰. A maior parte da amostra foi composta por trabalhadores de diferentes áreas (67,4%),

¹⁰ $n = 332$. [38 casos omissos. 10 casos excluídos por declararem renda superior a 50 mil reais (97,7% da amostra declarou renda até 50 mil)].

23,7% estudantes, 6% não trabalhadores/aposentados e 2,9% que não declararam. A distribuição do maior nível educacional declarado pelos participantes foi 23,7% ensino médio, 27,9% graduação, 48,4% pós-graduação. A respeito do estado civil dos participantes, 45,8% declararam ser casados, 47,1% solteiros, 6,3 % divorciados e 0,8% viúvos.

Instrumentos

Confiança Institucional

O grau de confiança nas instituições do país foi avaliado a partir de uma pergunta utilizada no *World Value Survey* (“Quanta confiança você possui em cada uma das seguintes instituições?”), utilizando em uma escala de quatro categorias de resposta (1 = *nenhuma*; 2 = *pouca*; 3 = *muita*; 4 = *total*). Esse item foi aplicado em relação a três instituições: políticos, polícia, tribunais. A escala apresentou índice de consistência interna abaixo do adequado ($\alpha = 0,40$). Para obter um indicador adequado de confiabilidade, foi retirado o item que avaliou o nível de confiança na polícia ($\omega = 0,61$). Os escores somados variaram de 2 a 8.

Percepção de Tightness

A percepção da força das normas sociais e tolerância com comportamentos desviantes no contexto cultural brasileiro em geral foi avaliada a partir da Escala *Tightness-Looseness* (Gelfand et al., 2011). Foi utilizada a versão reformulada da escala (Escala TL-R), proposta no Estudo 2 da presente Tese de Doutorado. Ela é composta por 7 itens (p.ex., “Existem muitas normas sociais que as pessoas, supostamente, devem respeitar neste estado”). Os itens são respondidos em uma escala de seis categorias de concordância (1 = discordo fortemente; 6 = concordo fortemente). Maiores escores indicam maiores níveis de *tightness*. A escala apresentou consistência interna satisfatória ($\omega = 0,70$).

Confiança Interpessoal

Foram utilizadas três perguntas presentes no *General Social Survey* (GSS) para avaliar atitudes em relação à confiança nas outras pessoas. Para cada questão foi solicitado

que o respondente levasse em consideração o país em que mora. Foram medidas as crenças sobre (1) quanto as outras pessoas são confiáveis (“você diria que a maioria das pessoas pode ser confiável ou que você precisa ser muito cuidadoso(a) ao lidar com as pessoas?”); (2) quanto as outras pessoas são justas (“você acha que a maioria das pessoas tentaria tirar vantagens de você se tivessem a chance ou elas tentariam ser justas?”); e (3) quanto as pessoas estão dispostas a ajudar (“você diria que na maior parte do tempo as pessoas tentam ser prestativas ou elas costumam se preocupar com seus próprios interesses?”). A escala de resposta variou de 1 a 7, ancorada nas opções de resposta correspondentes a cada questão (p. ex., 1 = A maioria das pessoas pode ser confiável; 7 = Você precisa ser muito cuidadoso(a)). Foi calculado um índice composto, a partir da soma das três questões (após inversão dos itens 1 e 3), que apresentou consistência interna satisfatória ($\omega = 0,66$). Maiores escores indicam maiores níveis de confiança interpessoal (variando de 3 à 21).

Força das Normas Pró-Sociais

A força das normas injuntivas pró-sociais foi avaliada a partir de um questionário elaborado com perguntas sobre em quais situações um determinado comportamento é considerado aceitável pela maioria das pessoas (“Em quais situações você acha que as pessoas consideram que deveriam [comportamento]?”). Foram utilizados sete comportamentos, sendo seis pró-sociais de primeira ordem (norma) e um de segunda ordem (metanorma). Para cada comportamento foram apresentadas oito opções de respostas representando contextos distintos, semelhante à estratégia metodológica utilizada por Eriksson et al. (2021) e Gelfand et al. (2011). Portanto, cada combinação do comportamento com uma opção de resposta corresponde a uma norma específica (totalizando 56 normas pró-sociais). A força das normas foi contabilizada a partir da soma da quantidade de situações assinadas pelo respondente para cada um dos comportamentos avaliados, variando de 0 a 56. Para avaliar a força das normas descritivas foi utilizada a mesma estratégia, sendo

considerados os mesmos comportamentos e situações. No entanto, era avaliado o comportamento observado pelos participantes, (“Em quais situações você costuma ver as outras pessoas [comportamento]?”) (Apêndice C).

Na análise fatorial exploratória¹¹ conduzida com os itens da medida elaborada para avaliar a força das normas pró-sociais, os testes de esfericidade de Bartlett (294,4, $gl = 91$, $p < 0,01$) e o KMO (0,87) sugeriram a interpretabilidade da matriz de correlação dos itens. A análise paralela sugeriu a retenção de dois fatores, conforme esperado: Fator 1 (48,72% de variância) e Fator 2 (17,31% de variância). O Fator 1 “Força das normas injuntivas” agrupou os itens que avaliaram o quanto cada comportamento era considerado apropriado em determinada situação. Já o Fator 2 “Força das normas descritivas” agrupou os itens que avaliaram o quanto cada comportamento era comumente observado em determinada situação. Todos os itens da escala apresentaram cargas fatoriais adequadas, variando de 0,61 a 0,80. Os índices de ajuste obtidos foram também satisfatórios $X^2 = 275,21$; $gl = 64$ $p < 0,01$; $X^2/gl = 4,30$; $RMSEA = 0,09$ [0,08 – 0,10]; $SRMR = 0,06$; $CFI = 0,97$; $TLI = 0,97$. Foi encontrado um índice de fidedignidade adequado ($\omega = 0,90$).

Procedimento de Análise de Coleta e Cuidados Éticos

A coleta de dados foi realizada a partir da condução de um *survey online* em 2022 e 2023. Os participantes foram recrutados para participar da pesquisa depois de convites feitos em redes sociais, utilizando a técnica *snowball* (Baltar & Brunet, 2012). De forma

¹¹ Foi avaliada a estrutura fatorial da escala elaborada a partir de uma Análise Fatorial Exploratória (AFE), utilizando o *software* Factor. Foi utilizada uma matriz policórica e método de extração *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (RDWLS) (Asparouhov & Muthen, 2010), pois não assume normalidade da distribuição de dados (Asún et al., 2015). Os pressupostos para a fatoração foram avaliados utilizando o teste de esfericidade de Bartlett e o teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO). A técnica da Análise Paralela com permutação aleatória dos dados observados (Timmerman & Lorenzo-Seva, 2011) e a rotação utilizada foi a Robust Promin (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019) foram usadas para indicar o número de fatores a serem retidos. Para avaliar as demais escalas utilizadas, foram conduzidas Análises Fatoriais Confirmatórias (AFC). A adequação dos modelos foi avaliada por meio dos índices de ajuste *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA), *Comparative Fit Index* (CFI) e *Tucker-Lewis Index* (TLI). Valores de RMSEA.

complementar, também foram recrutados participantes a partir de convites feitos presencialmente em salas de aulas da Universidade de Brasília, nos Cursos de Graduação em Administração e em Psicologia. Também foram feitos em um órgão público, devido ao que pode ser considerado “survey fatigue” da taxa de resposta na modalidade *online*. Ao clicar no convite para a pesquisa, o participante era direcionado a uma página com informações sobre a pesquisa e considerações éticas. Para participar, era necessário indicar concordância e aceite com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Esta coleta de dados compõe o projeto de pesquisa submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob protocolo de CAAE n. 66119122.1.0000.5540.

Procedimento de Análise de Dados

A avaliação da distribuição de normalidade dos dados foi verificada a partir dos testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk (Miot, 2017). Uma vez que os dados não apresentaram distribuição normal ($K-S \leq 0,05$; $S-W \leq 0,05$), foram conduzidas análises de correlação de *Spearman* para identificar a correlação entre as variáveis do modelo. Para testar as Hipóteses 1 a 4, foram conduzidas análises de regressão linear simples. Para testar a Hipótese 5 uma análise de regressão linear múltipla foi realizada, utilizando o *software* SPSS (versão 23.0). Para testar as Hipóteses 6 a 8 utilizando os diferentes modelos propostos sobre como as variáveis se relacionam conjuntamente, foram conduzidas análises de Modelagem por Equações Estruturais, utilizando o *software* JASP (versão 0.16.3).

Resultados

São apresentadas as análises descritivas dos dados e os resultados das análises de correlação entre as variáveis investigadas. Em seguida, são descritas as análises de regressão linear para testar as Hipóteses 1 a 5. Por fim, apresentam-se os resultados obtidos a partir das Modelagem por Equações Estruturais, testando as Hipóteses 6 a 8, avaliando os diferentes modelos.

Análises Descritivas e Correlações

A confiança interpessoal apresentou níveis relativamente baixos, com escore médio um pouco abaixo do ponto médio da escala, bem como a confiança institucional. Ao avaliar a correlação entre as variáveis (Tabela 3.1), foi identificado que a confiança interpessoal se correlacionou positivamente com a confiança institucional e com a força das normas descritivas, mas não com a percepção de *tightness*. Para uma inspeção aprofundada, foi avaliado o padrão de correlação com cada item da escala de confiança (Tabela 3.2) e identificada correlação significativa apenas com o Item 2, ainda que fraca ($R^2 = 0,02$). A percepção de *tightness* apresentou escore médio, que sugere a percepção de normas sociais relativamente fracas, relacionando-se de forma estatisticamente significativa com a confiança institucional e com a força das normas (apenas descritivas)¹². Ao avaliar a força das normas pró-sociais, identificou-se que, em média, a força das normas injuntivas foi maior do que a força das normas descritivas, $t(379) = 23,12$, $p = 0,001$, 95%, IC [12,592 - 14,883], d de Cohen = 1,19¹³. A variância compartilhada entre ambas foi de apenas 16,8%.

Tabela 3.1

Média, Desvio Padrão e Correlações entre Confiança Interpessoal, Percepção de Tightness, Confiança Institucional, Normas Injuntivas e Normas Descritivas

Variáveis	<i>M</i>	<i>DP</i>	1	2	3	4	5
1. Confiança interpessoal	9,64	3,45	-				
2. Percepção de <i>tightness</i>	3,69	0,80	0,08	-			
3. Confiança institucional	3,79	1,05	0,17**	0,10*	-		
4. Normas pró-sociais injuntivas	35,16	12,46	0,03	0,06	0,14**	-	

¹² Foi avaliado o padrão de correlação com cada comportamento pró-social (medida desagregada). Foram encontradas correlações positivas apenas com normas descritivas (Apêndice D).

¹³ Foi realizado um teste t de medidas repetidas para avaliar se a diferença identificada entre a força das normas descritivas e injuntivas era significativa. Foram realizados procedimentos de *bootstrapping* (1000 re-amostragens; 95% IC BCa) para corrigir desvios de normalidade da distribuição e apresentar um intervalo de confiança de 95% para as diferenças entre as médias (Haukoos & Lewis, 2005).

5. Normas pró-sociais descritivas	21,41	10,03	0,11*	0,15**	0,09	0,41**	-
-----------------------------------	-------	-------	-------	--------	------	--------	---

Nota. * = $p < 0,05$ ** = $p < 0,01$

Tabela 3.2

Média e Desvio Padrão da Escala de Confiança Interpessoal (Itens Desagregados e Índice Geral) e Correlação com a Percepção de Tightness

Itens	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>r</i> (percepção de tightness)
Item 1. Confiáveis	3,06	1,57	0,02
Item 2. Prestativas	3,19	1,49	0,14**
Item 3. Justas	3,40	1,43	0,003
Índice: confiáveis, prestativa e justa	9,64	3,45	0,08

Nota. Item 1 = você diria que a maioria das pessoas pode ser confiável ou que você precisa ser muito cuidadoso(a) ao lidar com as pessoas?. Item 2 = você acha que a maioria das pessoas tentaria tirar vantagens de você se tivessem a chance ou elas tentariam ser justas?. Item 3 = você diria que na maior parte do tempo as pessoas tentam ser prestativas ou elas costumam se preocupar com seus próprios interesses?.

* = $p < 0,05$. ** = $p < 0,01$.

Relações Diretas

Realizou-se uma análise de regressão com o objetivo de investigar em que medida a percepção de *tightness* impacta nos níveis de confiança (Hipótese 1). Foi identificada influência marginalmente significativa ($F(1, 380) = 3,47, p = 0,06, R^2_{ajustado} < 0,01$), com coeficiente de regressão $B = 0,41$ ($Beta = 0,09, t = 1,86, 95\% [IC = -0,023 - 0,845]$). Considerando que a percepção de *tightness* se correlacionou significativamente apenas com um item da escala de confiança, foi realizada uma análise de regressão utilizando apenas o Item 2 como variável critério. A percepção de *tightness* foi capaz de prever a crença sobre a prestatividade das outras pessoas ($F(1, 380) = 9,30, p < 0,001, R^2_{ajustado} = 0,01$), com coeficiente de regressão $B = 0,29$ ($Beta = 0,15, t = 3,05, 95\% [IC = 0,102 - 0,475]$).

Para testar a Hipótese 2 também foi realizada uma análise de regressão, com o objetivo de investigar em que medida os níveis de confiança institucional impactam nos

níveis da percepção de *tightness*. Foi identificada influência significativa ($F(1, 380) = 4,45, p = 0,03, R^2_{\text{ajustado}} < 0,01$), com coeficiente de regressão $B = 0,08$ ($Beta = 0,11, t = 2,11, 95\% [IC = 0,006 - 0,159]$). O teste da Hipótese 3 investigou em que medida os níveis de confiança institucional impactam nos níveis da confiança interpessoal. Os resultados da análise de regressão indicaram uma influência significativa ($F(1, 380) = 10,38, p < 0,01, R^2_{\text{ajustado}} = 0,02$), com coeficiente de regressão $B = 0,54$ ($Beta = 0,16, t = 3,22, 95\% [IC = 0,209 - 0,863]$).

A capacidade preditiva de percepção de *tightness* em relação às forças das normas pró-sociais também foi testada na Hipótese 4. Foram conduzidas duas análises de regressão para testar os efeitos independentes das normas descritivas e injuntivas. Essa relação foi significativa para as normas descritivas ($F(1, 380) = 9,43, p < 0,01, R^2_{\text{ajustado}} = 0,02$), com coeficiente de regressão $B = 1,95$ ($Beta = 0,16, t = 3,07, 95\% [IC = 0,703 - 3,204]$), mas não para as normas injuntivas ($F(1, 380) = 1,24, p = 0,26, R^2_{\text{ajustado}} < 0,01, B = 0,89, Beta = 0,06, t = 1,11, 95\% [IC = -0,680 - 0,2,460]$).

Já para testar a Hipótese 5 foram realizadas análises de regressão para investigar em que medida a força das normas pró-sociais impacta nos níveis de confiança interpessoal. Primeiramente foram conduzidas análises de regressão simples, sendo significativa apenas para a norma descritiva¹⁴. Na análise de regressão múltipla os resultados também mostraram haver uma influência estatisticamente significativa apenas da norma descritiva ($F(1, 380) = 5,60, p = 0,02; R^2_{\text{ajustado}} = 0,01$), com coeficiente de regressão $B = 0,04$ ($Beta = 0,12, t = 2,37, 95\% [IC = 0,007 - 0,076]$).

¹⁴ Essa relação foi significativa para as normas descritivas ($F(1, 380) = 5,60, p = 0,02, R^2_{\text{ajustado}} = 0,01, B = 0,35, (Beta = 0,12, t = 2,37, 95\% [IC = 0,060 - 0,643]$), mas novamente não para as normas injuntivas ($F(1, 380) = 0,53, p = 0,47, R^2_{\text{ajustado}} < -0,01, B = 0,13, Beta = 0,04, 95\% (IC = 30,12 - 37,59)$).

Teste dos Modelos

Foram conduzidas modelagem por equações estruturais para testar os modelos que compõem as relações entre as variáveis (Figura 3.3). O teste do Modelo 1, seguindo o sentido macro-micro cultural, foi feito de duas formas: utilizando a força das normas injuntivas (Modelo 1a) e utilizando a força das normas descritivas (Modelo 1b). No Modelo 1a, a maioria das relações não foram significativas, conforme pode ser conferido na Tabela 3.3. Os índices de ajuste obtidos foram adequados (Tabela 3.4). No Modelo 1b, as relações entre as variáveis foram todas significativas (Tabela 3.3) e os índices de ajuste obtidos foram ligeiramente mais satisfatórios (Tabela 3.4), fornecendo maior respaldo à Hipótese 6.

Tabela 3.3

Modelagem por Equações Estruturais: Efeitos Diretos entre as Variáveis dos Modelos

Testados

Preditor	Critério	Estimate	SE	p	95% CI
Modelo 1(a)					
Injuntiva	Interpessoal	0,07	0,08	0,34	[-0,079 – 0,230]
Institucional	<i>Tightness</i>	0,14	0,06	0,01	[0,031 – 0,249]
<i>Tightness</i>	Injuntiva	0,15	0,09	0,08	[-0,018 – 0,318]
Modelo 1(b)					
Descritiva	Interpessoal	0,17	0,06	<0,001	[0,048 – 0,296]
Institucional	<i>Tightness</i>	0,12	0,06	0,03	[0,009 – 0,227]
<i>Tightness</i>	Descritiva	0,35	0,10	<0,001	[0,147 – 0,549]
Modelo 2(a)					
Injuntiva	Interpessoal	0,03	0,07	0,70	[-0,110 – 0,163]
<i>Tightness</i>	Interpessoal	0,25	0,11	0,02	[0,034 – 0,466]
Institucional	<i>Tightness</i>	0,15	0,05	0,01	[0,044 – 0,258]
<i>Tightness</i>	Injuntiva	0,16	0,09	0,08	[-0,018 – 0,334]
Modelo 2(b)					
Descritiva	Interpessoal	0,11	0,06	0,05	[0,001 – 0,228]
<i>Tightness</i>	Interpessoal	0,21	0,09	0,04	[0,011 – 0,401]
Institucional	<i>Tightness</i>	0,12	0,05	0,02	[0,017 – 0,230]
<i>Tightness</i>	Descritiva	0,35	0,10	<0,001	[0,145 – 0,556]
Modelo 2(c)					
Descritiva	Interpessoal	0,12	0,06	0,048	[8,235 ^x 10 ⁻⁴ – 0,245]

<i>Tightness</i>	Interpessoal	0,21	0,10	0,04	[0,005 – 0,413]
Institucional	<i>Tightness</i>	0,14	0,05	0,01	[0,030 – 0,244]
<i>Tightness</i>	Descritiva	0,34	0,10	<0,001	[0,144 – 0,545]

*Injuntiva

Modelo 3

Descritiva	Interpessoal	0,15	0,07	0,03	[0,014 – 0,279]
<i>Tightness</i>	Interpessoal	0,09	0,10	0,40	[-0,118 – 0,293]
Institucional	Interpessoal	0,19	0,07	0,01	[0,042 – 0,334]
	<i>Tightness</i>	0,10	0,05	0,03	[0,012 – 0,198]
<i>Tightness</i>	Descritiva	0,33	0,10	<0,001	[0,139 – 0,532]

*Injuntiva

Nota. Injuntiva = normas pró-sociais injuntivas; Descritivas = normas pró-sociais descritivas; *Tightness* = percepção de *tightness* a partir da Escala TL; Institucional = confiança institucional; Interpessoal = confiança interpessoal; *Tightness**Injuntiva = a relação entre norma pró-social descritiva e percepção de *tightness* sendo moderada pela norma pró-social injuntiva.

Em seguida foi testado o Modelo 2, que incluiu a avaliação do efeito indireto da percepção de *tightness* na confiança interpessoal, sendo mediado pela força das normas pró-sociais. Para isso, foi utilizada a força das normas injuntivas (Modelo 2a) e a força das normas descritivas (Modelo 2b). Considerando que o efeito indireto foi encontrado apenas com as normas descritivas, incluiu-se o teste de outro modelo que não estava previsto nas hipóteses do estudo (Modelo 2c). Ele avaliou se a relação entre percepção de *tightness* e força das normas descritivas é moderada pela força das normas injuntivas. Novamente se observou melhoria nos índices de ajuste, fornecendo suporte à Hipótese 7. Todas as relações foram significativas (Tabela 3.3).

Por fim, no Modelo 3 foi realizado o teste da relação indireta entre confiança interpessoal e confiança institucional, sendo mediada pela percepção de *tightness*¹⁵ e a força das normas pró-sociais (descritivas). Nesse modelo a relação entre percepção de *tightness* e confiança interpessoal deixou de ser estatisticamente significativa, indicando que é completamente mediada pela percepção da força das normas pró-sociais (Tabela 3.3). Os

¹⁵ O modelo 3 foi testado com a moderação identificada no modelo 2.c, devido aos melhores índices de ajuste encontrados.

resultados apontaram que o modelo 3 apresentou melhores índices de ajustes, comparado aos anteriormente testados, fornecendo suporte à Hipótese 8 (Tabela 3.4).

Tabela 3.4

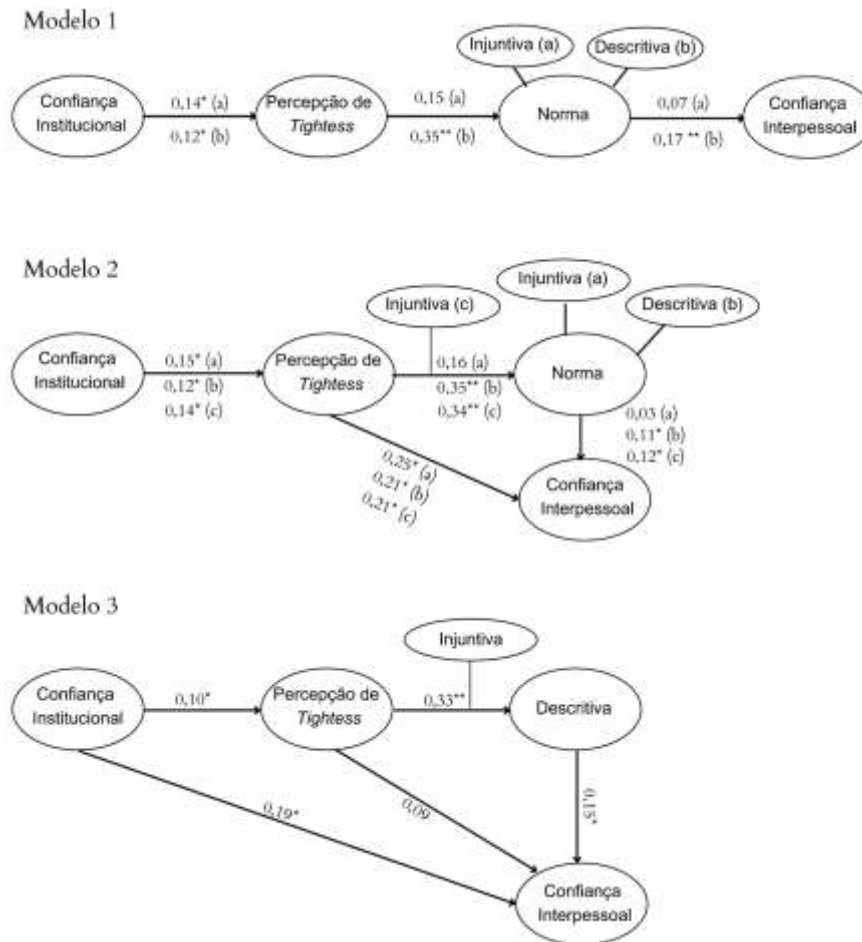
Índices de Ajuste das Análises de Modelagem por Equação Estrutural

Modelo	X^2	Gf	X^2/g	p	CFI	TLI	$RMSEA$	$SRMR$
Modelo 1(a)	291,48	149	1,96	<0,01	0,93	0,92	0,05 [0,04 – 0,06]	0,07
Modelo 1(b)	272,65	149	1,83	<0,01	0,94	0,93	0,05 [0,04 – 0,05]	0,07
Modelo 2(a)	291,48	149	1,95	<0,01	0,93	0,92	0,05 [0,04 – 0,06]	0,07
Modelo 2(b)	256,95	148	1,74	<0,01	0,95	0,94	0,04 [0,03 – 0,05]	0,06
Modelo 2(c)	237,41	148	1,60	<0,01	0,96	0,96	0,04 [0,03 – 0,05]	0,06
Modelo 3	216,18	147	1,47	<0,01	0,97	0,97	0,03 [0,02 – 0,04]	0,06

Nota. X^2 = chi-square ; Gf = Graus de Liberdade; CFI = Comparative Fix Index; TLI = Tucker-Lewis Index; $RMSEA$ = Root Mean Square Error of Approximation; $SRMR$ = Standardized Root Mean Square Residual

Figura 3.3

Resultados dos Testes dos Modelos 1, 2 e 3 a partir de Análises de Modelagem por Equações Estruturais



Nota. No Modelo 1 foram apresentadas a versão (a) com a inclusão da norma injuntiva e a versão (b) com a inclusão da norma descritiva. No Modelo 2 foram apresentadas a versão (a) com a inclusão da norma injuntiva, versão (b) com a inclusão da norma descritiva e a versão (c) com a inclusão da relação entre a percepção de *tightness* e norma descritiva moderada pela norma injuntiva. No Modelo 3 a relação entre a percepção de *tightness* e norma descritiva é moderada pela norma injuntiva.

Discussão

O presente estudo testou como a confiança interpessoal está associada à percepção de características culturais *tightness*, investigando confiança nas instituições, força das normas em geral e força das normas pró-sociais como os fatores explicativos dessa relação. Destaca-se que o estudo permitiu avançar nas evidências empíricas sobre o modelo TL. Para isso, foram conduzidas análises de relações diretas e mediadas (i.e., regressão e análises de modelagem por equação estrutural) testando diferentes modelos explicativos para as relações entre as variáveis estudadas. Para a Hipótese 1 foram encontradas evidências parciais, dado que a predição de confiança interpessoal a partir da percepção de *tightness* foi marginalmente significativa. A

Hipótese 2 se sustentou partir da predição da percepção de *tightness* pelos níveis de confiança institucional. Mas a Hipótese 3 também apresentou evidência empírica, uma vez que maiores níveis de confiança institucional foram preditivos de confiança interpessoal. Já a Hipótese 4 foi parcialmente sustentada, pois a percepção de *tightness* foi capaz de prever apenas a força das normas pró-sociais descritivas, mas não das normas injuntivas. Da mesma forma, apenas a percepção da força das normas pró-sociais foi preditiva de confiança interpessoal, confirmando parcialmente a Hipótese 5. Por fim, foram encontradas evidências favoráveis para as Hipóteses 6, 7 e 8, que compreenderam o teste de modelos distintos envolvendo as relações entre variáveis investigadas. No entanto, o modelo 8 apresentou evidências mais robustas.

A percepção de *tightness* foi capaz de prever os níveis de confiança interpessoal, de forma marginalmente significativa, conforme apresentado na Hipótese 1. Essa relação sugere que a percepção da força das normas sociais presentes na cultura brasileira afeta o nível de confiança entre seus cidadãos. Portanto, a percepção do país como um contexto mais flexível no que diz respeito às normas sociais do Brasil pode apresentar influência negativa na confiança das trocas sociais cotidianas. Esse achado pode ser compreendido de forma complementar às análises sobre como características culturais influenciam no desenvolvimento de confiança em nível individual (Doney et al., 1998) e se diferencia da maior confiança identificada por Lu et al. (2017) em países *loose*, o que pode decorrer de diferenças na operacionalização entre os estudos.

Lu et al. (2017) avaliaram comportamentos de confiança em situações de negociação e a dimensão TL, que foi medida em nível nacional. Alinhado a isso, ao analisar cada item da medida de confiança, foi identificado que a percepção de *tightness* foi capaz de prever apenas a crença sobre o quanto as pessoas são prestativas (ou buscam seus próprios interesses). Esse resultado reforça diferenças identificadas na literatura em relação aos itens

da medida de confiança e sua associação com outras variáveis (Gächter, 2004; Thöni et al., 2012) e agrega evidências para as nuances no conceito de confiança.

Foram encontradas evidências para a Hipótese 2, indicando que a confiança institucional atuou como preditora da percepção de *tightness*. Esse resultado vai além de marcadores institucionais brutos e insere uma variável subjetiva de confiança nessas instituições, contemplando a competência percebida para regular as ações dos indivíduos em sociedade (Devos et al., 2002). Sendo assim, complementa os achados das investigações interculturais que identificaram a presença de mais leis, fiscalização e penalização dos desvios em culturas *tight* (Gelfand et al., 2011; Gelfand & Harrington, 2014). Isso permite inferir que confiar nas instituições propicia a percepção de que as normas sociais em geral são mais fortes e de que há baixa tolerância em relação aos comportamentos desviantes. Por outro lado, esse resultado contrasta com a ausência de relação identificada entre essas variáveis em recente estudo transcultural que utilizou estratégias metodológicas distintas (Luo et al., 2023). Os níveis relativamente baixos de confiança institucional identificados no presente estudo e anteriores (p.ex., Inglehart et al., 2014) em amostras brasileiras contribuem para a percepção do país como mais *loose*.

A confiança institucional foi capaz de prever confiança interpessoal, fornecendo suporte à Hipótese 3. Esse resultado está em conformidade com achados prévios na literatura (p. ex., Freitag & Bühlmann, 2009; Spadaro et al., 2020). A relação encontrada reforça a possibilidade do viés de desconfiança entre os brasileiros (Inglehart et al., 2014; Porto & Pilati, 2021) ser influenciado pela desconfiança com as instituições (políticos e tribunais). Isso sugere que os acontecimentos recentes no cenário político e econômico brasileiro (Fischer et al., 2022) podem contribuir negativamente para a perpetuação do viés, já que promovem a redução da confiança atribuída à competência das instituições (Serritzlew et al., 2014).

A percepção de *tightness* não foi capaz de explicar a força das normas pró-sociais injuntivas, mas explicou a força das normas pró-sociais descritivas, fornecendo suporte parcial à Hipótese 4. Esse resultado sugere que a percepção do contexto cultural como mais *loose* não influencia a percepção do quanto as normas pró-sociais são pervasivas em situações cotidianas, ainda que a solidariedade seja um valor associado a contextos *tight* (Pelto, 1968). A ausência de relação significativa com a percepção das normas pró-sociais injuntivas fornece respaldo à compreensão de que o conceito TL pode ser feito tanto de forma geral quanto contexto-dependente (Minkov et al., 2013), corroborando evidências prévias (Eriksson et al., 2022; Realo et al., 2015). Além disso, a relação com normas descritivas é importante, pois a percepção de que os demais não agem de forma pró-social reduz a conformidade com normas pró-sociais (Bicchieri et al., 2022). Parece ser mais relevante o que as outras pessoas fazem e não o que elas acham que deve ser feito para alguns comportamentos (Danilov et al., 2021; Heiman et al., 2023).

Os resultados também mostraram que a força das normas pró-sociais foi capaz de prever os níveis de confiança interpessoal. Esse resultado reforça evidências prévias da relação entre normas sociais e confiança entre culturas (Balliet & Van Lange, 2013b). No entanto, essa relação novamente foi estabelecida apenas com as normas descritivas, não com as normas injuntivas, fornecendo suporte apenas parcial para a Hipótese 5. Dessa forma, para o desenvolvimento de confiança importa perceber que as outras pessoas se conformam com as normas de pró-socialidade em uma ampla gama de situações e não apenas a expectativa das outras pessoas sobre como se deve agir. Os comportamentos observados parecem servir como fontes de informações que fomentam crenças de que a ação das pessoas garante o interesse comum. Tais informações são úteis para combater o viés de desconfiança, que envolve a crença de que os outros irão se comportar de forma autointeressada (Vuolevi & Van Lange, 2010).

No que tange ao teste dos modelos que envolvem a compreensão do desenvolvimento de confiança generalizada a partir teoria TL, foram testados três modelos (com subvariações, totalizando seis resultados). O Modelo 1 assume a relação entre as variáveis seguindo um caminho do macro-estrutural para o micro-estrutural, conforme testado por Gelfand et al. (2011). Portanto, o Modelo 1 corresponde a uma replicação conceitual do modelo cultural *tightness-looseness*, utilizando apenas variáveis em nível individual. Os resultados apresentam evidências empíricas parciais favoráveis à Hipótese 6, indicando que o sentido de influência entre as variáveis é adequado. O modelo foi testado utilizando duas subvariações: a força das normas pró-sociais foi avaliada a partir das normas injuntivas (Modelo 1.a) e das normas descritivas (Modelo 1b). Novamente foi possível concluir que a influência informacional (normas descritivas) afeta os níveis de confiança interpessoal, mas a influência normativa (normas injuntivas) não apresenta efeito significativo. Da mesma forma, a influência da percepção de *tightness* foi observada apenas em relação à percepção da força das normas descritivas, mas não injuntivas.

O Modelo 2 incluiu o teste da relação indireta entre percepção de *tightness* e confiança interpessoal a partir da força das normas pró-sociais. Novamente o modelo foi testado separadamente, utilizando a força das normas injuntivas (Modelo 2.a) e a força das normas descritivas (Modelo 2b). Foi identificado que essa relação é mediada apenas pelas normas pró-sociais descritivas, apresentando suporte parcial à Hipótese 7. De forma adicional foi testada uma terceira variação do Modelo 2, que inclui a relação entre percepção de *tightness* e normas pró-sociais descritivas sendo moderada pela força das normas injuntivas (Modelo 2c). Essa relação se demonstrou significativa, de forma que maiores níveis da força das normas pró-sociais injuntivas fortaleceram a relação entre a percepção de *tightness* e da força das normas pró-sociais descritivas. Tais resultados fornecem respaldo à dimensão pró-

social como um fator situacional, que explica parte da influência da percepção de características *tightness* em processos psicológicos (Doney et al., 1998).

Por fim, o Modelo 3 incluiu o teste da relação indireta entre confiança institucional e confiança interpessoal a partir da percepção da força das normas sociais gerais (*tightness*) e pró-sociais. Esse modelo indicou que essa relação é completamente explicada pela força das normas, revelando evidências mais robustas para a Hipótese 8. O maior poder preditivo das normas pró-sociais é esperado, por se tratar de um mecanismo proximal ao comportamento, ao passo que a percepção de *tightness* cultural se configura como um mecanismo mais distal. A exemplo disso, encontram-se diferenças no poder preditivo entre atitudes (proximal) e valores (distal) (Rohan, 2000).

Deve-se notar que o Modelo 3 apresentou os melhores índices de ajuste, quando comparado aos modelos testados anteriormente. Portanto, também reforça a compreensão de que a presença de instituições que regulam (*vs.* não regulam) adequadamente as interações entre os indivíduos favorece (*vs.* inibe) o desenvolvimento de confiança entre os membros do grupo a partir da percepção do contexto normativo em que estão inseridos como fortes (*vs.* fracos) e com alto (*vs.* baixo) grau de conformidade. Em especial, influencia as normas pró-sociais que fazem a manutenção dos interesses coletivos. Esses achados estão alinhados à proposição feita por Gelfand et al. (2006) a respeito dos efeitos transversais da dimensão cultural TL nos processos psicológicos em nível individual, que abarcam relações diretas e indiretas explicativas, apontando para a sua complexidade.

Em conjunto, os resultados fortalecem a literatura sobre a relação de autorreforçamento entre confiança e normas sociais (Balliet & Van Lange, 2013b), ambos conceitos interrelacionados que integram o conceito de capital social (Coleman, 1988). Além disso, os resultados contribuem para o avanço da teoria TL no que diz respeito à relação entre a percepção de fatores estruturais macro e micro presentes na cultura. Também focou no

desenvolvimento de processos psicológicos que vão além das proposições iniciais da teoria sobre variáveis relacionadas ao automonitoramento do comportamento, como por exemplo, controle de impulso e conscienciosidade (Gelfand et al., 2006, 2011, 2017).

Ainda que as normas sociais no Brasil tenham sido foco de interesse de variados estudos, essa variável está frequentemente associada com a quebra das normas e o comportamento desonesto (e.g., Fischer et al., 2022; Miura et al., 2019; Rodrigues et al., 2011). Pouco foco foi atribuído ao desenvolvimento de normas pró-sociais associado a uma perspectiva mais positiva (Paludo & Koller, 2007). Portanto, o presente estudo apresenta informações a respeito de como o domínio pró-social é percebido no contexto brasileiro, mostrando a força dessas normas e sua associação com a força das normas percebidas como um todo e com o nível de confiança.

Os resultados encontrados se mostram relevantes para a resolução de diversos dilemas sociais presentes no contexto brasileiro, uma vez que a confiança aumenta as chances de engajamento em ações cooperativas (Balliet et al., 2013a), redução de estresse social (Aneshensel, 1992) e sentimento de bem-estar (Snyder & Lopez, 2002). Eles indicam caminhos para fomentar a confiança entre as pessoas a partir da percepção de que as normas pró-sociais são cumpridas e de que as instituições são confiáveis. A percepção de conformidade com normas pró-sociais pode ser ampliada a partir de estratégias informativas normativas que apresentam informações sobre o comportamento dos demais (Bicchieri, & Dimant, 2022; Kim & Kaemingk, 2021). Do ponto de vista aplicado, o aumento da confiança nas instituições pode ser perseguido a partir de estratégias que impactam a percepção de competência e responsabilidade que as instituições possuem (Devos et al., 2002), assim como sua eficácia no combate à corrupção (Serritzlew et al., 2014). À exemplo disso, está o objetivo N° 16 de paz, justiça e instituições sólidas na lista de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU (ONU BRASIL, 2015).

O presente estudo não é isento de limitações. Dentre elas, a medida de confiança institucional utilizada permite concluir apenas sobre duas instituições: políticos e tribunais. Estudos futuros podem tentar replicar esses achados com outras instituições (p.ex., mídia). Além disso, é possível que o cenário político-econômico recente do país tenha influenciado no julgamento sobre essas instituições (Fischer et al., 2022). Ainda que relevantes para o desenvolvimento da teoria, os resultados apresentam tamanho de efeito baixo, sugerindo a necessidade de mais estudos para garantir a replicabilidade dos achados em outras amostras. Isso pode decorrer de uma baixa variabilidade das variáveis avaliadas na cultura brasileira. Além disso, é possível que a confiança seja influenciada pela percepção de características culturais a partir de padrões de relação não lineares, podendo ser encontrados efeitos negativos para níveis extremos de *tightness* e *looseness*, semelhante a como ocorre com os níveis de bem-estar (Harrington et al., 2015).

Ainda que os níveis de *tightness* percebido, confiança institucional e interpessoal encontrados sejam congruentes com achados prévios na literatura, podem não ser representativos da população brasileira, devido às limitações dos procedimentos de amostragem. Por fim, são necessárias investigações que estendam a compreensão das consequências da relação entre percepção da força das normas e confiança a partir da avaliação dos impactos na tomada de decisão em situações sociais. Além disso, as normas pró-sociais foram contempladas no presente estudo de forma única, mas tais normas regulam diferentes tipos de comportamentos, como exemplo gentileza, cooperação e ajuda. Portanto, é possível avaliar diferenças entre elas.

Considerações Finais

Os resultados do presente estudo corroboram o argumento de que características culturais *tightness* favorecem o desenvolvimento de confiança interpessoal, oferecendo suporte ao modelo TL de Gelfand et al. (2011). A força das normas (geral e específica) atua

como um mecanismo explicativo da relação entre confiança nas instituições e confiança interpessoal. Além disso, a relação entre percepção de *tightness* cultural e confiança interpessoal é dependente da força das normas sociais no domínio pró-social. Mostrou-se mais relevante a percepção de como as outras pessoas se comportam (norma pró-social descritiva) e menos o que elas avaliam o que deveria ser feito (norma pró-social injuntiva).

Referência

- Anderson, C. J., & Tverdova, Y. V. (2003). Corruption, political allegiances, and attitudes toward government in contemporary democracies. *American journal of political science*, 47(1), 91-109. <https://doi.org/10.1111/1540-5907.00007>
- Aneshensel, C. S. (1992). Social Stress: Theory and Research. *Annual Review of Sociology*, 18(1), 15–38. <https://doi.org/10.1146/annurev.so.18.080192.000311>
- Asparouhov, T., & Muthén, B. (2010). Simple second order chi-square correction. *Mplus technical appendix*, 1-8. [Recuperado de http://www.statmodel.com/download/WLSMV_new_chi21.pdf](http://www.statmodel.com/download/WLSMV_new_chi21.pdf)
- Asún, R. A., Rdz-Navarro, K., & Alvarado, J. M. (2015). Developing multidimensional Likert scales using Item Factor Analysis: The case of four-point items. *Sociological Methods & Research*, 45(1), 109-133. <https://doi.org/10.1177/0049124114566716>
- Balliet, D., & Van Lange, P. A. (2013b). Trust, punishment, and cooperation across 18 societies: A meta-analysis. *Perspectives on psychological science*, 8(4), 363-379. <https://doi.org/10.1177/1745691613488533>
- Balliet, D., & Van Lange, P. A. M. (2013a). Trust, conflict, and cooperation: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 139(5), 1090–1112. <https://doi.org/10.1037/a0030939>
- Balliet, D., Mulder, L. B., & Van Lange, P. A. (2011). Reward, punishment, and cooperation: a meta-analysis. *Psychological bulletin*, 137(4), 594. <https://doi.org/10.1037/a0023489>
- Baltar, F., & Brunet, I. (2012). Social research 2.0: Virtual snowball sampling method using facebook. *Internet Research*, 22(1), 57-74. <https://doi.org/10.1108/10662241211199960>
- Bicchieri, C., Dimant, E., Gächter, S., & Nosenzo, D. (2022). Social proximity and the erosion of norm compliance. *Games and Economic Behavior*, 132, 59-72. <https://doi.org/10.1016/j.geb.2021.11.012>

- Church, A. T., Willmore, S. L., Anderson, A. T., Ochiai, M., Porter, N., Mateo, N. J., ... & Ortiz, F. A. (2012). Cultural differences in implicit theories and self-perceptions of traitedness: Replication and extension with alternative measurement formats and cultural dimensions. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, *43*(8), 1268-1296. <https://doi.org/10.1177/0022022111428514>
- Cialdini, R. B. (2003). Crafting normative messages to protect the environment. *Current Directions in Psychological Science*, *12*(4), 105-109. <https://doi.org/10.1111/1467-8721.01242>
- Coleman, J. S. (1988). Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, *94*, 95–120.
- Colquitt, J. A., Scott, B. A., & LePine, J. A. (2007). Trust, trustworthiness, and trust propensity: a meta-analytic test of their unique relationships with risk taking and job performance. *Journal of applied psychology*, *92*(4), 909. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.92.4.909>
- Danilov, A., Khalmetski, K., & Sliwka, D. (2021). Descriptive norms and guilt aversion. *Journal of Economic Behavior & Organization*, *191*, 293-311. <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2021.09.002>
- de Aquino, J. A. (2017). The meaning of trust for brazilians with higher education. *Social Indicators Research*, *130*(1), 325–349. <https://doi.org/10.1007/s11205-015-1178-0>
- Devos, T., Spini, D., & Schwartz, S. H. (2002). Conflicts among human values and trust in institutions. *British journal of social psychology*, *41*(4), 481-494. <https://doi.org/10.1348/014466602321149849>
- Doney, P. M., Cannon, J. P., & Mullen, M. R. (1998). Understanding the influence of national culture on the development of trust. *Academy of Management Review*, *23*(3), 601-620. <https://doi.org/10.5465/amr.1998.926629>
- Edmondson, A. C., & Lei, Z. (2014). Psychological safety: The history, renaissance, and future of an interpersonal construct. *Annu. Rev. Organ. Psychol. Organ. Behav.*, *1*(1), 23-43. <https://doi.org/10.1146/annurev-orgpsych-031413-091305>
- Eriksson, K., Hazin, I., Vartanova, I., & Strimling, P. (2022). Domain-specific tightness: Why is Sweden perceived as tighter than the United States?. *Current Research in Ecological and Social Psychology*, *3*, 100049. <https://doi.org/10.1016/j.cresp.2022.100049>
- Eriksson, K., Strimling, P., Gelfand, M., Wu, J., Abernathy, J., Akotia, C. S., ... & Van Lange, P. A. (2021). Perceptions of the appropriate response to norm violation in 57

- societies. *Nature Communications*, 12(1), 1-11. <https://doi.org/10.1038/s41467-021-21602-9>
- Fehr, E., & Gächter, S. (2002). Altruistic punishment in humans. *Nature*, 415(6868), 137-140. <https://doi.org/10.1038/415137a>
- Fetchenhauer, D., Dunning, D., & Schlösser, T. (2017). The mysteries of trust: Trusting too little and too much at the same time. In P. A. M. Van Lange, B. Rockenbach, & T. Yamagishi (Eds.), *Trust in social dilemmas* (pp. 139–153). Oxford University Press.
- Fischer, R., Karl, J. A., & Pilati, R. (2022). Cultural syndromes in a changing world: A longitudinal investigation of Brazilian Jeitinho social problem-solving strategies. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 48(10), 1423-1437. <https://doi.org/10.1177/01461672211043>
- Freitag, M., & Bühlmann, M. (2009). Crafting trust: The role of political institutions in a comparative perspective. *Comparative Political Studies*, 42(12), 1537-1566. <https://doi.org/10.1177/0010414009332151>
- Gächter, S., Herrmann, B., & Thöni, C. (2004). Trust, voluntary cooperation, and socio-economic background: survey and experimental evidence. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 55(4), 505-531. <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2003.11.006>
- Geeraert, N., Li, R., Ward, C., Gelfand, M., & Demes, K. A. (2019). A tight spot: How personality moderates the impact of social norms on sojourner adaptation. *Psychological science*, 30(3), 333-342. <https://doi.org/10.1177/09567976188154>
- Gelfand, M. J., Caluori, N., Gordon, S., Raver, J., Nishii, L., Leslie, L., & Lun, J. (2020). 'Culture's Constraints: The Role of Situational Constraint in Cultural Systems'. In J. F. Rauthmann., R. A. Sherman., D. C. Funder (Eds.), *The Oxford Handbook of Psychological Situations* (pp. 63-78). Oxford University Press.
- Gelfand, M. J., Nishii, L. H., & Raver, J. L. (2006). On the nature and importance of cultural tightness-looseness. *Journal of Applied Psychology*, 91(6), 1225–1244. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.91.6.1225>
- Gelfand, M. J., Raver, J. L., Nishii, L., Leslie, L. M., Lun, J., Lim, B. C., ... & Yamaguchi, S. (2011). Differences between tight and loose cultures: A 33-nation study. *Science*, 332(6033), 1100-1104. <https://doi.org/10.1126/science.1197754>
- Harrington, J. R. (2017). *Worlds unto themselves: Tightness-looseness and social class* [Doctoral dissertation, University of Maryland].
- Harrington, J. R., & Gelfand, M. J. (2014). Tightness-looseness across the 50 United States. *Proc Natl Acad Sci*, 111, 7990-7995. <https://doi.org/10.1073/pnas.1317937111>

- Harrington, J. R., Boski, P., & Gelfand, M. J. (2015). Culture and national well-being: Should societies emphasize freedom or constraint?. *PloS one*, *10*(6), e0127173.
<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0127173>
- Haukoos, J. S., & Lewis, R. J. (2005). Advanced statistics: Bootstrapping confidence intervals for statistics with “difficult” distributions. *Academic Emergency Medicine*, *12*(4), 360-365. <https://doi.org/10.1197/j.aem.2004.11.018>
- Heiman, S. L., Claessens, S., Ayers, J. D., Guevara Beltrán, D., Van Horn, A., Hirt, E. R., ... & Todd, P. M. (2023). Descriptive norms caused increases in mask wearing during the COVID-19 pandemic. *Scientific reports*, *13*(1), 11856. <https://doi.org/10.1038/s41598-023-38593-w>
- Hiraishi, K., Yamagata, S., Shikishima, C., & Ando, J. (2008). Maintenance of genetic variation in personality through control of mental mechanisms: A test of trust, extraversion, and agreeableness. *Evolution and Human Behavior*, *29*(2), 79-85.
<https://doi.org/10.1016/j.evolhumbehav.2007.07.004>
- Inglehart, R., Haerpfer, C., Moreno, A., Welze, C., Kizilova, K., Diez-Medrano, J., ... Puranen, B. (2014). *World values survey: Round six – Country-pooled Datafile*. Madrid, Spain: JD Systems Institute
- Jackson, J. C., Gelfand, M., & Ember, C. R. (2020). A global analysis of cultural tightness in non-industrial societies. *Proceedings of the Royal Society B*, *287*(1930), 20201036.
<http://dx.doi.org/10.1098/rspb.2020.1036>
- Kelley, H. H., Holmes, J. G., Kerr, N. L., Reis, H. T., Rusbult, C. E., & Van Lange, P. A. M. (2003). *An atlas of interpersonal situations*. Cambridge University Press.
- Kim, J.H., & Kaemingk, M. (2021). Persisting effects of social norm feedback letters in reducing household electricity usage in Post-Soviet Eastern Europe: a randomized controlled trial. *J. Econ. Behav. Organ.* *191*, 153–161.
<https://doi.org/10.1016/j.jebo.2021.08.032>
- Kwantes, C. T., & McMurphy, S. (2021). Contextual influences on trust and trustworthiness: An etic perspective. C. T. Kwantes & B. C. H. Kuo (Eds.), *Trust and trustworthiness across cultures: Implications for societies and workplaces*, (pp. 1-16). Springer.
<https://doi.org/10.1007/978-3-030-56718-7>
- Latusek, D., & Olejniczak, T. (2016). Development of trust in low-trust societies. *Polish Sociological Review*, *195*(3), 309-326. Recuperado de
https://www.researchgate.net/profile/Dominika-Latusek/publication/309660905_Development_of_Trust_in_Low-

[Trust Societies/links/582f04c608aef19cb815577d/Development-of-Trust-in-Low-Trust-Societies.pdf](#)

- Lu, S. C., Kong, D. T., Ferrin, D. L., & Dirks, K. T. (2017). What are the determinants of interpersonal trust in dyadic negotiations? Meta-analytic evidence and implications for future research. *Journal of Trust Research*, 7(1), 22-50.
<http://doi.org/10.1080/21515581.2017.1285241>
- Luo, S., Li, L. M. W., Espina, E., Bond, M. H., Lun, V. M. C., Huang, L., ... & Liu, J. H. (2023). Individual uniqueness in trust profiles and well-being: Understanding the role of cultural tightness–looseness from a representation similarity perspective. *British Journal of Social Psychology*, 62(2), 825-844. <https://doi.org/10.1111/bjso.12599>
- Minkov, M., Blagoev, V., & Hofstede, G. (2013). The boundaries of culture: Do questions about societal norms reveal cultural differences?. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 44(7), 1094-1106. <https://doi.org/10.1177/0022022112466942>
- Miot, H. A. (2017). Avaliação da normalidade dos dados em estudos clínicos e experimentais. *Jornal Vascular Brasileiro*, 16, 88-91. <https://doi.org/10.1590/1677-5449.041117>
- Mischel, W. (1977). The interaction of person and situation. In E. Magnusson & N. S. Endler (Eds.), *Personality at the crossroads* (pp. 333–352). Lawrence Erlbaum
- Miura, M. A., Pilati, R., Milfont, T. L., Ferreira, M. C., & Fischer, R. (2019). Between simpatia and malandragem: Brazilian jeitinho as an individual difference variable. *PLoS One*, 14(4), e0214929. <https://doi.org/10.1371/journal.Pone.0214929>
- Mulder, L. B., Van Dijk, E., De Cremer, D., & Wilke, H. A. (2006). Undermining trust and cooperation: The paradox of sanctioning systems in social dilemmas. *Journal of Experimental social psychology*, 42(2), 147-162.
<https://doi.org/10.1016/j.jesp.2005.03.002>
- ONU BRASIL. Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Brasília: ONUBR, 2015. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>
- Paludo, S. D. S., & Koller, S. H. (2007). Psicologia Positiva: uma nova abordagem para antigas questões. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 17, 9-20. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100002>
- Pelto, P. J. (1968). The differences between "tight" and "loose" societies. *Trans-action*, 5, 37-40. <https://hraf.yale.edu/ehc/documents/720>

- Porto, J. B., & Pilati, R. (2021). Trust in Brazil: The interplay of jeitinho and trust conception. C. T. Kwantes & B. C. H. Kuo (Eds.), *Trust and trustworthiness across cultures: Implications for societies and workplaces*, (pp. 17-31). Springer.
<https://doi.org/10.1007/978-3-030-56718-7>
- Realo, A., Linnamägi, K., & Gelfand, M. J. (2015). The cultural dimension of tightness–looseness: An analysis of situational constraint in Estonia and Greece. *International Journal of Psychology*, 50(3), 193-204. <https://doi.org/10.1002/ijop.12097>
- Rodrigues, R. P., Porto, J. B., Fischer, R., Ferreira, M. C., & Milfont, T. L. (2011). Brazilian jeitinho: Understanding and explaining an indigenous psychological construct. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 45(1), 29-38.
Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/284/28421134005.pdf>
- Rohan, M. J. (2000). A rose by any name? The values construct. *Personality and Social Psychology Review*, 4(3), 255–277. https://doi.org/10.1207/S15327957PSPR0403_4
- Rosenberg, M. (1956). Misanthropy and political ideology. *American sociological review*, 21(6), 690-695. <https://doi.org/10.2307/2088419>
- Rusbult, C. E., & Van Lange, P. A. M. (2003). Interdependence, interaction and relationships. *Annual Review of Psychology*, 54, 351-375.
<https://doi.org/10.1146/annurev.psych.54.101601.145059>
- Schilke, O., Reimann, M., & Cook, K. S. (2021). Trust in social relations. *Annual Review of Sociology*, 47, 239-259. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-082120-082850>
- Serritzlew, S., Sønderskov, K. M., & Svendsen, G. T. (2014). Do corruption and social trust affect economic growth? A review. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 16(2), 121-139. <http://dx.doi.org/10.1080/13876988.2012.741442>
- Simpson, J. A. (2007). Psychological foundations of trust. *Current directions in psychological science*, 16(5), 264-268. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8721.2007.00517>
- Smith, P. B., Bond, M. H., (1998). *Social Psychology Across Culture*. Prentice-Hall
- Snyder, C. R., & Lopez, S. J. (2002). *Oxford Handbook of Positive Psychology*. Oxford University Press.
- Sønderskov, K. M., & Dinesen, P. T. (2016). Trusting the state, trusting each other? The effect of institutional trust on social trust. *Political Behavior*, 38, 179-202.10.
<https://doi.org/1007/s11109-015-9322-8>
- Soper, D.S. (2023). A-priori Sample Size Calculator for Structural Equation Models [Software]. Disponível em <https://www.danielsoper.com/statcalc>

- Spadaro, G., Gangl, K., Van Prooijen, J. W., Van Lange, P. A., & Mosso, C. O. (2020). Enhancing feelings of security: How institutional trust promotes interpersonal trust. *PloS one*, *15*(9), e0237934. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0237934>
- Takahashi, C., Yamagishi, T., Liu, J. H., Wang, F., Lin, Y., & Yu, S. (2008). The intercultural trust paradigm: Studying joint cultural interaction and social exchange in real time over the Internet. *International Journal of Intercultural Relations*, *32*(3), 215-228. <https://10.1016/j.ijintrel.2007.11.003>
- Thöni, C., Tyran, J. R., & Wengström, E. (2012). Microfoundations of social capital. *Journal of Public Economics*, *96*(7-8), 635-643. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2012.04.003>
- Timmerman, M. E., & Lorenzo-Seva, U. (2011). Dimensionality Assessment of Ordered Polytomous Items with Parallel Analysis. *Psychological Methods*, *16*, 209-220. <https://doi.org/10.1037/a0023353>
- Uz, I. (2015). The index of cultural tightness and looseness among 68 countries. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, *46*(3), 319-335. <https://doi.org/10.1177/0022022114563611>
- Van Lange, P. A., Vinkhuyzen, A. A., & Posthuma, D. (2014). Genetic influences are virtually absent for trust. *PloS one*, *9*(4), e93880. <https://10.1371/journal.pone.0093880>
- Vuolevi, J. H. K., & Van Lange, P. A. M. (2010). Beyond the information given: The power of the belief in selfinterest. *European Journal of Social Psychology*, *40*, 26–34. <https://doi.org/10.1002/ejsp.711>
- Wilson, D. S., Hartberg, Y., MacDonald, I., Lanman, J. A., & Whitehouse, H. (2017). The nature of religious diversity: a cultural ecosystem approach. *Religion, Brain & Behavior*, *7*(2), 134-153. <http://dx.doi.org/10.1080/2153599X.2015.1132243>
- Yamagishi, T., & Yamagishi, M. (1994). Trust and commitment in the United States and Japan. *Motivation and emotion*, *18*(2), 129-166. <https://doi.org/10.1007/BF02249397>

Manuscrito 4

Cooperação e Gentileza em Dilemas Experimentais: Força das Normas e Custo da Ação na Tomada de Decisão

Resumo

Evidências mais recentes apontam que não apenas a existência de uma norma, mas também a percepção de sua força afeta a tomada de decisão. Apesar do modelo TL prever maior conformidade em contexto com normas mais fortes, a relação de predição entre *tightness* e comportamentos nem sempre se estabelece. No caso dos comportamentos pró-sociais há resultados contraditórios. Há diversos comportamento pró-sociais que podem diferir em relação ao custo da ação, variando entre mais custosas (p.ex., cooperação) e menos custosa (p.ex., gentileza). Não é claro se a força das normas sociais é capaz de influenciar tais comportamentos, e menos, se da mesma forma. Este estudo teve como objetivo testar se, e em que medida, as normas sociais e a força das normas afetam os comportamentos de cooperação e gentileza. Para isso, foram utilizados dois jogos experimentais (Dilema do Prisioneiro e Tarefa *Social Mindfulness*) e aplicados dois questionários sobre as normas sociais percebidas ($N = 380$). Foi identificado que o comportamento de cooperação apresentou normas sociais mais fortes (a partir de critérios de consistência, acurácia e variância das expectativas). As normas sociais foram capazes de prever apenas o comportamento cooperativo. Todos os indicadores de força das normas atuaram como preditores de cooperação, mas apenas um atuou como preditor de gentileza. Os resultados encontrados estão alinhados à teoria TL, uma vez que houve maior capacidade preditiva das normas e da força das normas no contexto identificado como mais *tight* (dilema do prisioneiro). Dilemas sociais envolvendo comportamentos de alto custo podem exibir normas mais fortes, devido a necessidade de reduzir a tentação por não cooperar. Os riscos

envolvidos nessa possibilidade podem representar fatores de ameaça, associados ao desenvolvimento de normas sociais fortes. Diante disso, este estudo esclarece a relação entre *tightness* e comportamento pró-social, apresentando evidências a respeito dos custos da ação como um fator situacional associado ao fortalecimento das normas sociais.

Palavras-chave: cooperação, gentileza, força das normas sociais, Dilema do Prisioneiro, Tarefa *Social Mindfulness*

Comportamentos pró-sociais compreendem um vasto repertório de ações que geram benefícios aos outros (Thielmann et al., 2020). Algumas ações pró-sociais são mais custosas para o indivíduo, como é o caso da cooperação (Rand & Nowak, 2013; Van Lange et al., 2013), enquanto outras apresentam um custo menor, como por exemplo a gentileza (Rabelo et al., 2013; Van Doesum et al., 2013). Um dos desafios está em como incrementar ou fomentar comportamentos pró-sociais. Ainda que variadas estratégias possam ser utilizadas com essa finalidade (Thielmann et al., 2020; van Dijk & De Dreu, 2021; Van Lange et al., 2013), supor que os comportamentos de cooperação e gentileza possuem os mesmos mecanismos explicativos seria um equívoco (Van Doesum et al., 2021). Dentre os fatores contextuais que atuam sobre a cooperação, as normas sociais ocupam um papel de destaque (Buckholtz & Marois, 2012), com evidências robustas de seu impacto positivo (Biel & Thøgersen, 2007; Miller & Prentice, 2016; Schultz et al., 2007). No entanto, ainda não é claro se essa relação se configura da mesma forma quando consideradas ações de gentileza, de mais baixo custo.

Ações pró-sociais são logicamente fundamentais para a vida em sociedade. A cooperação se mostra indispensável para interações sociais cotidianas bem-sucedidas entre pessoas próximas ou mesmo entre desconhecidos (Columbus et al., 2021). Além disso, apresenta-se como um ingrediente fundamental para a resolução de diversas questões sociais

desafiadoras, tais como mudanças climáticas (Van Lange et al., 2018; Van Lange & Rand, 2022) e o combate a pandemias (Van Bavel et al., 2020; Van Lange & Rand, 2022). Já as ações de gentileza, apesar de menos custosas, apresentam impacto positivo expressivo nas relações interpessoais, estando associadas com redução de comportamentos violentos (Biswas-Diener, 2011), promoção de confiança (Van Doesum et al., 2021) e bem-estar (Otake et al., 2006), assim como ações de caridade (Manesi et al., 2019) e de cooperação (Dou et al., 2018).

Haja vista a complexidade das situações de interdependência nas quais comportamentos pró-sociais podem ocorrer, sua investigação necessita de uma perspectiva que abarque as diferentes configurações que podem apresentar. Uma forma de diferenciar tais situações se configura a partir dos custos individuais da ação pró-social (van Doesum et al., 2013). Diferenças no comportamento em situações de alto e baixo custo vêm sendo investigadas (Engel & van Lange, 2021; van der Linden, 2018) e os resultados sugerem a presença de diferentes motivações para a tomada de decisão (Engel & van Lange, 2021; Mischkowski et al., 2018; van Doesum et al., 2020). Ainda que a literatura proponha o caráter normativo da ação de gentileza (Rabelo et al., 2012; van Lange & van Doesum 2015; van Doesum et al., 2018), é essencial identificar empiricamente a influência das normas sociais no comportamento, para desenvolver estratégias eficazes de mudança de comportamento (Gelfand, 2016; Szekely et al. 2021).

Não apenas a existência de uma norma, mas também a percepção do quando ela é endossada e seguida pelos outros membros do grupo, são aspectos normativos relevantes que influenciam a tomada de decisão (D'Adda et al, 2020; Dimant et al., 2022). Essa percepção diz respeito à força das normas sociais, ou seja, o quão claras e pervasivas são para os membros do grupo (Gelfand et al., 2006). O conceito é explorado em profundidade pela teoria *tightness-looseness*, que explica a função da força das normas em contextos culturais

(Gelfand et al., 2011). Quanto mais *tight*, mais forte os contextos são para guiar as ações dos indivíduos, havendo pouca tolerância para desvios (Gelfand et al., 2017). A relação entre *tightness* e comportamento já foi investigada considerando situações cotidianas envolvendo boas maneiras (Gelfand et al., 2011; Realo et al., 2014). No entanto, a relação entre *tightness* e outros comportamentos nem sempre se estabelece (p.ex., Elster & Gelfand, 2020), o que permanece em aberto na literatura.

Os resultados são contraditórios quando se considera a literatura sobre o tema. Ocorre que os níveis de *tightness* se mostraram negativamente associados com cooperação, quando consideradas uma avaliação cultural (Romano et al., 2021), mas positivamente associados com cooperação, quando consideradas normas específicas (Dimant et al., 2022; Szekely et al., 2022). Já que as normas sociais são contextuais (Fischer, 2009), deve-se avaliar a força das normas em domínios específicos (Eriksson et al., 2022; Gelfand et al., 2017; Minkov et al., 2013). Em face da ampla gama de comportamentos dentro do domínio pró-social, é possível que haja variações na força das normas sociais, bem como na sua influência sobre os comportamentos pró-sociais. Assim, compreende-se a necessidade de avançar na investigação da relação da força das normas sociais e comportamentos, explorando especificidades do domínio pró-social. Por isso o presente estudo teve como objetivo avaliar a força das normas pró-sociais e testar sua capacidade de prever comportamentos de cooperação e gentileza, tendo em consideração a variação dos custos da ação.

Comportamentos Pró-sociais: Conceitos e Operacionalizações

Ações pró-sociais geram benefícios a outros indivíduos (Thielmann et al., 2020), mas abarcam um amplo espectro de ações que guardam diferenças refletindo variações na forma como fatores individuais e contextuais impactam a tomada de decisão. A cooperação é um tipo de comportamento pró-social que se refere às opções capazes de produzir melhores resultados para o coletivo, a partir de custos individuais assumidos em favor de benefício(s)

para o(s) outro(s) (Rand & Nowak, 2013). Dessa forma, a cooperação aumenta o bem-estar do grupo, mas reduz os resultados individuais (p.ex., dilemas sociais) e enfrenta o desafio relacionado à tentação de obter maiores resultados individuais (não cooperar) (van Lange et al., 2013). Assim, a cooperação envolve alcançar uma meta comum, sendo essencialmente diferente de outras motivações pró-sociais (Alós-Ferrer & Garagnani, 2020).

Para a análise dessas variações, a literatura diferenciou os tipos de comportamentos pró-sociais com base na estrutura das situações (Dawes, 1990; Thielmann et al., 2020; van Lange et al., 2013). Van Doesum et al. (2013) propuseram uma distinção a partir dos custos individuais que a ação pró-social possui, porque no dia a dia as pessoas não se envolvem apenas em ações custosas para beneficiar o(s) outro(s). Para investigar uma ação pró-social menos custosa, van Doesum et al. desenvolveram o conceito de *social mindfulness*. A pró-socialidade relacionada a esse conceito se refere à ação motivada pela percepção dos interesses e necessidades das outras pessoas no momento presente (van Lange & van Doesum, 2015). Esse novo construto captura a noção de gentileza, pois envolve ter uma consideração positiva sobre as outras pessoas ao fazer escolhas (van Lange & Rand, 2022). Sendo assim, o conceito de *social mindfulness* será tratado aqui como sinônimo de gentileza, uma vez que essa é definida como uma ação espontânea e de baixo custo em benefício do outro (Rabelo et al., 2012).

Dentro das ações pró-sociais, ações de gentileza são exemplos de comportamentos pró-sociais de baixo custo (van Lange & Rand, 2022; van Doesum et al., 2021), ao passo que ações de cooperação incorrem em maior custo para o autor da ação (van Lange et al., 2013). Há evidências que sugerem que diferentes motivações estão envolvidas para cada um desses comportamentos (Engel & van Lange, 2021; Mischkowski et al., 2018; van Doesum et al., 2020). Sendo assim, compreender os mecanismos associados a esse comportamento permite a

proposição de intervenções efetivas para a promoção de gentileza nas relações interpessoais e de cooperação.

Comumente utilizados para avaliar as circunstâncias nas quais as pessoas agem de forma pró-social, os jogos econômicos são utilizados para representar situações de interdependência (Thielmann et al., 2020). Em tais paradigmas são criados cenários de interação social que permitem que a tomada de decisão seja avaliada a partir de fórmulas matemáticas (Franco & Iglesias, 2023), apresentando como base a teoria dos jogos (Rand & Nowak, 2013). Os jogos econômicos são elaborados tendo como objetivo transpor elementos estruturais das interações sociais para um cenário experimental, capturando as configurações de conflito. Eles representam situações nas quais a cooperação é possível, mas encontra diferentes barreiras para ser executada (p.ex., Saraiva & Iglesias, 2016), estimulando as pessoas a pensar e agir de forma estratégica (Murnighan & Wang, 2016). Há uma grande variedade de paradigmas para representar as diferentes configurações presentes em interações sociais reais, visando compreender quando e porque as pessoas agem de forma pró-social (van Dijk & De Dreu, 2021; Kelley et al., 2003; Gerpott et al., 2018; Thielmann et al., 2020).

Em sua maioria, os jogos capturam o conflito de interesses a partir da ênfase em resultados tangíveis, envolvendo alto custo para a ação cooperativa (Engel & van Lange, 2021). A exemplo disso, o clássico paradigma *Dilema dos Prisioneiros* apresenta um cenário de escolhas simultâneas e independentes (Dawes, 1980) que envolve escolher qual valor a ser transferido para o outro e multiplicado por uma constante (cooperação) e o valor a ser retido para si (não cooperação) (Thielmann et al., 2020). Essa escolha envolve o conflito de interesse representado pelos *payoffs* gerados ao indivíduo, resultantes das combinações das escolhas individuais possíveis. O conflito envolve a tentação em não cooperar, pois gera melhores resultados individuais em comparação com a cooperação mútua (não cooperação

unilateral > cooperação mútua). Da mesma forma, o resultado individual devido a não cooperação de ambos é maior do que o risco corrido de ser o único a cooperar (não cooperação mútua > cooperação unilateral) (Columbus et al., 2019; Thielmann et al., 2020). Portanto, a tomada de decisão envolve ambição e medo (Columbus et al., 2019; Coombs, 1973).

Mais recentemente um paradigma foi desenvolvido, nomeado como *Tarefa Social Mindfulness* – SoMi, em que o foco da interdependência não está no quanto a ação de um indivíduo impacta o resultado material gerado ao outro, mas no quanto altera as possibilidades de ação do outro (van Doesum et al., 2013). Esse diferencial pode ser visto como uma ampliação da capacidade de representação de cenários sociais reais, uma vez que em muitas situações o impacto gerado ao outro não é evidente e os custos materiais são baixos (van Lange & van Doesum, 2015). Portanto, esse paradigma permite avaliar a tomada de decisão em situações que envolvem ações de gentileza, levando em consideração as necessidades dos demais (van Doesum et al., 2021).

O SoMi tem como base a teoria da interdependência (Kelley et al., 2003) e foi inspirado em um tradicional experimento da psicologia cultural, conhecido como paradigma das canetas (Kim & Markus, 1999). Neste paradigma os participantes escolhem uma em um conjunto de cinco canetas, sendo apenas uma cor diferente das demais. De forma semelhante, a tarefa SoMi constitui-se por um cenário de escolhas entre múltiplos objetos iguais, apresentados em cores distintas. No entanto, apresenta-se em um cenário didático, no qual as escolhas entre objetos são feitas em sequência, de forma que a primeira escolha restringe ou mantém as opções de escolha disponíveis para a outra pessoa envolvida na tarefa (van Doesum et al., 2013).

A variação dos custos da ação pró-social entre a tarefa SoMi e o dilema dos prisioneiros também pode estar relacionada com a assimetria na interdependência dos

indivíduos. Enquanto no dilema do prisioneiro os resultados são decididos por ambos os jogadores, na tarefa SoMi o primeiro jogador possui maior controle sobre os resultados. Mas em um cenário de maior incerteza (dilema dos prisioneiros) é possível que a tomada de decisão seja mais custosa individualmente, pois é preciso calcular os riscos relacionados à escolha do parceiro de interação. Tendo isso em vista, o processamento da informação mais deliberado é também mais custoso (Rand et al., 2014). O grau de dependência sob incerteza é uma forma de diferenciar os jogos econômicos, correspondendo ao quanto o resultado final é dependente de escolhas conjuntas em uma situação com poucas informações a respeito das escolhas dos outros indivíduos (Thielmann et al., 2020). A assimetria na tomada de decisão na tarefa SoMi se mostra coerente com a compreensão de gentileza como uma ação que envolve beneficiar o outro sem a expectativa de retribuição (Rabelo et al., 2012).

Comportamentos Pró-Sociais, Normas Sociais e *Tightness*

Uma longa tradição de pesquisas empíricas com base em jogos experimentais identificou diversos fatores contextuais que atuam sobre a cooperação (van Dijk & De Dreu, 2021; Van Lange et al., 2013). Dentre eles, há evidências robustas do efeito positivo das normas sociais (Biel & Thøgersen, 2007; Miller & Prentice, 2016; Schultz et al., 2007). Bicchieri (2005) descreve as normas sociais como a “gramática da sociedade”, uma vez que são um conjunto de regras implícitas compartilhadas entre os membros de um grupo social a respeito de quais padrões de comportamento são aceitos. Apesar de haver diversos tipos de normas sociais, algumas delas servem especificamente para organizar a interação social. As normas sociais cooperativas apontam para ações que vão em direção ao interesse coletivo, prescrevendo o comportamento apropriado em dilemas sociais (Bicchieri, 2016). Portanto, são uma subcategoria das normas sociais que engloba comportamentos custosos, monitorados e incentivados pelo grupo, que resultam em benefícios a outras pessoas (Henrich & Muthukrishna, 2021).

Os custos de se conformar com a norma podem desencorajar o comportamento de cooperação, quando prescrevem comportamentos que não estão alinhados com os interesses individuais. Nessas situações a percepção de que cooperar é o comportamento esperado pelos membros do grupo aumenta as chances de haver cooperação (Bicchieri, & Dimant, 2022). A norma social transforma a matriz de resultados presente num dilema social em um dilema de coordenação, a partir da expectativa de que os demais irão cooperar e possibilitar a obtenção de melhores resultados conjuntos (Kelley et al., 2003; Gelfand, 2006) – ou mesmo pela possibilidade de receber alguma punição (Fehr & Gächter 2002).

A literatura sugere que a ação pró-social de baixo custo também é normativa, podendo ser ativada por pistas contextuais, como é o caso das normas de gentileza (Rabelo et al., 2012; van Lange e Van Doesum 2015; van Doesum et al., 2018). Entretanto, não foram identificados estudos que tenham investigado diretamente essa relação. Em um experimento de campo, por exemplo, a presença de outra pessoa aumentou o comportamento de gentileza, sugerindo que uma pista sobre o ambiente social é suficiente para ativar essa ação (van Doesum et al, 2018). Além disso, indivíduos que agem dessa forma são melhor avaliados, em comparação com aqueles que não agem (van Doesum et al., 2013). Engel e van Lange (2021) manipularam o uso de custos tangíveis em variações da tarefa SoMi e identificaram que o aumento dos custos da ação resultou na redução dos níveis de escolhas pró-sociais. Explicações discutidas pelos autores para tais resultados envolveram o caráter normativo do comportamento de baixo custo, advindo de normas de gentileza compartilhadas em interações sociais cotidianas. No entanto, não houve mensuração das normas sociais, sendo o caráter normativo deduzido a partir da frequência observada do comportamento. Logo, ainda se mantém uma lacuna de pesquisa sobre a influência normativa em ações pró-sociais de baixo custo.

As normas sociais podem apresentar intensidades distintas, a depender da situação. A força das normas em um contexto guarda relação com o conceito de *tightness* (Gelfand et al., 2006). Quanto mais *tight* é um contexto, mais restritas são as possibilidades de ação, considerando os comportamentos aceitos (Gelfand et al., 2011). À luz do modelo *tightness-looseness* (Gelfand et al., 2006), as normas são fortalecidas em função da presença de fatores socioecológicos (p.ex., presença de ameaças). Em contextos mais *tight*, espera-se maior conformidade com as normas (Gelfand et al., 2006). Há evidências de que essa relação se estabelece para alguns comportamentos (Gelfand et al., 2011), mas não para outros (Elster & Gelfand, 2020).

No caso dos comportamentos de cooperação, foram encontrados resultados distintos, que podem decorrer dos níveis de análise utilizados para avaliar a força das normas, compreendendo diferenças entre a avaliação dos níveis de *tightness* cultural e de *tightness* contextual. O aumento da força das normas sociais apresentou efeito positivo sobre a cooperação em contextos experimentais (Dimant et al., 2022; Szekely et al., 2022) e a partir da utilização de modelos computacionais (Roos et al., 2015). Já em um estudo intercultural com 43 países, foram identificadas taxas de cooperação maiores em nações *loose* ($b = 0,40, p = 0,06$) e com baixa prevalência histórica de doenças, fator ecológico também característico de culturas *loose* ($b = -0,65, p < 0,001$) (Romano et al., 2021).

A avaliação da força das normas em contextos específicos vem sendo praticada (Eriksson et al., 2022) e recomendada (Minkov et al., 2013) pela literatura. A partir dessa perspectiva, é possível avançar para a análise de variações entre comportamentos pertencentes a um mesmo domínio. Trata-se de uma avaliação relevante, pois as normas são dependentes do contexto (Fischer, 2009), sendo vantajoso avaliar a relação entre normas e comportamento considerando ações específicas (Fischer & Karl, 2020). No caso do domínio

pró-social, não foram identificados estudos que tenham investigado a força das normas sociais considerando as variações intradomínio entre cooperação e gentileza.

Hipóteses do Estudo

O comportamento de cooperação contrasta com o interesse individual, de forma que a tentação por não cooperar é alta (Thielmann et al., 2020; Van Lange et al., 2013). Sendo assim, há a demanda por uma norma social forte para que os indivíduos não ajam em prol do melhor interesse individual. Os riscos envolvidos nessa possibilidade podem representar fatores de ameaça, associados ao desenvolvimento de normas sociais fortes (Gelfand et al., 2011). Além disso, em jogos experimentais, quando os indivíduos não cooperam, com frequência há punições (Fehr & Fischbacher, 2004; Fehr & Gächter, 2002). Em contraste, quando os indivíduos não agem de forma gentil em situações de baixo custo, outros indivíduos tendem a atribuir uma avaliação mais leniente, sendo conferido um julgamento negativo apenas quando essa ação é feita repetidas vezes (Van Lange & Van Doesum, 2015). Isso sugere que as normas de gentileza são mais fracas, havendo maior tolerância com os desvios da norma e as normas de cooperação são mais fortes, com menor aceitação de comportamentos desviantes.

Considerando que os níveis de *tightness* se relacionam com o quanto os comportamentos são influenciados pelas normas sociais (Gelfand et al., 2006), espera-se que os comportamentos de cooperação sejam mais fortemente preditos pelas normas sociais, em comparação às ações de gentileza. De forma semelhante, compreende-se a força das normas como uma variável relevante para a promoção de comportamentos cooperativos de alto custo, uma vez que apresentam a capacidade de reduzir a incerteza social presente. Isso ocorre porque a tomada de decisão em uma situação de dilema social envolve o maior risco de ser o único a cooperar e obter um resultado individual pior. Logo, a presença de normas fortes

aumenta a homogeneidade dos comportamentos e a previsibilidade a respeito das ações dos demais (Dimant et al., 2022; Uz, 2015).

Hipótese 1: A norma de cooperação é mais forte, quando comparada à norma de gentileza.

Hipótese 2: As normas sociais apresentam maior potencial de prever o comportamento de cooperação, quando comparado ao comportamento de gentileza.

Hipótese 3: A força das normas sociais apresenta maior potencial de prever o comportamento de cooperação, quando comparado com o comportamento de gentileza.

(Força das) Normas Sociais: Conceitos e Operacionalizações

Uma importante crítica aos estudos sobre normas sociais e comportamento é não se dedicarem a mensurar as normas sociais e sua força (Szekely et al. 2021). Ainda que as normas promovam variados tipos de comportamentos pró-sociais (Miller & Prentice, 2016; Schultz et al., 2007), as investigações costumam deixar de fora a mensuração das normas sociais, bem como de outros aspectos não normativos que podem ser explicativos do comportamento observado (Heiman et al., 2023). Para superar tais limitações, faz-se necessário o uso de uma definição operacional que permita essa avaliação (Bicchieri & Chavez, 2010).

A simples presença do comportamento não é suficiente para provar a existência da norma social (Fehr & Schurtenberger, 2018). O mesmo pode ser considerado para a ausência do comportamento, dado que a norma pode existir e não ser seguida (Bicchieri, 2016). Portanto, não se deve inferir a influência da norma social para um comportamento apenas a partir da observação da ação (Bicchieri, 2016). Ainda assim, com frequência o comportamento é descrito como normativo sem que haja a mensuração e os testes adequados (Fehr & Schurtenberger, 2018). Essa prática é comum tanto em estudos sobre cooperação

(p.ex., Roos et al., 2015) quanto em estudos sobre gentileza (p.ex., Engel & Van Lange, 2021; van Lange & van Doesum 2015; van Doesum et al., 2018).

As variadas definições sobre normas sociais apresentadas na literatura incorrem em dificuldades para a sua operacionalização e para a avaliação de seu impacto no comportamento (Bicchieri & Dimant, 2022; Fehr & Schurtenberger, 2018). No presente estudo foi utilizada a definição de Bicchieri (2005, 2016) para normas sociais, compreendendo-as como regras comportamentais compartilhadas que indicam o que (não) deve ser feito em cada situação, sendo seguidas devido às expectativas sociais. Dentre essas expectativas, as *empíricas*¹⁶ dizem respeito à crença sobre como os outros irão se comportar, enquanto as *normativas*¹⁷ se referem à crença sobre como os outros acham que se deveria agir em uma determinada situação. Ambas são consideradas expectativas sociais. Bicchieri também propõe o conceito de crenças pessoais normativas¹⁸, que trata de crenças de primeira ordem, ou seja, o que um indivíduo considera apropriado fazer. Sendo assim, as expectativas normativas são compreendidas como crenças de segunda ordem, pois dizem respeito às crenças sobre as crenças que outras pessoas possuem. Portanto, as crenças pessoais normativas se diferenciam das expectativas sociais. Ainda que possam se correlacionar, as crenças pessoais são capazes de produzir comportamentos de forma independente das expectativas sociais (Heiman et al., 2023).

A proposta de Bicchieri (2006, 2016) para a identificação das normas a partir da avaliação independente das expectativas sociais guarda relação com a ideia de que os indivíduos são capazes de identificar pontos focais de forma tácita, tendo como base as

¹⁶ Semelhante ao conceito de normas *descriptivas* (Cialdini et al., 1990) que contempla a percepção sobre quais os comportamentos tipicamente desempenhados.

¹⁷ Semelhante ao conceito de normas *injuntivas* (Cialdini et al., 1990) e de normas *subjetivas* (Ajzen, 1991) que dizem respeito à percepção sobre como (não) se deve agir em uma situação

¹⁸ Pode ser incluída no conceito de atitude (Fishbein, 1967), pois expressa uma avaliação (positiva ou negativa) sobre determinado comportamento (Bicchieri, 2016).

experiências e culturas compartilhadas (Schelling, 1960). Dessa forma, as normas sociais podem ser identificadas nas estratégias de coordenação entre os indivíduos, envolvendo avaliações feitas individualmente que tendem a se corresponder em função de percepções compartilhadas (Krupka & Weber, 2013). É um indicativo da existência da norma a compatibilidade entre as crenças pessoais dos indivíduos e as expectativas normativas. Por outro lado, a baixa correspondência é um indicativo do viés de *ignorância pluralística* (Bicchieri, 2016), ao inferir que a crença pessoal se diferencia das crenças das outras pessoas (Prentice & Miller, 1993).

Para a mensuração da força das normas sociais é possível fazer o uso de uma perspectiva multidimensional das normas sociais (Jasso & Opp, 1997), uma vez que essa apresenta correspondência com a conceitualização da teoria *tightness-looseness* (Fischer & Karl, 2020). Portanto, retira-se o foco de valores médios e volta-se para um *continuum* normativo (Jacksson, 1966). Essa perspectiva envolve o critério de *consenso*, que diz respeito ao quanto a norma é compartilhada entre os membros de um grupo (Jasso & Opp, 1997; Rauhut & Winter, 2010). Uma forma de operacionalização envolve a avaliação da *variância* observada em relação ao que é considerado apropriado (expectativa normativa) e aos comportamentos realizados (expectativa empírica) pelos demais indivíduos do grupo (D’Adda et al., 2020; Dimant et al., 2022). A partir da teoria *tightness-looseness* esse critério pode estar associado com a maior homogeneidade das normas e comportamentos em contextos *tight* (Uz, 2015).

Outra estratégia de avaliação do *consenso* foi utilizada por Szekely et al. (2021), a partir do cálculo do nível de *consistência* das expectativas entre os indivíduos. Ele utiliza a diferença entre a percepção individual sobre o comportamento considerado apropriado (e executado) pelos demais e a média dessa percepção compartilhada entre todos os indivíduos do grupo. Essa estratégia também é adequada para a operacionalização dos níveis de

tightness, pois contempla o nível de concordância entre os membros do grupo (Gelfand et al., 2006, 2011). De forma complementar, Szekely et al. avaliaram como critério da força das normas a *acurácia* das expectativas, calculando a precisão destas. Esse critério envolve o quanto as expectativas normativas (crença de 2ª ordem) são correspondentes à média da crença pessoal normativa (crença de 1ª ordem) declarada por todos. Além disso, contemplou o quanto as expectativas empíricas fazem previsões corretas sobre a média dos comportamentos realizados pelos membros do grupo. Portanto, o critério de *acurácia* das expectativas avalia o quanto a norma é clara e os comportamentos são previsíveis (Gelfand et al., 2006).

Síntese do Estudo

O presente estudo visa testar se, e em que medida, as normas sociais e os níveis de *tightness* afetam os comportamentos de cooperação e gentileza. Para isso, foram utilizados dois jogos experimentais (Dilema do Prisioneiro e Tarefa *Social Mindfulness*), uma vez que essas ferramentas permitem avaliar a tomada de decisão em situações de interdependência e mensurar a preferência por resultados pró-sociais (Murnighan & Wang, 2016). A definição de Bicchieri (2005) compreende normas sociais como derivação do conjunto de expectativas individuais, o que permite transpor esse conceito do nível macro-estrutural para o micro-estrutural. Com isso, é possível avaliar as normas sociais, bem como aplicar estratégias de mensuração da força das normas sociais e suas influências no comportamento (Andrighetto & Vriens, 2022). Seguindo a proposta de Bicchieri (2016) para identificação das normas, utilizou-se uma avaliação independente das expectativas e crenças individuais utilizando questionários em cada cenário experimental. Para identificação dos níveis de *tightness*, foram utilizados os critérios de variância, consistência e *acurácia* das expectativas.

Método

Participantes

Participaram do estudo 380 voluntários. Foi adotado como critério de inclusão ter idade superior a 18 anos e residir no Brasil. O tamanho mínimo amostral foi calculado utilizando o *software* G* Power ($N = 226$), com critério de poder estatístico de 0,95 para detecção de tamanho de efeito igual a 0,10. A maior parte da amostra foi composta por mulheres ($n = 223$; 58,7%), com média de idade de 35,92 anos ($DP = 12,45$) e renda média de R\$ 11.103,00 ($DP = R\$ 9.105,00$)¹⁹. Dentre os participantes, apenas 23,7% eram estudantes. A distribuição do maior nível educacional declarado pelos participantes foi 23,7% ensino médio, 27,9% graduação, 48,4% pós-graduação.

Instrumentos

Comportamentos Pró-sociais

Comportamento de Gentileza. Foi utilizado o paradigma experimental Tarefa *Social Mindfulness* - SoMi (Van Doesum et al., 2013), em que são apresentados três (ou quatro) produtos idênticos ao participante, exceto pelo fato de haver variação na cor de um deles (Figura 4.1). O participante foi instruído a escolher um produto e imaginar que um próximo jogador poderia escolher entre os produtos restantes. A decisão do participante envolveu uma escolha dicotômica entre o produto único e o produto que aparece em maior quantidade. Essa escolha foi executada 10 vezes, sendo a escolha pelo objeto único (não pró-social) contabilizada como 0 (zero) e a escolha pelo objeto em maior quantidade (pró-social) contabilizada como 1 (um). O escore variou de 0 a 10, de forma que quanto maior o escore, maior o comportamento de gentileza.

¹⁹ $n = 332$. [38 casos omissos. 10 casos excluídos por declararem renda superior a R\$ 50 mil (97,7% da amostra declarou renda até R\$ 50 mil)]

Figura 4.1

Exemplo de Apresentação dos Objetos na Tarefa SoMi



Comportamento de Cooperação. Foi utilizada uma variante do Dilema dos Prisioneiros, no qual é apresentado um cenário envolvendo dois jogadores que iniciam com a quantia de 10 reais cada um. O participante foi instruído a escolher qual valor ficaria para si e qual valor enviaria ao outro participante, imaginando que o valor enviado seria duplicado e que o outro participante faria essa escolha sob as mesmas condições. Portanto, o resultado final nesse cenário seria resultante da soma do quanto o participante manteve para si e o quanto o outro jogador (imaginado) escolheu enviar (duplicado). O escore variou de 0 a 10, de forma que quanto maior a quantia destinada ao outro jogador, maior o comportamento de cooperação.

Normas Sociais

O participante era instruído a imaginar a mesma tarefa descrita nos paradigmas, sendo realizada entre outras duas pessoas, para julgar os itens sobre normas sociais. Portanto, o participante adotava uma posição de observador (terceira parte), considerada mais adequada para a avaliação das normas sociais (Fehr & Fischbacher, 2004; Fehr & Fischbacher, 2018). Baseado no *survey* desenvolvido por Bicchieri e Chavez (2010) foram elaboradas perguntas sobre a expectativa normativa (p.ex., “Qual valor você acha que a maioria das pessoas considera apropriado/adequado enviar para o outro?”) e a expectativa empírica (p.ex., “Considerando outros participantes que realizaram essa tarefa, qual valor você acha que a maioria enviou para o outro?”) do participante em cada um dos paradigmas. No dilema do

prisioneiro, a escala de resposta variou de 0 a 10. Na Tarefa SoMi, a escala de resposta era dicotômica (p. ex., objeto amarelo ou objeto azul), sendo atribuído 0 para o objeto único (não pró-social) e 10 para o objeto duplicado (pró-social).

Força das Normas Sociais

Variância do desvio da norma. Foram utilizadas perguntas em que os participantes faziam estimativas a respeito da quantidade de participantes que escolheriam (e consideravam adequado) agir de forma não pró-social em cada paradigma (p.ex., “Suponha que outros 10 participantes realizaram essa tarefa. Quantos você acha que considerariam apropriado/adequado enviar para o outro um valor menor do que 5 reais?”). Na tarefa SoMi foi considerado como comportamento não pró-social a escolha do objeto único e no dilema do prisioneiro a escolha de enviar um valor menor que 5 reais. Portanto, trata-se de um critério de *variância* percebida em relação ao endosso (expectativa normativa) e prática (expectativa empírica) de comportamentos desviantes da norma. Os indicadores devem ser interpretados como uma medida invertida. Dessa forma, quanto menor o escore, maior a força da norma.

Acurácia e Consistência das Expectativas. A acurácia foi avaliada a partir do quanto as expectativas normativas correspondem às crenças pessoais dos membros do grupo e o quanto as expectativas empíricas correspondem aos comportamentos dos membros do grupo. A consistência compreendeu a avaliação da concordância entre as expectativas normativas do indivíduo e do grupo e entre as expectativas empíricas do indivíduo e do grupo. Os escores foram calculados a partir de uma adaptação da fórmula proposta por

Szekely et al. (2021)²⁰ (Figura 4.2). Os indicadores devem ser interpretados como medidas invertidas. Quanto menor o escore dos indicadores, maior a força da norma.

Figura 4.2

Fórmula dos Indicadores de Acurácia e Consistência das Expectativas

Acurácia das expectativas normativas = [Expectativa normativa - Média crença normativa pessoal]
Acurácia das expectativas normativas = [Expectativa empírica - Média comportamento]
Consistência das expectativas normativas = [Expectativa normativa - Média expectativa normativa]
Consistência das expectativas empíricas = [Expectativa empírica - Média expectativa empírica]

Variáveis de controle

Expectativa do Comportamento. Foram avaliadas as expectativas do participante em relação ao comportamento da pessoa com quem ele imaginou estar interagindo em cada paradigma apresentado. No dilema do prisioneiro ("Qual valor você acha que a PESSOA B enviou para você?"), a escala de resposta variou de 0 a 10. Na tarefa SoMi foi solicitado imaginar que a outra pessoa era a primeira a escolher os objetos e indicar qual sua expectativa sobre o comportamento dela ("Qual objeto você acha que a PESSOA B escolheu para si?"). A escala de resposta era dicotômica [0 (objeto único) e 10 (objeto duplicado)].

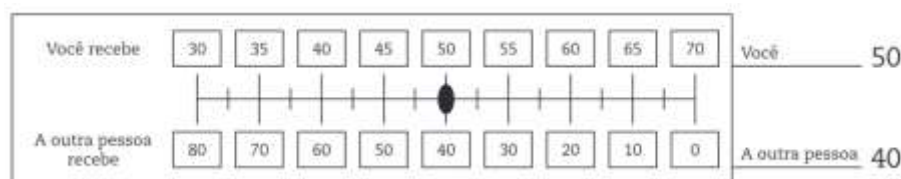
²⁰ Na fórmula proposta por Szekely et al. (2021) a acurácia foi avaliada a partir de um escore único, bem como a consistência. Nesta pesquisa ambos os critérios foram desmembrados em duas partes visando avaliar separadamente a influência das expectativas normativas e empíricas. A consistência das expectativas normativas não foi contemplada na proposta original. A fórmula proposta por Szekely et al. incluiu o critério de especificidade que avaliou a amplitude de comportamentos considerados apropriados. Esse critério não foi incluído, pois necessita que as expectativas sejam mensuradas mais de uma vez, o que não foi realizado neste estudo.

Crença Pessoal Normativa. Em cada um dos paradigmas foi avaliada a opinião do participante sobre o comportamento apropriado (p.ex., “Na sua opinião, qual valor seria apropriado/adequado enviar para o outro?”). A escala de resposta variou de 0 a 10 no dilema do prisioneiro e na Tarefa SoMi a escala de resposta era dicotômica.

Orientação de Valor Social (OVS). Foi utilizada a Medida Decomposta OVS desenvolvida por Murphy et al. (2011) e adaptada por Mazzoleni e Iglesias (2022). São utilizados seis itens que apresentam nove opções de distribuição de recursos entre o respondente e um outro indivíduo (genérico e desconhecido). O respondente deve assinalar qual a distribuição de sua preferência (Figura 4.3). Maiores índices indicam uma orientação mais pró-social.

Figura 4.3

Exemplo de Item da Medida Decomposta OVS



Confiança. Foram utilizados três itens que avaliam as crenças em relação ao quanto as outras pessoas são confiáveis (“você diria que a maioria das pessoas pode ser confiável ou que você precisa ser muito cuidadoso(a) ao lidar com as pessoas?”); (2) justas (“você acha que a maioria das pessoas tentaria tirar vantagens de você se tivessem a chance ou elas tentariam ser justas?”); e (3) dispostas a ajudar (“você diria que na maior parte do tempo as pessoas tentam ser prestativas ou elas costumam se preocupar com seus próprios interesses?”), tendo em consideração o país em que mora (*General Social Survey - GSS*). A escala de resposta variou de 1 (Tentariam tirar vantagens) a 7 (Tentariam ser justas). Índice de fidedignidade aceitável ($\omega = 0,66$).

Dados Sociodemográficos. Ao final das respostas aos instrumentos os participantes responderam um breve questionário sobre informações sociodemográficas, incluindo sexo, idade e outras variáveis relevantes.

Procedimento de Coleta e Cuidados Éticos

A coleta dos dados foi realizada em 2022-2023 via plataforma *Google Forms* e o recrutamento feito a partir de convites enviados por *e-mails* e redes sociais, baseado na técnica *snow ball* (Baltar & Brunet, 2012). De forma complementar, o recrutamento foi realizado a partir de convites presenciais em salas de aula na Universidade de Brasília e em um órgão público do Distrito Federal, devido ao que pode ser considerado *survey fatigue* da taxa de resposta na coleta *online*. Ao clicar no convite da pesquisa, o participante era direcionado a uma página com informações e considerações éticas da pesquisa. A participação na pesquisa era iniciada após o participante indicar concordância e aceite com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Esta coleta de dados compõe o projeto de pesquisa submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob protocolo de CAAE n. 66119122.1.0000.5540.

Os participantes foram expostos a dois jogos econômicos: Tarefa *Social Mindfulness* e Dilema do Prisioneiro. Deveriam realizar uma escolha em cada jogo, imaginando que suas escolhas eram feitas entre ele e outra pessoa anônima e desconhecida. Na sequência, tendo como base os cenários descritos em cada paradigma, os participantes respondiam a um questionário sobre normas sociais. As perguntas sobre as normas sociais utilizaram os próprios participantes da pesquisa como grupo de referência. Por fim, os participantes responderam às escalas que avaliavam características intradividuais e o questionário sociodemográfico.

Procedimento de Análise de Dados

Primeiramente buscou-se identificar os comportamentos e as normas sociais em cada paradigma. Para caracterizá-los foram utilizadas medidas de tendência central das escolhas individuais e frequência das avaliações independentes das expectativas normativas, expectativas descritivas e crenças pessoais. Também foi utilizado como indicador da presença da norma social a correspondência entre as crenças pessoais e as expectativas normativas. Para isso, foram conduzidas análises de correlação de *Spearman*, uma vez que os dados não apresentaram distribuição normal, verificada via testes Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk (Miot, 2017).

Para testar a Hipótese 1 foram conduzidas análises *Testes t de Student* de medidas repetidas, visando verificar as diferenças entre os marcadores de força das normas em cada cenário. Foram realizados procedimentos de *bootstrapping* (1.000 reamostragens; 95% IC BCa) para se obter uma maior confiabilidade dos resultados, corrigir desvios de normalidade da distribuição da amostra e diferenças entre os tamanhos dos grupos. Serviu também para apresentar um intervalo de confiança de 95% para as diferenças entre as médias (Haukoos & Lewis, 2005). Para identificar a força da norma social em cada paradigma, foram utilizados seis indicadores: dois de distância da norma, dois de acurácia e dois de consistência das expectativas.

Para testar as Hipóteses 2 e 3 foram conduzidas análises de regressão linear múltipla nas com o método *forward*, considerado mais parcimonioso (Miles & Shevlin, 2001). No teste da Hipótese 2 as expectativas normativas e empíricas foram utilizadas como variáveis preditoras dos comportamentos de cooperação e gentileza. Antes, foram conduzidas análises de regressão simples, verificando o efeito independente de cada variável. Para o teste da Hipótese 3 foi realizada a primeira análise utilizando dois indicadores de variância do desvio da norma como variáveis preditoras: variância da expectativa empírica do desvio e variância

da expectativa normativa do desvio. Na segunda análise foram utilizados quatro indicadores derivados da fórmula utilizada por Szekely et al. (2021): acurácia da norma, acurácia da conformidade, consistência das expectativas normativas e consistência das expectativas empíricas. As duas análises foram conduzidas separadamente, devido ao caráter subjetivo das medidas de variabilidade percebida e ao caráter objetivo das medidas de acurácia e consistência. Todas as análises foram realizadas utilizando o *software* SPSS (versão 23.0).

Resultados

São apresentados os resultados das análises descritivas e exploratórias dos dados, de forma a identificar os níveis de cooperação e gentileza em cada paradigma e, em seguida, os indicadores da presença das normas sociais. Também são relatadas as análises descritivas dos indicadores utilizados para medir a força das normas sociais e os resultados do teste da Hipótese 1. Por fim, são apresentados os resultados dos testes das Hipóteses 2 e 3.

Descrição das Normas Sociais e Comportamentos nos Paradigmas

As escolhas no dilema do prisioneiro foram apresentadas na Tabela 4.1. Se considerado como uma ação cooperativa o envio de todo o valor recebido, apenas 38,68% dos participantes cooperaram. Ao adotar um critério mais flexível, considerando como uma ação cooperativa o envio de um valor correspondente à metade da quantia recebida (> 5), cooperaram neste cenário 47,10% dos participantes. Já se for considerado um valor igual ou superior à metade da quantia recebida, 85,52% cooperaram. Na tarefa SoMi o objeto duplicado (opção pró-social) foi escolhido em 61,21% das vezes (Tabela 4.1). A escolha no dilema do prisioneiro se correlacionou positivamente com a escolha na tarefa SoMi ($r = 0,87$, $p < 0,01$).

No que diz respeito às normas percebidas em cada paradigma, é possível observar na Tabela 4.1 que no dilema do prisioneiro a quantia de cinco reais foi o valor mais frequentemente indicado pelos participantes como correspondente às expectativas normativa

(43,68%) e empírica (37,10%), seguida da escolha da quantia de dez reais. Já a crença pessoal apresentou a lógica oposta, sendo o valor mais frequente igual a dez reais (44,47%), seguido de cinco reais (37,89%). Na tarefa SoMi, a escolha do objeto duplicado (opção pró-social) foi a mais frequentemente citada pelos participantes como correspondente à expectativa normativa (59,5%), expectativa empírica (54,5%) e crença pessoal (62,6%) (Tabela 4.1).

O comportamento no dilema do prisioneiro se correlacionou de forma positiva e significativa com a expectativa normativa, expectativa empírica e crença pessoal. Já o comportamento na Tarefa SoMi se correlacionou de forma significativa apenas com a crença pessoal (Tabela 4.2). Foram encontradas correlações moderadas entre crença pessoal e expectativa normativa no dilema do prisioneiro ($r = 0,62, p < 0,01$) e na tarefa SoMi ($r = 0,51, p < 0,01$).

Tabela 4.1

Frequência da Crença Pessoal, Expectativas Sociais e Comportamento no Dilema do Prisioneiro e Tarefa SoMi

Quantia a ser enviada	Dilema do prisioneiro					Tarefa SoMi	
	Parceiro	Pessoal	Empírica	Normativa	Comportamento	Escolha do objeto duplicado	Comportamento
0 reais	14	7	9	10	8	0 vezes	8
1 reais	11	7	10	10	4	1 vez	6
2 reais	40	8	38	29	14	2 vezes	6
3 reais	26	9	36	23	13	3 vezes	16
4 reais	21	14	38	15	16	4 vezes	44
5 reais	138	144	141	166	146	5 vezes	69
6 reais	4	7	11	7	5	6 vezes	75
7 reais	7	3	6	4	3	7 vezes	48

8 reais	7	8	18	10	17	8 vezes	46
9 reais	3	4	3	3	7	9 vezes	27
10 reais	109	169	70	103	147	10 vezes	35

Escolha do objeto	Tarefa SoMi			
	Parceiro	Pessoal	Empírica	Normativa
Duplicado	192	238	207	226
Único	188	142	173	154

Nota. Parceiro = expectativa da escolha do parceiro; Pessoal = crença pessoal normativa; Empírica = expectativa empírica; Normativa = expectativa normativa; Escolha do objeto duplicado = frequência com que o objeto duplicado foi escolhido (opção cooperativa).

Tabela 4.2

Estatística Descritiva e Correlações entre as Variáveis no Dilema do Prisioneiro e

Tarefa SoMi

Variáveis	<i>M</i>	<i>DP</i>	SoMi					
			1	2	3	4	5	
1. Comportamento	6,14	2,27	-					
2. Escolha do parceiro	5,05	5,01	0,70	-				
3. Crença	6,26	4,84	0,21**	0,53**	-			
4. Empírica	5,45	4,99	0,09	0,50**	0,39**	-		
5. Normativa	5,95	4,92	0,60	0,46**	0,51**	0,53	-	

Variáveis	<i>M</i>	<i>DP</i>	Dilema do Prisioneiro					
			1	2	3	4	5	
1. Comportamento	6,80	2,90	-					
2. Escolha do parceiro	5,76	3,11	0,72**	-				
3. Crença	7,05	2,90	0,78**	0,62**	-			
4. Empírica	5,34	2,75	0,58**	0,66**	0,56**	-		
5. Normativa	5,88	2,91	0,61**	0,70**	0,62**	0,72**	-	

Nota. Escolha do parceiro = expectativa da escolha do parceiro; Pessoal = crença pessoal normativa; Empírica = expectativa empírica; Normativa = expectativa normativa.

* $p < 0,05$. ** $p < 0,01$.

Força das Normas de Cooperação

Para testar as diferenças na força das normas em cada paradigma foram utilizados seis indicadores (Tabela 4.3). Os resultados mostraram que os indicadores de variância do desvio da norma apresentaram diferenças estatisticamente significativas, com tamanho de efeito baixo (d de Cohen $< 0,30$). No paradigma SoMi foram identificadas expectativas de que um maior número de indivíduos não se comportaria (e consideraria adequado não se comportar) de forma pró-social. Portanto, foram identificadas normas mais fracas de gentileza nesse cenário. Da mesma forma, ao utilizar os critérios de acurácia e consistência das expectativas foram identificados valores médios superiores para a tarefa SoMi, com tamanho de efeito alto (d de Cohen $> 1,0$). Esse resultado indica menor *acurácia e consistência* nesse cenário, então novamente as normas de gentileza foram mais fracas, fornecendo suporte à Hipótese 1.

Tabela 4.3

Diferenças nos Indicadores da Força das Normas Sociais no Dilema do Prisioneiro e na Tarefa SoMi

Indicadores		Estatística do teste t (<i>Bootstrapping sample</i>)					
		Escores		t	gl	Valor- p	d de Cohen
M	DP						
Variância Exp. Normativa	Prisioneiro	4,62	2,91	-3,83	379	<0,01	0,20
	SoMi	5,31	2,23				
Variância Exp. Empírica	Prisioneiro	4,64	2,87	-5,28	379	<0,01	0,27
	SoMi	5,56	2,37				
Acurácia Exp. Normativa	Prisioneiro	2,93	1,33	-20,04	379	<0,01	1,03
	SoMi	4,76	1,24				
Acurácia Exp. Empírica	Prisioneiro	2,79	1,36	-23,97	379	<0,01	1,23

	SoMi	4,90	1,14				
Consistência Exp. Normativa	Prisioneiro	2,42	1,61				
	SoMi	4,82	0,93	-24,89	379	<0,01	1,28
Consistência Exp. Empírica	Prisioneiro	2,11	1,74				
	SoMi	4,96	0,45	-30,98	379	<0,01	1,59

Nota. Exp. = expectativa; Prisioneiro = Dilema do Prisioneiro; SoMi= Tarefa SoMi

* = $p < 0,05$; ** = $p < 0,01$

Normas Sociais e Comportamentos Pró-Sociais

Testou-se em que medida as normas percebidas impactavam nos níveis de cooperação no dilema do prisioneiro. Os testes das variáveis independentes (expectativas empíricas e expectativa normativa) foram significativos²¹. Nas análises de regressão múltipla foram identificadas influências significativas das duas variáveis ($F(2, 377) = 144,970, p < 0,001$; $R^2_{ajustado} = 0,43$). A Tabela 4.4 apresenta os coeficientes para todos os preditores significativos e a variável que mais fortemente impactou os níveis de cooperação foi a expectativa normativa, explicando 39% do desfecho. Ao controlar os efeitos de crença pessoal, OVS, confiança, sexo e idade, os resultados se mantiveram significativos (Tabela 4.5). A diminuição dos valores de beta das expectativas empíricas e expectativa normativa é esperada, devido à possibilidade de sobreposição com a crença pessoal normativa.

Também foi avaliado o impacto das expectativas sociais no comportamento de gentileza na Tarefa SoMi. Os testes das variáveis independentes não foram significativos para qualquer uma das variáveis²². A análise conjunta das expectativas normativas e empíricas confirmou a ausência de influência estatisticamente significativa ($F(2, 377) = 1,54, p = 0,22$; $R^2_{ajustado} = 0,003$). Ao controlar os efeitos de crença pessoal, confiança, OVS, sexo e idade,

²¹ Os resultados demonstraram que o comportamento de cooperação sofre influência significativa da expectativa empírica ($F(1, 380) = 216,81, p < 0,01$; $R^2_{ajustado} = 0,39$), com coeficiente de regressão $B = 0,64$, e da expectativa normativa ($F(1, 380) = 239,84, p < 0,01$; $R^2_{ajustado} = 0,39$), com coeficiente de regressão $B = 0,62$ (Apêndice E).

²² Não houve influência significativa da expectativa empírica ($F(1, 380) = 2,93, p = 0,09$; $R^2_{ajustado} < 0,01$) e da expectativa normativa ($F(1, 380) = 1,54, p = 0,22$; $R^2_{ajustado} < 0,01$) (Apêndice E).

conforme esperado os resultados se mantiveram não significativos para as mesmas variáveis (Tabela 4.5). Tendo em vista os resultados encontrados, observa-se que as normas sociais foram capazes de explicar apenas o comportamento de cooperação, corroborando a Hipótese 2. Isoladamente, tanto a expectativa normativa quanto a empírica foram capazes de prever o comportamento de cooperação, sendo cada uma capaz de explicar quase 40% do desfecho. No entanto, nenhuma das duas variáveis normativas foi capaz de explicar o comportamento de gentileza, sendo este melhor explicado por variáveis intraindividuais (crença pessoal e confiança) e sociodemográficas (sexo e idade).

Compreendendo que a expectativa sobre o comportamento do parceiro de interação é influenciada pela percepção das normas, foram conduzidas análises utilizando a escolha em cada paradigma como variável de desfecho e a expectativa em relação ao comportamento da outra pessoa como variável preditora. Trata-se de uma forma de checagem cruzada (*cross-check*). Foi identificado efeito significativo apenas no comportamento de cooperação, $F(1,379) = 46,93$, $p < 0,01$, $R^2_{ajustado} = 0,56$, com coeficiente de regressão $B = 0,69$, 95% [IC = 0,63 – 0,75]. O efeito não foi significativo para o comportamento de gentileza, $F(1,379) = 1,57$, $p = 0,21$, $R^2_{ajustado} < 0,01$. Os resultados reforçam a validade dos resultados encontrados para a Hipótese 2.

Tabela 4.4

Variáveis Predictoras de Cooperação e de Gentileza

Predictores (cooperação)	Coeficientes		Sig.	R^2	ΔR^2
	padronizados	t			
	<i>Beta</i>				
(Constante)	-	10,37	<0,001	-	-
Exp. Normativa	0,39	6,84	<0,001	0,387	-
Exp. Empírica	0,32	5,57	<0,001	0,432	0,004
Predictores (Gentileza)	Coeficientes padronizados	t	Sig.	R^2	ΔR^2

(Constant)	Beta				
(Constante)	-	16,90	<0,001	-	-
Exp. Normativa	-0,02	-0,40	0,69	-	-
Exp. Empírica	-0,08	-1,24	0,22	-	-

Nota. Exp. = expectativa Para prever a variável gentileza foi utilizado como alternativa o método *enter*, uma vez que métodos com saída (p.ex *forward*) excluem as variáveis que não apresentam valores estatisticamente significativos, como o caso da presente análise. Para prever a variável cooperação foi utilizado o método *forward*, conforme planejado.

Tabela 4.5

Regressão Linear Múltipla com Variáveis de Controle e Normativas

Variáveis independente	Gentileza		Cooperação	
	Step 1	Step 2	Step 1	Step 2
Variáveis de controle				
1. Crença pessoal	-0,19***	-0,19***	0,78***	0,62***
1. OVS	0,07	0,07	0,07*	0,07*
3. Confiança	0,13*	0,13*	0,01	-0,01
4. Idade	-0,12*	-0,19*	0,05	0,04
5. Sexo	0,14**	0,14**	0,03	0,02
Variáveis normativas				
6. Exp. Empírica		-0,02		0,15***
7. Exp. Normativa		0,07		0,12**
R ² (ajustado)	0,08	0,08	0,62	0,66
F	8,93	8,93	311,22	182,29
ΔR^2		0,00		0,04

Nota. OVS = orientação de valor social; Exp. = expectativa

* $p < 0,05$ ** $p < 0,01$ *** $p < 0,001$

Força das Normas Sociais e Comportamentos Pró-Sociais

Por fim, buscou-se investigar diferenças na capacidade da força das normas sociais em prever os comportamentos de cooperação e gentileza. Para isso, primeiramente foi utilizada a variância do desvio da norma, a partir das estimativas sobre a quantidade de participantes que escolheriam (e considerariam adequado) se comportar de forma não pró-

social em cada paradigma. Foi identificada a influência da força das normas no comportamento de cooperação, $F(1, 380) = 23,01, p < 0,01; R^2_{ajustado} = 0,10$ e de gentileza, $F(1, 380) = 23,01, p = 0,03, R^2_{ajustado} = 0,01$. No comportamento de cooperação a variância da expectativa normativa do desvio explicou 10% do desfecho e a expectativa empírica do desvio apenas 1%. No comportamento de gentileza apenas a variância da expectativa normativa foi estatisticamente significativa, explicando 1% da variância do comportamento (Tabela 4.6). Tais resultados fornecem respaldo à Hipótese 3.

Tabela 4.6

Variâncias do Desvio da Normas como Preditoras de Cooperação e Gentileza

Preditores (Cooperação)	<i>M</i>	<i>DP</i>	Coeficientes				
			padronizados	<i>t</i>	Sig.	R^2	ΔR^2
			<i>Beta</i>				
(Constant)	-	-	-	29,90	<0,01	-	-
Variância Exp. Normativa	4,62	2,91	-0,20	-3,04	<0,01	0,09	-
Variância Exp. Empírica	4,64	2,87	-0,16	-2,37	0,02	0,10	0,01

Preditores (Gentileza)	<i>M</i>	<i>DP</i>	Coeficientes				
			padronizados	<i>t</i>	Sig.	R^2	ΔR^2
			<i>Beta</i>				
(Constant)	-	-	-	22,44	<0,01	-	-
Variância Exp. Normativa	5,31	2,23	-0,11	-2,11	0,03	0,04	-
Variância Exp. Empírica	4,62	2,91	-	-	-	-	-

Nota. Exp. = expectativa

* = $p < 0,05$; ** = $p < 0,01$

Em seguida foram utilizados os dois critérios de *acurácia* e dois critérios de *consistência* (Tabela 4.7). Foi identificada a influência significativa no comportamento de cooperação, $F(4,375) = 64,55, p < 0,01; R^2_{ajustado} = 0,40$. Conforme também era esperado na Hipótese 3, os quatro indicadores utilizados atuaram como preditores do comportamento, explicando 40% do desfecho. O modelo com os quatro indicadores não foi capaz de explicar

o comportamento de gentileza, de forma que nenhum dos preditores apresentou valores estatisticamente significativos. No entanto, o indicador de consistência apresentou efeito sobre o comportamento de cooperação na direção inversa à esperada.

Tabela 4.7

Acurácia e Consistência das Normas como Predictoras da Cooperação

Preditores (alto custo)	Coeficientes				
	padronizados	<i>t</i>	Sig.	<i>R</i> ²	ΔR^2
	<i>Beta</i>				
(Constant)	-	30,68	<0,01	-	-
Acurácia Exp. Normativa	-0,54	-7,26	<0,01	0,11	-
Consistência Exp. Normativa	0,48	6,36	<0,01	0,38	0,26
Acurácia Exp. Empírica	-0,33	-4,21	<0,01	0,38	<0,01
Consistência Exp. Empírica	0,30	3,65	<0,01	0,40	0,02

Nota. Exp. = expectativa

* = $p < 0,05$; ** = $p < 0,01$

Discussão

O presente estudo teve como objetivo avaliar a força das normas pró-sociais e testar sua capacidade de prever comportamentos de cooperação e gentileza. Os resultados encontrados forneceram respaldo às hipóteses formuladas. Foi possível constatar que as normas de cooperação apresentaram maior força, quando comparadas às normas de gentileza (Hipótese 1). As variáveis normativas (expectativas sociais) foram predictoras apenas do comportamento de cooperação (Hipótese 2). Por fim, todos os indicadores de força das normas atuaram como preditores de cooperação, mas apenas um indicador (variância da expectativa normativa) atuou como preditor de gentileza (Hipótese 3).

No dilema do prisioneiro a norma apresentou duas configurações principais: envio de todo o valor recebido e envio da metade do valor recebido. A primeira opção reflete a norma de cooperação de forma mais estrita. Já a segunda opção pode derivar da incerteza em relação

à ação do outro jogador (Columbus et al., 2019) e refletir a aceitação de um comportamento cooperativo que envolve maior segurança para o autor da ação. Uma explicação alternativa seria a norma baseada na igualdade de resultados (Van Lange et al., 2013), mas a estratégia de duplicação da quantia enviada adiciona ambiguidade sobre o conteúdo da norma social, afastando a possibilidade da divisão igualitária como um ponto focal natural (D’Adda et al., 2020). Na Tarefa SoMi, considerando a configuração dicotômica de escolha, a ação de não bloquear as opções de escolha do segundo jogador foi a mais prevalente (escolha do objeto duplicado). Conforme apontado na literatura, a cooperação é um comportamento esperado socialmente (Fehr & Schurtenberger, 2018; Krupka & Weber, 2013), bem como a gentileza (Rabelo et al., 2012; Van Lange & Van Doesum, 2015).

O comportamento de cooperação apresentou normas sociais mais fortes, fornecendo suporte à Hipótese 1. Portanto, a situação envolvendo alto custo se configura como uma situação mais *tight*. Nessa situação foi identificada a expectativa de que um menor número de pessoas considerava adequado e iria se comportar de forma não cooperativa. Portanto, houve maior homogeneidade da expectativa de conformidade com a norma de cooperação, o que configura contextos *tight* (Uz, 2015). Da mesma forma, foi identificada maior acurácia das expectativas, havendo maior precisão entre as expectativas empíricas e os comportamentos realizados, bem como entre as expectativas normativas e as crenças pessoais. Novamente isso caracteriza um contexto *tight*, devido à maior previsibilidade dos comportamentos e clareza da norma compartilhada (Gelfand et al., 2006, 2011). Por fim, a maior consistência identificada entre as expectativas individuais e do grupo também descreve um contexto *tight*, devido à maior concordância entre os membros do grupo a respeito das normas sociais (Gelfand et al., 2006, 2011).

A Hipótese 2 também obteve suporte empírico. Os resultados encontrados mostraram que o comportamento de cooperação foi amplamente explicado pelas expectativas sociais

(empíricas e normativas), conforme observado em outros estudos (Bicchieri & Chavez, 2010; Biel & Thøgersen, 2007). Em contraste, o comportamento de gentileza não foi explicado pelas expectativas sociais, apenas por variáveis individuais. Portanto, em relação ao comportamento pró-social, as normas sociais se mostram mais relevantes na predição de ações envolvendo alto custo. Como esse contexto se revelou mais *tight*, a maior capacidade preditiva das normas no comportamento de cooperação encontra suporte no modelo TL (Gelfand et al., 2011). A diferença da capacidade preditiva das normas sociais encontrada em relação aos comportamentos se alinha ao que Van Lange e Van Doesum (2015) apontaram como pró-socialidade reativa para as ações de cooperação, ocorrendo em resposta aos fatores do contexto. Já as ações de gentileza seriam caracterizadas como uma pró-socialidade mais ativa. Ainda, os resultados obtidos contrastam com a explicação normativa fornecida por Engel e Van Lange (2021) para a redução das escolhas pró-sociais à medida que os custos aumentam na tarefa SoMi. Isso reforça as críticas sobre inferir a influência das normas sociais como justificativa para a alteração de comportamentos observados sem que seja feita a mensuração adequada (p.ex., Bicchieri 2016; Bicchieri & Chavez, 2010; Fehr & Schurtenberger, 2018).

No que se refere ao impacto da força das normas sociais, todos os critérios utilizados apresentaram efeitos preditivos sobre o comportamento de cooperação. Já o comportamento de gentileza foi predito apenas pela variância percebida em relação ao desvio da norma. Conforme identificado em outros estudos, a variabilidade percebida impacta o comportamento de cooperação (D'Adda et al., 2020; Dimant et al., 2023). Apesar dos resultados obtidos, a Hipótese 3 recebeu suporte apenas parcial, pois os dois critérios de *consistência* apresentaram efeito na direção inversa à esperada. Uma explicação possível para esse resultado pode ser fornecida a partir de efeitos de *contraste* (Cheng et al., 2006). Quanto maior o contraste entre a mente do indivíduo e as percepções compartilhadas entre os

indivíduos do grupo, mais cooperativa tende a ser a tomada de decisão em um dilema social. Isso pode ocorrer por haver uma expectativa de (não) cooperação e o indivíduo buscar contrastar com o que é esperado do Grupo²³. Ainda, é preciso considerar que o grau de consenso a respeito da norma foi avaliado tanto a partir do critério de *consistência* quanto de variabilidade, em que foram utilizados critérios objetivos e subjetivos, respectivamente. Portanto, a variação do efeito pode sofrer influência dos critérios utilizados, conforme observado em outras comparações de medidas objetivas e subjetivas para a avaliação da força das normas sociais (Uz, 2015).

Em conjunto, os resultados sugerem que em dilemas sociais há maior necessidade de normas sociais que guiem as ações individuais de forma a preservar os interesses coletivos e inibir ações autointeressadas, devido à maior tentação para não cooperar (Bicchieri, 2016). Os riscos envolvidos na cooperação também podem atuar como fatores de ameaça, propiciando maiores níveis de *tightness* nessa situação (Gelfand et al., 2011). A presença de normas fortes de cooperação contribui para a redução da incerteza social, ao aumentar a expectativa de que um maior número de indivíduos irá agir de forma cooperativa e permitir maior previsibilidade das ações (Uz, 2015). Variáveis intraindividuais parecem ser mais relevantes para influenciar a tomada de decisão, dado que em contextos *loose* há maior variabilidade de ações em função de características individuais (Uz, 2015). A influência de algumas dessas variáveis no comportamento de gentileza também foi identificada em outros estudos (Van Doesum et al., 2020; Van Doesum et al., 2021; Van Doesum et al., 2013). Tais diferenças também se alinham à perspectiva evidenciada pela teoria dos jogos, ao apontar

²³O cálculo dos indicadores da força das normas sociais foi realizado em módulo. Portanto, não foi identificado se as expectativas normativas e empíricas apresentam contraste positivo ou negativo em relação à média do grupo.

para a influência da estrutura de cada jogo na tomada de decisão dos indivíduos (Murnighan & Wang, 2016).

Os resultados reforçam o papel estratégico do conceito de *tightness* (Gelfand et al., 2011) para compreender e promover comportamentos de cooperação (Roos et al., 2015; Szekely et al., 2021). Também fornecem respaldo à investigação da força das normas em domínios específicos (Minkov et al., 2012; Eriksson et al., 2022). Para além disso, avançam com esforços para investigar variações intradomínio, dada a relevância de avaliar a relação entre norma e comportamento considerando ações específicas (Fischer, 2009; Fischer & Karl, 2020). Os resultados encontrados contribuem teoricamente para a compreensão da pró-socialidade, mostrando que a cooperação sofre grande influência normativa, enquanto as ações de gentileza não. Isso pode ser uma explicação para achados anteriores, que sustentam que os indivíduos apresentam níveis distintos de cooperação em situações com resultados tangíveis e menos tangíveis (Mischkowski et al., 2018; Van Doesum et al., 2013, 2020).

Também há relevância prática dos resultados em termos de formulação de estratégias de mudança de comportamento. A ausência de evidências de que a gentileza é predita por normas sociais reforça a necessidade de identificar empiricamente se um comportamento é condicionado às normas sociais ou não (Bicchieri, 2016) e de não assumir os mesmos determinantes para variados tipos de ações pró-sociais (Van doseum et al., 2013). Trata-se, portanto, de um fator primordial para a formulação de políticas públicas baseadas em normas sociais (Bicchieri, 2016). Os resultados encontrados sugerem que estratégias como a de tornar as informações normativas acessíveis (Xiao & Bicchieri, 2012) e uso de *norm-nudges* (Bicchieri, & Dimant, 2022; Kim & Kaemingk, 2021) apresentam maior potencial de promover ações pró-sociais em um cenário em que os custos para cooperar são altos. Tendo em vista a identificação de normas sociais fracas e não influentes para ações de gentileza, deve-se investir em estratégias para fortalecê-las. A exemplo disso, deve-se salientar a

percepção de ameaças no contexto, de forma a tornar a norma social temporariamente forte (Gelfand, 2021). Ainda que alguns estudos não tenham obtido resultados esperados a partir do uso desta estratégia em uma nação *loose* (Gelfand et al., 2022), outros estudos sugerem ser uma estratégia eficaz (Roos et al., 2015).

Por fim, também deve ser considerada a avaliação da compatibilidade entre as crenças pessoais e as expectativas normativas como um indicador da presença da norma. A correspondência moderada, de 38% e 26% no cenário do dilema do prisioneiro e tarefa SoMI, respectivamente, sugere a presença do viés de ignorância pluralística (Bicchieri, 2016; Prentice & Miller, 1993). Portanto, identificou-se em ambos os cenários uma tendência a indicar uma norma pessoal com níveis mais altos de pró-socialidade e a inferir que os outros participantes apresentam uma norma pessoal com níveis menores. O cálculo da acurácia normativa também contemplou a diferença entre essas variáveis, em que foi possível identificar que essa distinção apresenta efeito no comportamento de cooperação, refletindo a relevância de identificar a presença desse viés.

Este estudo não é livre de limitações. Ao mensurar as expectativas normativas e empíricas não foram utilizados incentivos para obter palpites mais acurados sobre as normas sociais (Bicchieri, 2016). Também não foram acrescentados itens de checagem da compreensão dos paradigmas experimentais (p.ex., Van Doesum et al., 2013). Ainda, a eliciação da norma antes da escolha no paradigma pode ter influenciado as respostas em função do viés de autosserviço. No entanto, a ordem oposta poderia influenciar a escolha no paradigma, uma vez que altera o foco para a norma salientada a partir do questionário (Szekely et al., 2021). O contrabalanceamento não foi executado devido às dificuldades operacionais encontradas na coleta de dados *online*.

As diferenças na operacionalização entre os dois paradigmas não se limitam ao custo da ação para os indivíduos. Outras dimensões da estrutura de situações interdependentes

podem variar e impactar a percepção da situação, como o grau de *dependência sob incerteza* (Thielmann et al., 2020; Gerpott et al., 2018). No entanto, compreende-se como mais custosa a tomada de decisão que envolve deliberar sobre a escolha do outro (Rand et al., 2014). Ainda assim, houve variação na decisão pró-social ao manipular os custos da ação utilizando o mesmo paradigma (Engel & Van Lange, 2021). Esclarecer os efeitos dos níveis de interdependência e dos custos da ação separadamente extrapolam os objetivos deste estudo, mas podem ser investigados futuramente a partir do uso de outros paradigmas (p.ex., jogo do ditador). A escolha dos paradigmas utilizados teve como preocupação conservar as configurações distintas dos contextos reais em que os comportamentos de cooperação e gentileza ocorrem. A descaracterização desses cenários para a maior semelhança entre eles põe os participantes em uma mentalidade diferente, que contrasta com a realidade (Engel & Van Lange, 2021).

Estudos futuros podem incluir variáveis intraindividuais e interpessoais para avançar no conhecimento sobre a influência normativa em diferentes tipos de comportamentos pró-sociais. A exemplo disso, a escolha no paradigma SoMi pode ser influenciada por características associadas à relação entre os indivíduos, como por exemplo a proximidade social, uma vez que pode variar o conhecimento sobre as preferências da outra pessoa. Também as preferências do próprio autor da ação podem ser relevantes (Engel & Van Lange, 2021). Estudos em outras culturas podem fornecer informações sobre a replicabilidade dos achados. Os resultados encontrados podem ser reflexo da cultura na qual a amostra foi coletada, uma vez que há variações relevantes entre países tanto na cooperação (Henrich et al., 2004; Romano et al., 2021) quanto na gentileza (Van Doesum et al., 2021). Transcendia o objetivo deste estudo a investigação de relações de causalidade, entretanto estudos futuros podem utilizar cenários experimentais para verificar se os comportamentos de cooperação e gentileza são condicionados às expectativas normativa e descritiva (Bicchieri, 2016).

Considerações Finais

Este estudo esclarece a relação entre *tightness* e comportamento pró-social, apresentando evidências a respeito dos custos da ação cooperativa como um fator situacional associado ao fortalecimento das normas sociais. Foram identificadas normas de cooperação mais fortes em comparação às normas de gentileza. Esse resultado está alinhado com a distinção feita entre comportamentos pró-sociais de alto custo (cooperação) e baixo custo (gentileza). Portanto, o custo da ação influencia a força das normas sociais, o que pode estar associado com a maior necessidade de normas fortes em situações de alto custo, por estas situações colocarem o indivíduo diante de uma maior tentação para agir de forma não cooperativa (p.ex., dilemas sociais). Os riscos envolvidos nessa possibilidade podem representar fatores de ameaça, o que de acordo com o modelo TL está vinculado ao desenvolvimento de normas mais fortes. Sendo assim, o estudo contribui com a avaliação dos níveis de *tightness* em contextos específicos a partir de diferentes estratégias de mensuração, permitindo compreender variações em nível intradomínio.

A capacidade preditiva da percepção das normas sociais e dos níveis de *tightness* apresentou diferenças entre os comportamentos de gentileza e de cooperação. Ambas foram capazes de prever a cooperação, mas a relação não se estabelece da mesma forma com ações de gentileza, em que os custos são baixos. Os resultados encontram respaldo na teoria *tightness-looseness*, uma vez que se espera maior capacidade preditiva das normas sociais no comportamento em contexto mais *tight* (Gelfand et al., 2006). Por fim, compreende-se a relevância prática dos achados de pesquisa, devendo ser considerados a força das normas sociais e os custos individuais envolvidos para a formulação de intervenções eficazes na promoção de ações pró-sociais.

Referências

- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50(2), 179-211. [https://doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90020-T](https://doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-T)
- Alós-Ferrer, C., & Garagnani, M. (2020). The cognitive foundations of cooperation. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 175, 71-85. <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2020.04.019>
- Andrighetto, G., & Vriens, E. (2022). A research agenda for the study of social norm change. *Philosophical Transactions of the Royal Society A*, 380(2227), 20200411. <https://doi.org/10.1098/rsta.2020.0411>
- Axelrod, R.M. (1984). *The Evolution of Cooperation*. New York: Basic Books
- Balliet, D., & Van Lange, P. A. (2014). How (and when) reward and punishment promote cooperation: an interdependence theoretical perspective. In P. A.M, Van Lange, B. Rockenback, & T. Yamagishi (Eds.), *Reward and Punishment in Social Dilemmas* (pp. 34-51). Oxford University Press.
- Balliet, D., & Van Lange, P. A. M. (2013). Trust, conflict, and cooperation: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 139(5), 1090–1112. <https://doi.org/10.1037/a0030939>
- Baltar, F., & Brunet, I. (2012). Social research 2.0: Virtual snowball sampling method using facebook. *Internet Research*, 22(1), 57-74. <https://doi.org/10.1108/10662241211199960>
- Bicchieri, C. (2005). *The grammar of society: The nature and dynamics of social norms*. Cambridge University Press.
- Bicchieri, C. (2016). *Norms in the wild: How to diagnose, measure, and change social norms*. Oxford University Press.
- Bicchieri, C., & Chavez, A. (2010). Behaving as expected: Public information and fairness norms. *Journal of Behavioral Decision Making*, 23(2), 161-178. <http://dx.doi.org/10.1002/bdm.648>
- Bicchieri, C., & Dimant, E. (2022). Nudging with care: The risks and benefits of social information. *Public choice*, 191(3-4), 443-464. <https://doi.org/10.1007/s11127-019-00684-6>
- Bicchieri, C., Lindemans, J. W., & Jiang, T. (2014). A structured approach to a diagnostic of collective practices. *Frontiers in psychology*, 5, 1418. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2014.01418>

- Biel, A., & Thøgersen, J. (2007). Activation of social norms in social dilemmas: a review of the evidence and reflections on the implications for environmental behaviour. *J. Econ. Psychol.* 28, 93–112. <https://doi.org/10.1016/j.joep.2006.03.003>
- Biswas-Diener, R. (2011). *Positive psychology as social change*. Springer.
- Buckholtz, J. W., & Marois, R. (2012). The roots of modern justice: Cognitive and neural foundations of social norms and their enforcement. *Nature Neuroscience*, 15(5), 655-661. <https://doi.org/10.1038/nn.3087>
- Cheng, C. Y., Lee, F., & Benet-Martínez, V. (2006). Assimilation and contrast effects in cultural frame switching: Bicultural identity integration and valence of cultural cues. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 37(6), 742-760. <https://doi.org/10.1177/0022022106292081>
- Columbus, S., Molho, C., Righetti, F., & Balliet, D. (2021). Interdependence and cooperation in daily life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 120(3), 626. <http://dx.doi.org/10.1037/pspi0000253>
- Columbus, S., Thielmann, I., & Balliet, D. (2019). Situational affordances for prosocial behaviour: On the interaction between honesty–humility and (perceived) interdependence. *European Journal of Personality*, 33(6), 655-673. <https://doi.org/10.1002/per.2224>
- Coombs, C. H. (1973). A reparameterization of the prisoner's dilemma game. *Behavioral Science*, 18, 424–428.
- D'Adda, G., Dufwenberg, M., Passarelli, F., & Tabellini, G. (2020). Social norms with private values: Theory and experiments. *Games and Economic Behavior*, 124, 288-304 <https://doi.org/10.1016/j.geb.2020.08.012>
- Dawes, R. M. (1980). Social dilemmas. *Annual review of psychology*, 31(1), 169-193. <https://doi.org/10.1146/annurev.ps.31.020180.001125>
- Dimant, E., Gelfand, M., Hochleitner, A., & Sonderegger, S. (2022). Strategic behavior with tight, loose and polarized norms, ECONtribute Discussion Paper, No. 198, University of Bonn and University of Cologne, Reinhard Selten Institute (RSI), Bonn and Cologne.
- Dou, K., Wang, Y. J., Li, J. B., Li, J. J., & Nie, Y. G. (2018). Perceiving high social mindfulness during interpersonal interaction promotes cooperative behaviours. *Asian Journal of Social Psychology*, 21(1-2), 97-106. <http://dx.doi.org/10.1111/ajsp.12210>
- Engel, C., & Van Lange, P. A. (2021). Social mindfulness is normative when costs are low,

- but rapidly declines with increases in costs. *Judgment and Decision Making*, 16(2), 290-322. <https://doi.org/10.1017/S1930297500008585>
- Eriksson, K., Hazin, I., Vartanova, I., & Strimling, P. (2022). Domain-specific tightness: Why is Sweden perceived as tighter than the United States?. *Current Research in Ecological and Social Psychology*, 3, 100049. <https://doi.org/10.1016/j.cresp.2022.100049>
- Fehr, E., & Fischbacher, U. (2004). Third-party punishment and social norms. *Evolution and human behavior*, 25(2), 63-87. [https://doi.org/10.1016/S1090-5138\(04\)00005-4](https://doi.org/10.1016/S1090-5138(04)00005-4)
- Fehr, E., & Gächter, S. (2002). Altruistic punishment in humans. *Nature*, 415(6868), 137-140. <https://doi.org/10.1038/415137a>
- Fehr, E., & Schurtenberger, I. (2018). Normative foundations of human cooperation. *Nature Human Behaviour*, 2(7), 458-468. <https://doi.org/10.1038/s41562-018-0385-5>
- Fischer, R., & Karl, J. (2020). Norms across cultures: A cross-cultural meta-analysis of norms effects in the theory of planned behavior (corrected & updated). *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 50(10), 1112-1126. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e39515.pt>
- Fischer, R., Ferreira, M. C., Assmar, E., Redford, P., Harb, C., Glazer, S., ... & Achoui, M. (2009). Individualism-collectivism as descriptive norms: Development of a subjective norm approach to culture measurement. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 40(2), 187-213. <https://doi.org/10.1177/0022022109332738>
- Fishbein, M. 1967. A Consideration of Beliefs and Their Role in Attitude Measurement. In M. Fishbein (Ed.), *Readings in Attitude Theory and Measurement* (pp.477–92.) Wiley
- Franco, V. R., & Iglesias, F. (2023). Convite à psicologia matemática: Modelos e benefícios da teorização formal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 39, e39515. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e39515.pt>
- Gelfand, M. J., Nishii, L. H., & Raver, J. L. (2006). On the nature and importance of cultural tightness-looseness. *Journal of Applied Psychology*, 91(6), 1225–1244. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.91.6.1225>
- Gelfand, M. J., Raver, J. L., Nishii, L., Leslie, L. M., Lun, J., Lim, B. C., ... & Yamaguchi, S. (2011). Differences between tight and loose cultures: A 33-nation study. *Science*, 332(6033), 1100-1104. <https://doi.org/10.1126/science.1197754>
- Gelfand, M., Li, R., Stamkou, E., Pieper, D., Denison, E., Fernandez, J., ... & Dimant, E. (2022). Persuading republicans and democrats to comply with mask wearing: An

- intervention tournament. *Journal of Experimental Social Psychology*, *101*, 104299.
<https://doi.org/10.1016/j.jesp.2022.104299>
- Gerpott, F. H., Balliet, D., Columbus, S., Molho, C., & de Vries, R. E. (2018). How do people think about interdependence? A multidimensional model of subjective outcome interdependence. *Journal of Personality and Social Psychology*, *115*(4), 716.
<http://dx.doi.org/10.1037/pspp0000166>
- Gibson, J. J. (1977). The theory of affordances. In R. Shaw & J. Bransford (Eds.), *Perceiving, acting, and knowing: Toward an ecological psychology* (pp. 67–82). Erlbaum.
- Haukoos, J. S., & Lewis, R. J. (2005). Advanced statistics: Bootstrapping confidence intervals for statistics with “difficult” distributions. *Academic Emergency Medicine*, *12*(4), 360-365. <https://doi.org/10.1197/j.aem.2004.11.018>
- Heiman, S. L., Claessens, S., Ayers, J. D., Guevara Beltrán, D., Van Horn, A., Hirt, E. R., ... & Todd, P. M. (2023). Descriptive norms caused increases in mask wearing during the COVID-19 pandemic. *Scientific reports*, *13*(1), 11856. <https://doi.org/10.1038/s41598-023-38593-w>
- Henrich, J., & Muthukrishna, M. (2021). The origins and psychology of human cooperation. *Annual Review of Psychology*, *72*, 207-240. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-081920-042106>
- Henrich, J., Boyd, R., Bowles, S., Camerer, C., Fehr, E., & Gintis, H. (2004). *Foundations of human sociality: Economic experiments and ethnographic evidence from fifteen smallscale societies*. Oxford University Press.
- Jasso, G., & Opp, K. D. (1997). Probing the character of norms: A factorial survey analysis of the norms of political action. *American Sociological Review*, 947-964.
<https://doi.org/10.2307/2657349>
- Kelley, H. H., Holmes, J. G., Kerr, N. L., Reis, H. T., Rusbult, C. E., & van Lange, P. A. M. (2003). *An atlas of interpersonal situations*. Cambridge University Press.
- Kim, H., & Markus, H. R. (1999). Deviance or uniqueness, harmony or conformity? A cultural analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, *77*, 785–800.
<https://doi.org/10.1037/0022-3514.77.4.785>
- Kim, J.H., & Kaemingk, M. (2021). Persisting effects of social norm feedback letters in reducing household electricity usage in Post-Soviet Eastern Europe: a randomized

- controlled trial. *J. Econ. Behav. Organ.* 191, 153–161.
<https://doi.org/10.1016/j.jebo.2021.08.032>
- Krupka, E. L., & Weber, R. A. (2013). Identifying social norms using coordination games: Why does dictator game sharing vary?. *Journal of the European Economic Association*, 11(3), 495-524. <https://doi.org/10.1111/jeea.12006>
- Manesi, Z., Van Lange, P. A., Van Doesum, N. J., & Pollet, T. V. (2019). What are the most powerful predictors of charitable giving to victims of typhoon Haiyan: Prosocial traits, socio-demographic variables, or eye cues?. *Personality and Individual Differences*, 146, 217-225. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2018.03.024>
- Mazzoleni, M., & Iglesias, F. (2022). Medida Decomposta de Valor Social: Uma Alternativa Baseada na Teoria dos Jogos. *Avaliação Psicológica*, 21(3), 361-370.
<http://dx.doi.org/10.15689/ap.2022.2103.22048.12>
- Miles, J., & Shevlin, M. (2001). *Applying regression and correlation: A guide for students and researchers*. Sage.
- Miller, D. T., & Prentice, D. A. (2016). Changing norms to change behavior. *Annual Review of Psychology*, 67, 339-361. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010814-015013>
- Minkov, M., Blagoev, V., & Hofstede, G. (2013). The boundaries of culture: Do questions about societal norms reveal cultural differences?. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 44(7), 1094-1106. <https://doi.org/10.1177/0022022112466942>
- Miot, H. A. (2017). Avaliação da normalidade dos dados em estudos clínicos e experimentais. *Jornal Vascular Brasileiro*, 16, 88-91. <https://doi.org/10.1590/1677-5449.041117>
- Mischkowski, D., Thielmann, I., & Glöckner, A. (2018). Think it through before making a choice? Processing mode does not influence social mindfulness. *Journal of Experimental Social Psychology*, 74, 85-97. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2017.09.001>
- Murnighan, J. K., & Wang, L. (2016). The social world as an experimental game. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 136, 80-94.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.obhdp.2016.02.003>
- Otake, K., Shimai, S., Tanaka-Matsumi, J., Otsui, K. & Fredrickson, B. (2006). Happy people become happier through kindness: A counting kindnesses intervention. *Journal of Happiness Studies*, 7, 361-375 <http://dx.doi.org/10.1007/s10902-005-3650-z>
- Pletzer, J. L., Balliet, D., Joireman, J., Kuhlman, D. M., Voelpel, S. C., & Van Lange, P. A. (2018). Social value orientation, expectations, and cooperation in social dilemmas: A

- meta-analysis. *European Journal of Personality*, 32(1), 62-83.
<http://dx.doi.org/10.1002/per>
- Rabelo, A. L. A., Hees, M. A. G., & Pilati, R. (2012). A Moderação da prosocialidade entre o priming e a intenção de gentileza. *Psico*, 43(2). Recuperado de
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistapsico/article/view/11694>
- Rand, D. G., & Nowak, M. A. (2013). Human cooperation. *Trends in Cognitive Sciences*, 17(8), 413-425. <https://doi.org/10.1016/j.tics.2013.06.003>
- Rand, D. G., Peysakhovich, A., Kraft-Todd, G. T., Newman, G. E., Wurzbacher, O., Nowak, M. A., & Greene, J. D. (2014). Social heuristics shape intuitive cooperation. *Nature Communications*, 5(1), 1–12. <https://doi.org/10.1038/ncomms4677>
- Romano, A., Sutter, M., Liu, J. H., Yamagishi, T., & Balliet, D. (2021). National parochialism is ubiquitous across 42 nations around the world. *Nature Communications*, 12(1), 4456. <https://doi.org/10.1038/s41467-021-24787-1>
- Roos, P., Gelfand, M., Nau, D., & Lun, J. (2015). Societal threat and cultural variation in the strength of social norms: An evolutionary basis. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 129, 14-23. <http://dx.doi.org/10.1016/j.obhdp.2015.01.003>
- Saraiva, R., & Iglesias, F. (2016). Cooperation under pressure: Time urgency and time perspective in social dilemmas. *Time & Society*, 25(2), 393-405.
<https://doi.org/10.1177/0961463X15577271>
- Schelling, Thomas (1960). *The strategy of conflict*. Harvard University Press
- Schultz, P. W., Nolan, J. M., Cialdini, R. B., Goldstein, N. J., & Griskevicius, V. (2007). The constructive, destructive, and reconstructive power of social norms. *Psychological Science*, 18(5), 429-434. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.2007.01917.x>
- Szekely, A., Lipari, F., Antonioni, A., Paolucci, M., Sánchez, A., Tummolini, L., & Andrighetto, G. (2021). Evidence from a long-term experiment that collective risks change social norms and promote cooperation. *Nature communications*, 12(1), 5452.
<https://doi.org/10.1038/s41467-021-25734-w>
- Thielmann, I., Spadaro, G., & Balliet, D. (2020). Personality and prosocial behavior: A theoretical framework and meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 146(1), 30–90.
<https://doi.org/10.1037/bul0000217>
- Tomasello, M., Melis, A., Tennie, C., Wyman, E., & Herrmann, E. (2012). Two key steps in the evolution of human cooperation: The interdependence hypothesis. *Current Anthropology*, 53(6), 673-692. <https://doi.org/10.1086/668207>

- Uz, I. (2015). The index of cultural tightness and looseness among 68 countries. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 46*(3), 319-335. <https://doi.org/10.1177/0022022114563611>
- Van der Linden, S. (2018). Warm glow is associated with low-but not high-cost sustainable behaviour. *Nature Sustainability, 1*(1), 28-30. <https://doi.org/10.1038/s41893-017-0001-0>
- Van Dijk, E., & De Dreu, C. K. (2021). Experimental games and social decision making. *Annual Review of Psychology, 72*, 415-438. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-081420-110718>
- Van Doesum, N. J., de Vries, R. E., Blokland, A. A., Hill, J. M., Kuhlman, D. M., Stivers, A. W., ... & Van Lange, P. A. (2020). Social mindfulness: Prosocial the active way. *The Journal of Positive Psychology, 15*(2), 183-193. <https://doi.org/10.1080/17439760.2019.1579352>
- Van Doesum, N. J., Murphy, R. O., Gallucci, M., Aharonov-Majar, E., Athenstaedt, U., Au, W. T., ... & Van Lange, P. A. (2021). Social mindfulness and prosociality vary across the globe. *Proceedings of the National Academy of Sciences, 118*(35), e2023846118. <https://doi.org/10.1073/pnas.2023846118>
- Van Doesum, N. J., Van Lange, D. A., & Van Lange, P. A. (2013). Social mindfulness: skill and will to navigate the social world. *Journal of Personality and Social Psychology, 105*(1), 86. <https://doi.org/10.1037/a0032540>
- Van Lange, P. A. M., Joireman, J. & Milinski, M. (2018). Climate change: what psychology can offer in terms of insights and solutions. *Current Directions in Psychological Sciences, 27*, 269–274. <https://doi.org/10.1177/0963721417753945>
- Van Lange, P. A., & Rand, D. G. (2022). Human cooperation and the crises of climate change, COVID-19, and misinformation. *Annual Review of Psychology, 73*, 379-402. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-020821-110044>
- Van Lange, P. A., Joireman, J., Parks, C. D., & Van Dijk, E. (2013). The psychology of social dilemmas: A review. *Organizational Behavior and Human Decision Processes, 120*(2), 125-141. <http://dx.doi.org/10.1016/j.obhdp.2012.11.003>
- Xiao, E., & Bicchieri, C. (2012). Words or deeds? Choosing what to know about others. *Synthese, 187*, 49-63. <https://doi.org/10.1007/s11229-011-0026-2>

Discussão Geral

Esta Tese de Doutorado apresentou como objetivo geral descrever as normas sociais no contexto brasileiro a partir do modelo *tightness-looseness* (TL), de forma a relacionar com processos psicológicos e comportamentais associados ao domínio pró-social. Para isso, foram conduzidos quatro estudos empíricos, utilizando uma abordagem multimétodos. Os estudos 1 e 2 se orientaram a trazer evidências e contornos do constructo TL no contexto brasileiro, dado que a mensuração da força das normas sociais se apresenta como um desafio (Fehr & Schurteenberger, 2018) que a presente Tese contribuiu para solucioná-lo. Os dois estudos subsequentes testaram a influência da força das normas na confiança interpessoal (Estudo 3) e no comportamento pró-social (Estudo 4) aplicando o modelo TL de Gelfand, adotando um caráter mais aplicado e um raciocínio mais indutivo.

O Estudo 1 quantificou a percepção de *tightness* no país e apresentou resultados correspondentes à caracterização de uma cultura *loose*. Ademais, foi identificado um ligeiro incremento dos escores de *tightness* em relação a estudos anteriores (Gelfand et al., 2011; Eriksson et al., 2021), indicando um fortalecimento das normas sociais no Brasil, semelhante ao padrão encontrado em outras culturas (Mandel & Realo, 2015). Também foram identificadas variações em nível intrapaís em conformidade com outros estudos (p.ex., Chua et al., 2019; Harrington & Gelfand, 2014; Mandel & Realo, 2015) e coerente com a compreensão de cultura para além da nacionalidade (Cohen & Varnum, 2016). Além disso, foi identificada uma atitude relativamente mais positiva em relação à cultura *tightness*, indicando um desejo por normas sociais mais fortes no país. Essa atitude em relação à cultura *tightness* se mostrou negativamente relacionada com a percepção de *tightness*, sugerindo efeito de contraste em relação à cultura *loose* do país (Cheng et al., 2006).

Ainda no Estudo 1, buscou-se testar a replicabilidade da Escala *Tightness-Looseness* (Gelfand et al., 2011), procurando evidências de fidedignidade e validade para o contexto

brasileiro. Os resultados confirmaram algumas limitações psicométricas da medida, antes apontadas na literatura (Church et al., 2012; Church et al., 2013; Treviño et al., 2021) e distanciamento do construto avaliado com uma rede nomológica derivada do modelo TL (Gelfand et al., 2011), também coerente com algumas evidências prévias (Minkov et al., 2012). Tais limitações reforçaram a necessidade de novos estudos para compreender a capacidade da escala em capturar o fenômeno no contexto brasileiro e buscar evidências que permitam realizar melhorias da medida, o que foi contemplado no Estudo 2.

O Estudo 2 buscou evidências de validade baseadas no processo de resposta da Escala *Tightness-Looseness* adaptada para o Brasil. A partir de análises qualitativas, foram encontrados problemas na compreensão de alguns itens, o que resultou em sua reformulação e teste da versão revisada da escala (Escala *Tightness-Looseness* Revisada - TL-R). Os resultados também revelaram que apesar de se tratar de uma escala que se propõe a medir as normas sociais em geral, os respondentes utilizam normas específicas para o julgamento da força das normas sociais no contexto brasileiro. Portanto, reforçando a necessidade do contexto para a avaliação das normas sociais (Fischer & Karl, 2020) e respondendo a uma demanda da literatura sobre o processo de resposta envolvido na Escala TL (*ver.* Minkov et al., 2013). A identificação das normas sociais consideradas no julgamento dos itens resultou em sua classificação a partir de nove domínios de normas sociais. O domínio das normas de civismo foi o mais frequentemente utilizado, sendo encontradas diferenças significativas nos níveis da percepção de *tightness* entre os que consideraram o domínio específico relacionado às normas relacionadas a padrões de gênero. Tais resultados revelam a importância do uso de estratégia metodológica para o controle das normas usadas como referência para o julgamento dos itens da escala. Esse estudo também contribuiu ao fornecer o Questionário de Avaliação dos Domínios para essa finalidade. Ao considerar diferenças em relação aos resultados encontrados por Eriksson et al. (2022) com amostras de outros dois países, nota-se

aspectos *emic* da Escala TL. Após a análise minuciosa da medida e melhorias de seus parâmetros psicométricos, foi conduzido o Estudo 3 que contemplou o uso da medida para teste do modelo TL no contexto brasileiro.

No Estudo 3 testou-se a relação entre percepção de características culturais *tightness* e confiança interpessoal. Foram avaliadas a confiança institucional, a força das normas sociais e a força das normas pró-sociais como possíveis fatores explicativos dessa relação a partir do modelo cultural TL. Os resultados indicaram que se trata de um modelo explicativo plausível, coerente com o sentido macro microcultural do modelo TL (Gelfand et al., 2011) e interligados (Latusek & Olejniczak, 2016). As relações encontradas fornecem suporte à visão de Porto e Pilati (2021) sobre o viés de desconfiança dos brasileiros a partir da expectativa compartilhada de quebra de normas sociais e avança fornecendo evidências empíricas dessa expectativa em relação às normas pró-sociais. Foram encontradas evidências empíricas de que a relação entre confiança interpessoal e confiança institucional ocorre a partir da força das normas (percepção de *tightness* e pró-sociais) e que a relação entre percepção de *tightness* e confiança interpessoal é completamente explicada pelas normas pró-sociais. No entanto, os resultados apresentam tamanhos de efeito limitados, o que pode advir de características amostrais ou mesmo de padrões lineares estabelecidos entre as variáveis. Por fim, esse Estudo contribui ao preencher essa lacuna na literatura evidenciada por Gelfand (2020) a respeito da relação entre cultura *tightness* e confiança, a partir dos dados obtidos em um cenário menos privilegiado e contemplado na literatura (non-WEIRD).

O Estudo 4 teve como objetivo testar em que medida as normas sociais e os níveis de *tightness* afetam os comportamentos de cooperação (alto custo) e gentileza (baixo custo) aplicando o modelo TL como base. Para essa avaliação, foram utilizados dois jogos experimentais e questionários sobre normas sociais percebidas. Os resultados apontaram diferenças na força das normas de cooperação e de gentileza, sendo o contexto mais *tight*

aquele no qual a ação pró-social é mais custosa. Compreende-se que as situações nas quais a ação pró-social envolve alto custo individual necessitam de normas mais fortes para guiar as ações dos indivíduos. Nesses cenários os riscos envolvidos na cooperação podem ser fatores de ameaça, o que de acordo com a proposição teórica do modelo TL (Gelfand et al., 2006; 2011) aumentam a força das normas sociais. Da mesma forma, conforme o modelo propõe, o contexto mais *tight* apresentou maior capacidade das normas sociais e força das normas guiarem o comportamento (cooperação). No contexto identificado como mais *loose*, tais variáveis não foram capazes de prever adequadamente o comportamento (gentileza). Portanto, há variações nos níveis da força das normas relacionadas a comportamentos de um mesmo domínio (pró-social) que se diferenciam a partir do custo da ação.

A partir de uma análise conjunta dos resultados dos estudos, algumas conclusões podem ser feitas. Primeiramente, a Escala *Tightness-Looseness* apresenta limitações para capturar um fenômeno complexo: força das normas sociais e tolerância com os desvios. Ainda que esforços tenham sido empreendidos no Estudo 2 a partir de análises qualitativas e quantitativas, ainda é preciso aplicar a medida com cautela. A exemplo disso, chama a atenção o fato do domínio de Civismo ter sido identificado como o mais utilizado para julgar os itens da escala (Estudo 2), e ainda assim não ter sido encontrada relação entre percepção de *tightness* e cooperação cívica (Estudo 1). De modo geral, não foi encontrada uma associação clara entre a percepção da força das normas em geral (*tightness*) e força das normas sociais pró-sociais (Estudos 1 e 3). Tais resultados sugerem a adequação de avaliar as normas sociais em contextos específicos, proposta que está alinhada com resultados (Fischer & Karl, 2020) e esforços metodológicos recentes (Eriksson et al., 2021; Harrington, 2017; Wormley et al., 2021).

No que concerne à relação entre a força das normas e os comportamentos, no Estudo 1 essa relação não foi identificada. Tais resultados reforçam que no contexto brasileiro as

normas não se apresentam como motores fortes para o comportamento, conforme esperado para culturas *loose* (Gelfand et al., 2011; Gelfand & Harrington, 2015). Uma explicação para este fato é que, ainda que as contingências sociais possam incentivar o comportamento normativo, as preferências individuais parecem operar mais fortemente como motivadoras para a ação nesses contextos (Elster & Gelfand, 2020). Outra explicação para a baixa relevância das normas sociais para o comportamento pode decorrer da baixa saliência das normas sociais no contexto *loose* (Leung & Morris 2015). Em contraste à avaliação generalizada da força das normas, a perspectiva de avaliação contextual se revelou mais associada aos comportamentos. Conforme identificado no Estudo 4, a força das normas pró-sociais atuou como preditora de comportamentos de cooperação. No entanto, os resultados desse estudo revelaram que o impacto das normas sociais é também dependente do tipo de comportamento dentro de um mesmo domínio, uma vez que essa relação não foi identificada para comportamentos de gentileza.

O contraste entre os resultados encontrados nos Estudos 1 e 4, no que se refere à relação força das normas e comportamento, se assemelha ao contraste de resultados encontrados entre os estudos em que a avaliação das normas foi realizada a partir da manipulação em contextos experimentais (D’Adda et al, 2020; Dimant et al., 2022; Szekely et al., 2022) e a partir do nível de *tightness* cultural (Romano et al., 2021). A norma pró-social se caracteriza como proximal ao comportamento, ao passo que a percepção de *tightness* cultural é mais distal. Dessa forma, é esperado que apresente maior potencial explicativo para o comportamento, da mesma forma que se pode observar um maior poder preditivo de atitudes específicas e baixo poder preditivo de valores (Rohan, 2000), por exemplo. Outra explicação está relacionada às diferenças de mensuração do comportamento, uma vez que no Estudo 1 o comportamento foi autorrelatado e no Estudo 4 o comportamento foi observado a partir da utilização de dilemas experimentais. Por outro lado, é importante considerar que talvez o

nível de variação intracultural da percepção de *tightness* não seja capaz de capturar esse fenômeno para testar adequadamente as relações investigadas. É possível que a maior variação permitiria uma contribuição explicativa de aspectos psicológicos e comportamentais, conforme propõe o modelo TL (Gelfand et al., 2011).

A força das normas sociais foi contemplada na presente Tese de Doutorado a partir de uma perspectiva multidimensional das normas sociais (Jasso & Opp, 1997), correspondente com a conceitualização da teoria *tightness-looseness* (Fischer & Karl, 2020). Essa perspectiva envolve os critérios de *consenso*, *intensidade* e *condicionalidade* da norma. A *intensidade* envolve o quanto os indivíduos endossam a norma/aprovam um comportamento. O *consenso* diz respeito a quanto a norma é compartilhada entre os membros de um grupo. A *condicionalidade* se refere à variação da norma a depender das características da situação (Jasso & Opp, 1997; Rauhut & Winter, 2010). O Estudo 1 avaliou a força das normas de cooperação cívica utilizando o critério de *intensidade*. Os quatro estudos contemplaram a *condicionalidade* da norma. Nos Estudos 1 e 4 foram utilizados dois cenários que permitiram verificar nuances das normas pró-sociais entre situações distintas. Já no Estudo 2, a forma de avaliar a *condicionalidade* da norma envolveu a análise da amplitude de situações em que determinados comportamentos são aceitos (Eriksson et al., 2022). Por fim, o critério de consenso foi explorado no Estudo 4, a partir de diferentes operacionalizações envolvendo os cenários utilizados.

A partir das investigações realizadas nesta Tese de Doutorado conclui-se que a força das normas sociais é útil para a compreensão dos processos psicológicos e comportamentais. O modelo TL permite compreender como essas relações se estabelecem no cenário brasileiro. A mensuração da percepção de *tightness* é um desafio e são apresentadas contribuições nessa direção. Fomentar uma cultura brasileira mais *tight* pode significar fomentar maiores níveis de confiança e pró-socialidade, aumentando de forma positiva o capital social. Ainda que não

se afirme que uma cultura *tight* seja mais benéfica que uma cultura *loose*, maiores níveis de *tightness* se mostram vantajosos para lidar com alguns cenários (Gelfand et al., 2021). A partir dessa perspectiva, os resultados encontrados apontam que tornar o domínio pró-social mais *tight* está associado com confiança e comportamentos pró-sociais. Nas palavras de Gelfand (2021), propõe-se uma cultura *ambidestra* no que diz respeito à força das normas sociais. Portanto, o Brasil ainda que mais *loose*, pode desenvolver normas mais *tight* associadas ao domínio pró-social. O uso de estratégias para fortalecê-las é um caminho de mudança, de forma a torná-las a norma social temporariamente mais forte (Gelfand, 2021; Gelfand & Lun, 2013; Roos et al., 2015).

Referências

- Cheng, C. Y., Lee, F., & Benet-Martínez, V. (2006). Assimilation and contrast effects in cultural frame switching: Bicultural identity integration and valence of cultural cues. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 37*(6), 742-760.
https://ink.library.smu.edu.sg/sooss_research/816
- Chua, R. Y. J., Huang, L. G., & Jin, M. (2019). Mapping cultural tightness and its links to innovation, urbanization, and happiness across 31 provinces in China. *PNAS, 16*(14), 6720-6725. <https://doi.org/10.1073/pnas.1815723116>
- Church, A. T., Katigbak, M. S., Locke, K. D., Zhang, H. S., Shen, J. L., Vargas-Flores, J. D... & Ching, C. M. (2013). Need satisfaction and well-being: Testing self-determination theory in eight cultures. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 44*(4): 507–534. <http://researchrepository.murdoch.edu.au/14704>
- Church, A. T., Willmore, S. L., Anderson, A. T., Ochiai, M., Porter, N., Mateo, N. J., ... & Ortiz, F. A. (2012). Cultural differences in implicit theories and self-perceptions of traitedness: Replication and extension with alternative measurement formats and cultural dimensions. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 43*(8), 1268-1296.
<http://dx.doi.org/10.1177/0022022111428514>
- Cohen, A. B., & Varnum, M. E. (2016). Beyond East vs. West: Social class, region, and religion as forms of culture. *Current Opinion in Psychology, 8*, 5-9.

- D'Adda, G., Dufwenberg, M., Passarelli, F., & Tabellini, G. (2020). Social norms with private values: Theory and experiments. *Games and Economic Behavior*, *124*, 288-304
<https://doi.org/10.1016/j.geb.2020.08.012>
- Dimant, E., Gelfand, M., Hochleitner, A., & Sonderegger, S. (2022). Strategic behavior with tight, loose and polarized norms, ECONtribute Discussion Paper, No. 198, University of Bonn and University of Cologne, Reinhard Selten Institute (RSI), Bonn and Cologne.
- Elster, A., & Gelfand, M. J. (2021). When guiding principles do not guide: The moderating effects of cultural tightness on value-behavior links. *Journal of Personality*, *89*(2), 325-337. <https://doi.org/10.1111/jopy.12584>
- Eriksson, K., Hazin, I., Vartanova, I., & Strimling, P. (2022). Domain-specific tightness: Why is Sweden perceived as tighter than the United States?. *Current Research in Ecological and Social Psychology*, *3*, 100049.
<https://doi.org/10.1016/j.cresp.2022.100049>
- Eriksson, K., Strimling, P., Gelfand, M., Wu, J., Abernathy, J., Akotia, C. S., ... & Van Lange, P. A. (2021). Perceptions of the appropriate response to norm violation in 57 societies. *Nature Communications*, *12*(1), 1-11. <https://doi.org/10.1038/s41467-021-21602-9>
- Fischer, R., & Karl, J. (2020). Norms across cultures: A cross-cultural meta-analysis of norms effects in the theory of planned behavior (corrected & updated). *Journal of Cross-Cultural Psychology*, *50*(10), 1112-1126.
<https://doi.org/10.1177/0022022119846409>
- Gelfand, M. J. (2021). Cultural evolutionary mismatches in response to collective threat. *Current Directions in Psychological Science*, *30*(5), 401-409.
<https://doi.org/10.1177/09637214211025032>
- Gelfand, M. J., & Lun, J. (2013). Ecological priming: Convergent evidence for the link between ecology and psychological processes. *Behavioral and Brain Sciences*, *36*, 489–490. <https://doi.org/10.1017/S0140525X13000113>
- Gelfand, M. J., Caluori, N., Gordon, S., Raver, J., Nishii, L., Leslie, L., & Lun, J. (2020). 'Culture's Constraints: The Role of Situational Constraint in Cultural Systems'. In J. F. Rauthmann., R. A. Sherman., D. C. Funder (Eds.), *The Oxford Handbook of Psychological Situations* (pp. 63-78). Oxford University Press.
- Gelfand, M. J., Nishii, L. H., & Raver, J. L. (2006). On the nature and importance of cultural tightness-looseness. *Journal of Applied Psychology*, *91*(6), 1225–1244.
<https://doi.org/10.1037/0021-9010.91.6.1225>

- Gelfand, M. J., Raver, J. L., Nishii, L., Leslie, L. M., Lun, J., Lim, B. C., ... & Yamaguchi, S. (2011). Differences between tight and loose cultures: A 33-nation study. *Science*, 332(6033), 1100-1104. <https://doi.org/10.1126/science.1197754>
- Gelfand, M., Li, R., Stamkou, E., Pieper, D., Denison, E., Fernandez, J., ... & Dimant, E. (2022b). Persuading republicans and democrats to comply with mask wearing: An intervention tournament. *Journal of Experimental Social Psychology*, 101, 104299. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2022.104299>
- Harrington, J. R. (2017). *Worlds unto themselves: Tightness-looseness and social class*. [Unpublished doctoral dissertation]. University of Maryland
- Harrington, J. R., & Gelfand, M. J. (2014). Tightness-looseness across the 50 United States. *Proc Natl Acad Sci*, 111, 7990-7995. <https://doi.org/10.1073/pnas.1317937111>
- Harrington, J. R., Boski, P., & Gelfand, M. J. (2015). Culture and national well-being: Should societies emphasize freedom or constraint?. *PloS one*, 10(6), e0127173. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0127173>
- Jasso, G., & Opp, K. D. (1997). Probing the character of norms: A factorial survey analysis of the norms of political action. *American Sociological Review*, 947-964. <https://doi.org/10.2307/2657349>
- Jasso, G., & Opp, K. D. (1997). Probing the character of norms: A factorial survey analysis of the norms of political action. *American Sociological Review*, 947-964
- Latussek, D., & Olejniczak, T. (2016). Development of trust in low-trust societies. *Polish Sociological Review*, 195(3), 309-326. https://www.researchgate.net/profile/Dominika-Latussek/publication/309660905_Development_of_Trust_in_Low-Trust_Societies/links/582f04c608aef19cb815577d/Development-of-Trust-in-Low-Trust-Societies.pdf
- Leung, K., & Morris, M. W. (2015). Values, schemas, and norms in the culture–behavior nexus: A situated dynamics framework. *Journal of International Business Studies*, 46, 1028-1050. <https://doi.org/10.1057/jibs.2014.66>
- Mandel, A., & Realo, A. (2015). Across-time change and variation in cultural tightness-looseness. *PloS one*, 10(12), e0145213. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0145213>
- Minkov, M., Blagoev, V., & Hofstede, G. (2013). The boundaries of culture: Do questions about societal norms reveal cultural differences?. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 44(7), 1094-1106. <https://doi.org/10.1177/0022022112466942>

- Rauhut, H., & Winter, F. (2010). A sociological perspective on measuring social norms by means of strategy method experiments. *Social Science Research*, 39(6), 1181-1194. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2010.06.009>
- Rohan, M. J. (2000). A rose by any name? The values construct. *Personality and Social Psychology Review*, 4(3), 255–277. https://doi.org/10.1207/S15327957PSPR0403_4
- Romano, A., Sutter, M., Liu, J. H., Yamagishi, T., & Balliet, D. (2021). National parochialism is ubiquitous across 42 nations around the world. *Nature Communications*, 12(1), 4456. <https://doi.org/10.1038/s41467-021-24787-1>
- Roos, P., Gelfand, M., Nau, D., & Lun, J. (2015). Societal threat and cultural variation in the strength of social norms: An evolutionary basis. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 129, 14-23. <http://dx.doi.org/10.1016/j.obhdp.2015.01.003>
- Szekely, A., Lipari, F., Antonioni, A., Paolucci, M., Sánchez, A., Tummolini, L., & Andrighetto, G. (2021). Evidence from a long-term experiment that collective risks change social norms and promote cooperation. *Nature communications*, 12(1), 5452. <https://doi.org/10.1038/s41467-021-25734-w>
- Treviño, L. J., Egri, C. P., Ralston, D. A., Naoumova, I., Furrer, O., Li, Y., ... & de la Garza Carranza, M. T. (2021). A multi-country, multi-sector replication challenge to the validity of the cultural tightness-looseness measure. *Asia Pacific Journal of Management*, 38, 735-764. <https://doi.org/10.1007/s10490-019-09682-0>
- Wormley, A. S., Scott, M., Grimm, K., Li, N. P., Choy, B. K., & Cohen, A. B. (2021). Loosening the definition of culture: An investigation of gender and cultural tightness. *Current Research in Ecological and Social Psychology*, 2, 100021. <https://doi.org/10.1016/j.cresp.2021.100021>

Apêndice A

Análise Fatorial Confirmatória Multigrupo (AFMG)

(Estudo 1)

Tabela A

Análise Fatorial Confirmatória Multigrupo (AFMG)

Gênero (Homens x Mulheres) ^a	RMSEA (90% IC)	SRMR	TLI	CFI	ΔCFI
Invariância Configural	0,044(0,000-0,086)	0,064	0,960	0,976	-
Invariância Métrica	0,042 (0,000–0,080)	0,071	0,964	0,972	0,004
Invariância Escalar	0,057 (0,017-0,088)	0,073	0,932	0,936	0,036
Idade (18-29 anos x 30-44 anos x 45-71 anos)	RMSEA (90% IC)	SRMR	TLI	CFI	ΔCFI
Invariância Configural	0,027(0,000-0,076)	0,059	0,983	0,990	-
Invariância Métrica	0,070(0,055--0,103)	0,085	0,889	0,915	0,075
Invariância Escalar	0,074 (0,044-0,103)	0,084	0,876	0,884	0,031
Idade (18-36 anos x 37-71 anos) ^b	RMSEA (90% IC)	SRMR	TLI	CFI	ΔCFI
Invariância Configural	0,046(0,000-0,091)	0,073	0,955	0,973	-
Invariância Métrica	0,077(0,041-0,110)	0,100	0,874	0,896	0,077
Invariância Escalar	0,072 (0,039-0,102)	0,096	0,890	0,885	0,011
Nível educacional (Fundamental e médio x Superior)	RMSEA (90% IC)	SRMR	TLI	CFI	ΔCFI
Invariância Configural	0,034(0,000-0,080)	0,062	0,974	0,984	-
Invariância Métrica	0,023(0,000-0,069)	0,066	0,988	0,991	+0,007
Invariância Escalar	0,000 (0,000-0,057)	0,060	1,004	1,000	+0,009
Local de residência (Capital x Interior)	RMSEA (90% IC)	SRMR	TLI	CFI	ΔCFI
Invariância Configural	0,034(0,000-0,079)	0,061	0,975	0,985	-
Invariância Métrica	0,043 (0,000–0,081)	0,072	0,960	0,969	0,016
Invariância Escalar	0,033 (0,000-0,070)	0,066	0,977	0,979	+0,010
Regiões Geográficas	RMSEA (90% IC)	SRMR	TLI	CFI	ΔCFI

(Norte x Centro-oeste x

Nordeste x Sul x Sudeste)

Invariância Configural	0,000(0,000-0,063)	0,078	1,038	1,000	-
Invariância Métrica	0,034 (0,000–0,082)	0,099	0,976	0,979	- 0,021
Invariância Escalar	0,000 (0,000-0,066)	0,094	1,003	1,000	+0,021

Nota. *RMSEA* = Root Mean Square Error of Approximation; *SRMR* = *Standardized Root Mean Square Residual*; *TLI* = *Tucker-Lewis Index*; *CFI* = *Comparative Fix Index*; ΔCFI = diferença do *CFI*; Invariância Configural = estrutura fatorial fixa entre os grupos; Invariância métrica = estrutura fatorial e cargas fatoriais fixas entre os grupos; Invariância escalar = estrutura fatorial, cargas fatoriais e thresholds fixos entre os grupos.

^a Apenas a invariância métrica da medida foi acatada utilizando o teste de diferença do *CFI* a comparar o grupo de homens e de mulheres.

^b Considerando que o critério de invariância não foi alcançado ao comparar os três grupos com diferentes faixas etárias, foi realizada outra *AFMG* testando a invariância utilizando apenas dois grupos. Foram criados dois grupos equilibrados em termos de tamanho para comparação: grupo de 18 a 36 anos ($M = 4,09$; $DP = 0,75$; $N = 194$) e Grupo de 37 a 71 anos ($M = 3,67$; $DP = 0,74$; $N = 196$).

Apêndice B

Análise Fatorial Exploratória dos Itens da Escala *Tightness-Looseness* (Estudo 2)

Tabela B1

Análise Fatorial Exploratória do Modelo 1 de Composição dos Itens da Escala Tightness-Looseness

Itens	Carga fatorial	<i>a</i>	<i>b 1</i>	<i>b2</i>	<i>b3</i>	<i>b4</i>	<i>b5</i>	<i>b6</i>
1. Existem muitas normas sociais que as pessoas, supostamente, devem respeitar neste país.	0,146	0,147	- 5,000	- 5,000	- 5,000	- 5,000	- 3,021	1,305
2. Neste país há expectativas muito claras de como as pessoas devem se comportar na maioria das situações.	0,635	0,821	- 5,000	- 3,100	- 1,857	- 0,948	0, 174	1,675
3. As pessoas concordam sobre quais comportamentos são apropriados e quais são inapropriados, na maioria das situações, neste país.	0,453	0,508	- 5,000	- 2,416	- 1,146	0,165	1,671	3,438
4. As pessoas neste país possuem bastante liberdade para decidir como elas querem se comportar na maioria das situações.	-0,046	-0,046	5,000	5,000	5,000	- 5,000	- 5,000	- 5,000
5. Neste país se alguém age de forma inapropriada outros desaprovam fortemente.	0,497	0,573	- 5,000	- 3,396	- 1,848	- 0,491	0,732	1,692
6. As pessoas neste país quase sempre obedecem às	0,651	0,858	- 5,000	- 2,016	- 0,516	0,647	2,116	3,773

normas sociais.

Omega de McDonald

0,55

Tabela B2

Análise Fatorial Exploratória do Modelo 2 de Composição dos Itens da Escala Tightness-Looseness

Itens	Carga fatorial	<i>a</i>	<i>b 1</i>	<i>b2</i>	<i>b3</i>	<i>b4</i>	<i>b5</i>	<i>b6</i>
1. Existem muitas normas sociais que as pessoas, supostamente, devem respeitar neste país.	0,263	0,273	-5,000	-5,000	-5,000	-4,095	-1,672	0,722
2. Neste país há expectativas muito claras de como as pessoas devem se comportar na maioria das situações.	0,522	0,612	-5,000	-3,661	- 2,259	-1,153	0,211	2,038
3. As pessoas concordam sobre quais comportamentos são apropriados e quais são inapropriados, na maioria das situações, neste país.	0,343	0,365	-5,000	-3,193	-1,515	0,218	2,208	4,543
4. As pessoas neste país possuem bastante liberdade para decidir como elas querem se comportar na maioria das situações.	0,079	0,080	-5,000	-5,000	-4,112	4,112	5,000	5,000
5. Neste país se alguém age de forma inapropriada outros desaprovam fortemente.	0,795	1,310	-5,000	-	-1,157	-0,307	0,458	1,059
				2,125				
6. As pessoas neste país quase sempre obedecem às normas	0,502	0,581	-5,000	-2,611	-0,669	0,838	2,741	4,889

sociais.

7. Existe uma grande quantidade de normas sociais que devem ser seguidas no Brasil. (item 1 formulado)	0,482	0,550	-5,000	-4,085	-2,813	-1,523	0,064	1,854
8. No Brasil, as pessoas se comportam como elas querem na maioria das situações sem receber correções e/ou punições.(item 4 formulado)	0,355	0,380	-5,000	-3,693	-1,185	0,535	2,098	3,814
9. Neste país, se alguém age de forma inapropriada, os outros mostram fortemente sua desaprovação. (item 5 reformulado)	0,750	1,135	-5,000	-1,721	-1,040	-0,265	0,561	1,459
Omega de McDonald	0,69							

Tabela B3

Análise Fatorial Exploratória do Modelo 3 de Composição dos Itens da Escala Tightness-Looseness

Itens	Carga fatorial	<i>a</i>	<i>b 1</i>	<i>b2</i>	<i>b3</i>	<i>b4</i>	<i>b5</i>	<i>b6</i>
1. Existe uma grande quantidade de normas sociais que devem ser seguidas no Brasil. (item 1 reformulado)	0,462	0,521	-5,000	-4,139	-2,891	-1,570	0,076	1,939
2. Neste país há expectativas muito claras de como as pessoas devem se comportar na maioria das situações. (original)	0,557	0,671	-4,841	-3,338	-2,088	-1,066	0,205	1,912
3. As pessoas concordam sobre quais comportamentos são	0,392	0,426	-5,000	-2,761	-1,309	0,202	1,940	3,983

apropriados e quais são inapropriados, na maioria das situações, neste país. (original)

4. No Brasil, as pessoas se comportam como elas querem na maioria das situações sem receber correções e/ou punições. (item 4 reformulado)	0,370	0,398	-5,000	-3,500	-1,122	0,525	2,024	3,671
5. Neste país se alguém age de forma inapropriada outros desaprovam fortemente. (original)	0,802	1,342	-	-2,064	-1,133	-0,298	0,458	1,053
			3,364					
6. As pessoas neste país quase sempre obedecem às normas sociais. (original)	0,541	0,643	-4,987	-2,392	-0,611	0,785	2,550	4,544
7. Neste país, se alguém age de forma inapropriada, os outros mostram fortemente sua desaprovação. (item 5-reformulado)	0,767	1,195	-3,517	-1,661	-	-0,253	0,553	1,430
					1,006			
Omega de McDonald	0,75							

Tabela B4

Análise Fatorial Exploratória do Modelo 4 de Composição dos Itens da Escala Tightness-Looseness

Itens	Carga fatorial	<i>a</i>	<i>b 1</i>	<i>b2</i>	<i>b3</i>	<i>b4</i>	<i>b5</i>	<i>b6</i>
1. Existe uma grande quantidade de normas sociais que devem ser seguidas no Brasil. (item 1 reformulado)	0,394	0,428	-5,000	-4,851	-3,386	-1,834	0,101	2,301

2. Neste país há expectativas muito claras de como as pessoas devem se comportar na maioria das situações. (original)	0,530	0,625	-5,000	-3,603	-2,223	-1,135	0,208	2,005
3. As pessoas concordam sobre quais comportamentos são apropriados e quais são inapropriados, na maioria das situações, neste país. (original)	0,353	0,377	-5,000	-3,102	-1,472	0,212	2,145	4,415
5. Neste país se alguém age de forma inapropriada outros desaprovam fortemente. (original)	0,800	1,335	-5,000	-2,110	-1,149	-0,305	0,455	1,051
6. As pessoas neste país quase sempre obedecem às normas sociais. (original)	0,509	0,591	-5,000	-2,577	-0,660	0,827	2,705	4,825
7. Neste país, se alguém age de forma inapropriada, os outros mostram fortemente sua desaprovação. (item 5 reformulado)	0,755	1,151	-5,000	-1,711	-1,034	-0,264	0,558	1,450
Omega de McDonald	0,72							

Tabela B5

Análise Fatorial Exploratória do Modelo 5 de Composição dos Itens da Escala Tightness-Looseness

Itens	Carga fatorial	<i>a</i>	<i>b 1</i>	<i>b2</i>	<i>b3</i>	<i>b4</i>	<i>b5</i>	<i>b6</i>
1. Existe uma grande quantidade de normas sociais que devem ser seguidas no Brasil. (item 1 reformulado)	0,453	0,508	- 5,000	- 4,220	- 2,945	- 1,596	0,087	2,002
2. Neste país há expectativas muito claras de como as pessoas devem se comportar na maioria das situações. (original)	0,655	0,866	- 5,000	- 2,918	- 1,801	- 0,919	0,168	1,624
3. As pessoas concordam sobre quais comportamentos são apropriados e quais são inapropriados, na maioria das situações, neste país. (original)	0,419	0,462	- 5,000	- 2,611	- 1,239	0,178	1,805	3,716
4. No Brasil, as pessoas se comportam como elas querem na maioria das situações sem receber correções e/ou punições. (item 4 reformulado)	0,338	0,360	- 5,000	-3,878	- 1,245	0,562	2,202	4,004
5. Neste país, se alguém age de forma inapropriada, os outros mostram fortemente sua desaprovação. (item 5 reformulado)	0,496	0,572	- 5,000	- 2,602	- 1,572	- 0,401	0,848	2,205
6. As pessoas neste país quase sempre obedecem às normas sociais. (original)	0,602	0,755	- 5,000	- 2,178	- 0,558	0,699	2,286	4,077
Omega de McDonald	0,65							

Apêndice C
Escala Força das Normas Pró-Sociais
(Estudo 3)

Instruções: As questões abaixo dizem respeito às pessoas de modo geral. Adote como referência as pessoas do seu país [conhecidos e desconhecidos]. Para cada questão abaixo, por favor assinale quantas opções desejar.

1. Em quais situações você acha que as pessoas consideram que deveriam **ceder o lugar** para alguém?
 - Em uma fila no mercado para uma pessoa com menos itens
 - Em uma fila no mercado para uma pessoa com uma criança chorando
 - No transporte público, cedendo o assento para alguém carregando muitas sacolas
 - No transporte público, cedendo o assento para idosos/grávidas/[outro grupos prioritários]
 - No elevador quando não há lugar para todos
 - No elevador para um cadeirante
 - Em uma fila de banco para um idoso quando o caixa prioritário está cheio
 - Em uma fila de show para uma pessoa encontrar seus amigos no início da fila
 - Nenhuma das opções acima

2. Em quais situações você costuma ver as outras pessoas **cedendo o lugar** para alguém?
 - Em uma fila no mercado para uma pessoa com menos itens
 - Em uma fila no mercado para uma pessoa com uma criança chorando
 - No transporte público, cedendo o assento para alguém carregando muitas sacolas
 - No transporte público, cedendo o assento para idosos/grávidas/[outro grupos prioritários]
 - No elevador quando não há lugar para todos
 - No elevador para um cadeirante
 - Em uma fila de banco para um idoso quando o caixa prioritário está cheio
 - Em uma fila de show para uma pessoa encontrar seus amigos no início da fila
 - Nenhuma das opções acima

3. Em quais situações você acha que as pessoas consideram que deveriam **auxiliar alguém**?

- Quando alguém deixa cair um pertence no chão
- Quando um colega de trabalho precisa de uma caneta emprestada
- Ao ver um idoso atravessando a rua
- Ao ver um conhecido passando por problemas pessoais
- Ao ver alguém na rua carregando muitos pertences (ex. livros, sacolas)
- Ao ver um colega de trabalho/faculdade com dificuldades para realizar uma tarefa
- Ao ver alguém na rua com dificuldades para encontrar um endereço
- Quando é possível segurar a porta do elevador para outra pessoa entrar
- Nenhuma das opções acima

4. Em quais situações você costuma ver as outras pessoas **auxiliando alguém**?

- Quando alguém deixa cair um pertence no chão
- Quando um colega de trabalho precisa de uma caneta emprestada
- Ao ver um idoso atravessando a rua
- Ao ver um conhecido passando por problemas pessoais
- Ao ver alguém na rua carregando muitos pertences (ex. livros, sacolas)
- Ao ver um colega de trabalho/faculdade com dificuldades para realizar uma tarefa
- Ao ver alguém na rua com dificuldades para encontrar um endereço
- Quando é possível segurar a porta do elevador para outra pessoa entrar
- Nenhuma das opções acima

5. Em quais situações você acha que as pessoas consideram que deveriam **ajudar** alguém?

- Ao ver uma pessoa pedindo esmola
- Quando um conhecido precisa de uma carona
- Ao ver um carro com pneu furado parado no acostamento
- Ao ver uma pessoa em uma situação de perigo

- Ao ver uma pessoa sendo agredida
- Quando um conhecido está mudando de casa
- Ao ver uma criança perdida
- Quando um vizinho precisa de alguém para cuidar de seu animal de estimação
- Nenhuma das opções acima

6. Em quais situações você costuma ver as outras pessoas **ajudando** alguém?

- Ao ver uma pessoa pedindo esmola
- Quando um conhecido precisa de uma carona
- Ao ver um carro com pneu furado parado no acostamento
- Ao ver uma pessoa em uma situação de perigo
- Ao ver uma pessoa sendo agredida
- Quando um conhecido está mudando de casa
- Ao ver uma criança perdida
- Quando um vizinho precisa de alguém para cuidar de seu animal de estimação
- Nenhuma das opções acima

7. Em quais situações você acha que as pessoas consideram que deveriam **contribuir**?

- Na divisão das tarefas domésticas em casa
- Na divisão das despesas/gastos em casa
- Na confraternização no trabalho, contribuindo com dinheiro ou alimento
- Nas atividades em equipe no trabalho, fazendo a sua parte da tarefa
- Para a reforma de uma praça organizada por iniciativa dos moradores da vizinhança
- Em trabalhos voluntários de projetos desenvolvidos na cidade
- Na doação de sangue para o banco de sangue da cidade
- Vacinando-se durante as campanhas de vacinação do governo
- Nenhuma das opções acima

8. Em quais situações você costuma ver as pessoas **contribuindo**?
- Na divisão das tarefas domésticas em casa
 - Na divisão das despesas/gastos em casa
 - Na confraternização no trabalho, contribuindo com dinheiro ou alimento
 - Nas atividades em equipe no trabalho, fazendo a sua parte da tarefa
 - Para a reforma de uma praça organizada por iniciativa dos moradores da vizinhança
 - Em trabalhos voluntários de projetos desenvolvidos na cidade
 - Na doação de sangue para o banco de sangue da cidade
 - Vacinando-se durante as campanhas de vacinação do governo
 - Nenhuma das opções acima
9. Em quais situações você acha que as pessoas consideram que deveriam **recolher o lixo/resíduo**?
- Após consumir alimentos em uma sessão de cinema
 - Na praça de alimentação de um shopping, após finalizar sua refeição
 - Quando não houver lixeiras disponíveis na rua, guardando o lixo no(a) bolso(a)
 - Quando seu animal de estimação faz cocô na calçada
 - Ao encontrar lixo na calçada deixado por outras pessoas
 - Após consumir alimentos em um local público (p.ex. parque, praia, transporte público)
 - Após assistir um jogo em um estádio de futebol
 - Quando a embalagem de um produto cai no chão
 - Nenhuma das opções acima
10. Em quais situações você costuma ver as outras pessoas **recolhendo lixo/resíduo**?
- Após consumir alimentos em uma sessão de cinema
 - Na praça de alimentação de um shopping, após finalizar sua refeição
 - Quando não houver lixeiras disponíveis na rua, guardando o lixo no(a) bolso(a)
 - Quando seu animal de estimação faz cocô na calçada
 - Ao encontrar lixo na calçada deixado por outras pessoas

- Após consumir alimentos em um local público (p.ex. parque, praia, transporte público)
- Após assistir um jogo em um estádio de futebol
- Quando a embalagem de um produto cai no chão
- Nenhuma das opções acima

11. Em quais situações você acha que as pessoas consideram que deveriam **limitar o consumo de um recurso comum**?

- Diminuir o tempo de duração do banho
- Fechar a torneira ao escovar os dentes
- Diminuir o uso de ar condicionado
- Utilizar sacolas reutilizáveis (ao invés de sacolas plásticas)
- Oferecer carona, evitando o uso de carro por apenas uma pessoa
- Utilizar a versão virtual de materiais, evitando a impressão em papel
- Reutilizar materiais, quando possível
- Priorizar o uso de transporte público
- Nenhuma das opções acima

12. Em quais situações você costuma ver as outras pessoas **limitando o consumo de um recurso comum**?

- Diminuir o tempo de duração do banho
- Fechar a torneira ao escovar os dentes
- Diminuir o uso de ar condicionado
- Utilizar sacolas reutilizáveis (ao invés de sacolas plásticas)
- Oferecer carona, evitando o uso de carro por apenas uma pessoa
- Utilizar a versão virtual de materiais, evitando a impressão em papel
- Reutilizar materiais, quando possível
- Priorizar o uso de transporte público
- Nenhuma das opções acima

13. Em quais situações você acha que as pessoas consideram que deveriam **reagir** (reclamar, denunciar, etc)?

- Ao ver alguém fumar em ambiente fechado
- Ao ver alguém interromper a fala de outra pessoa
- Ao ver alguém tratar outra pessoa com desrespeito
- Ao ver alguém estacionar em vaga exclusiva para deficientes
- Ao ver alguém furar a fila
- Ao ver alguém receber benefício do governo sem ter direito
- Ao ver alguém deixar de fazer sua parte em um trabalho em equipe
- Ao ver alguém jogar lixo no chão
- Nenhuma das opções acima

14. Frente a quais situações você costuma ver as outras pessoas **reagindo** (reclamando, denunciando, etc)?

- Ao ver alguém fumar em ambiente fechado
- Ao ver alguém interromper a fala de outra pessoa
- Ao ver alguém tratar outra pessoa com desrespeito
- Ao ver alguém estacionar em vaga exclusiva para deficientes
- Ao ver alguém furar a fila
- Ao ver alguém receber benefício do governo sem ter direito
- Ao ver alguém deixar de fazer sua parte em um trabalho em equipe
- Ao ver alguém jogar lixo no chão
- Nenhuma das opções acima

Apêndice D

Força das Normas Pró-Sociais (Itens Desagregados)

(Estudo 3)

Tabela D1

Média e Desvio Padrão da Força das Normas Pró-Sociais (Itens Desagregados) e Correlação com a Percepção de Tightness

	Injuntiva			Descritiva		
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>r</i> (<i>percepção de tightness</i>)	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>r</i> (<i>percepção de tightness</i>)
Comportamento						
Ceder o lugar para alguém	4,18	1,80	0,01	2,39	1,54	0,12*
Auxiliar alguém	5,57	2,18	0,07	3,84	2,02	0,09
Ajudar alguém	4,57	1,97	0,08	3,43	1,96	0,11*
Contribuir para o bem comum	5,23	2,38	0,03	3,63	2,11	0,11*
Recolher resíduo/lixo	5,52	2,64	0,01	2,49	1,99	0,05
Limitar consumo de	4,65	2,54	0,05	2,73	1,97	0,05

recurso comum

Reagir à violação da 5,44 2,32 0,05 2,89 1,93 0,16**

norma

Nota. Os comportamentos foram avaliados a partir da Escala Força das Normas Pró-Sociais. Ceder o lugar para alguém = itens 1 e 2; Auxiliar alguém = itens 3 e 4; Ajudar alguém = itens 5 e 6; Contribuir para o bem comum = itens 7 e 8; Recolher resíduo/lixo = itens 9 e 10; Limitar consumo de recurso comum = itens 11 e 12; Reagir à violação da norma = itens 13 e 14.

* = $p < 0,05$. ** = $p < 0,01$.

Apêndice E

Regressão Linear Simples das Variáveis Predictoras da Cooperação e Gentileza

(Estudo 4)

Tabela E1

Variáveis Predictoras da Cooperação e Gentileza

Preditores (cooperação)	<i>B</i>	<i>Beta</i>	<i>t</i>	Sig.	<i>R</i> ²
Exp. Empírica	0,64	0,60	14,72	<0,01	0,36
Exp. Normativa	0,62	0,62	15,49	<0,01	0,39
Preditores (gentileza)	<i>B</i>	<i>Beta</i>	<i>t</i>	Sig.	<i>R</i> ²
Exp. Empírica	0,04	0,09	1,71	0,09	<0,01
Exp. Normativa	0,03	0,06	1,24	0,22	<0,01

Nota. Exp. = expectativa

* = $p < 0,05$; ** = $p < 0,01$